

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

ELIEGE MARIA FANTE

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O BIOMA PAMPA
NO JORNALISMO DE REFERÊNCIA SUL-RIO-GRANDENSE**

Porto Alegre
2012

ELIEGE MARIA FANTE

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O BIOMA PAMPA
NO JORNALISMO DE REFERÊNCIA SUL-RIO-GRANDENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Informação.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Ilza Girardi

Porto Alegre
2012

CIP - Catalogação na Publicação

Fante, Eliege Maria
AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O BIOMA PAMPA NO
JORNALISMO DE REFERÊNCIA SUL-RIO-GRANDENSE / Eliege
Maria Fante. -- 2012.
187 f.

Orientadora: Ilza Maria Tourinho Girardi.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e
Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2012.

1. Jornalismo. 2. Ambiente. 3. Representações
Sociais. 4. Correio do Povo. 5. Zero Hora. I.
Tourinho Girardi, Ilza Maria, orient. II. Título.

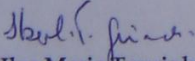
Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

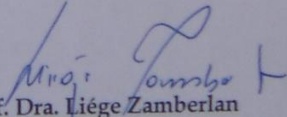


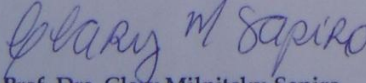
ATA N° 16/2012

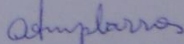
DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e doze, às dez horas, na sala 206 da FABICO, ocorreu em sessão pública a defesa da Dissertação de **ELIEGE MARIA FANTE**, intitulada "AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O BIOMA PAMPA NO JORNALISMO DE REFERÊNCIA SUL-RIO-GRANDENSE", como um dos requisitos ao grau de Mestre em Comunicação e Informação. A sessão foi presidida pela orientadora, Prof. **Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi**. A Banca Examinadora foi integrada pelas professoras Dra. Liège Zamberlan (UNIRITTER E FACCAT), Dra. Clary Milnitsky-Sapiro (Instituto de Psicologia/UFRGS) e Dra. Ana Tais Martins Portanova Barros (PPGCOM/UFRGS), tendo o Dr. Valdir Jose Morigi (PPGCOM/UFRGS) como suplente. Após a arguição, os examinadores se reuniram para avaliar a Dissertação, considerando-a **APROVADA** com conceito final A, resultado dos conceitos atribuídos pelos examinadores, especificamente: Dra. Liège Zamberlan (conceito A), Dra. Clary Milnitsky-Sapiro (conceito A), Dra. Ana Tais Martins Portanova Barros (conceito A). A concessão do título de mestre só estará em plena validade após terem sido preenchidos todos os demais requisitos para a concessão do título, no prazo de noventa dias, conforme previsto no regimento do curso e na legislação superior pertinente, e a homologação da presente dissertação pela Comissão de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada às treze horas, sendo lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada pela orientadora e pelos integrantes da Banca Examinadora.


Prof. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi


Prof. Dra. Liège Zamberlan


Prof. Dra. Clary Milnitsky-Sapiro


Prof. Dra. Ana Tais Martins Portanova Barros

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Apoio à Pós-Graduação-PROF/CAPES da UFRGS.

Ao PAG – Língua Portuguesa, Apoio à Pós-Graduação, Instituto de Letras-UFRGS, especialmente, à professora Claudia Toldo.

Ao PPGCOM-UFRGS, e em nome da minha orientadora, Ilza Girardi, a todos os outros professores.

Aos colegas do PPGCOM-UFRGS, especialmente, Marcia Veiga, Isis Fernandes, Carine Massierer e Claudia Herte de Moraes.

Ao Núcleo Amigos da Terra, NAT-Brasil, especialmente, Kathia Vasconcelos, Nadilson Ferreira, Lúcia Ortiz, Cleusa Telles, Nely Blauth, Maria da Conceição de Araújo Carrion e Elisangela Soldatelli Paim.

Ao Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, NEJ-RS, especialmente, à Raíssa Genro, Eloísa Belling Loose, ao João Batista Santafé Aguiar, Reges Toni Schwaab, Carlos Scomazzon, à Ilza Girardi, ao Juarez Tosi e Ulisses Almeida Nenê.

À professora Sônia Bertol, à Faculdade de Jornalismo e ao projeto de Iniciação Científica da Universidade de Passo Fundo.

Ao Grupo Ecológico Sentinela dos Pampas, Gesp, de Passo Fundo, e em especial, à amiga Ana Carolina Martins da Silva.

À Professora do Oki do Yoga, Odila Zanella.

Às amigas: Marlene, Conceição, Nely, Isis, Elisangela.

À família: cunhadas, cunhado, sogros, sobrinhos, irmãos e pais.

Aos Amores: Lucky, Mel e Franklin.

RESUMO

Nesta dissertação buscou-se compreender quais eram e como foram construídas as representações sociais sobre o Bioma Pampa que circularam nas notícias do jornalismo de referência do Rio Grande do Sul no contexto da construção e aprovação do Zoneamento Ambiental da Silvicultura. A partir de uma Análise de Conteúdo das notícias dos jornais Correio do Povo e Zero Hora, entre abril de 2007 e abril de 2008, constatou-se o predomínio do enfoque de sustentabilidade ecotecnocrático. A identificação desta visão de mundo foi analisada sob o olhar do Jornalismo Ambiental e do aporte teórico-metodológico da Teoria das Representações Sociais. A inclusão das informações divulgadas no período sobre a biodiversidade do Bioma Pampa, através dos técnicos, professores, pesquisadores e ambientalistas vinculados aos órgãos estaduais e federais ambientais, universidades e ao movimento socioambiental, possibilitou o conhecimento do potencial do Bioma. Constatou-se a circulação do Bioma Pampa em apenas 10% das notícias selecionadas e, predominantemente, através das fontes menos ouvidas e contrárias ao modelo proposto. As fontes oficiais, como o Governo do Estado, as empresas da celulose e os aliados da implantação da Silvicultura, predominaram na circulação latente do Bioma Pampa, verificada em 90% das 246 notícias do período. Concluiu-se que o jornalismo ancorou as representações sociais na propagação e na difusão do desenvolvimento econômico-financeiro do agronegócio globalizado da celulose. Concluiu-se também, que a objetificação ocorreu através da publicação ora fragmentada ora generalizada do território. A pesquisa apresenta também a caracterização veiculada do Bioma Pampa e do Zoneamento Ambiental da Silvicultura, as representações sociais e explica o processo de construção das mesmas.

Palavras-chaves: Jornalismo. Ambiente. Representações sociais. Bioma Pampa. Correio do Povo. Zero Hora.

ABSTRACT

This dissertation sought to understand what they were and how they were built on the social representations that circulated in the Pampa Biome news journalism reference of Rio Grande do Sul in the context of construction and approval of the Zoning Environmental Forestry. From a content analysis of newspaper reports *Correio do Povo* and *Zero Hora*, between April 2007 and April 2008, it was found the main focus of sustainability ecotecnocrático. The identification of this worldview was analyzed under the gaze of the Environmental Journalism and the theoretical and methodological framework of Social Representation Theory. The inclusion of the information disclosed in the period on the biodiversity of the Pampa Biome, through coaches, teachers, researchers and environmentalists linked to state and federal environmental agencies, universities and the socio-environmental movement, made possible knowledge of the potential biome. It was noted the circulation of the Pampa Biome in only 10% of selected news and predominantly through the sources least heard and contrary to the model. The official sources, such as the State Government, enterprises in the pulp and the allies of the deployment of Forestry, dominated the movement's latent Pampa Biome, observed in 90% of the 246 stories of the period. It was concluded that journalism has anchored the social representations in the propagation and dissemination of economic and financial global agribusiness cellulose. It was also concluded that the objectification occurred through the publication of the now fragmented now widespread territory. The research also presents the characterization conveyed the Pampa Biome Environmental Zoning and Forestry, social representations and explains the process of building them.

Keywords: Journalism. Environment. Social Representations. Pampa Biome. *Correio do Povo*. *Zero Hora*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1– Reprodução adaptada do Mapa de Biomas do Brasil.....	20
FIGURA 2 - Reprodução adaptada do Mapa dos ecossistemas de campos no Sul do Brasil...21	21
FIGURA 3 – Mapa do Bioma Pampa na América do Sul.....	22
FIGURA 4 – Declaração do presidente do Sistema Guaíba/CP	51
FIGURA 5 - Categorias da Análise de Conteúdo no corpus do CP e de ZH.....	64
FIGURA 6 - Menção do Pampa enquanto território no CP.....	70
FIGURA 7 - Circulação do Bioma Pampa nos títulos.....	73
FIGURA 8 - Capa do Correio do Povo com o Bioma Pampa no corpus.....	74
FIGURA 9 - Notícia com enfoque ecossocial em Zero Hora.....	76
FIGURA 10 - A circulação do Bioma Pampa predominou no corpo das notícias	78
FIGURA 11 - Produção pampiana.....	80
FIGURA 12 - Liminar pelo Pampa.....	80
FIGURA 13 - Alteração da paisagem.....	81
FIGURA 14 - Ausência do Bioma Pampa entre as bandeiras ecológicas.....	82
FIGURA 15 - Circulação do Bioma Pampa no jornalismo do CP e do ZH.....	93
FIGURA 16 – Enfoques de sustentabilidade na circulação latente do CP.....	100
FIGURA 17 - Fonte trocada.....	124
FIGURA 18 - Diferentes maneiras de mostrar os benefícios da Silvicultura.....	141
FIGURA 19 - Circulação do Bioma Pampa nas notícias do CP no período.....	159
FIGURA 20 - Circulação latente do Bioma Pampa nas notícias do CP no período.....	159
FIGURA 21 - Circulação do Bioma Pampa nas notícias do ZH no período.....	160
FIGURA 22 - Circulação latente do Bioma Pampa nas notícias do ZH no período.....	160

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- Medidas para contenção da perda de biodiversidade no Bioma Pampa.....	26
QUADRO 2 - Circulação dos diários (exemplares/dia).....	52
QUADRO 3 – Processos formadores das representações sociais sobre o Bioma Pampa.....	59
QUADRO 4 – Categorias da Análise de Conteúdo no corpus do CP e de ZH	63
QUADRO 5 – Frequência das notícias por editoriais e por mês no Correio do Povo.....	64
QUADRO 6 – Frequência das notícias por editoriais e por mês em Zero Hora.....	65
QUADRO 7 - Circulação do Bioma Pampa e enfoques de sustentabilidade no Correio do Povo.....	66
QUADRO 8 - Notícias do CP que incluíram o Bioma Pampa	70
QUADRO 9- Circulação do Bioma Pampa nas sete notícias do CP sobre a Silvicultura.....	71
QUADRO 10 - Circulação do Bioma Pampa nas notícias do Correio do Povo sobre outros temas.....	72
QUADRO 11 - Presença do Bioma Pampa no título das notícias assinadas no CP.....	72
QUADRO 12 - Presença do Bioma Pampa no título das notícias não assinadas.....	72
QUADRO 13 – Capas com o Bioma Pampa no Correio do Povo.....	75
QUADRO 14 - Bioma Pampa e enfoques de sustentabilidade no ZH	76
QUADRO 15 - Circulação do Bioma Pampa no título das notícias assinadas.....	78
QUADRO 16 - Circulação do Bioma Pampa no título das notícias não assinadas.....	78
QUADRO 17 - Circulação do Bioma Pampa no ZH	79
QUADRO 18 - Capas com circulação do Bioma Pampa no ZH	80
QUADRO 19 - Circulação do BP no corpus.....	83
QUADRO 20 - Circulação do BP através das fontes nas 15 notícias do CP.....	85
QUADRO 21 - Circulação do Bioma Pampa pelas fontes.....	88
QUADRO 22 – Fontes nas notícias sobre o Bioma Pampa em Zero Hora.....	92
QUADRO 23 - Comparação entre a circulação do Bioma Pampa e a circulação latente.....	94
QUADRO 24 - Circulação latente do Bioma Pampa nas notícias do CP.....	96
QUADRO 25 - Bioma Pampa latente nas notícias do CP.....	97
QUADRO 26 – Fontes do CP na circulação latente do Bioma Pampa.....	99
QUADRO 27 - Uso de diferentes licenças atrasadas, estratégia de pressão sobre a Fepam..	103
QUADRO 28 – Notícias em contexto pró-Silvicultura.....	104
QUADRO 29 - Notícias em contexto de crítica à Silvicultura e em defesa do ZAS.....	107
QUADRO 30 – Correio do Povo propaga benefícios da implantação da Silvicultura.....	116
QUADRO 31 – Circulação latente do Bioma Pampa nas notícias do ZH.....	126

QUADRO 32 - Bioma Pampa latente nas notícias do ZH.....	127
QUADRO 33 - Fontes de ZH na circulação latente do Bioma Pampa.....	131
QUADRO 34 – Fontes em contexto da notícia pró-Silvicultura.....	134
QUADRO 35 – Fontes em contexto da notícia em defesa do meio ambiente.....	144
QUADRO 36 – Construção das notícias sob os sistemas de Comunicação	155
QUADRO 37 - Construção das notícias sob os sistemas de Comunicação no CP.....	156
QUADRO 38 - Construção das notícias sob os sistemas de Comunicação no ZH.....	156
QUADRO 39 – Circulação latente do Bioma Pampa no corpo das notícias assinadas.....	158
QUADRO 40 - Circulação latente do Bioma Pampa no corpo das notícias não assinadas....	158

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGAPAN: Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente Natural
AGU: Advocacia-Geral da União
APEDEMA: Associação Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente
BM: Brigada Militar
CDN: Conselho de Defesa Nacional
CONSEMA: Conselho Estadual de Meio Ambiente
CP: Correio do Povo
DEFAP: Departamento Estadual de Florestas e Áreas Protegidas
EIA: Estudo de Impacto Ambiental
FEPAM: Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler
FURG: Fundação Universidade Federal do Rio Grande
FZB: Fundação Zoobotânica
IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IVC: Instituto Verificador de Circulação
MERCOSUL: Mercado Comum do Sul
MPA: Movimento dos Pequenos Agricultores
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
ONG: Organização Não-Governamental
PEC: Proposta de Emenda à Constituição
RBS: Rede Brasil Sul de Comunicação
RIMA: Relatório de Impacto Ambiental
RS: Rio Grande do Sul
SEMA: Secretaria de Meio Ambiente
SMAM: Secretaria Municipal do Meio Ambiente
TCA: Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta
TCC: Trabalho de Conclusão de Curso
TRS: Teoria das Representações Sociais
VCP: Votorantim Celulose e Papel
UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFMS: Universidade Federal de Santa Maria
ZAS: Zoneamento Ambiental da Silvicultura

ZH: Zero Hora

WRM: World Rainforest Movement

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	O BIOMA PAMPA NO CONTEXTO SUL-RIO-GRANDENSE.....	19
	2.1 Os Campos Sulinos.....	20
	2.2 Características dos Campos.....	23
	2.3 Usos pelo ser humano.....	25
	2.4 Um estudo de representações sociais sobre o Pampa.....	26
	2.5 Construção e Aprovação do ZAS.....	30
3	O JORNALISMO E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	35
	3.1 A ação do Jornalismo Ambiental.....	37
	3.2 A Teoria das Representações Sociais.....	44
4	O PERCURSO METODOLÓGICO.....	49
	4.1 Descrição dos procedimentos da pesquisa.....	53
	4.2 Categorias da Análise de Conteúdo.....	54
	4.3 Método da Teoria das Representações Sociais	57
5	A CIRCULAÇÃO DO BIOMA PAMPA NO JORNALISMO ATRAVÉS DAS NOTÍCIAS.....	63
	5.1 Circulação no Correio do Povo.....	65
	5.2 Circulação em Zero Hora.....	75
	5.3 A escolha das fontes e o viés da notícia.....	84
	5.4 A cumplicidade do jornalismo com as fontes.....	93
	5.4.1 Circulação latente no Correio do Povo.....	95
	5.4.2 Circulação latente em Zero hora.....	125
6	AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO BIOMA PAMPA.....	149
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	162
	REFERÊNCIAS.....	167
	APÊNDICES.....	178

1 INTRODUÇÃO

O surgimento da ideia de realizar esta pesquisa ocorreu durante a atuação na assessoria de imprensa de uma ONG ambientalista¹ em Porto Alegre no período da construção e da subsequente cobertura da imprensa antes da votação do Zoneamento Ambiental da Silvicultura (ZAS). Percebia-se que a forma como o jornalismo de referência² do Rio Grande do Sul, através do jornal Correio do Povo e do jornal Zero Hora, abordava as notícias relacionadas àquelas discussões não dava conta da complexidade do tema. Na maior parte das notícias não foi mencionado que as áreas nas quais as indústrias multinacionais da celulose pretendiam levar “emprego e geração de riquezas” se situavam no Bioma Pampa, o que é de suma importância para a compreensão de que se tratava da substituição da fauna e flora nativas, bem como de áreas já utilizadas historicamente para a pecuária e outras atividades, por uma monocultura de árvores exóticas e sua mecanização.

O período de análise do presente trabalho vai de abril de 2007 a abril de 2008, durante o qual a mobilização dos professores/pesquisadores, vinculados ou não à ONGs, dentro ou fora do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), de técnicos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema/RS), do Governo Federal (principalmente o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis [Ibama/RS] que tinha representação no Consema) e ONG's socioambientais dentro ou fora do Consema, defendeu um tipo de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul diferente daquele pelo qual optou o Governo Estadual³. Enquanto este, alicerçado pelo agronegócio globalizado da celulose promovia a plantação de árvores, principalmente de eucalipto, na metade sul do Estado, os ambientalistas defendiam a preservação do Bioma Pampa e o desenvolvimento regional a partir da sua biodiversidade, como através da manutenção da pecuária, atividade que ajudou a constituir a identidade do gaúcho. A partir desta polarização, os dois principais grupos de comunicação do Estado, Record e RBS, enfatizaram em suas notícias o pólo no qual se situava o Governo e as empresas da celulose (BINKOWSKI, 2009; GENRO, 2009). Nesse contexto, buscou-se compreender como foram construídas as representações sociais sobre o Bioma Pampa nas notícias produzidas por este jornalismo, no período de construção e aprovação do Zoneamento

¹ O vínculo empregatício com o Núcleo Amigos da Terra/Brasil, filiado à Friends of the Earth International, foi entre setembro de 2007 e julho de 2009.

² No sentido de que o jornal impresso ainda é um referencial aos outros veículos de comunicação, como o rádio, a televisão e a internet. E, ainda, que os jornais impressos da capital constituem um referencial à produção de jornais e/ou notícias aos veículos do interior do Estado (FONSECA, 2008).

³ Yeda Crusius (coligação Rio Grande Afirmativo: PSDB, PFL, PPS) governou o Rio Grande do Sul entre 2007 e 2011.

Ambiental da Silvicultura. Os objetivos específicos são: (1) constatar como foi caracterizado o Bioma Pampa através das notícias publicadas no período sobre o bioma e o Zoneamento Ambiental da Silvicultura; (2) identificar as fontes de informações utilizadas nas notícias e (3) definir as representações sociais sobre o Bioma Pampa.

Ao mesmo tempo em que o agronegócio se lança a esse movimento que implica na destruição de ecossistemas complexos, como é o caso do Pampa, há um movimento oposto que consiste na transição (LEFF, 2004) de uma economia do crescimento infinito para uma economia justa, com vistas a diminuir a degradação dos bens naturais para o benefício de todas as espécies da natureza. Entende-se que nesse momento o jornalismo tenha um papel importante a cumprir. Daí decorre a escolha do aporte teórico-metodológico da Teoria das Representações Sociais (TRS). Pois, enquanto formas de crença, ideologias, conhecimento (MOSCOVICI, 2003, p.198), as representações sociais interferem nos desígnios da sociedade. E são essas representações que também conformam o sistema de ideias do qual compartilham os jornalistas. Sendo assim, em acordo com Traquina (1993, p.168), entende-se que os jornalistas são “participantes activos no processo de construção da realidade” (grafia original). E que, “[...] enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento”, o que torna imprescindível conhecer e compreender as representações sociais divulgadas pelo jornalismo de referência do Rio Grande do Sul através das notícias.

Além de o jornalismo ser um agente construtor da realidade, a urgência deste tipo de análise sobre as notícias se revela à medida que a pesquisa científica e a investigação jornalística avançam sobre as consequências das monoculturas implantadas pelo agronegócio, evidenciadas nos países vizinhos, como Uruguai e Argentina⁴. Segundo estudo publicado na revista Science (2005)⁵, as plantações de árvores exóticas reduziram o fluxo superficial de água em 52% nesses países. E, ainda, Bacchetta (2008) ressalta que foram observados processos de salinização e acidificação do solo, indicando perda de fertilidade. Este tipo de informação foi multiplicado no período analisado, pelos professores de universidades federais (BUCKUP, 2006), como a de que o modelo monocultural que estava sendo fixado no Bioma Pampa, através de espécies de eucaliptos, agravaria a situação de escassez de água já

⁴ A área total do Bioma Pampa é de 700 mil Km², compartilhada entre Argentina, Brasil e Uruguai. No Brasil, o Pampa se estende na metade sul do Rio Grande do Sul, com 176 mil Km², cerca de 60% da área do Estado. PICOLI, Luciana; VILLANOVA, Carla. **O Pampa em disputa**. A biodiversidade ameaçada pela expansão das monoculturas de árvores. Publicação do Núcleo Amigos da Terra/Brasil e Federação Internacional dos Amigos da Terra, Julho de 2007. p. 10. Disponível em: <http://www.natbrasil.org.br/Docs/monoculturas/cartilha_pampa_emdisputa.pdf> Acesso em: 21 nov. 2010.

⁵ BACCHETTA, Victor. **El fraude de La celulosa**. Montevideo, UY: Doble Editoras, setembro de 2008. p. 90.

identificada em diversos municípios da região, devido à sua alta atividade evapotranspiratória⁶.

A prática do Jornalismo Ambiental gerou a preocupação com as representações disponibilizadas ao leitor sobre este tema tão importante para o cidadão. Pois, este, já assistiu o Bioma Mata Atlântica ser praticamente dizimado⁷ e não viu serem cumpridas as promessas de geração de riqueza e desenvolvimento para a população. Parte-se do pressuposto de que o Bioma Pampa não teve a sua biodiversidade⁸ incluída pelo jornalismo e, conseqüentemente, não foram apresentadas as possibilidades de desenvolvimento local – apesar do apelo dos técnicos, professores, pesquisadores e ambientalistas vinculados aos órgãos estaduais e federais ambientais, às universidades e ao movimento socioambiental⁹. Ao mesmo tempo, a plantação de árvores exóticas teve as suas supostas vantagens econômicas exaltadas nas notícias. Por se tratar da introdução de árvores de eucalipto, pinus e acácias, chegou-se a associar o conceito de “florestamento” e de “reflorestamento” equivocadamente¹⁰.

⁶ Conforme estudo feito pela UFRGS em 1972, “A taxa de transpiração de *Eucalyptus rostrata* varia de 3 a 21 litros por hora durante o ano, colocando-a entre os vegetais com maior transpiração que se conhecia e (2) partindo-se de uma média de 10 litros por hora e levando-se em conta as dez principais horas do dia, o autor estimou a transpiração em 100 litros por dia de 10 horas”. BUCKUP, Ludwig. **A monocultura com eucaliptos e a sustentabilidade**. Março de 2006. 05f. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/artigos-e-revistas/A_Monocultura_com_Eucaliptos_e_a_Sustentabilidade_.pdf> Acesso em: 28 fev. 2011.

⁷ Resta somente 7% da cobertura original do Bioma Mata Atlântica. Disponível em: <<http://www.sosmatatlantica.org.br/index.php?section=info&action=mata>> Acesso em: 21 nov. 2010. Ver também: “No total, a Mata Atlântica já perdeu 75,88% de sua área original”. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente;jsessionid=CCE9CD9883387394D0613C090FF8D365?p_p_id=56&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-1&p_p_col_count=1&_56_groupId=19523&_56_articleId=1113192> Acesso em: 03 dez. 2010.

⁸ “Os campos deste bioma, pela sua diversidade biológica (flora, invertebrados, peixes, répteis e anfíbios, aves e mamíferos), além dos fatores abióticos e pressão antrópica a que estão submetidos, estão contemplados como área de extrema importância biológica para conservação, as regiões da Campanha Gaúcha, Serra do Sudeste e Planície Costeira e como muito alta importância biológica para conservação, os Campos do Planalto e os Campos de Baixada de Bagé (MMA 2002).” BOLDRINI, Ilsi. Biodiversidade nos campos sulinos. 2006. 15f. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/0000735900386f6ec7413>> Acesso em: out. 2010. p.07.

⁹ “Os cultivos de *Eucalyptus* spp e *Pinus* spp em áreas inadequadas poderão conduzir a graves conflitos, que tenderão a ser cada vez mais acentuados, seja pelo uso de recursos escassos, seja pela posse da terra ou ainda pela própria perda da identidade cultural regional. [...] Além disso, solos passam a apresentar maior acidez, redução na sua fertilidade, incremento de erosão, em função da alteração da estrutura do solo e redução de permeabilidade de água. Surge, também, o constante risco de incêndios.” CHOMENKO, Luiza. Pampa: um bioma em risco de extinção. **Revista do Instituto Humanista Unisinos** – IHU-On Line. Edição 247, p.4-7, São Leopoldo, 10 dez. 2007. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1556&secao=247> Acesso em: 18 jul. 2011.

¹⁰ “No caso da denominação ‘reflorestamento’, o termo pode ser ainda mais absurdo quando se trata de plantios arbóreos em áreas originais de campos. Reflorestar é, na verdade, trazer de volta a floresta original, nativa, com biodiversidade, perenidade e complexidade.” In: TEIXEIRA Filho, Althen (Org.) **Eucaliptais** – Qual Rio Grande do Sul desejamos? Pelotas, RS: 2008. Disponível em: <<http://www.natbrasil.org.br/Docs/monoculturas/eucaliptais.pdf>> Acesso em 06 set. 2010. p. 272.

Ramos (2003, p.494), em seu trabalho sobre as representações da violência, propõe que a mídia provoque “reflexões que contribuam para a emergência de novas representações sobre o tema”. Assim, este estudo pretende ser mais uma contribuição à busca que vem sendo empreendida por Vizeo Pereira Júnior¹¹ (2006), de “compreender como o campo jornalístico contribui diariamente para a construção do real”.

Concorda-se com Capra (1982), quando chama a atenção para uma crise generalizada de percepção que leva os seres humanos ao sofrimento devido à insistência numa visão fragmentada da realidade. Sendo assim, esta investigação foi feita tentando enxergar a realidade de uma maneira inclusiva, complexa.

A escolha do objeto de representação investigado possui diversas motivações. Uma delas é o estado crítico de conservação em que o bioma se encontra. Segundo o Ministério do Meio Ambiente¹², o Pampa teve uma redução de 54% do original. Levando-se em consideração que o Bioma Pampa só foi reconhecido pelo Ministério em 2004, percebe-se a importância de abordar em uma pesquisa científica as representações construídas pelo jornalismo de referência do Rio Grande do Sul, sendo este o sujeito das representações, através das notícias publicadas.

Deve-se destacar também que as pesquisas científicas existentes têm se debruçado mais sobre a questão da implantação da Silvicultura do que o território,¹³ onde o modelo do agronegócio se impõe: o Bioma Pampa. Assim, ainda que o período de análise selecionado nesta pesquisa já tenha sido explorado na academia, nenhuma pesquisa na qual se teve acesso na pesquisa bibliográfica para este estudo se deteve na preocupação de compreender como foram construídas as representações sociais sobre o Pampa nas notícias produzidas pelos diários analisados. A expectativa é de que esta pesquisa aprofunde as conclusões a que chegaram os pesquisadores sobre a visão economicista manifestada nas notícias do período e compreenda como foram construídas as representações sociais sobre o Bioma Pampa. Espera-se contribuir também para o conhecimento dos biomas do Brasil, assim como Fleury (2008),

¹¹ VIZEO PEREIRA JUNIOR, Alfredo Eurico. Jornalismo e representações sociais: algumas considerações. **Revista Famecos**. Vol. 1, No. 30. 2006. Disponível em: <<http://200.144.189.42/ojs/index.php/famecos/article/viewArticle/488>> Acesso em: 20 jan. 2011.

¹² Agência Brasil. Próximos governantes terão de enfrentar problemas ambientais brasileiros. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/home/-/journal_content/56/19523/1069724> Acesso em: 21 nov. 2010.

¹³ O sentido de território com o qual estamos pensando o Bioma Pampa é aquele de Wahren: “los territorios se conforman como espacios geográficos pero al mismo tiempo se constituyen como espacios sociales y simbólicos, atravesados por tensiones y conflictos. El territorio aparece dotado de sentidos políticos, sociales y culturales”. In: WAHREN, Juan. **Movimientos sociales y disputas por el territorio y los recursos naturales: La Unión de Trabajadores Desocupados de Gral. Mosconi en Argentina y la Asamblea del Pueblo Guaraní de Tarija en Bolivia (1995-2010)**. 370f. Tesis para optar por el título de Doctor en Ciencias Sociales. Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2011. p. 34.

ao abordar as consequências da substituição do Cerrado por monocultivos. Dentre as suas considerações finais, destaca-se: “[...] a proteção da biodiversidade [...] parece ser de interesse público maior do que a ênfase em um modelo de produção pautado por demandas comerciais exógenas, sabidamente excludente e degradador” (FLEURY, 2008, p.182).

Para contextualizar o Bioma Pampa, no capítulo 2 intitulado “O Bioma Pampa no contexto sul-rio-grandense”, reúne-se informações de estudos divulgados pelos técnicos, professores, pesquisadores e ambientalistas vinculados aos órgãos estaduais e federais ambientais, universidades e ao movimento socioambiental. Nesta parte do trabalho, será visto desde a localização do bioma e a sua situação no contexto latino-americano, às características biodiversas, à ocupação humana. A menção de um estudo sobre representações sociais e, o período de construção e aprovação do Zoneamento Ambiental da Silvicultura são outros assuntos tratados no capítulo.

No capítulo 3 denominado “O jornalismo e as representações sociais”, estabelece-se relações entre o jornalismo e as representações sociais. O referencial teórico de Jornalismo aproveitado inclui autores como Traquina (1993; 2008) e Rodrigo (2009). O conceito de Jornalismo Ambiental foi trabalhado a partir de Bacchetta (2008), Bueno (2007), Morin (2003; 2008) e Capra (1982), enquanto que a Teoria das Representações Sociais foi trabalhada a partir de Moscovici (1978; 2003; 2007), Guareschi e Jovchelovitch (1995), Jovchelovitch (1997), Sá (1998), Ordaz e Vala (1997).

No capítulo 4, “Caminhos metodológicos”, descrevem-se os caminhos metodológicos e o sujeito da pesquisa, o jornalismo. A emersão das informações a partir da técnica da análise de conteúdo (MORAES, 1999; BARDIN, 2009) sobre o corpus proporcionou a categorização a partir dos enfoques de sustentabilidade de Caporal e Costabeber (2000b). O método da Teoria das Representações Sociais foi trabalhado com os autores acima citados.

No capítulo 5, “O Bioma Pampa no jornalismo através das notícias”, dá-se a conhecer a circulação do Bioma Pampa no jornalismo de referência sul-rio-grandense, bem como a autoria das notícias. A circulação do bioma também foi analisada de forma latente.

Finalmente, no capítulo 6 sobre “As representações sociais do Bioma Pampa” discorre-se sobre as representações sociais do Bioma Pampa que circularam no período de construção e aprovação do Zoneamento Ambiental da Silvicultura, entre abril de 2007 e abril de 2008.

2 O BIOMA PAMPA NO CONTEXTO SUL-RIO-GRANDENSE

Realizar um estudo científico na área do jornalismo dando ênfase à importância de um bioma, pouco conhecido como é o caso do Bioma Pampa, pode causar estranheza. Mas, deseja-se contribuir para o reconhecimento do papel de cada ecossistema e de cada cultura para a constituição das identidades, para a compreensão das características locais e o conhecimento de qual alternativa de uso seria mais adequada, ou como se diz, mais sustentável, em benefício de todos os seres. O jornalismo, enquanto construtor social da realidade precisa ter essa ampla compreensão se deseja verdadeiramente atender ao interesse público do cidadão.

Diz-se que o Pampa é praticamente desconhecido porque pouco se explora o potencial natural dos campos, cedendo-se às alternativas de desenvolvimento social e econômico vindas de produtos/negócios/modelos externos e/ou estrangeiros, eficientes em outros ecossistemas e culturas. A simples transferência dessas alternativas do Hemisfério Norte para o Hemisfério Sul do planeta nem sempre é bem-sucedida a todos os interessados, como os moradores locais. Pois, a sua soberania econômica e política acaba submetida à concentração de renda e de riqueza - os bens naturais como água e solo, fauna e flora (UFRGS, 2007).

Luiza Chomenko em notícia divulgada pelo Incra/RS¹⁴ afirma: “Falamos todos os dias em espécies que estão em extinção no mundo, mas não das que estão em extinção aqui. Não conhecemos o pampa”. Ainda mais, o Pampa só foi reconhecido como bioma brasileiro em 2004 pelo Ministério do Meio Ambiente e, possui apenas 17 áreas protegidas, que representam 3,6% da área total do bioma (PICOLI E VILLANOVA, 2007, p.12).

No período de construção do Zoneamento Ambiental da Silvicultura (ZAS) havia os agentes sociais com seus respectivos grupos que pleiteavam a implantação de uma forma de desenvolvimento externa ao Estado, através da denominada Silvicultura, e o seu discurso de geração de empregos e riqueza na metade sul do Estado. Havia, também, os agentes sociais críticos do modelo proposto, devido à sua visão preservacionista, para um desenvolvimento a partir do local, do que o Bioma Pampa comporta pelas características físicas e biológicas. Configurou-se, assim, uma disputa por visões de mundo ou paradigmas de desenvolvimento diversos.

¹⁴ INCRA. Pampa é tema de capacitação promovida pelo Incra/RS. Porto Alegre, 26 de Agosto de 2008. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?view=article&catid=1%3Aultimas&id=10595%3A0&format=pdf&option=com_content&Itemid=278> Acesso em: ago. 2009.

Para melhor compreensão do tema são apresentadas a seguir informações com a intenção de dar um panorama da complexidade do período de implantação da Silvicultura no Bioma Pampa.

2.1 Os campos sulinos

De acordo com o divulgado no Mapa de Biomas do Brasil (FIGURA 1) e o Mapa de Vegetação do Brasil pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, em parceria com o Ministério de Meio Ambiente, MMA (2004), bioma “é um conjunto de vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria”¹⁵.

Figura 1: Mapa de Biomas do Brasil



Fonte: IBGE, 2004.

Se por um lado essas informações e o mapa possibilitam uma ideia da localização do Pampa, incorpora-se a este estudo outro mapa disponibilizado eletronicamente após realização

¹⁵ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=169>
Acesso em: 06 set. 2010.

do *Workshop Estado atual e desafios para a conservação dos campos*¹⁶ realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2006 (FIGURA 2). Constata-se que o Pampa ajuda a constituir os Campos Sulinos, que configura mais da metade sul do Rio Grande do Sul, que suas características aparecem entremeio ao Bioma Mata Atlântica, quase na divisa com Santa Catarina, onde são chamados Campos de Cima da Serra, e até no planalto do Estado, associados a florestas com Araucária (ou onde estas predominavam até 1900, antes da implantação de madeireiras e, na sequência, implantação de lavouras de *commodities* para exportação, tais como soja e trigo, no verão e no inverno, respectivamente).

Figura 2: Mapa dos ecossistemas de campos no Sul do Brasil



Fonte: RADAMBRASIL (PILLAR, 2006).

Independentemente das fronteiras determinadas pelos seres humanos, o Bioma Pampa configura a paisagem *hermana* do Uruguai e da Argentina somando uma área superior a 700 mil Km² (FIGURA 3). Irmã, porque se trata do mesmo ambiente, da mesma realidade natural, com as mesmas características fisionômicas e paisagísticas. E, olhando apenas para o mapa

¹⁶ Pillar, V. et al. **Workshop “Estado atual e desafios para a conservação dos campos”**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 24 p. 2006. Disponível em: <<http://ecoqua.ecologia.ufrgs.br>> Acesso em: 06 set. 2010. p.02.

onde está desenhado o RS, compreende-se o porquê de haver a estação quente e a fria definidas, como afirma Boldrini (2006), já que se vê a convivência entre florestas e campos, com suas respectivas espécies com características de clima tropical, e de espécies de clima temperado, tornando este um “ambiente único”.

Figura 3: Mapa do Bioma Pampa na América do Sul



Fonte: Reprodução de Santino, 2006 (PICOLI; VILLANOVA, 2007)¹⁷

A abrangência é de 176.496 mil Km², 63% do território do RS ou 2,07% do território do Brasil¹⁸. Todavia, a expansão da Silvicultura é um processo que vai além da metade sul gaúcha e envolve quase todos os países da América Latina. Pois, apenas a Stora Enso Brasil, subsidiária brasileira da multinacional (uma das três principais indústrias da celulose) dirige o negócio nos seguintes países: Chile, Peru, Bolívia, Colômbia, Venezuela, América Central e toda a região do Caribe. No Brasil, a Stora Enso, a Aracruz e a VCP¹⁹ estão

¹⁷ “Delimitação da Região do Pampa. Revista Ecosistemas / Espanha 2006. Fonte: Santino, 2006”. In: PICOLI, Luciana; VILLANOVA, Carla. **O Pampa em disputa**. A biodiversidade ameaçada pela expansão das monoculturas de árvores. Publicação do Núcleo Amigos da Terra/Brasil e Federação Internacional dos Amigos da Terra, Julho de 2007. 64p. Disponível em: <http://www.natbrasil.org.br/Docs/monoculturas/cartilha_pampa_emdisputa.pdf> Acesso em: 21 nov. 2010.

¹⁸ Área dos biomas no Brasil. Disponível em: <<http://www.florestal.gov.br/snif/recursos-florestais/os-biomas-e-suas-florestas>> Acesso em: out. 2011.

¹⁹ A Votorantim Celulose e Papel (VCP) adquiriu a Aracruz em setembro de 2009, resultando na criação da Fibria, a líder mundial na produção de celulose de eucalipto. Mesmo após a venda da Aracruz ao grupo chileno CMPC, em dezembro do mesmo ano, o novo nome foi mantido. A maior parte da sua estrutura acionária pertence 30% ao BNDESPar e 29% à Votorantim Industrial. Disponível em: <<http://fibria.infoinvest.com.br/static/ptb/estrutura-acionaria.asp?idioma=ptb>> Acesso em: fev. 2012.

presentes em todos os biomas, com ênfase na Mata Atlântica, Caatinga e Pampa²⁰. Precisamente, o agronegócio da celulose – através dos plantios arbóreos e/ou fábricas - está presente em 539 municípios de 18 estados brasileiros²¹.

2.2 Características dos campos

Ainda que as informações sobre a biodiversidade dos campos sulinos não sejam precisas, conforme afirma Boldrini (2006, p.2), os números que cita são grandiosos, ainda mais, se se considerar que se está falando de vidas, de espécies que levaram milhares de anos para se apresentarem na forma como foram identificadas. E, estão sendo extintas em um período não superior a 50 anos²². Assim,

Boldrini (1997) estimou 3000 espécies campestres para o Estado, das quais em torno 400 seriam gramíneas, 600 pertenceriam às compostas e 150 às leguminosas. Por outro lado, Longhi-Wagner (2003) cita 523 gramíneas, Matzenbacher (2003) 357 compostas, Miotto & Warchter (2003) 250 espécies de leguminosas e Araújo (2003) destaca mais de 200 espécies de ciperáceas para os campos do Rio Grande do Sul.

Para evidenciar outro aspecto da diversidade existente no Bioma Pampa – de que são formados os campos em si - sugerindo uma diversidade de usos e aproveitamento pelo ser humano, citam-se as especificações feitas por Boldrini²³:

- 1) Solos basálticos nos campos a noroeste, onde os campos são conhecidos como “barba-de-bode” (que tem sido substituído pelo conhecido capim-annoni);
- 2) Solos rasos nas áreas baixas da fronteira oeste apresentam um estrato contínuo de gramíneas [...] entremeado por leguminosas [...];
- 3) Solos mais profundos e férteis como na região de Bagé;
- 4) Região dos areais, no centro-oeste do Rio Grande do Sul, teve identificadas 123 espécies;

²⁰ Conferir ocorrência do cultivo de árvores para obtenção de celulose no Brasil em <http://www.bracelpa.org.br/bra/releases_bracelpa/mapa-setor2010.pdf> Acesso em: 29 jun. 2011.

²¹ Disponível em: <<http://www.bracelpa.org.br/bra2/?q=node/175>> Acesso em: 29 jun. 2011.

²² MARQUES, Ana Alice Biedzicki de, et al. **Lista das espécies da fauna ameaçadas de extinção no Rio Grande do Sul**. Decreto nº 41.672, de 11 de junho de 2002. Porto Alegre: FZB/MCTPUCRS/ PANGEA, 2002. 52p. Disponível em: <http://www.fzb.rs.gov.br/downloads/fauna_ameacada.pdf > Acesso em 03 de dezembro de 2010.

²³ BOLDRINI, Ilsi. Biodiversidade nos campos sulinos. 2006. 15f. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/0000735900386f6ec7413>> Acesso em: out. 2010.

- 5) Região do planalto sul-rio-grandense possui solos em geral rasos, muito pedregosos, originados de granito, principalmente;
- 6) Campos arenosos do litoral são dominados por vegetação baixa e possui muitas leguminosas.

A diversidade de solos se traduz na diversidade de espécies de flora e fauna, o que favorece diversas formas de aproveitamento com suficiência, igualmente em diversos setores, quais sejam: alimentação, lazer, turismo, floricultura, agricultura, enfim, o setor sobre o qual se pretender investir, desde que respeitando as características e os limites do território. Brack²⁴ resgata informações da biodiversidade pampiana que expressam uma forma de desconhecimento:

Com relação à fauna, nossas formações florestais abrigam milhares de espécies, que co-evoluíram ao longo de muitos milhares de anos. A rica relação flora-fauna pode ser ilustrada pelo fato de que 2/3 das 519 espécies arbóreas nativas do Estado do Rio Grande do Sul (SOBRAL *et al.* 2006) apresentam frutos carnosos ou de outras formas adaptados à dispersão pelos animais silvestres. Mais de uma centena de árvores e arbustos nativos do RS apresenta frutos comestíveis para a espécie humana (BRACK *et al.* 2007). As características locais da composição mudam de local para local em cada uma das onze regiões fisionômicas do RS, descritas há mais de 50 anos pelo naturalista Balduino Rambo (1956) [...].

Exposto o pluralismo ignorado do Pampa, pode-se observar que a monocultura de árvores exóticas, na verdade, não consiste em uma proposta de diversificação para a “metade sul” do Estado. E, ainda, o formato do negócio traz no bojo a mecanização do trabalho no plantio e na colheita, ou seja, o desemprego²⁵; provoca além da erosão dos solos, a do saber²⁶ já que o bioma passa a ter cada vez menos conhecida e aproveitada a sua riqueza natural.

O estudo de caso²⁷ realizado pelo Núcleo Amigos da Terra/Brasil evidenciou a situação das famílias rurais nas pequenas propriedades e nos assentamentos após a chegada da

²⁴ BRACK, Paulo. Os grandes projetos de silvicultura e o choque de indigestão na área ambiental do estado do RS. In: TEIXEIRA FILHO, Althen. **Eucaliptais**. Qual Rio Grande do Sul desejamos? Pelotas, 2008. Disponível em: <<http://www.natbrasil.org.br/Docs/monoculturas/eucaliptais.pdf>> Acesso em: 06 set. 2010. p.271.

²⁵ “O censo de 2000 do Uruguai mostra que a cada mil hectares de área de plantio silvicultural são gerados 4,5 empregos, ou seja, um emprego a cada 220 hectares. Segundo Lino de David, ex-presidente da Emater do RS, no Brasil, a silvicultura geraria, em média, um emprego para cada 185 hectares (<<http://www.ambientebrasil.com.br/noticias/index.php3?action=ler&id=23700>>).” In: BRACK apud TEIXEIRA FILHO, 2008, p.272.

²⁶ “[...] o saber científico dominante cria uma monocultura mental ao fazer desaparecer o espaço das alternativas locais, de forma muito semelhante à das monoculturas de variedades de plantas importadas, que leva à substituição e destruição da diversidade local.” In: SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente**. Perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003. p. 25.

²⁷ BARENHO, Cíntia. **A Função da União européia no desempoderamento das mulheres no Sul através da conversão dos ecossistemas locais em plantações de árvores** – estudo de caso Pampa gaúcho. Disponível em: <<http://www.natbrasil.org.br/Docs/monoculturas/estudo%20de%20caso.pdf>> Acesso em: 06set. 2010.

Silvicultura. Conforme Barenho (2008), as mulheres relatam que as condições de emprego são precárias, além de as vagas serem sazonais e que há prejuízo à saúde devido à exposição aos agroquímicos utilizados na monocultura. As entrevistadas revelam também que hábitos culturais foram modificados a partir da modificação da paisagem, por exemplo, os extensos maciços de eucaliptos distanciaram as moradias dos membros da comunidade o que elevou a sensação de insegurança relativa aos crimes desde roubos à violência sexual.

2.3 Usos pelo ser humano

No período de intensa discussão tanto no Consema quanto nos eventos que eram realizados, além do *workshop* citado, seminários, palestras, livros eletrônicos foram disponibilizados, tal como o que resgata a história da constituição da política e economia no Bioma Pampa²⁸. Resumidamente, pode-se dizer que as estâncias administradas pelos índios missioneiros, passaram a ser conduzidas por militares responsáveis pela defesa e conquista do território, já que ganhavam grandes extensões de terras como prêmio por parte do governo brasileiro, e muitas outras se constituíram pela adoção da pecuária por parte dos colonos açorianos.

A grande propriedade pastoril se constituiu não só num problema social, mas também político e militar para os governos de Portugal e depois do Brasil, pois a alta concentração fundiária impedia o crescimento demográfico e gerava pouca produção agrícola, que era fundamental para o abastecimento das tropas militares nesta região, marcada por guerras constantes pelo controle da bacia do rio da Prata. Neste contexto de baixa densidade populacional e grandes latifúndios pastoris, surgiu uma das primeiras menções a palavra *deserto*, que utilizamos hoje, junto com a palavra *verde* [grifos do autor] para designar as consequências da monocultura de eucaliptos nos campos da campanha e nos campos de cima da serra, que tende a expulsar a população para dar lugar a imensos eucaliptais, substituindo o gado e as pessoas. No século 18 o coronel português João Francisco Roscio usou o termo *deserto* para retratar os imensos latifúndios pastoris, os quais foram também denunciados por outras autoridades (grifos do autor) [...]²⁹.

A questão da pecuária como alternativa sustentável ao Bioma Pampa é controversa entre os movimentos socioambientais, porque parte deles é vegetariano ou vegano, contrários à exploração animal. Entretanto, os professores e pesquisadores de universidades, e de

²⁸ TEIXEIRA Filho, Althen (Org.). **Lavouras de Destruição: a (im)posição do consenso**. Pelotas, RS: 2009. Disponível em: <<http://www.semapi.rs.gov.br/semapi2005/site/livro/cd%20rom/sumario.htm>> Acesso em: 30 jul. 2010. p. 258.

²⁹ ZARTH, Paulo Afonso; GERHARDT, Marcos. Uma história ambiental do Pampa do Rio Grande do Sul. In: TEIXEIRA FILHO, Althen (Org.). **Lavouras de Destruição: a (im)posição do consenso**. Pelotas, RS: 2009. p.262.

ONG's, com representação no Consema ou não, encaravam essa possibilidade como alternativa até mesmo ao latifúndio:

[...] o problema maior da degradação das pastagens do pampa era o pastejo contínuo, implicando que mesmo com uma baixa carga as plantas do pampa podem se degradar [...] Sório defende a reforma agrária argumentando que, com manejo adequado das pastagens nativas, é possível manter sustentabilidade ecológica e, ao mesmo tempo, dar uma função social mais adequada à terra (2001, p. 86). Com pastoreio adequado é possível aumentar a carga de gado sobre os campos sem traumatizá-los³⁰.

Um uso sustentável daquele ecossistema implica além do respeito às suas características, a suspensão da perda da biodiversidade através do cumprimento da lei, da criação de áreas de preservação e sua manutenção, além do controle das fontes de poluição geradas pela expansão de monoculturas, com aplicação maciça de agrotóxicos e adubos inorgânicos, segundo Boldrini (2006). A pesquisadora arrola ainda outras medidas a serem tomadas para a contenção da perda da biodiversidade pampiana, reunidas no quadro seguinte:

Quadro 1: Reprodução das medidas para contenção da perda de biodiversidade no Bioma

- . Aumentar a representatividade dos campos naturais em Unidades de Conservação, pois somente 0,36% da área de domínio campestre está contemplada.
- . Ordenamento urgente de plantio de culturas em geral, como silvicultura de *Pinus* spp., *Eucalyptus* spp., de frutíferas; olerícolas, de grãos, com base na aptidão da região, levando em consideração fatores como a vegetação característica dominante, a fauna, o solo, o relevo e o clima.
- . Fiscalização efetiva da manutenção de 20% da área legal de conservação, segundo o Código Florestal Brasileiro. É necessário que se esclareça que a conservação deve ser da vegetação original, [...].
- . Incentivo para o aproveitamento e conservação das belezas cênicas da região, com vistas ao ecoturismo, estimulando as iniciativas já existentes, e criando outras.
- . Incentivo à produção de “produtos agrícolas livres de agrotóxicos”, agregando valor.
- . Esclarecimento aos proprietários, enfocando a problemática da caça, captura e comércio ilegal de espécies da fauna silvestre, uma prática comum.

Fonte: Boldrini, 2006.

³⁰ ZARTH, Paulo Afonso; GERHADT, Marcos. Uma história ambiental do Pampa do Rio Grande do Sul. In: TEIXEIRA FILHO, Althen (Org.). **Lavouras de Destruição: a (im)posição do consenso**. Pelotas, RS: 2009. p.269.

2.4 Um estudo de representações sociais sobre o Pampa

Pillar (2009) confirma em estudo complexo, sob diversos ângulos, a possibilidade de uso sustentável dos campos sulinos e do Pampa, e mais, tanto através da pecuária como por meio da integração da Silvicultura com pastagens e pecuária no RS, seja na grande e média propriedade, seja na familiar. Particularmente interessante ao presente tema de pesquisa, uma das abordagens para a compreensão sobre os usos nos pampas apresentada foi a das representações sociais. Os autores explicam que há estudos que dão conta de que existe uma maior valoração em ambientes nos quais a vegetação seja florestal em relação aos ambientes onde a mesma contenha poucas árvores ou nenhuma.

[...], a expansão da atividade florestal é em geral consentida socialmente como benéfica para o ambiente (Wright *et al.* 2000, Vasques *et al.* 2007) ainda que o tema seja controverso e que a expansão da atividade florestal baseada em espécies exóticas sobre áreas de campos naturais tenha sido particularmente pouco estudada. Entre as críticas está a falta de distinção entre florestas nativas e exóticas (Perz 2007) e entre as regiões naturalmente florestais e as não-florestais (Farley 2007). Como resultado, os campos naturais apresentam uma vulnerabilidade cultural à invasão que se soma à vulnerabilidade ecológica³¹ (grifos dos autores).

Os autores citados identificaram as representações sociais a partir da análise de textos, artigos jornalísticos, sítios da Internet, revistas e panfletos publicitários publicados em meios impressos ou digitais da Argentina, Brasil e Uruguai. A seguir, será possível conhecer as representações apontadas referentes ao primeiro setor³² (com grifos dos autores):

No setor “florestal” (silvicultura) representação dominante outorga à região pampiana um valor puramente econômico. Este setor destaca que a atividade tem alta rentabilidade, abre novos mercados e produz mais e melhores postos de trabalho. Na Argentina e no Uruguai este setor sustenta que a atividade da silvicultura é compatível e promotora de integração com as atividades tradicionais de pecuária e agricultura. Desde o ponto de vista ecológico, a representação dominante atribui valor às árvores e exclui os campos naturais. No Brasil, por exemplo, o setor declara promover o “florestamento” em áreas que chamam de “disponíveis”, sem jamais mencionar a formação vegetal campestre, algumas vezes referindo uma área total de 15 milhões de hectares, que coincide com a área ocupada por vegetação campestre nativa do Estado do Rio Grande do Sul. Em alguns textos, este setor afirma promover a proteção do meio ambiente através do plantio de árvores. São mencionados os benefícios do “florestamento” na captura de carbono, que colabora para reduzir os efeitos da mudança climática, e a melhora de solos degradados e da paisagem. [...].

³¹ GUADAGNIN, Demétrio Luis et alii. Árvores e arbustos exóticos invasores no Pampa: questões ecológicas, culturais e sócio-econômicas de um desafio crescente. In: PILLAR, Valério De Patta. **Campos Sulinos - conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009. p.300-316. Disponível em: <<http://ecoqua.ecologia.ufrgs.br/arquivos/Livros/CamposSulinos.pdf>> Acesso em: 06 set. 2010. p. 308.

³² Idem, p.309-311.

O segundo setor que teve apontadas representações sociais foi o dos agricultores e pecuaristas. Os autores notaram diferenças com relação ao valor do “florestamento” (aspas dos autores) entre a Argentina, o Brasil e o Uruguai.

Na Argentina as fontes analisadas não mostram posturas nem a favor nem contra ao plantio de árvores. É marcante no Uruguai a ausência de menções explícitas aos campos naturais, ainda que o setor mencione a pecuária como a principal atividade econômica do país. Neste país estão presentes manifestações de preocupação com a competição pelo uso da terra em função do avanço da atividade florestal liderada por grandes empresas multinacionais, que poderiam ameaçar a permanência no campo de pequenos produtores. Grupos de pequenos e médios pecuaristas e agricultores uruguaios que possuem campos em áreas próximas a grandes plantações florestais manifestam a preocupação com a redução na disponibilidade de água. Ainda assim, no Uruguai, bem como no Rio Grande do Sul, as posições dominantes do setor são de apoio à silvicultura, com base em valores econômicos, como a diversificação da atividade rural, que levaria à melhoria da rentabilidade e da qualidade de vida. Neste Estado aparecem ainda menções de apoio que remetem ao valor da silvicultura como uma forma de proteger o meio ambiente³³.

O setor das ONGs ambientalistas no Uruguai e no Rio Grande do Sul manifestou-se contrário à silvicultura, conforme o mesmo estudo. Na Argentina, foram observadas exposições a favor da conservação dos campos naturais e sua biodiversidade nativa.

A grande maioria das ONGs no Uruguai e no Brasil argumenta que os impactos sobre os serviços ecológicos serão fortes, como a redução da disponibilidade e qualidade de água e a erosão do solo, e que haverá perda de biodiversidade ou até extinção local de espécies da flora e da fauna. O número de textos produzidos por este setor é grande, porém sua divulgação ocorre em meios de comunicação segmentados, destinados ao público que se interessa por assuntos ambientais. Em ambos os países, as ONGs ambientalistas contrariam os argumentos apresentados pelo setor “florestal”, num claro embate. No Uruguai, as ONGs mencionam o aparecimento de pragas quando os campos naturais são substituídos por plantações de árvores. ONGs brasileiras e uruguaias mencionam a competição da silvicultura com a produção de alimentos, a necessidade de defender valores históricos, culturais e paisagísticos dos campos nativos, além de impactos sobre a saúde da população devidos ao uso de agrotóxicos e poluição inerente à fabricação da celulose. [...] ³⁴.

Já as manifestações dos denominados “segmentos de governo” foram classificadas pelo estudo, como contraditórias, pois cada uma refletia o setor social ao qual sua atividade se inseria. Assim, aqueles vinculados a políticas ambientais mencionaram “o valor intrínseco e ecológico dos campos naturais na Argentina e pouco se manifestam em relação aos plantios de árvores”³⁵.

³³ Ibidem.

³⁴ Ibidem.

³⁵ GUADAGNIN, Demétrio Luis et alii. Árvores e arbustos exóticos invasores no Pampa: questões ecológicas, culturais e sócio-econômicas de um desafio crescente. In: PILLAR, Valério De Patta. **Campos Sulinos** - conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: MMA, 2009. p.300-316. Disponível em: <<http://ecoqua.ecologia.ufrgs.br/arquivos/Livros/CamposSulinos.pdf>> Acesso em: 06 set. 2010. p. 310.

No Brasil, este segmento reconhece os valores de conservação na medida em que anuncia a criação de novas áreas protegidas e adota discursos conciliatórios em relação à silvicultura. Neste país, segmentos de governo, voltados ao desenvolvimento regional, destacam que os plantios de exóticas atendem a planos ministeriais. O Governo Estadual do Rio Grande do Sul promove a atividade da silvicultura e a produção de celulose associada a ela como uma das principais oportunidades de desenvolvimento econômico para todo o Estado, alimentando uma percepção da região pampiana como um grande espaço vazio e economicamente deprimido, onde os principais empecilhos ao desenvolvimento são questões ambientais. O governo do Uruguai compartilha as representações do setor florestal e promove a atividade como política de estado, outorgando vantagens econômicas em relação à pecuária e à agricultura. [...] ³⁶.

Nos três países, constatou-se que os segmentos do setor acadêmico posicionaram-se de acordo com seu viés de atuação profissional. Aqueles preocupados com questões ambientais manifestaram-se contrários à Silvicultura. Os argumentos que empregavam eram rebatidos pelos segmentos voltados à produção.

Cabe destacar que não foram considerados artigos científicos na análise das representações deste setor. Manifestações mais explícitas sobre questões relacionadas com invasões biológicas apareceram apenas no Brasil. Um pesquisador, por exemplo, afirma em meios não acadêmicos que “*Existem vários modos de se prover esse controle, amplamente difundidos, ainda que solenemente negligenciados nos plantios efetuados no Brasil*” e lembra que “*Pinus*” é um gênero com cerca de 113 espécies, “*logo é uma generalização inadequada dizer que Pinus é uma planta invasora, dizer o inverso também*”. Outro pesquisador afirma que o *Pinus* provoca contaminação biológica e afirma que as “*empresas devem se preocupar com o controle, que tem seu custo*” (Favreto 2008) ³⁷.

Finalmente, o estudo apontou que nos setores mais estritamente técnicos, a tendência era de perceber o ambiente “como um espaço onde realizar atividades produtivas” ³⁸.

A representação da árvore como “boa” em qualquer ambiente está fortemente instalada no setor e é utilizada como um argumento a favor do “respeito” para com o ambiente nos três países. No Uruguai, as fontes analisadas de um grupo específico de técnicos (*Plan Agropecuario*) manifesta a preocupação com a perda de terras dedicadas à pecuária, ao mesmo tempo em que se considera a atividade da silvicultura compatível com ela e reconhece o valor da captura de carbono ³⁹.

Como foi possível conferir, o jornalismo serviu como fonte de informações sobre os construtores sociais evidenciados na transcrição. Já neste estudo, o jornalismo será o agente construtor das representações sociais sobre o Pampa.

³⁶ Ibidem.

³⁷ Ibidem.

³⁸ GUADAGNIN, Demétrio Luis et alii. Árvores e arbustos exóticos invasores no Pampa: questões ecológicas, culturais e sócio-econômicas de um desafio crescente. In: PILLAR, Valério De Patta. **Campos Sulinos** - conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: MMA, 2009. p.300-316. Disponível em: <<http://ecoqua.ecologia.ufrgs.br/arquivos/Livros/CamposSulinos.pdf>> Acesso em: 06 set. 2010. p. 311.

³⁹ Ibidem.

2.5 Construção e aprovação do ZAS

O processo de implantação da Silvicultura no Rio Grande do Sul, fase a qual constitui o contexto desta pesquisa, se iniciou em 2004, quando indústrias multinacionais de celulose já haviam adquirido terras no Bioma Pampa inclusive dentro da Faixa de Fronteira⁴⁰, mas as notícias veiculadas pela imprensa se referiam somente à “Metade Sul” do Estado.

A partir da pressão feita pelos movimentos socioambientais⁴¹ com representatividade também no Conselho Estadual do Meio Ambiente, o Consema, foi aprovada a Resolução nº 084/2004, que incluiu a Silvicultura no sistema de licenciamento. Em consequência, a Secretaria do Meio Ambiente, a Sema, através da Portaria nº 048/2004, instituiu um grupo de trabalho para a realização do zoneamento ambiental da silvicultura constituído por técnicos da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler, a Fepam, Fundação Zoobotânica, a FZB, e Departamento de Florestas e Áreas Protegidas, o Defap.

No ano seguinte, a Portaria da Fepam nº 068/2005 anunciou os procedimentos para o licenciamento da Silvicultura, tendo estabelecido os portes, potencial poluidor e ramos diferenciados em função da capacidade invasora da espécie a ser plantada. Assim, a implantação de novos projetos passou a respeitar dois instrumentos de gestão ambiental, o zoneamento e o licenciamento, previstos no Código Ambiental do Estado, Lei Estadual nº 11.520/2000.

Em 2006, a Fepam realizou a chamada cooperação com a Associação Gaúcha de Empresas Florestais, Ageflor, para “subsidiar a contratação de uma empresa de consultoria para realizar os estudos básicos necessários para a elaboração do zoneamento da silvicultura” (SEMA, 2010, p.01)⁴². Em 12 de maio do mesmo ano, a Fepam assinou com o Ministério

⁴⁰ (1) São 4,3 milhões de hectares comprados por estrangeiros no Brasil. Predominam no Centro-Oeste e no Sudeste, e dentre os negócios, está o plantio de eucalipto para a indústria de celulose. VAZ, Lúcio. Mais de 4 milhões de hectares estão sob comando de estrangeiros. Correio Braziliense. Brasília, DF: 09 jun. 2010. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2010/06/09/interna_brasil,196796/index.shtml> Acesso em: 30 jun. 2011.

(2) “A região da Faixa de Fronteira caracteriza-se geograficamente por ser uma faixa de 150 km de largura ao longo de 15.719 km da fronteira brasileira (Lei 6.634/79, regulamentada pelo Decreto 85.064, de 26 de agosto de 1980), que abrange 11 unidades da Federação e 588 municípios e reúne aproximadamente 10 milhões de habitantes”. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/faixa/abrangencia.asp?area=spr_frenteira> Acesso em: 06 set. 2010.

⁴¹ BINKOWSKI, Patrícia. **Conflitos ambientais e significados sociais em torno da expansão da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” do Rio Grande do Sul**. 2009. p. 45.

⁴² SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. Zoneamento Ambiental da Silvicultura. Estrutura, Metodologia e Resultados. Volume I. Março de 2010. 131p.

Público Estadual um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta⁴³ (TCA), através do qual ficou determinado que, (1) concluiria o zoneamento até 31 de dezembro de 2006; (2) o submeteria às audiências públicas e aprovação do Consema até 31 de março de 2007; (3) emitiria apenas autorizações enquanto o zoneamento estivesse sendo construído, de modo que plantios fossem realizados somente em áreas de reformas de plantio ou já de uso agrícola, sendo vedados os plantios na área de Faixa de Fronteira.

A proposta de Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura no Rio Grande do Sul foi entregue em dezembro de 2006 ao Governo do Estado e ao Ministério Público Estadual. De acordo com a primeira versão, o documento trazia além dos objetivos,

[...] uma série de mapas temáticos, resultantes do levantamento de variáveis selecionadas em função de sua inter-relação com o tema em estudo e um mapa de vulnerabilidade, indicando as áreas de alta, média e baixa restrição à atividade de silvicultura. Também faz parte deste documento uma matriz de vulnerabilidade, indicando as áreas mais críticas para os temas selecionados, e um conjunto de regras que devem ser respeitadas na implantação da silvicultura, específicas para cada unidade de paisagem identificada pelo zoneamento (SEMA, 2007, p.7-8)⁴⁴.

Em fevereiro de 2007, através da Portaria SEMA 006⁴⁵ foi criado um Grupo de Trabalho (GT) formado por representantes das Secretarias do Estado e das entidades empresariais para analisar a primeira versão do zoneamento. As propostas desse grupo, que não incluiu nenhuma das quatro ONG's participantes⁴⁶ do Consema, foram apresentadas dois meses depois. Até abril de 2007, apenas os movimentos socioambientais alertavam a sociedade da importância do trabalho realizado pelos técnicos da Sema, pela defesa do Bioma Pampa, informações pouco ou nada retratadas pelo jornalismo de referência do RS, que noticiou a ameaça das indústrias ao Governo Estadual de abandonar os investimentos na "Metade Sul". O Governo, com o argumento da geração de emprego e riqueza, em maio de 2007, substituiu o secretário de Meio Ambiente e a presidente da Fepam para amenizar a

⁴³ MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL/RS. "Termo de Ajustamento de Conduta - MPE x FEPAM/RS, a respeito dos licenciamentos ambientais da silvicultura". 2006. 05 páginas. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/000073590b1adebd6c3ef>> Acesso em: out. 2010.

⁴⁴ SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. Zoneamento Ambiental para Atividade de Silvicultura. Volume I. Janeiro de 2007. 78p.

⁴⁵ SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – SEMA. **Portaria SEMA Nº 006, de 21 de fevereiro de 2007.** Disponível em: <http://www.sema.rs.gov.br/upload/Portaria%206_2007_Cria%20e%20nomeia%20GT_Analise%201%C2%BA%20vers%C3%A3o_Diretrizes%20Ativ%20Silvic%20RS%20por%20Unid%20Paisagem.pdf> Acesso em: out.2011.

⁴⁶ Por meio da Apedema – Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente - Agapan, NAT/Brasil, Ingá e Mira-Serra, solicitaram entrada no GT Silvicultura e não obtiveram resposta. In: CARRION, Maria da Conceição de Araújo. 2010.

“lentidão” do licenciamento, tendo assumido esses cargos o procurador de Justiça do Ministério Público Estadual, Carlos Otaviano Brenner de Moraes, e a bacharel em Ciências Contábeis, Ana Pellini, respectivamente.

Quatro Audiências Públicas realizadas em junho de 2007, como determinado pelos aditivos ao TCA⁴⁷ celebrados entre a Fepam e o Ministério Público Estadual, em Pelotas, Alegrete, Santa Maria e Caxias do Sul, reuniram a população para conhecer a proposta de zoneamento. Apesar do apelo dos técnicos dos órgãos estaduais ou federais, professores e pesquisadores de universidades e ambientalistas membros de ONG’s com representação no Consema ou não, nenhuma audiência pública aconteceu em Porto Alegre. A insistência se devia à expectativa que tinham de equilibrar a argumentação sobre a Silvicultura no Pampa, após denúncias⁴⁸ de que no interior, a presença era maciça de apoiadores do projeto da celulose.

As discussões ocorridas nas audiências públicas geraram um relatório que trouxe acréscimos à proposta de Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura, o qual foi entregue ao Consema e deveria ser analisado pela Câmara Técnica Permanente de Agropecuária e Agroindústria. Segundo o relato de Brack, por não haver data nem cronograma de discussão, os movimentos socioambientais se retiraram desta. Atitude que, ele acredita, conjuntamente com a pressão do Ministério Público Estadual, motivou a direção da Fepam a incentivar a discussão do zoneamento em mais duas Câmaras Técnicas, a de Biodiversidade e Política Florestal e a de Assuntos Jurídicos. Segundo a Sema (2010, p.2):

a Câmara Técnica de Biodiversidade e Política Florestal trabalhou de agosto de 2007 até março de 2008, tendo sido consensuados entre seus membros a maioria dos temas discutidos. O tema relativo aos critérios de uso e ocupação do solo pela silvicultura foi o único item decidido pelo voto, diante da impossibilidade de estabelecer consenso sobre o assunto.

Não obstante o consenso tivesse sido encontrado pela Câmara Técnica de Biodiversidade e Política Florestal, Brack⁴⁹ lembra que na reunião do Consema de 18 de

⁴⁷ A Sema/RS e a Fepam/RS assinaram com o MPE/RS aditivos ao TCA original (Termo de Ajustamento de Conduta assinado em 12 de maio de 2006) em 19 de abril de 2007 e 03 de maio de 2007. In: IBAMA/RS. **Parecer da Equipe Técnica do IBAMA** - Grupo de Trabalho do Bioma Pampa - Sobre o Zoneamento Ambiental da Atividade da Silvicultura no Rio Grande do Sul. 2007. 05 p. Disponível em: <http://www.natbrasil.org.br/Docs/monoculturas/parecer_zoneamento_ibama_2007.pdf> Acesso em: dez. 2010.

⁴⁸ ECOAGÊNCIA. Audiências públicas da silvicultura terminam sob protestos e denúncias das ONGs. EcoAgência. Porto Alegre, 20 jun. 2007.

⁴⁹ BRACK, Paulo. Os grandes projetos de silvicultura e o choque de indigestão na área ambiental do estado do RS. In: TEIXEIRA FILHO, Althen (Org.) **Eucaliptais** – Qual Rio Grande do Sul desejamos? Pelotas, 2008. p. 261-284. Disponível em: <<http://www.natbrasil.org.br/Docs/monoculturas/eucaliptais.pdf>> Acesso em: 06 set. 2010. p. 266.

março de 2008, a presidente da Fepam Ana Pellini apoiada pelos setores representantes da Silvicultura alegou “estudos insuficientes para a finalização do ZAS e retiraram as principais restrições acordadas anteriormente”, que eram os índices de vulnerabilidade e de restrição para as unidades de paisagem, bem como os limites quanto ao tamanho máximo dos maciços de plantios arbóreos homogêneos e de seus espaçamentos. Em votação, estas alterações foram aprovadas.

Dias depois, foi marcada uma reunião extraordinária do Consema para 04 de abril de 2008 cuja pauta seria a análise dos pareceres das Câmaras Técnicas encarregadas de discutir o ZAS.

Nesta reunião, o representante da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), Flávio Lewgoy, pediu vistas aos documentos e tempo suficiente para dar seu parecer, conforme garantia a Resolução n°. 64/2004 do Consema, que disponibilizava pelo menos quinze dias para a elaboração de seu parecer de pedido de vistas. Surpreendentemente, o presidente do Conselho, unilateralmente, concedeu somente três dias para a análise completa dos documentos e a elaboração do parecer por parte do representante da Agapan. Neste ínterim, a Agapan obteve na manhã do dia 9 de abril um Mandado de Segurança, na 5ª Vara da Fazenda Pública da Capital, suspendendo a votação no Consema do Zoneamento Ambiental da Silvicultura que aconteceria naquela tarde. Entre os argumentos da Agapan estava a afirmação de que a reunião do dia 4 de abril teria como pauta tão somente a apresentação da matéria, tendo sido, então, surpreendida com o encaminhamento para sua deliberação. A Agapan afirmou a impossibilidade de examinar mais de mil páginas do processo administrativo e elaborar relatório e voto, em pouco mais de dois dias úteis. Disse também sequer ter recebido cópia do processo administrativo⁵⁰.

Até chegar o dia da reunião do Consema, 09 de abril de 2008, os técnicos da Fepam foram pressionados⁵¹ a liberar imediatamente as licenças para os plantios. Somente a imprensa alternativa⁵² noticiou o fato. No dia da reunião, a liminar que dava garantia de pelo menos 15 dias à Agapan para avaliar os relatórios foi entregue pelo seu conselheiro, Flávio Lewgoy. O secretário de Meio Ambiente, Carlos Brenner de Moraes, que era também o presidente do Consema, a recebeu e na sequência deixou a coordenação da reunião ao cargo do secretário adjunto, Francisco Simões Pires, e se retirou. Antes do final da tarde, os conselheiros que apoiavam o zoneamento original se retiraram da reunião, já que havia a liminar garantindo prazo para análise dos relatórios. Porém, o secretário Brenner de Moraes, retornou à reunião do Consema com a cassação desta liminar e coordenou a votação do

⁵⁰ Idem, p. 267-268.

⁵¹ NENÉ, Ulisses. Presidenta da Fepam admite que pressionou pela aceleração dos licenciamentos das papeleiras. EcoAgência. Porto Alegre, 08 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id===AUUF0dWtWOXJFbZpXTWJVU>> Acesso em: mar. 2011.

⁵² Denominamos esta imprensa alternativa no sentido de que servia como uma opção àquela de referência no Estado.

zoneamento com as alterações da reunião do dia 18 de março. E assim, na noite de 09 de abril de 2008, foi aprovado o documento regrador da atividade da Silvicultura no RS, com o voto de 19 conselheiros, dentre os 29 à que teriam direito ao voto.

A suspensão da liminar que impedia a votação final do ZAS foi dada pelo desembargador Armínio José Abreu Lima da Rosa, Presidente do TJRS (Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul), no início da noite. O argumento maior do Governo do Estado foi o de evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas. O Presidente do Tribunal considerou, para a decisão, o valor apresentado pelo presidente do Consema, relativamente aos supostos prejuízos imediatos a serem experimentados pelo Estado do Rio Grande do Sul, com o possível corte de investimentos (mais de R\$ 6 bilhões) em função da “demasiada demora na definição da matéria ambiental”, do que dependia a expedição de licenciamentos⁵³.

Os conselheiros que defendiam a primeira versão do zoneamento impetraram uma Ação Civil Pública na Justiça, a qual permitiu o retorno do zoneamento ao Consema, para que fossem estabelecidos limites para o uso e ocupação do solo pela Silvicultura. Precisamente, à Câmara Técnica de Biodiversidade e Política Florestal, em agosto de 2008. As licenças outorgadas neste intervalo das discussões foram mantidas.

Para surpresa dos próprios membros do Consema, o debate progrediu e um consenso sobre o uso e ocupação do solo pela Silvicultura foi encontrado, culminando com a votação do zoneamento em vigor, chamado Resolução Consema 227/2009, de 20 de novembro, que aprovou alterações do Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura (de que trata a Resolução Consema 187 de 09/04/2008). Os conselheiros manifestaram publicamente, também, que o resultado consistia numa mescla dos seus interesses e preocupações, ainda que para os conselheiros-ambientalistas estivesse longe do ideal.

⁵³ BRACK, Paulo. Os grandes projetos de silvicultura e o choque de indigestão na área ambiental do estado do RS. In: TEIXEIRA FILHO, Althen (Org.) **Eucaliptais – Qual Rio Grande do Sul desejamos?** Pelotas, 2008. p. 261-284. Disponível em: <<http://www.natbrasil.org.br/Docs/monoculturas/eucalipitais.pdf>> Acesso em: 06 set. 2010. p. 268.

3 O JORNALISMO E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A política estadual que incentivou a implantação da monocultura de árvores no Bioma Pampa entre 2007 e 2008 instigou a busca pelas representações sociais sobre o bioma que circularam através do jornalismo de referência sul-rio-grandense pelo papel de construtor social da realidade que se entende que este possui. Pois, enquanto prática social, o jornalismo necessita se conhecer para repensar-se visando qualificar-se para atender aos seus preceitos, tais como o atendimento ao interesse público.

A associação entre o jornalismo e as representações sociais, se deu a partir da explicação sobre “o território do contexto comunicacional das mensagens”, conforme o mapeamento da área da comunicação de Santaella (2001). Nesse sentido, a autora afirma:

Ainda cabem nesse campo as pesquisas sobre aquilo a que as mensagens se referem, o que elas indicam, designam, representam, como representam, a que interesses ideológicos e poderes sociais atendem, enfim, cabem aqui os variados tipos de relações da mensagem com o seu contexto representativo, isto é, os graus de referencialidade das mensagens ou aquilo que, de maneira menos técnica, costuma ser chamado de conteúdo (p.88).

Recorda-se que, entre abril de 2007 e abril de 2008, o jornalismo de referência gaúcho optou por retratar uma polarização do acontecimento – implantação da Silvicultura no período de construção e aprovação do Zoneamento Ambiental da Silvicultura (ZAS). De um lado, integrantes de ONG's socioambientais com representação no Consema ou não, técnicos de órgãos ambientais dos Governos Estadual e Federal e professores de universidades federais, vinculados a ONG's ou não, todos estes com representação no Consema ou não, defendiam a preservação do Bioma Pampa e o desenvolvimento regional a partir da sua biodiversidade, como através da manutenção da pecuária, atividade que ajudou a constituir o mito do gaúcho. De outro lado, o Governo Estadual, alicerçado por indústrias multinacionais da celulose, promovia a chamada Silvicultura na metade sul do Estado. Assim, os dois principais grupos de comunicação do Estado, RBS e Record, optaram por dar ênfase em suas notícias ao pólo no qual se situava o governo e as empresas (GENRO, 2009; BINKOWSKI, 2009). Nesse contexto, percebeu-se a importância de qualificar o fazer jornalístico, responsável pela construção social da realidade, e buscou-se compreender como foram construídas as representações sociais sobre o Bioma Pampa pelo jornalismo de referência gaúcho no período dessa cobertura.

Se o jornalismo produzido pelos meios de comunicação produz “incomunicação”, como diz Galeano⁵⁴, por repetir o “monólogo do poder” e é recheado de preconceitos manifestos através da destruição das identidades e da natureza, deseja-se contribuir com uma crítica a essa postura e com reflexões pertinentes para uma possível modificação dessa realidade. Para isso, contou-se com a Teoria das Representações Sociais (TRS). A partir dela, viu-se, por exemplo, com Rouquette⁵⁵, que as representações devem ser tomadas “como uma *condição das práticas* e as práticas como um *agente de transformação* das representações” (grifos do autor).

A concepção de notícia empregada vem de Traquina (1993, p.169), que a considera “[...] o resultado de um processo de produção definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias)” (grafia original). As notícias são produzidas por jornalistas ao escolherem a forma da narrativa, como o uso ou não da técnica da pirâmide invertida, o destaque de determinados aspectos em detrimento de outros, bem como a escolha das fontes a serem ouvidas ou a sua adequação à linha editorial da empresa. O pesquisador destaca também a imposição de uma ordem no espaço e no tempo que os jornalistas sofrem por parte das empresas do campo jornalístico, de modo a acompanhar pessoalmente os acontecimentos e os transformar em notícias quase ao mesmo tempo ou, antes do veículo concorrente. Daí que surge a concentração na produção noticiosa nas capitais ou regiões metropolitanas, onde se situam os centros de poder e onde, supostamente, os acontecimentos estão mais presentes do que no interior. A concentração de fontes ligadas aos governos, fontes oficiais ou ligadas aos poderes predomina.

De acordo com Rodrigues (1988), o presente é tecido pelo jornalismo que ao relatar um acontecimento produz um novo. “Os valores de credibilidade, de sinceridade, de clareza, de justeza, de coerência e de correção, de satisfação e de aceitação são actos inerentes ao discurso, integram o mundo da enunciação e são dele inseparáveis” (RODRIGUES, 1988, p. 31, grafia original).

Este autor também afirma⁵⁶, ao explicar o significado de “acontecimento” tido como imprevisível, que o discurso jornalístico provoca um enquadramento sobre o mundo ou do mundo, ao expor os fatos extraídos dos acontecimentos em forma de notícia. E ainda, chama

⁵⁴ GALEANO, Eduardo. A caminho de uma sociedade da incomunicação? In: MORAES, Dênis de (org.). Traduções de Carlos Frederico Moura e Silva, Maria Inês Coimbra Guedes, Lucio Pimentel. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p.149-154.

⁵⁵ MOREIRA, Antonia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina de. (orgs.). 2 ed. Goiânia: AB, 2000, p. 45.

⁵⁶ RODRIGUES, Adriano Duarte. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa, Veja, 1993. p.29.

de meta-acontecimento aquele criado a partir do discurso jornalístico, devido à visibilidade e a notabilidade que dá ao público. Neste estudo, interessa-se por esta abordagem sobre enquadramento, pois, o que não é noticiado passa a não ser reconhecido socialmente, assim como o jornalismo sul-rio-grandense tratou da implantação da Silvicultura (processo traduzido pelas notícias nos dois diários) e não da substituição do Bioma Pampa (dimensão ignorada nas notícias conforme demonstrou o corpus analisado no capítulo cinco).

Além de conceituar notícia, faz-se necessário conceituar reportagem, já que, principalmente no caso do jornal Zero Hora, em algumas datas pode surgir a dúvida se é uma notícia ou uma reportagem, principalmente, devido à extensão e espaço concedido à matéria jornalística. Visando dirimir todas as dúvidas, e ratificar o objetivo de analisar as notícias dos dois jornais de referência do Estado, é que se buscou em Genro Filho (1987, p.198-199), um conceito de reportagem complexo, que vai além da extensão do texto. O autor cita Lage⁵⁷ (1979) para apontar as qualidades da investigação e da interpretação e, acrescenta a estas, que “[...] o essencial na reportagem [...] é que a *particularidade* [...] assume relativa autonomia ao invés de ser apenas um contexto de significação do singular”. Genro Filho exemplifica:

Ela própria busca sua significação na totalidade da matéria jornalística, concorrendo com a singularidade do fenômeno que aborda e os fatos que o configuram. Essa significação autônoma pode ser [...] informativa (como no caso das revistas semanais que, muitas vezes, contam a “história da notícia” a que o público já assistiu pela TV e leu nos jornais diários, com maior riqueza de nuances e detalhes, fornecendo um quadro mais complexo da situação na qual o fato foi gerado)⁵⁸.

A partir desse esclarecimento sobre a concepção de notícia e reportagem para este trabalho, apresenta-se, a seguir, a contribuição do jornalismo ambiental, cuja perspectiva teórica ajuda a compreender e avaliar a cobertura jornalística sobre a construção do ZAS no Rio Grande do Sul.

3.1 A ação do Jornalismo Ambiental

Na busca pela inserção em uma nova visão de mundo, não cartesiana⁵⁹, mas sim sistêmica⁶⁰, inclusiva e, tentando desenvolver um Jornalismo Ambiental, isto é, através do

⁵⁷ LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Petrópolis, Vozes, 1979. p.83.

⁵⁸ Não obstante ter-se destacado a significação autônoma informativa, Genro Filho trata também da estética e da teórico-científica. In: GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide** - para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre, Tchê, 1987. p.198.

⁵⁹ Relacionado a René Descartes, matemático francês, 1596-1650, que inaugurou o racionalismo na Idade Moderna. Uma das figuras chaves da Revolução Científica. Concepção cartesiana de universo: sistema mecânico

qual as pautas sejam complexificadas, pôde-se perceber que o acontecimento no período investigado, deveria ser o risco iminente de substituição definitiva do Bioma Pampa⁶¹. E, não, meramente, sobre ser contrário ou a favor do desenvolvimento da chamada metade sul do RS. Ou ainda, sobre ser a favor ou contra a Silvicultura e ao eucalipto. Essa complexificação permite ver ainda que embora o jornalismo se referisse às vantagens da Silvicultura⁶², na realidade, implantava-se no Estado monoculturas de árvores de eucaliptos clonadas.

No intuito de ajudar a superar o paradigma da fragmentação, o Jornalismo Ambiental conta com os preceitos de Edgar Morin. Este pensador manifesta a preocupação com a degradação ambiental e do homem, ao desenvolver os pressupostos do pensamento complexo, ao avançar no pensamento sistêmico. Morin (2008) defende um conhecimento multidimensional; a distinção e não a separação ou simplificação do conhecimento, ao contrário, a religação entre os saberes por meio do exercício da transdisciplinaridade; a inclusão do pluralismo em favor da justiça e da solidariedade; a busca mais da explicação do que da descrição, além da contextualização; a admissão da diversidade do real e da existência do diferente.

Para Morin (2008), a complexidade pode ajudar na reversão desse processo de destruição iniciado.

Um pensamento na organização que não inclua a relação auto-eco-organizadora, isto é, a relação profunda e íntima com o meio ambiente, que não inclua a relação hologramática entre as partes e o todo, que não inclua o princípio da recursividade, está condenado à mediocridade, à trivialidade, isto é, ao erro... (MORIN, 2008, p. 193).

composto de unidades materiais elementares; concepção de vida em sociedade como uma luta competitiva pela existência, crença no progresso material ilimitado a ser alcançado através do crescimento econômico e tecnológico. In: CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1982. p. 28.

⁶⁰ Ludwig von Bertalanffy, biólogo austríaco, é o autor da Teoria Geral dos Sistemas, lançada em 1968 no Canadá, da qual deriva o pensamento sistêmico. Ao dar uma unidade à ciência, ao conhecimento, não se falaria mais de entidades físicas, químicas, ou outras, mas das totalidades que estas entidades constituem, da organização destes sistemas. In: VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. **Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência**. Campinas, SP: Papirus, 2002. 8ª edição. 2009. 272p.

⁶¹ O Bioma já sofre impactos com a pecuária apesar de esta atividade ser mais apropriada às características do ecossistema em comparação com a Silvicultura, além de estar consolidada desde a ocupação humana.

⁶² “Silvicultura é a ciência que se ocupa das atividades ligadas a implantação e regeneração de florestas. Visa desta forma o aproveitamento e manutenção racional das florestas, em função do interesse ecológico, científico, econômico e social.” Disponível em: <<http://home.furb.br/lischorn/index.html>> Acesso em: 20 out. 2011.

Esta relação íntima com o meio ambiente, também é defendida pelo editor da EcoAgência Solidária de Notícias Ambientais⁶³, Juarez Tosi, o qual considera “[...] muito difícil desvincular o jornalismo da atividade ambiental”.

Em geral, o jornalismo é jornalismo e o militantismo é militantismo. Mas, se sou a favor da vida tenho que ser, além de jornalista, um bom militante da causa ambiental. [...]. Por exemplo, temos, como jornalistas, que mostram que os metais pesados fazem mal para a saúde, que eles provocam câncer. E o uso absurdo, como ocorre hoje, de plástico, causa sérios problemas hormonais. Quem sabe hoje que as substâncias estrogênicas (que imitam o efeito do estrógeno, que é o hormônio feminino) afetam fortemente a reprodução e a saúde, tanto de animais como de seres humanos? [...]. Como jornalistas, temos o dever ético de mostrar isso para as pessoas. (BUENO, 2007, p.141).

O Jornalismo Ambiental subsidia o jornalista para que cumpra o dever ético abordado por Tosi. Pois, deve estar sintonizado com o pluralismo e a diversidade e estar atento aos interesses das empresas poluidoras que se oferecem para falar “cientificamente” (aspas do autor), sobre o próprio negócio (BUENO, 2007). O pesquisador vê como um desafio das coberturas a superação do conflito entre o saber ambiental e o sistema fragmentado de produção jornalística:

O saber ambiental tem sido penalizado pelo chamado mosaico informativo que caracteriza a produção midiática, que lhe retira a perspectiva integrada e a sua dimensão histórica, contemplando-o a partir de fragmentos de cobertura que descartam o contexto [...]. Por este motivo, o cidadão [...] tem dificuldade para entender a amplitude e a importância de determinados conceitos, e geralmente vislumbra o meio ambiente como algo que lhe é externo (BUENO, 2007, p. 17-18).

Ainda nos anos 80, a qualificação da produção de notícias bem como a mudança da visão de mundo vigente, era defendida por Capra (1982, p.400), ao dizer que o jornalista devia “mudar o seu modo de pensar fragmentário”, desenvolver uma “ética profissional baseada na consciência social e ecológica”. Ou simplesmente, pode-se dizer ser ético, pois a ética pressupõe valores, e não o mercado, ainda que faça uso da palavra “ética” para defender seus interesses.

Girardi e Schwaab (2008) constatam que as notícias veiculadas pela mídia, além de estarem segregadas em editoriais e cadernos ditos ambientais, têm o predomínio do tom

⁶³ Criada pelo Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, NEJ-RS, em 2003 no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, quando os jornalistas ambientais perceberam que as pautas de meio ambiente recebiam pouca atenção da imprensa. Desde 2004 possui um site de internet. Disponível em: <<http://www.ecoagencia.com.br/?open=aeoagencia>> Acesso em: dez. 2011.

alarmista, espetacular, com poucos dados científicos, e muito *marketing* verde⁶⁴. Portanto, é fundamental buscar-se uma oportunidade de poder

[...] repensar a própria prática e revê-la a partir das representações sociais, sob as quais se justificam práticas hegemônicas, (para assim) discutir sobre a necessidade de uma ética que norteie a produção de sentidos das produções midiáticas (MORIGI, 2004, p.10).

“Ninguém segue as notícias tão de perto como os jornalistas.” Não obstante o jornalismo seja feito somente por estes agentes sociais, destaca-se este trecho de Traquina (2008, p.27), no intuito de propor um empoderamento dos jornalistas. Pretende-se resgatar esse sentimento, para que seja possível dialogar neste trabalho sobre uma nova maneira de produzir notícias, ou antes, de enxergar os acontecimentos de uma maneira diferente da atual.

A partir desse empoderamento, pretende-se que o jornalista amplie o leque de fontes buscando-as em diversos lugares, e não apenas naqueles relacionados às fontes oficiais ou científicas. Bueno (2007) afirma que a “lattelização” das fontes, é outro extremo ao qual o jornalista não pode sucumbir. Ele explica que:

Quando o jornalista ambiental quiser debater o impacto da monocultura de eucalipto não deve perguntar apenas aos pesquisadores, em particular aqueles financiados pela Aracruz Celulose ou pela Votorantim (entre outras), mas às populações que vivem ao redor destes megaprojetos [...], e aos indígenas desalojados pelas grandes empresas de papel e celulose (2007, p.47).

Bueno já havia constatado a adesão da imprensa brasileira ao “modelo economicista e agroexportador, que contempla a preservação da biodiversidade como um entrave ao desenvolvimento; a adesão sem limites à biotecnologia [...] como a única saída para o crescimento e o conhecimento popular como primitivo” (2007, p.96). De fato, essa realidade não mudou, ao contrário, agudizou-se e foi perceptível no corpus deste trabalho através de diversas notícias que reforçaram o suposto benefício econômico da implantação da Silvicultura sobre o Pampa gaúcho.

A globalização e essa visão de mundo mercadológica representam o paradigma dominante de produção em diversos setores sociais, desde o jornalismo, objeto deste estudo, à

⁶⁴ Empresas que buscam limpar a sua imagem com slogans e campanhas publicitárias visando manipular a opinião pública, como as empresas de agrotóxicos. BUENO, Wilson da Costa. *Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito*. In: GIRARDI, Ilza; SCHWAAB, Reges (org). **Jornalismo Ambiental – Desafios e Reflexões**. Porto Alegre: Editora Dom Quixote, 2008. p.115.

produção rural, conforme tratou Shiva (2003). A diversidade cultural passa a ser um empecilho quando os ganhos ou lucros provêm da quantidade não necessariamente da qualidade do produto. Havendo diversidade há inclusão, pluralismo, integração, diálogo. O contrário ocorre nas redações que contratam profissionais “multimídia”, encarregados de produzir notícias para os diferentes veículos da organização midiática. Tais profissionais são subjugados a rotinas produtivas exaustivas (FONSECA, 2008).

Segundo Rodrigo (2009), as fontes utilizadas são aquelas provenientes das instituições já legitimadas como fontes. Essas instituições fazem parte ou ajudam a constituir “redes de informação”, sendo daí que é comum ver os jornalistas cobrindo regularmente rotina de prefeituras ou clubes de futebol, por exemplo, que são instituições já legitimadas como de interesse público. Um jornalista empoderado ousa incluir outros tipos de fontes além deste limite socialmente aceito. A reunião de pauta não deve ser apenas o momento de distribuição destas, mas sim, de discussão sobre as mais ricas possibilidades de encontrar abordagens diferenciadas, plurais. Não é possível fazer isso sem efetuar um levantamento das possíveis fontes e sua disponibilidade, estudar o tema de cobertura jornalística, e ter noção de abordagens já realizadas e avaliar se existem novas possibilidades por inaugurar. Assim como Zamin (2011, p.252) destaca, “Se, por um lado, as fontes estão implicadas, têm interesses na divulgação ou não de informações, por outro, o jornalista se movimenta visando delas obter mais do que desejam revelar (ROSA, 2006)”. É fundamental ao jornalista, sair da redação disposto a exercer esse movimento; perguntar e, mesmo vivenciando pressões impostas pela linha editorial do veículo para o qual trabalha, deve ousar ser o autor da sua notícia, até porque será ele mesmo o jornalista responsável por ela.

Tanto Bueno (2007) quanto Dornelles⁶⁵ (2008, p.129), defendem que “se a pauta, as fontes, o foco da entrevista não estiverem respaldados em um olhar multi e interdisciplinar, politicamente engajado, planetariamente comprometido, teremos uma reportagem que falseia os interesses da maioria, despossuída de poderes políticos e econômicos”. Esses pressupostos arrolados pelos autores é que vão fundamentar o jornalista no processo de inclusão de fontes – já que não é o único agente construtor da notícia incumbido da seleção delas. E, justamente, porque “nem todos os agentes sociais são iguais no seu acesso aos jornalistas” e “as fontes oficiais são as fontes dominantes na produção de notícias” (TRAQUINA, 2008, p.120), lembra-se aqui, as palavras de Bueno, de que “a pluralidade de vozes e opiniões contribui para

⁶⁵ DORNELLES, Beatriz. **O fim da objetividade e da neutralidade no jornalismo cívico e ambiental.** Brazilian Journalism Research (Versão em português) – SBPJor. Volume 1. Number 1. Semester 2. 2008. p. 121-131.

o debate, estimula a reflexão, evita que o jornalista se torne refém de fontes e que possa enxergar o mundo a partir de perspectivas ou filtros viciados” (2007, p.50).

À questão da pluralidade importa enfatizar que não está relacionada à quantidade de fontes, mas sim às múltiplas origens delas. Segundo Benetti (2010, p.120), “uma aparente polifonia” nas notícias, revela que “[...] muitas vezes escondem-se textos em essência monofônicos”. Quando os nomes são variados, mas todas as fontes têm ligações à mesma empresa do agronegócio, é um equívoco acreditar que a notícia seja plural. A sua principal característica é a simplificação das informações possíveis de serem obtidas, bem como do contexto social e do ângulo de visão do jornalista (bem como da empresa jornalística para a qual trabalha).

Se a regra é, como diz Gomis (2004, p.104), “que a fonte fundamental das informações são os interessados em que alguns fatos sejam conhecidos, seja por meio de uma comunicação direta de notícias ou por uma programação habitual de atividades”, o jornalista se obriga a empenhar-se ainda mais para possibilitar que todos os possíveis interessados na divulgação de fatos sejam incluídos na notícia. Entende-se que essa seja a única maneira de ampliar a abordagem da notícia e produzir um jornalismo integral, complexo. Pois, segundo este mesmo autor, o jornalista é um mediador e, se não for capaz de exercer esta tarefa a contento, atendendo ao interesse público, acaba tendo comprometida a importância do seu papel social.

O Jornalismo Ambiental surge com esta intenção. Gelós⁶⁶ define que, este seja a “especialização mais ampla e complexa das especialidades jornalísticas porque aborda com a mesma ênfase os aspectos científicos, sociais, políticos, econômicos, culturais, ambientais e éticos”. E, ainda, afirma que a “sua amplitude se manifesta na interdependência destes campos” (tradução da autora).

Bacchetta (2000) destaca que a busca pela solução dos problemas sociais não deve subordinar - como é hoje - os variados contextos, fornece mais uma conceituação de Jornalismo Ambiental:

⁶⁶ GELÓS, Hernán Sorhuet. Periodismo Ambiental: eje comunicacional del siglo XXI. In: GIRARDI, Ilza; SCHWAAB, Reges (org). **Jornalismo Ambiental** – Desafios e Reflexões. Porto Alegre: Editora Dom Quixote, 2008. p. 70.

O jornalismo ambiental considera os efeitos da atividade humana, particularmente da ciência e da tecnologia, sobre o planeta e a humanidade. Deve contribuir, portanto, na difusão de temas complexos e na análise de suas implicações políticas, sociais, culturais e éticas. É um jornalismo que procura desenvolver a capacidade das pessoas para participar e decidir sobre seu modo de vida na Terra, para assumir em definitivo sua cidadania planetária (BACCHETTA, 2000, p. 18, tradução da autora).

O Jornalismo Ambiental busca, através da prática jornalística, contribuir para a sustentabilidade da vida no planeta. Em acordo com este jornalista, investigador da implantação da Silvicultura no Uruguai, iniciada há mais de 30 anos e de consequências já visíveis, critica-se a ótica de que o surgimento de novas tecnologias vai reduzir os danos. Como ele, acredita-se que “Sustentabilidade é a condição do sistema que permite a sua reprodução, não a que só minimiza os processos de degradação”⁶⁷.

Deve-se destacar também, que “sustentabilidade” segundo a *Agenda 21 Brasileira*⁶⁸ – tem múltiplas facetas, dentre elas:

[...] a Sustentabilidade ecológica (referindo-se à base física do processo de crescimento); a Sustentabilidade ambiental (referindo-se à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas em face das interferências antrópicas); a Sustentabilidade social (referindo-se ao desenvolvimento); e a Sustentabilidade política, como ao processo de construção da cidadania, nas várias nuances.

A partir desse conceito, confirma-se a complexidade das relações e as interdependências entre todos os seres, de modo que considerar somente um aspecto da sustentabilidade, como o econômico de algum setor social, não justifica a exploração dos bens naturais, que são finitos e, o tanto quanto importante, públicos. Os bens naturais pertencem a todos, são comuns. O que é da natureza não pode ser privatizado⁶⁹. Bueno (2007, p.20-21), ilustra este pensamento por parte de empresários de determinados setores:

⁶⁷ BACCHETTA, Victor. Desafíos para una izquierda en crisis. In: **Semanario VOCES**. Año VII. n.300. p. 13. Montevideo, Uruguay, 16 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.voces.com.uy/articulos-1/desafiosparaunaizquierdaencrisisfuerzasproductivasmedioambienteyluchadeclassesporvictorlbacchetta>> Acesso em: 19 jul. 2011.

⁶⁸ Diretrizes criadas à produção e demais atividades humanas visando alcançar um desenvolvimento sustentável. Foi determinada em 1997, no Rio de Janeiro, durante Conferência RIO+5. In: COSTA, Ana Alexandra Vilela Marta Rio. Agricultura sustentável I: Conceitos. **Rev. de Ciências Agrárias**, dez. 2010, vol.33, n°.2, p.61-74. ISSN 0871-018X. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rca/v33n2/v33n2a06.pdf>> Acesso em: 23 out. 2011.

⁶⁹ O Equador foi o primeiro país a reconhecer os Direitos da Natureza e incluí-los à sua Constituição, em 2008. In: ECODEBATE. Por uma Declaração Universal dos Direitos da Natureza - Reflexões para a ação. Artigo de Alberto Acosta. Porto Alegre, 31 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2011/03/31/por-uma-declaracao-universal-dos-direitos-da-natureza-reflexoes-para-a-acao-artigo-de-alberto-acosta/>> Acesso em: 24 out. 2011.

Há empresários que acreditam que a sustentabilidade que interessa é aquela que garante a sobrevivência do seu próprio negócio. Esta é a lógica dos fabricantes de celulose ou dos donos de siderúrgicas que veem as “florestas” plantadas como produtoras de matéria-prima. Quando se referem à sustentabilidade, estão pensando apenas em manter as suas plantas industriais a todo vapor, ainda que o processo de produção seja ambientalmente nocivo. No fundo, dependem do desmatamento acelerado para ampliar as suas “florestas plantadas” e têm pronto o argumento de que só ocupam aquilo que já está destruído (aspas do autor).

Não há dúvida de que, o jornalismo assim como outros construtores sociais, precisa buscar “restabelecer a unidade quebrada ou perdida entre duas partes de nossa existência, de nossa vida, a sociedade e a natureza”. Moscovici (2007, p.32), acredita que este é o desafio contemporâneo. E, aqui se entende que este é o desafio imediato do jornalismo.

Ao jornalismo qualificado, cabe enxergar o acontecimento da maneira mais completa e complexa possível. Com isso, poderá refletir sobre o conteúdo oferecido ao público em geral, e qual transformação deseja ajudar a implementar no produto jornalístico. Já que, ao ser visto como mercadoria pelas organizações jornalísticas, o jornalismo é desafiado a encontrar maneiras de cumprir o seu papel. O jornalismo obriga-se a lutar contra a imposição do conteúdo de interesse das corporações multinacionais, cada vez mais presentes nas redações, a partir da globalização da comunicação e constituição de conglomerados de mídia. Interesses estes que, nem sempre incluem o interesse local, o respeito às identidades culturais e à biodiversidade.

3.2 A Teoria das Representações Sociais (TRS)

A definição mais aceita de Representações Sociais é aquela explicada por Jodelet (GUARESCHI, JOVCHELOVITCH, 1995, p. 202), que diz: “[...] uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Esta autora trabalhou com o criador da Teoria das Representações Sociais (TRS). Serge Moscovici desenvolveu a TRS pela via da Psicologia Social a partir da adequação ao mundo moderno do conceito de representações coletivas de Durkheim⁷⁰. Pois, “[...] as sociedades modernas são caracterizadas por seu pluralismo e pela rapidez com que as mudanças econômicas, políticas e culturais

⁷⁰ Émile Durkheim (1858-1917), filósofo e sociólogo. “Regras do método sociológico” (1895) traz a definição de representações coletivas.

ocorrem. Há, nos dias de hoje, poucas representações que são verdadeiramente coletivas”, explica Farr⁷¹.

Ao desenvolver a TRS, Moscovici propunha “deslindar a construção do pensamento cotidiano pelos seus múltiplos autores, encontrar os processos que estão na base da mudança do pensamento e das práticas sociais”. Por não querer um conceito fechado, o autor apresenta diversas definições de representações sociais, entre elas pode-se citar:

Representar significa [...] trazer presentes as coisas ausentes e apresentar coisas de tal modo que satisfaçam as condições de uma coerência argumentativa, de uma racionalidade e da integridade normativa do grupo. É, portanto, muito importante que isso se dê de forma comunicativa e difusiva, pois não há outros meios, com exceção do discurso e dos sentidos que ele contém, pelos quais as pessoas e os grupos sejam capazes de se orientar e se adaptar a tais coisas. Consequentemente, o status dos fenômenos de representação social é o de status simbólico: [...], partilhando um significado através de algumas proposições transmissíveis, [...], sintetizando em um clichê que se torna um emblema (MOSCOVICI, 2003, p.216).

Ao admitirem-se as representações enquanto produtos da informação, Duveen⁷² destaca a importância da comunicação na constituição das representações sociais, afirmando que sem a representação, não haveria comunicação. O pesquisador acredita que haja entre as duas, a comunicação e as representações, uma interconexão.

Precisamente devido a essa interconexão, as representações podem também mudar a estabilidade de sua organização e estrutura depende da consistência e constância de tais padrões de comunicação, que as mantêm. A mudança dos interesses humanos pode gerar novas formas de comunicação, resultando na inovação e na emergência de novas representações. Representações, nesse sentido, são estruturas que conseguiram uma estabilidade, através da transformação de uma estrutura anterior⁷³.

Além dessa possibilidade de reflexão sobre o fazer jornalístico e de repensar o modelo de desenvolvimento divulgado no período de análise, entende-se que ao utilizar a TRS está-se contribuindo com a própria Teoria das Representações Sociais, já que os meios de divulgação desta têm sido pouco estudados no Brasil. Conforme Menin e Shimizu (2005, p.118), há

⁷¹ FARR, Robert M. Representações Sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs). **Textos em representações Sociais**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 44-45.

⁷² DUVEEN, Gerard. Introdução – O poder das ideias. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p.07-28.

⁷³ DUVEEN, Gerard. Introdução – O poder das idéias. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p.22.

“poucos estudos analisando o fenômeno da difusão de representações pela mídia e nenhum sobre propaganda”.

Os autores que ajudaram a compreender as representações sociais sobre o Bioma Pampa entendem que, as representações sociais, ao mesmo tempo em que são construídas, ajudam a construir o pensamento social. E, segundo Moscovici (2007, p.127), a construção social da realidade é uma ação intencional, viável a partir da comunicação, que para ele é mais do que transmissão de informação, pois “é preciso considerá-la como função de um novo regime de pensamento”.

Ao compreender as representações sociais sobre o Bioma Pampa estar-se-ia a dar mais um passo para ajudar a modificar a realidade. E, possivelmente, proporcionar-se-ia o desabrochar deste novo regime de pensamento de que Moscovici fala. Ele refere-se a uma nova racionalidade, que se traduz aqui como integradora e inclusiva, o que propiciaria o pluralismo na comunicação social, tornando o jornalismo mais próximo do atendimento ao preceito do interesse público.

As representações sociais são incessantemente mutáveis já que os agentes sociais são também mutantes e diversos. Sendo o jornalismo um destes agentes sociais, traz-se Moscovici para explicar que ao tentar-se modificar a realidade, estar-se-ia também construindo novas representações:

Nós vemos as representações sociais se construindo [...] diante dos nossos olhos, na mídia, nos lugares públicos, através desse processo de comunicação que nunca acontece sem alguma transformação. Mesmo quando a mudança afeta o sentido, os conceitos, as imagens, ou a intensidade e associação de crenças, no seio de uma comunidade, ela é sempre expressa em representações (MOSCOVICI, 2003, p. 205).

Seguindo essa lógica da criação de novas representações, percebe-se a intensificação da responsabilidade da prática do jornalismo. Entretanto, este sentimento não deveria servir como um desestimulante aos jornalistas. Pois, segundo Marková (2006, p. 173) “as representações [são] como pensamentos em movimento”. Ela explica que a sua investigação se dirige aos fenômenos sociais que se tornaram “o alvo da preocupação pública” (MARKOVÁ, 2006, p.202). Assim, a prática jornalística além de construtora social, é também construída pela sociedade. As práticas sociais vão se alterando e se aperfeiçoando em um processo natural.

O jornalismo - construção social, feito para a coletividade - é realizado entremeio às relações vigentes no espaço público. Cita-se Jovchelovitch para explicar, “que a esfera pública, enquanto lugar de alteridade fornece às representações sociais o terreno sobre o qual

elas podem ser cultivadas e se estabelecer”⁷⁴. A autora emprega o conceito de esfera pública segundo Habermas, o qual entende que este espaço deve ser recuperado, já que suas funções críticas foram enfraquecidas pelo capitalismo, que racionalizou o exercício do poder através do debate público (JOVCHELOVITCH, 1997, p. 69). Jovchelovitch, assim o caracteriza:

A esfera pública, portanto, como o espaço que existe em função da pluralidade humana, como o espaço que introduz a noção de transparência e “prestação de contas” (aspas da autora), como o espaço que encontra sua forma de expressão no diálogo e na ação comunicativa [...]. É através da ação de sujeitos sociais agindo no espaço que é comum a todos, que a esfera pública aparece como o lugar em que uma comunidade pode desenvolver e sustentar *saberes* sobre si própria (grifo da autora) – ou seja, representações sociais (1997, p.70-71).

Destaca-se ainda de Jovchelovitch (1997, p. 81), a afirmação de que as representações sociais surgem através das mediações sociais e tornam-se também mediações sociais: “[...] elas expressam o espaço do sujeito na sua relação com a alteridade, lutando para interpretar, entender e construir o mundo”. Tendo sido as representações sociais ancoradas e objetificadas a partir da realidade, trazem para um “nível quase material a produção simbólica de uma comunidade e dando conta da concreticidade das representações sociais na vida social”.

Se como afirma a autora, “as representações sociais são uma estratégia desenvolvida por atores sociais para enfrentar a diversidade e a mobilidade de um mundo que, embora pertença a todos, transcende a cada um individualmente” (JOVCHELOVITCH, 1997, p. 81), entende-se ser fundamental compreender de quais representações do Bioma Pampa se está falando se se pretende estabelecer um diálogo concreto e buscar a melhor alternativa de desenvolvimento em construção verdadeiramente plural.

Faz-se fundamental esclarecer que para saber qual a representação social de algo, o método de Moscovici pede que se faça uma articulação entre a representação individual e a representação social do objeto em estudo, tendo que ser feitas entrevistas além de uma análise dos meios de comunicação de massa e de documentos. Contudo, o nível de avaliação da representação social analisado é o segundo, interessado no processo coletivo e no produto social do discurso e da comunicação, como explica Wagner⁷⁵. Assim, este estudo não tem a pretensão de buscar a representação social total do Bioma Pampa, mas apenas a de um dos

⁷⁴ JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs). **Textos em representações Sociais**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 65.

⁷⁵ WAGNER, Wolfgang. Descrição, explicação e método na pesquisa das Representações Sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs). **Textos em Representações Sociais**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 166-167.

agentes formadores das representações sociais, especificamente, os dois jornais diários sul-rio-grandenses de referência aos outros veículos de comunicação.

4 O PERCURSO METODOLÓGICO

Uma representação é social - tanto por ser elaborada coletivamente quanto pelos diversos agentes sociais. Moscovici (1978, p.78) enfatiza que a apreensão do sentido do “social” das representações, se deve ao fato de haver uma função a qual as representações irão se relacionar, atender. Com isso, o pesquisador chega ao conceito de representações sociais enquanto “instrumentos de comunicação”, os quais ajudam a compreender algo distante seja material ou espiritualmente. Assim, entende-se que a forma como o Bioma Pampa foi representado, tanto o define como o constrói. Por isso, o objetivo geral deste estudo é compreender como foram construídas as representações sociais sobre o Bioma Pampa nas notícias produzidas pelo jornalismo de referência do Rio Grande do Sul, no período de construção e aprovação do Zoneamento Ambiental da Silvicultura, entre abril de 2007 e abril de 2008. O percurso feito, visando atender a esse objetivo, é demarcado pelos seguintes objetivos específicos: (1) constatar como foi caracterizado o Bioma Pampa através das notícias publicadas no período sobre o bioma e o Zoneamento Ambiental da Silvicultura; (2) identificar as fontes de informações utilizadas nas notícias e (3) definir as representações sociais sobre o Bioma Pampa.

Neste momento da investigação, faz-se necessário confirmar que o objeto da pesquisa é constituído pelas notícias veiculadas nos dois jornais de referência gaúchos. Portanto, o objeto da pesquisa é o jornalismo. Contudo, devido ao aporte teórico da Teoria das Representações Sociais, esse objeto transforma-se agora em sujeito, ou seja, aquele que vai comunicar as representações sociais. Sendo assim, o objeto das representações sociais - as quais se procurou compreender é o Bioma Pampa.

Em relação à escolha dos sujeitos das representações sociais para a aplicação do aporte teórico-metodológico da TRS, o jornalismo dos dois diários gaúchos de maior circulação, através das notícias veiculadas sobre o Bioma Pampa e o Zoneamento Ambiental da Silvicultura, a motivação foi a concordância com duas assertivas de Fonseca (2008). A primeira, de que o jornal impresso ainda é um referencial aos outros veículos de comunicação, como o rádio, a televisão e a internet. A segunda, é que os jornais impressos da capital constituem um referencial à produção de jornais e/ou notícias aos veículos do interior do Estado. Com isso, entende-se que além do papel de atender ao interesse público do leitor, os jornais em estudo, mesmo involuntariamente, influenciam a produção de jornalismo em distintos veículos de comunicação – seja na forma, seja no conteúdo. Nesse sentido, é

interessante mencionar a conclusão de Fonseca (2008, p.155) sobre o Zero Hora. Para a pesquisadora, “[...] o paradigma da indústria cultural no Estado do RS é que o jornalismo e sua matéria-prima – a notícia – assumem plenamente as características de mercadoria, no sentido marxista do termo – produto com valor de uso e de troca”.

Destaca-se aqui, mais uma contribuição à TRS que se pretende oferecer através dos sujeitos de pesquisa em representações sociais. De acordo com Sá (1998, p.58), não é comum as pesquisas tomarem como fontes de dados as matérias veiculadas pela mídia, ao menos no país. A questão nesse tipo de sujeito (o jornalismo através das notícias publicadas) é que não pode ser rigorosamente definido, pois se revela através da manifestação do jornalista responsável, das fontes ouvidas, da linha editorial da empresa jornalística, etc. A notícia é um todo, um composto resultante de decisões tomadas de forma tanto aberta quanto inacessíveis. Assim sendo, justifica-se a escolha desse sujeito de representações sociais, a partir de uma das seis perspectivas de estudo da TRS, delineadas por Jodelet⁷⁶: “[...] é a prática social do sujeito que é levada em consideração. O sujeito produz uma representação que reflete as normas institucionais que decorrem de sua posição ou as ideologias ligadas ao lugar que ocupa”.

O Jornal Zero Hora faz parte do complexo Grupo RBS (Rede Brasil Sul de Comunicação), que possui: 18 emissoras de televisão aberta; 02 emissoras locais de televisão; uma emissora segmentada focada no agronegócio; 25 emissoras de rádio; 08 jornais diários; 04 portais na Internet⁷⁷. Sendo, portanto, uma ampla fonte de notícias e gigantesca abrangência comunicacional, tamanho é o compromisso do Grupo RBS em divulgar as notícias contextualizadas e com visão integral de mundo.

A fundação de ZH ocorreu em 1964, com Ary de Carvalho. Maurício Sirotsky Sobrinho, fundador do Grupo RBS, efetuou a sua aquisição em duas etapas. Na primeira, 50% das ações de Zero Hora em 1967, e na segunda, com a aquisição dos restantes 50% das ações junto com o irmão Jaime Sirotsky em 1970 (FONSECA, 2008).

O Correio do Povo tem uma trajetória anterior à de ZH, surgindo em 1895 com Francisco Antonio Vieira Caldas Júnior. O jornal do Grupo Caldas Júnior deteve a hegemonia desde o início do século até entrar em crise. Em 1984 registrou-se o fechamento do CP e, a subsequente, transmissão da empresa à família Bastos Ribeiro. O perfil do CP pré-crise, segundo Fonseca (2008, p.147) era de “se apresentar isento, imparcial, prometendo esclarecer

⁷⁶ SÁ, Celso Pereira de. A construção do objeto de pesquisa em representações sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 63.

⁷⁷ Disponível em: <http://www.rbs.com.br/quem_somos/index.php?pagina=grupoRBS
<<http://www.rbs.com.br/midias/index.php?pagina=internet>> Acesso em: set. 2009.

a opinião pública, elogiar os atos dos governantes, quando meritórios, e censurá-los, quando reprováveis”. O relançamento do CP ocorreu em 1986.

O Correio do Povo da atualidade tem na direção o Grupo Record, que adquiriu o jornal, a TV Guaíba e a Rádio Guaíba, em março de 2007. Destaca-se, que neste ano, que coincide com o período do corpus, o presidente do Sistema Guaíba/Correio do Povo, Jerônimo Alves Ferreira, fez uma declaração que pode indicar um aspecto do perfil do veículo: “O agronegócio é nossa bandeira. Não abriremos mão disso” (FIGURA 4).

Figura 4: Declaração do presidente do Sistema Guaíba/CP



Fonte: CP, 24 jul.2007, p.14.

O agronegócio é tratado com “especial relevância”, como diz Fonseca (2008, p.273), também por Zero Hora e pelo Grupo RBS. Pois, além do caderno semanal em ZH, o Grupo possui um canal de TV a cabo voltado a este segmento econômico e um programa semanal na televisão aberta. Assinala-se que o agronegócio é o setor da economia ao qual se vincula a Silvicultura. Nesta fase global do capitalismo, o agronegócio incentiva a intensificação do uso de novas tecnologias para a produção de *commodities* destinadas à exportação, o que vem provocando a redução do número de trabalhadores no campo tanto pela mecanização quanto pela concentração de terras. As famílias que permanecem no meio rural enfrentam os problemas de saúde decorrentes do uso cada vez maior dos agrotóxicos. Desde que foram introduzidos na agricultura, há cerca de 50 anos, o uso só aumenta e Londres (2011) destaca

que entre 2001 e 2008 a venda de venenos agrícolas no Brasil saltou de pouco mais de US\$ 2 bilhões para mais US\$ 7 bilhões, tornando o país o maior consumidor mundial de venenos.

Em 2009 ampliamos ainda mais o consumo e ultrapassamos a marca de 1 milhão de toneladas – o que representa nada menos que 5,2 kg de veneno por habitante! Os dados são do próprio Sindag (Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola), o sindicato das indústrias de veneno. Devido à repercussão negativa que o aumento do uso de venenos começou a causar nos meios de comunicação, a organização não divulgou o volume de agrotóxicos comercializado em 2010, mas apenas o faturamento do setor: US\$ 7,2 bilhões (9% a mais que o ano anterior) (LONDRES, 2011, p.19).

A pesquisadora afirma ainda que são aplicados nas lavouras do agronegócio agrotóxicos contrabandeados/falsificados e até cerca de dez produtos banidos em outros lugares, como na Europa, Estados Unidos e China.

Retornando aos dois diários, ao buscar a importância deles concernente à circulação descobriu-se que, referente ao período 2010⁷⁸, ZH aparece no sexto lugar no ranking dos maiores jornais de circulação paga no país (com uma média de circulação igual a 184.663 exemplares) e o CP, aparece em oitavo lugar no mesmo ranking (cuja média de circulação é 157.409 exemplares). No Quadro 2 está a média de circulação⁷⁹ por exemplares/dia nos anos anteriores até chegar ao período selecionado nesta pesquisa:

Quadro 2: Circulação dos diários (exemplares/dia)

Ano	Jornal	Circulação (exemplares/dia)	Jornal	Circulação (exemplares/dia)
2009	ZH	183.521	CP	155.131
2008	ZH	179.934	CP	155.569
2007	ZH	176.412	CP	154.188

Fonte: Elaborado pela autora.

Ambos os diários podem ser acessados virtualmente e tem acesso gratuito mediante um cadastro no portal das empresas. Conforme divulgado pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC⁸⁰), ZH teve 8.693.367 visitantes em abril de 2011. Números relativos ao CP não foram disponibilizados neste portal. A partir de tamanha penetração se manifesta, também, a responsabilidade na construção social da realidade.

⁷⁸ Disponível em: <<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>> Acesso em: 12 jun. 2011.

⁷⁹ Disponível em: <<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>> Acesso em: 12 jun. 2011.

⁸⁰ Disponível em: <<http://www.auditoriaweb.org.br/websites.asp>> Acesso em: 12 jun. 2011.

4.1 Descrição dos procedimentos da pesquisa

A formação do corpus desta pesquisa foi feita a partir da seleção das notícias que abordavam o Bioma Pampa e também daquelas que se encontravam no contexto da construção e aprovação do Zoneamento Ambiental da Silvicultura. Nessas notícias estavam presentes mais de uma das seguintes palavras-chaves: Bioma Pampa, Metade Sul, Zoneamento Ambiental da Silvicultura, celulose, eucalipto, florestamento, reflorestamento, florestas plantadas, licenciamento ambiental, o nome dos órgãos estaduais Sema/RS e Fepam, e o nome das empresas Stora Enso, Votorantim Celulose e Papel (VCP), Aracruz. Sendo assim, referente ao Zero Hora, foi possível encontrar 85 notícias, predominantemente, nas editorias de Economia e Geral. Com relação ao Correio do Povo, encontrou-se 161 notícias, na maioria das vezes, presentes nas editorias de Rural, Economia e Geral.

A busca manual dos periódicos foi realizada no acervo de pesquisa da imprensa do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa e no arquivo dos próprios jornais, ambos sediados em Porto Alegre. Nos Anexos A e B, apresenta-se o elenco com o título, a data e a localização das matérias, nos periódicos, Correio do Povo e, na sequência, Zero Hora, entre abril de 2007 e abril de 2008.

Fazendo a descrição dos procedimentos de pesquisa, ressalta-se que, em sua maioria, estes foram adaptados daqueles realizados por Moscovici (1978, p.34), em seu estudo sobre os meios de comunicação franceses com vistas à obtenção das representações sociais da Psicanálise. Sendo assim, procurou-se por palavras que descreveram o Pampa – direta ou indiretamente -, a atitude em relação ao Bioma Pampa e à Silvicultura e as atribuições feitas a cada um deles.

Obedecendo-se ao critério proposto, a técnica aplicada inicialmente visando à emersão das informações acerca das representações sociais sobre o Bioma Pampa foi a da análise de conteúdo categorial temática. Essa técnica começou a ser utilizada com Harold Lasswell em 1927, através do estudo sobre a propaganda na Primeira Guerra Mundial (RICHARDSON, 1999). Passadas controvérsias sobre se a técnica deveria ser classificada como quantitativa ou qualitativa, verifica-se ambas as abordagens complementando-se nos estudos subsequentes. Conforme Richardson (1999):

Pela sua natureza científica, a análise de conteúdo deve ser eficaz, rigorosa e precisa. Trata-se de compreender melhor um discurso, de aprofundar suas características [...], cognitivas, ideológicas, etc, e extrair os momentos mais importantes. Portanto, deve basear-se em teorias relevantes que sirvam de marco de explicação para as descobertas do pesquisador (p.224).

Para aplicar essa técnica contou-se ainda com as formulações de Bardin (2009) e Moraes (1999, p.4), que explicam que uma análise temática é constituída por um estudo direcionado às características da mensagem propriamente dita, ao seu valor informacional, às palavras, argumentos e ideias que expressa. Sendo assim, ratifica-se o interesse em centrar a análise sobre o produto, de modo a despertar o interesse de todos aqueles que têm acesso aos diários, tanto os seus produtores quanto os leitores desse conteúdo. As etapas propostas por Moraes (1999) incluem a “Preparação das informações”, a “Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades”, a “Categorização” e a “Interpretação”.

Após ter-se feito as leituras de todas as notícias veiculadas nos exemplares do período abril de 2007 a abril de 2008, montou-se uma ficha-padrão⁸¹ para ajudar na emersão das informações buscadas. Informa-se que aqueles primeiros procedimentos empregados por Moscovici (1978) em sua pesquisa, foram incluídos nesta ficha-padrão. No caso, o método de contagem utilizado foi o manual.

4.2 Categorias da Análise de Conteúdo

Após a análise das unidades e emersão dos dados, direcionaram-se as notícias às categorias de acordo com os enfoques de sustentabilidade ecotecnocrático e ecossocial (CAPORAL; COSTABEBER, 2000b).

O enfoque de sustentabilidade denominado por Caporal e Costabeber (2000b) como ecotecnocrático concentra as premissas do crescimento econômico continuado e da aposta em um otimismo tecnológico, somado a artifícios econômicos e mecanismos de mercado, para conciliar as necessidades sociais, a finitude da natureza e a ânsia pelo crescimento econômico-financeiro.

⁸¹ O modelo utilizado encontra-se no ANEXO C.

No que se refere à agricultura, esta orientação teórica se torna operativa através da ideia da “intensificação verde”, pressupondo ser possível expandir o mesmo padrão tecnológico dominante, através de uma nova geração de tecnologias, supostamente menos danosas ao ambiente (*Revolução Verde Verde*) [grifos do autor]. Esta hipótese tecnicista segue sendo excludente sob o ponto de vista social e econômico e não enfrenta questões chave da sustentabilidade, como a preservação da biodiversidade e da diversidade cultural (CAPORAL; COSTABEBER, 2000b, p.03).

A engenheira florestal da então Aracruz Celulose (hoje denominada Celulose Riograndense) ilustra em entrevista publicada dentro do período de análise, a confiança depositada nas tecnologias criadas pela agricultura científica. Mauren Alves⁸² responde ao argumento do desgaste do solo provocado pela monocultura de eucaliptos no Bioma Pampa que:

A garantia de manutenção do potencial produtivo do solo é obtida pela seleção de espécies com melhor desempenho no aproveitamento dos nutrientes e da água, do emprego de fertilização adequada e com técnicas apropriadas de preparo de solo. Não há degradação do solo em função do cultivo de eucalipto quando são respeitadas as boas práticas de manejo, que foram desenvolvidas através de pesquisas e experimentação em campo (ALVES, 2007, p. 23).

A crescente preocupação mundial com a necessidade de mitigação dos gases de efeito estufa, como o dióxido de carbono, aparece na defesa, pelas empresas de celulose, do seu empreendimento. Mas, o jornalista uruguaio Victor Bacchetta ressalta informações de que, no seu país, enquanto a política florestal era justificada como um modelo de desenvolvimento capaz de preservar a biodiversidade, a qualidade dos solos e os recursos hídricos, em estudos publicados em revistas científicas desde 2002, desmentiam este discurso.

⁸² REVISTA DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS – IHU On Line. Projetos da Aracruz Celulose modificarão o pampa gaúcho? Entrevista com Mauren Alves. Edição 247. p.22-24. São Leopoldo, 10 dez. 2007. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1559&secao=247> Acesso em: 19 jul. 2011.

Se uma plantação de árvores é implantada sobre uma área onde havia floresta primária, momentaneamente deixando de lado as diferenças entre a monocultura e o sistema original, se substitui um ecossistema por outro relativamente semelhante. O problema adquire outra dimensão, quando o plantio de árvores suplanta um ecossistema pampiano, como o que caracteriza os solos do Uruguai e países vizinhos, [...]. À primeira vista, a diferença parece pender a balança em favor da silvicultura. O volume de biomassa de uma plantação de eucalipto ou pinus é muito maior do que pastagens substituídas. Assim, deveria reter mais carbono. Contudo, os estudos de plantações ecossistemas de pastagens começaram a ser publicados [...] concluíram que as estimativas anteriores da quantidade de carbono armazenado pelas árvores foram supervalorizados. [...]. Uma equipe descobriu que as árvores foram absorvendo em muitos lugares menos carbono do que o armazenado pelo solo coberto por pastagens. A capacidade do solo de armazenar carbono é cerca do dobro das plantas, e a pradaria pode guardar o carbono no solo durante séculos, enquanto que as árvores o liberam e não o compensam apesar de possuir uma maior biomassa da plantação. (BACCHETTA, 2008, p.89-90, tradução da autora).

Porto-Gonçalves (2006), ao relacionar a expansão do agronegócio no Brasil com a substituição da agricultura - sendo esta praticada pelas famílias e comunidades rurais e, aquele, praticado pelos empregados e maquinário em um latifúndio, sob ordem de um patrão vinculado ao capital internacional - explica a finalidade do enfoque ecotecnocrático. Pois, para o pesquisador, a agricultura – com ênfase na palavra “cultura” -, se manifesta com a participação de todos da comunidade e a colheita dos benefícios é distribuída. Daí a origem das festas das culturas no interior, momento de celebração pelo trabalho e a riqueza natural, que é o alimento. Já o agronegócio, na presença da riqueza, enxerga o dinheiro. Pois,

A natureza é *riqueza* e não simplesmente *recurso* [grifos do autor]. Recurso, como nos ensinam os bons dicionários, é meio para se atingir a um fim. Eis, no fundo, o que o desafio ambiental nos coloca: a natureza como riqueza e não como recurso. Aqui reside, a nosso ver, o limite da razão econômica mercantil e a necessidade de se construir uma racionalidade ambiental tal como vem sugerindo Enrique Leff [...]. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.278).

Outro enfoque de sustentabilidade denominado por Caporal e Costabeber (2000b), é o ecossocial. A sua formação provém da união dos conceitos de duas correntes de pensamento: a culturalista e a ecossocialista. Segundo estes autores, “[...] propõem um câmbio no sistema dominante, em favor de estratégias descentralizadas, compatíveis com as condições ecológicas e capazes de incorporar as identidades étnicas e valores culturais” (CAPORAL; COSTABEBER, 2000b, p.04). Sobre este enfoque, é possível relacionar-se as abordagens

manifestas no segundo capítulo do presente estudo, por exemplo, por meio do livro organizado pelo pesquisador Valério de Patta Pillar⁸³.

4.3 Método da Teoria das Representações Sociais

O caminho pelo qual se optou seguir nesta pesquisa é considerado mais próximo da abordagem processual para os estudos das representações sociais. Essa abordagem foi desencadeada em estudos clássicos de Serge Moscovici, Denise Jodelet e outros, e tem como foco a gênese das representações sociais com intuito de analisar os processos de sua formação considerando a historicidade e o contexto de produção.

Segundo Sá (1998, p.69), a composição da representação é uma das exigências da teoria geral, pois as representações são tão diversas quanto a diversidade de grupos, de culturas, por exemplo. Moscovici explica que cada grupo ou cultura, por sua vez, tem todo um universo composto de três dimensões. A primeira delas é a da “informação”, que consiste na organização que um grupo possui do conhecimento sobre o objeto social. Nesta pesquisa, o Bioma Pampa. A partir do exemplo de Moscovici, identificou-se esta dimensão nos dois jornais impressos, objetos de investigação. Pois, a leitura das notícias propicia a verificação de variados níveis de conhecimento sobre o Bioma Pampa.

A dimensão correspondente ao chamado “campo de representação” refere-se ao “conteúdo concreto e limitado das proposições atinentes a um aspecto preciso do objeto da representação” (MOSCOVICI, 1978, p.69). Através desta dimensão, verificaram-se sobre quais aspectos as representações se aglutinaram, e qual o “domínio de representação”.

A “atitude” é a dimensão em que aparece a “orientação global em relação ao objeto de representação social” (MOSCOVICI, 1978, p.70). A partir dessas três dimensões obteve-se um panorama do conteúdo e sentido das representações sociais sobre o Bioma Pampa.

De acordo com o autor, são dois processos formadores das representações: a ancoragem e a objetificação. Moscovici (2003, p.62), explica que, ancorar é “transforma (r) algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada”. O outro processo explicado pelo autor é aquele onde a abstração manifestada através da familiarização

⁸³ PILLAR, Valério De Patta. **Campos Sulinos** - conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: MMA, 2009. p.300-316 Disponível em: <<http://ecoqua.ecologia.ufrgs.br/arquivos/Livros/CamposSulinos.pdf>> Acesso em: 06 set. 2010.

de outrora, vai materializar-se, encontrar na realidade algo, um nome, que dê concreticidade a ideia antes subjetiva.

A explicação do autor sobre a ancoragem dentro desta pesquisa permite ponderar que, além de transformar algo estranho, perturbador e intrigante, por meio da ancoragem, vai-se transformar algo ignorado ou excluído do ângulo de visão de quem ancora (o sujeito das representações sociais), sendo esta uma opção ou decorrência das suas crenças ou paradigmas.

No capítulo cinco, por meio da emersão das informações com a técnica da Análise de Conteúdo, se explicita a adesão dos dois jornais analisados à visão de mundo das empresas da celulose, do Governo Estadual e seus aliados. A implicação dessa postura do jornalismo foi a reprodução dos argumentos provenientes das fontes predominantemente ouvidas nas notícias construídas, ou seja, de ignorar ou excluir o Bioma Pampa. Com isso, viu-se parte do acontecimento ser excluído da construção das notícias - a da substituição do Bioma Pampa - e ser enfatizada a implantação da Silvicultura. A ancoragem nessa opção e na divulgação dos seus benefícios propiciou uma das formas de objetificação encontrada, Metade Sul, por exemplo.

A partir disto, e ao procurar-se identificar quais as representações sociais do Bioma Pampa circularam no período, entende-se que não obstante o jornalismo e as fontes predominantes nas notícias tenham ignorado o Bioma Pampa, tendo sido até divulgados mapas do Estado sem a menção dele, o mesmo permaneceu latente no corpus. A análise do jornalismo foi feita de duas formas: através das notícias em que circulou diretamente (menor parte do corpus) e através das notícias em que circulou de forma latente. Essa forma latente consistiu na ancoragem, optada pelo jornalismo e os apoiadores do projeto da celulose, no desenvolvimento econômico, e na objetificação do território ou de forma fragmentada (como Metade Sul, Região Sul, região centro-oeste, etc) ou generalizada (o Estado, o Rio Grande do Sul).

Como já se citou no alerta de Galeano⁸⁴ sobre o jornalismo que produz “incomunicação” por repetir o “monólogo do poder”, entende-se que o uso do aporte teórico-metodológico da TRS para identificar as representações sociais do BP no período, além de responder como elas foram construídas, pode propiciar uma sensibilização para com a construção do real e o empoderamento do jornalista para que seja capaz de revisar as práticas vigentes. É possível conferir no Quadro 3 que a visibilidade e a notabilidade proporcionadas

⁸⁴ Página 36 deste trabalho.

pelo jornalismo sul-rio-grandense ao acontecimento do período (substituição do Bioma Pampa em decorrência da implantação da Silvicultura) criou um meta-acontecimento⁸⁵.

Quadro 3: Processos formadores das representações sociais sobre o Bioma Pampa

<p>Ancoragem Propagação e difusão do desenvolvimento econômico</p>		<p>Objetificação Fragmentada ou generalizada do território</p>
<p>Meta-acontecimento: Implantação da Silvicultura</p>		

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir da constatação de predomínio do enfoque sobre o desenvolvimento econômico nas notícias, julgou-se que seria apropriado relacionar esta ancoragem aos sistemas de comunicação social determinados por Moscovici. Ordaz e Vala (1997, p.849), explicam que “enquanto âncoras que orientam a constituição de representações, os sistemas de comunicação geram também diferentes modalidades de objectivação de uma ideia, de um conceito, de um fenômeno” (grafia original). São eles:

O sistema de difusão caracteriza-se por não se dirigir a um público, mas a uma pluralidade de públicos. As mensagens sobre um objecto organizam-se com base numa multiplicidade de quadros de referência, na medida em que ignoram as diferenciações sociais e se dirigem a indivíduos intermutáveis. A propagação é uma modalidade de comunicação que se dirige a um público particular, reflecte uma visão bem organizada do mundo e tem subjacente um quadro de referências conhecido e aceite pelo grupo. A sua função é harmonizar o objecto da comunicação com os princípios que fundam a especificidade do grupo. A propaganda oferece uma visão claramente clivada do mundo, salientando e alimentando relações sociais de conflito. As mensagens revestem aqui uma função claramente instrumental, visam a persuasão (grafia original).

É pertinente denotar-se que Shiva (2003) e Bueno (2007) já abordavam a propagação do saber ocidental do colonizador apresentado globalmente como universal (apesar de ser também uma forma de saber apenas local, explicam) em substituição ao saber local, devido a supostas vantagens. À medida que houve a disseminação da Revolução Verde, nos últimos 40 anos, intensificou-se dramaticamente a redução do consumo popular de plantas alimentícias alternativas, como inços ou nativas⁸⁶. Com a eficiência da sua pregação – remetendo a

⁸⁵ RODRIGUES, Adriano Duarte. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa, Veja, 1993. p.29.

⁸⁶ “Uma destas plantas que já foi, em determinadas épocas e locais, cultivada como hortaliça ou como ornamental, sendo hoje considerada pela maioria das pessoas uma erva daninha altamente infestante é a espécie *Anredera cordifolia* (Tenore) Steen (bertalha). [...]. Suas folhas podem ser consumidas em saladas cruas ou cozidas, refogadas, ensopadas, em bolos e suflês.” In: KINUPP, Valdely Ferreira; AMARO, Francisco Stefani;

necessidade de aumento da produção para eliminar a fome da população mundial – a “invisibilidade” dos saberes locais através da desconsideração e negação do seu papel social e histórico, reduziu o conhecimento das culturas e colocou em seu lugar o saber científico, causando a especialização alimentar e a concentração de poderes – sobre a terra, o território, a riqueza. O resultado é a perda dos ancestrais hábitos alimentares e a agudização da fome no mundo devido ao uso exclusivo de tecnologias e biotecnologias exógenas ao saber local para a produção de alimentos. Shiva explica:

A silvicultura científica foi a falsa universalização de uma tradição local de exploração de recursos florestais que nasceu de interesses comerciais limitados que viam a floresta somente em termos de madeira com valor comercial. Primeiro, reduziu o valor da diversidade da vida das florestas ao valor de poucas espécies que tem valor comercial e depois reduziu o valor dessas espécies ao valor de seu produto morto – a madeira (2003, p.32).

Invoca-se a autora indiana para diferenciar os dois paradigmas de Silvicultura: um deles, criado pelas comunidades florestais com ênfase na renovação dos bens naturais, como os alimentos e a água; o outro, que consiste numa apropriação do nome popular, já que possui apenas a finalidade comercial. Dessa maneira, entende-se que o plantio monocultural de árvores clonadas no Pampa equivalha ao modelo de silvicultura científica criticado por Shiva. Na mesma perspectiva, Porto-Gonçalves (2006, p.377-378) explica a sistemática das empresas da celulose:

São indústrias altamente poluidoras que, além disso, se beneficiam [1] de terras abundantes e baratas, [2] da maior incidência da radiação solar, enfim, da fotossíntese abundante nas regiões tropicais, onde sua matéria-prima tem crescimento mais rápido e, assim, obtém um rendimento físico por hectare muito maior que nas regiões temperadas e, mais ainda, [3] relativamente próximos ao seu consumo produtivo. Os rejeitos ficam por aqui, assim como a perda da diversidade biológica e, no caso brasileiro, perda também de diversidade cultural, posto que este processo vem atingindo populações camponesas de culturas variadas [...]. Exporta-se, assim, somente o proveito – o papel e a celulose – pronto para a indústria gráfica, editorial e de embalagens na Europa, nos Estados Unidos, no Japão e no Canadá.

Um dos manuais de Silvicultura utilizados nos cursos de Engenharia Florestal, indica que a silvicultura moderna “opera quase exclusivamente com florestas plantações”⁸⁷ (grafia original). A definição com a qual trabalham é a de que Silvicultura,

É a arte ou a ciência de manipular um sistema dominado por árvores e seus produtos, com base no conhecimento das características ecológicas do sítio, com vista a alcançar o estado desejado, e de forma economicamente rentável (Louman et al., 2001).⁸⁸

Assim, viu-se que um dos conceitos que vêm sendo apropriados pelos estudantes vai ao encontro daquele criticado por Shiva, por primar pelo desenvolvimento econômico e não pela conservação ambiental, paisagística e cultural. Tal como o descrito no Manual de Silvicultura Tropical, a silvicultura moderna tem outras funções como os chamados serviços ambientais. O Sistema Nacional de Informações Florestais⁸⁹ também dá ênfase às funções das ditas florestas plantadas, como: diminuição da pressão sobre florestas nativas; reaproveitamento de terras degradadas pela agricultura; sequestro de carbono; proteção do solo e da água; ciclos de rotação mais curtos em relação aos países com clima temperado; maior homogeneidade dos produtos, facilitando a adequação de máquinas na indústria.

Entretanto, segundo a publicação do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM em inglês)⁹⁰, a pressão sobre as florestas nativas não tem diminuído. Dentre as várias constatações, está a de que ocorre o desmatamento em muitos casos justamente para eliminar a floresta existente e substituí-la por uma plantação, tanto através de queima quanto de corte. Registram-se também casos de degradação de áreas nativas de florestas para que as mesmas possam ser destinadas ao plantio de árvores⁹¹. A WRM afirma que o argumento em defesa das plantações de árvores ignora que o consumo de madeira não é a única causa de

⁸⁷ RIBEIRO, Natasha; SITO, Almeida A.; GUEDES, Bernard S.; STAISS, Cristian. **Manual de Silvicultura Tropical**. Depto. De Engenharia Florestal da Universidade Eduardo Mondlane com apoio da FAO, Projecto GCP/Moz/056/Net. Maputo, 2002. p.4-5. Disponível em: <<http://www.faeef-uem.com/news/manual-de-silvicultura-tropical/>> Acesso em: out. 2011.

⁸⁸ Idem, p.2.

⁸⁹ “Atualmente, o Brasil possui cerca de 6,7 milhões de hectares de florestas plantadas, principalmente com espécies dos gêneros Eucalyptus e Pinus, que representam cerca de 0,8% do território nacional”. Disponível em: <<http://www.florestal.gov.br/snif/recursos-florestais/as-florestas-plantadas>> Acesso em: out. 2011.

⁹⁰ Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais. **As plantações não são florestas**. Out.2003. ISBN: 9974-7782-0-4. 212p.

⁹¹ As florestas plantadas no RS fornecem eucalipto para energia, carvão, cavaco para celulose, painéis de madeira, dormentes, postes, construção civil, óleos essenciais; a madeira do pinus para energia, carvão, cavaco p/ celulose, painéis de madeira, forros, ripas, móveis e a sua resina para tintas, vernizes, solventes; e a madeira da acácia para energia, carvão, cavaco p/ celulose, painéis de madeira e o seu tanino para curtumes, adesivos, petrolífero, borrachas. Quadro Composição das florestas plantadas no Brasil em 2009. Disponível em: <<http://www.florestal.gov.br/snif/recursos-florestais/as-florestas-plantadas>> Acesso em: nov. 2011.

desmatamento; outros destinos podem ser para cultivos de exportação ou pecuária extensiva, construção de represas hidrelétricas, exploração petroleira e mineira, etc. O segundo argumento é considerado falso pelo Movimento, já que nem as árvores se desenvolvem bem em solos degradados. Tampouco considera válida a comparação entre o plantio homogêneo de eucaliptos ou pinus em grande escala com as plantações em menor escala de espécies forrageiras e alimentares para o abastecimento da população local ou fixadoras de nitrogênio, para reabilitar as terras.

O argumento do sequestro de carbono é rebatido pelo Movimento devido à constatação de que todo sistema armazena carbono, inclusive, os campos do Bioma Pampa, com as suas centenas de gramíneas (muitas já extintas e tantas outras a serem catalogadas). E, revolver a terra para plantio e efetuar o corte das árvores para obtenção da madeira causa liberação de gases de efeito estufa. Logo, o argumento da proteção do solo e da água acaba desmistificado seja por essas explicações seja pelos estudos realizados sobre o consumo de água⁹². Finalmente, os últimos três argumentos divulgados pelo Sistema Nacional de Informações Florestais, que são utilizados por todos aqueles que creem na eficácia dos monocultivos arbóreos, estão ligados ao aspecto comercial do negócio e são bastante objetivos quanto as suas funções.

Retomando a discussão sobre o método da TRS, Allain et al⁹³ (2009) também empregaram os sistemas de comunicação de Moscovici na ancoragem das representações sociais de transgênicos nos jornais brasileiros. Explicam que “[...], a mídia como fonte de informação de diversos atores sociais tem um papel fundamental na edificação das representações sociais” (ALLAIN et al, p.22). Os autores assinalam a realidade social de falta de acesso à informação e à comunicação, um fato que também pode ter influenciado no desequilíbrio da participação dos diversos agentes sociais nas notícias. Tanto na investigação deles quanto nesta pesquisa, constatou-se uma limitada inclusão das fontes provenientes dos movimentos socioambientais. Em acordo com os autores, afirma-se que além do conteúdo veiculado pelo jornalismo, a exclusão de acesso gera a não reflexão sobre os temas que mereciam ser debatidos no âmbito da esfera pública (JOVCHELOVITCH, 1997).

⁹² A água e os monocultivos arbóreos serão abordados nas páginas 107 e 108 deste trabalho.

⁹³ ALLAIN, Juliana Mezzomo; NASCIMENTO-SCHULZE, Clélia Maria and CAMARGO, Brígido Vizeu. **As representações sociais de transgênicos nos jornais brasileiros**. *Estud. psicol. (Natal)*[online]. 2009, vol.14, n.1, pp. 21-30. ISSN 1413-294X.

5 A CIRCULAÇÃO DO BIOMA PAMPA NO JORNALISMO ATRAVÉS DAS NOTÍCIAS

A partir da técnica da Análise de Conteúdo, classificou-se 83% do corpus do Correio do Povo na categoria ecotecnocrática e 98,8% do corpus de Zero Hora. Sendo estes percentuais referentes a 161 notícias, do primeiro jornal, e 85 notícias do segundo jornal. Levando-se em consideração que a categoria ecossocial esteve presente em 17% do corpus do CP (29 notícias) e em pouco mais de 1% em ZH (uma notícia), constatou-se que predominou o enfoque de sustentabilidade ecotecnocrático nos veículos (QUADRO 4).

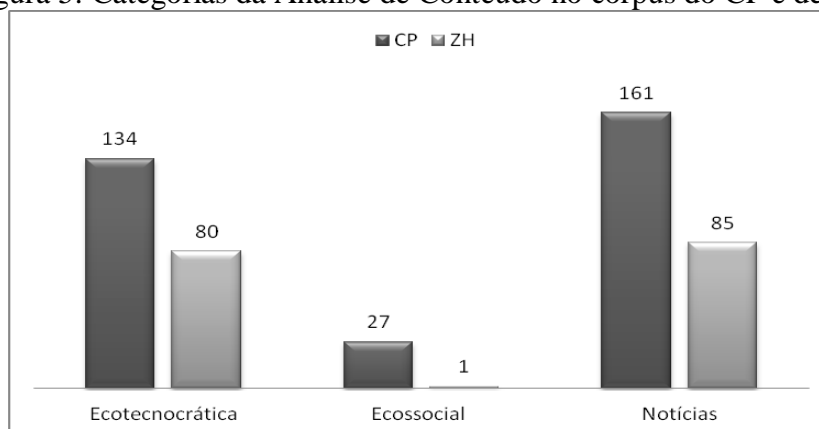
Quadro 4: Categorias da Análise de Conteúdo no corpus do CP e de ZH

Categorias	Notícias CP	%	Notícias ZH	%
Ecotecnocrática	134	83	84	98,8
Ecossocial	27	17	01	1,2
Total	161	100	85	100

Fonte: Elaborado pela autora.

A visão de mundo que se deixou transparecer nas notícias analisadas dos diários (FIGURA 5) privilegiou: a) o saber que vem de outras culturas e não da própria; b) o saber que defende o desenvolvimento econômico alicerçado pelo uso das tecnologias como o principal responsável pela geração de empregos e oportunidades de progresso; c) a visão de mundo que insiste em chamar de florestamento e de reflorestamento a plantação arbórea, porque assim, a sua atividade passa a ser confundida com a de conservação ambiental; d) o argumento de que com o crescimento econômico do Estado através dos milionários aportes investidos pelas empresas, a pobreza será reduzida.

Figura 5: Categorias da Análise de Conteúdo no corpus do CP e de ZH



Fonte: Elaborado pela autora.

A observação do Quadro 5, permite constatar a localização das notícias por editoria, sendo que prevaleceu a localização em Rural no Correio do Povo. Essa editoria traz os temas do agronegócio sob o enfoque ecotecnocrático, por apostar no desenvolvimento através das tecnologias desde o preparo do solo (com os fertilizantes) até a mecanização (redução da mão de obra) e uso de agrotóxicos. Por mês, é possível conferir que maio, junho e novembro foram os meses em que o jornalismo produziu mais notícias. Os dois primeiros meses, o jornalismo se empenhou em função da chamada “flexibilização” do licenciamento ambiental, que acabou obtida por meio de um aditamento ao Termo de Comprometimento de Ajustamento de Conduta, o TCA (três de maio), e de uma Portaria da Fepam (28 de maio). E, novembro, devido ao empenho do Governo Estadual para reaver a responsabilidade pelo licenciamento ambiental, perdida por meio de ações na justiça impetradas pelas ONG’s socioambientais com representação no Consema e o Ministério Público Estadual.

Quadro 5: Frequência das notícias por editorias e por mês no Correio do Povo

Editorias	Abr. 2007	Mai. 2007	Jun. 2007	Jul. 2007	Ago. 2007	Set. 2007	Out. 2007	Nov. 2007	Dez. 2007	Jan. 2007	Fev. 2007	Mar. 2007	Abr. 2007	Total
Rural	7	13	15	5	2	2	8	12	8	2	4	4	13	95
Geral	1	8	3	-	2	2	2	-	4	-	-	5	-	27
Economia	3	2	-	1	1	2	2	1	1	2	1	1	2	19
Cidades	-	-	-	1	2	2	-	1	-	1	-	1	-	8
Política	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Nacional/Internacional	-	-	-	1	-	-	-	3	-	-	-	-	-	4
Capa	-	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	3
Variedades	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Total	11	30	18	8	7	8	12	17	14	5	5	11	15	161

Fonte: Elaborado pela autora.

Em comparação, o Quadro 6 mostra que Zero Hora também centralizou as notícias sobre a implantação da Silvicultura no contexto de construção do zoneamento em uma editoria: Economia. Semelhante ao Correio do Povo, essa editoria também evidenciou o enfoque ecotecnocrático das notícias ao optar pelo viés econômico para defender o desenvolvimento social e o crescimento econômico. E, em maio e novembro, também aumentou o número de notícias publicadas em relação aos outros meses do período.

Quadro 6: Frequência das notícias por editorias e por mês em Zero Hora

Editorias	Abr. 2007	Mai. 2007	Jun. 2007	Jul. 2007	Ago. 2007	Set. 2007	Out. 2007	Nov. 2007	Dez. 2007	Jan. 2007	Fev. 2007	Mar. 2007	Abr. 2007	Total
Economia	2	5	4	5	1	2	2	8	3	3		1	10	46
Geral	4	3				3			1	1	1	5	2	20
Mundo					1			4		1			1	7
Política		5									1			6
Reportagem Especial ou Editoria Especial		1							1			1	1	4
Campo e Lavoura					1							1		2
Total	6	14	4	5	3	5	2	12	5	5	2	8	14	85

Fonte: Elaborado pela autora.

O enfoque ecotecnocrático entende que o uso da tecnologia resolverá as questões como a finitude dos bens naturais ou o esgotamento do solo, por exemplo, por meio da aplicação de mais produtos sintéticos. A diversidade da vida perde espaço para a única cultura disponibilizada pelo governo e pelas empresas do setor privado, para que haja emprego e geração de renda. A lógica é a de que é possível conciliar os limites da natureza (e do ser humano, por conseguinte) com o crescimento econômico.

5.1 Circulação no Correio do Povo

Das 161 notícias selecionadas no jornal Correio do Povo, em 15 delas o Bioma Pampa circulou. Nessas notícias, o predomínio foi do enfoque de sustentabilidade ecossocial (CAPORAL; COSTABEBER, 2002). No Quadro 7 que se segue apresentam-se essas notícias:

Quadro 7: Circulação do Bioma Pampa e enfoques de sustentabilidade no Correio do Povo

Ecotecnocrático	Eco-social
3 notícias ou 20%	12 notícias ou 80%
11/11/2007 p. 16 Rural Reserva legal pode virar crédito	23/05/2007 p.9 Geral Sensibilização para a biodiversidade
05/03/2008 p.20 Geral Brigada investe contra as invasoras	23/09/2007 p. 16 Geral Pampa muda suas características originais
13/03/2008 p.18 Rural Fepam concede LP à Aracruz	26/06/2007 p.14 Rural Estudo defende o zoneamento
	17/08/2007 p. 21 Cidades Seminário debate turismo do pampa e das Missões
-	26/08/2007 p.17 Cidades Um marco à cultura no Pampa
-	16/09/2007 p. 16 Rural Bioma Pampa será tema de simpósio
-	08/11/2007 p.20 Rural Criadores de gado avaliam biodiversidade do Pampa
-	16/12/2007 Capa Bioma pampa ganha homenagem
	26/11/2007 p.21 Cidades Projeto Natal do Pampa mobiliza Alegrete
-	17/12/2007 p. 6 Geral Ambientalista faria 81º aniversário hoje
-	18/12/2007 p.16 Geral Data oficial vai marcar e lembrar o Bioma Pampa
-	21/04/2008 p. 10 Rural Carne do Pampa conquista mercado

Fonte: Elaborado pela autora.

A classificação da maior parte das notícias do CP no enfoque eco-social se justifica tanto por apresentarem informações sobre alternativas econômicas locais ao Pampa quanto por incluírem a manifestação de fontes que destacam a cultura e a identidade do território. As duas primeiras notícias arroladas acima, “Sensibilização para a biodiversidade” (23 mai. 2007, p.9) e “Pampa muda suas características originais” (23 set. 2007, p.16), relacionam o Pampa ao período de implantação da Silvicultura e, alertam como sugere o título da primeira, para o que se acredita ser a verdadeira crise ambiental naquele período: a de perda da biodiversidade e a consequente ameaça às espécies – a humana⁹⁴ também. E, não a crise que o jornalismo sul-rio-grandense se referia desde abril de 2007 sobre a “falta” das licenças para a Silvicultura.

A segunda notícia, “Pampa muda suas características originais”, assinada por Carina Fernandes, confirma a importância da fonte na construção da notícia. Temas complexos, que

⁹⁴ Para o Lama Samten, a questão é saber se o homem é viável ou não na Terra. Ele acredita que o restante do ambiente tem condições de se recuperar. In: SAMTEN, Lama Padma. Relações positivas equilibram o ambiente. **Bodisatva**. Revista de pensamento budista. Edição 16. Janeiro de 2008. p. 07 a 11.

interligam diversas áreas do conhecimento – geografia, biologia, história etc – exigem do jornalista humildade para mais ouvir do que perguntar. Ou, ao menos, permitir que a fonte se expresse e fale sobre aquilo que não foi perguntada, mas acredita ser relevante compartilhar com o leitor. Um pouco mais de desapego do jornalista – leia-se dos construtores da notícia, o repórter, o editor, etc - teria proporcionado a denominação correta dos monocultivos arbóreos. Pois, na mesma notícia, aparecem as “florestas plantadas”, no primeiro parágrafo, quando deveria ter sido escrito lavouras de árvores, uma monocultura tão impactante ambiental e socialmente no Pampa e no Brasil quanto as de soja, de trigo, de arroz. O jornalista com um olhar ambiental deve saber que a imposição do único sobre o diverso desequilibra a natureza, o sistema no qual todos os seres se inserem, gerando desequilíbrios, por sua vez, nas relações. O resultado é a ocorrência de doenças e/ou a criação das ditas “pragas” e “ervas daninhas”, denominação proveniente do agronegócio, o mesmo que criou a dita “Revolução Verde” com a introdução dos agrotóxicos (sob o eufemismo de “defensivos agrícolas”). Já o capim-annoni, chamado na notícia de “praga” (no último parágrafo) é produto do efeito bumerangue sofrido pelos produtores rurais que, ao desprezar as gramíneas pampianas para nutrir o gado, importou o capim africano sem considerar as características dos territórios e a biodiversidade de cada um. O resultado foi a frustração das expectativas e o duplo prejuízo confirmado a partir da infestação deste no território gaúcho.

A notícia sobre o “Projeto Natal do Pampa mobiliza Alegrete” (26 nov. 2007, p.21), embora aparente focar no interesse financeiro do comércio local, revela o reconhecimento e a valorização à identidade local. A inclusão do fator identidade na região é a proposta dos comerciantes para aumentar as vendas de final de ano. Independente do resultado, realizar uma celebração global com a integração local pode ter interessado sim, aos turistas, como pretendiam os organizadores.

Três notícias situadas dentro do enfoque ecossocial podem despertar alguma dúvida sobre a justificativa. No que diz respeito a estas notícias intituladas “Seminário debate turismo do pampa e das Missões” (17 ago. 2007, p. 21), “Bioma Pampa será tema de simpósio” (16 set. 2007, p. 16) e “Criadores de gado avaliam biodiversidade do Pampa” (08 nov. 2007, p.20), entende-se que contemplam a definição de Caporal e Costabeber (2000b) por incluírem a temática do território ao desenvolvimento social, por sua vez, integrado ao ambiental. É de interesse público multiplicar ações que possam incluir e integrar os habitantes de um lugar.

Por último, dentro desse enfoque, ressalta-se a relevância das notícias sobre a celebração pelo Dia do Bioma Pampa, 17 de dezembro, que mereceu uma capa no dia 16, uma

notícia no dia 17 e a cobertura do evento com publicação da notícia na edição do dia 18. As abordagens permitiram a relação com a implantação da Silvicultura bem como a manifestação do Ibama ao cobrar da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a Sema, os licenciamentos “dados”, conforme consta na notícia, sem considerar os aspectos técnicos do zoneamento.

Sob o enfoque de sustentabilidade ecotecnocrático, situou-se três notícias: a primeira delas “Reserva legal pode virar crédito” (11 nov. 2007, p.16), mostra uma ótica da mercantilização da natureza, dos bens comuns. Ainda que haja produtores rurais que defendam o recebimento pela proteção ambiental através da Reserva Legal, já se sabe que a manutenção de uma área preservada em toda a propriedade rural ajuda a manter o equilíbrio do sistema, para não ocorrer o surgimento de doenças, de “pragas” ou “ervas daninhas”. Mas, essa ótica mercantil visa obter ganhos financeiros também por meio do desequilíbrio do sistema, já que fornece os chamados “defensivos agrícolas” em resposta aos problemas decorrentes. Por isso, se o produtor rural receber para preservar, estará recebendo recursos financeiros para fazer algo que consiste numa premissa do cultivo da terra. Contudo, o produtor receber dobrado (pelo crédito e usufruir dos benefícios da preservação economizando na aplicação de produtos químicos do agronegócio), não é o mais grave. A consequência maior que abrange o planeta é a permissão para poluir que ganham os pagantes dos créditos de carbono. Por exemplo, uma indústria pode permanecer dentro do limite legal de poluição na cidade enquanto pagar créditos de carbono no campo.

A notícia é mais curta, resumida do que uma reportagem. Porém, o espaço para o questionamento e não apenas o relato das manifestações das fontes é garantido. Constatou-se a falta que fez a explicação da frase do vice-presidente da Farsul, Fernando Aduino, de que “Não adianta querer fazer reserva legal onde não existe mais ambiente natural”. A proposta da fonte é aderir a um modelo como o de créditos de carbono para viabilizar financeiramente a preservação de áreas de reserva legal. Porém, a frase citada não combina com a abertura da notícia. E, o principal, não condiz com a realidade: o ambiente natural não deixa de existir, ele se transforma, assim, ao deixar os ecossistemas livres da ação antrópica ou do pisoteio do gado, por exemplo, é certo que haverá regeneração. Assim como já é possível verificar no Rincão Gaia⁹⁵ a recuperação da natureza degradada, devido à extração de basalto.

A segunda notícia incluída nesse enfoque é “Brigada investe contra as invasoras” (05 mar. 2007, p.20). O fato é o da ocupação da fazenda de dois mil hectares da Stora Enso em

⁹⁵ Sede da Fundação Gaia, propriedade rural de 30 ha em Pantano Grande, RS, criada por José Lutzenberger. É um centro de educação ambiental e de divulgação da agricultura regenerativa. Disponível em: <<http://www.fgaia.org.br/rincao.html>> Acesso em: dez.2011.

Rosário do Sul, dentro da Faixa de Fronteira, por 900 mulheres e 200 crianças da Via Campesina em protesto contra o agronegócio da celulose e a concentração de terra e riqueza. Assinada – raridade no corpus – se desdobra em três, conforme o padrão de diagramação do Correio do Povo. Na primeira parte, relata a ação dos dois sujeitos; na segunda, que seria o espaço do “outro lado”, o do movimento socioambiental, opta-se por dizer o que a fonte teria dito e, não, transcrever o dizer da fonte, diretamente. Na última parte, a notícia dá voz à deputada estadual Stela Farias que iria cobrar do Governo Estadual a violência imposta através da Brigada Militar contra o movimento. O fato ocupa meia página na edição, porém ao “outro lado” foi cedido menor espaço, este através da deputada. Já que, até aqui, a notícia relata o fato justificando a atitude da Brigada devido à violência praticada pelas “invasoras”.

A terceira notícia de enfoque ecotecnocrático é a de 13 de março de 2008, p.18, “Fepam concede LP à Aracruz”, que trata da determinação de medidas compensatórias sobre o Pampa gaúcho, devido ao projeto de ampliação na produção de celulose branqueada a partir do licenciamento ambiental para a expansão da fábrica da Aracruz em Guaíba. Deve-se ponderar que a compensação ambiental⁹⁶ não soluciona a perda de vidas e de espécies. Tampouco foi divulgado se a compensação ocorreu mesmo e de que forma.

Na circulação do BP nas 15 notícias do Correio do Povo predominou a abordagem sobre a Silvicultura (QUADRO 5) em nove notícias ou 60%. As seis notícias com outro tema, 40% do total, eram: uma, sobre o Memorial Oswaldo Aranha que deveria ser construído em Alegrete e, outra, sobre a promoção natalina do comércio na mesma cidade; três eventos sobre o Pampa, sendo um deles a divulgação de um seminário sobre turismo, outro de um simpósio sobre plantas forrageiras e, o último, um encontro de criadores de gado. Mesmo que nesses três eventos divulgados pelo CP o público tenha discutido os impactos do modelo de Silvicultura que estava sendo implantado, o jornalismo não fez essa relação na notícia. Pois, ao menos na notícia de 08 de novembro 2007, p.20, “Criadores de gado avaliam biodiversidade do Pampa”, supõe-se que a implantação da Silvicultura tenha sido incluída no debate pelo fato dos organizadores do evento atuarem em defesa da preservação do bioma (Apropampa e *Alianzas del Pastizal*). E a última notícia não relacionada à Silvicultura tratava da conquista de mercado pela carne pampiana.

⁹⁶A Lei Federal nº 9.985/2000 regulamentada pelo Decreto nº 4.340/2002 obriga os empreendimentos causadores de significativo impacto ambiental, a apoiar a implantação e manutenção de unidades de conservação. CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Legislação. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4340.htm> Acesso em: dez. 2011.

Quadro 8: Notícias do CP que incluíram o Bioma Pampa

Notícias	Sobre silvicultura	%	Outro tema	%
15	09	60	06	40

Fonte: Elaborado pela autora.

É interessante que, no Correio do Povo, o Pampa apareceu como um propulsor de negócios, como uma vantagem – algo que não se viu em ZH - como no caso dessa notícia da p.10 de 21 de abril de 2008 (FIGURA 6). Explica-se no corpo da matéria que, segundo a Associação dos Produtores de Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional, Apropampa, querem preservar “as características culturais e sociais da região”. Ou seja, além da circulação, a notícia menciona no corpo, através da fonte, o lugar de origem, o território. Uma forma oposta àquela da notícia “A Metade Sul depois da floresta” (30 mar.2008) de Zero Hora, a qual celebra a substituição dos campos gaúchos pelo monocultivo arbóreo exótico e clonado.

Figura 6: Menção do Pampa enquanto território no CP



Fonte: CP. 21 abr. 2008. p.10.

É importante complementar que a Apropampa é uma associação sem fins lucrativos, formada por diversos setores da pecuária e que fornece aos consumidores produtos com certificação de origem, ou seja, por ser do Pampa, os produtos têm um valor agregado. E que no período selecionado para analisar, eram fartas e diversificadas as fontes que tratavam da pecuária enquanto uma alternativa adequada às características do bioma. Segundo Lanna⁹⁷ (2007),

⁹⁷ REVISTA DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS – IHU On Line. O bioma pampa em risco? A plantação de pinus e eucalipto - entrevista com Antônio Eduardo Lanna. Edição 247. p.17-22. São Leopoldo, 10

Sob o ponto de vista econômico, existe uma enorme oportunidade representada pela produção de carne de gado bovino, em campos naturais com grande diversidade, sem necessidade de suplementação alimentar, o que lhe confere um sabor especial, sem igual. É a melhor carne do mundo, que o mercado sofisticado dos países mais desenvolvidos deseja consumir e pagar por isto. Bem manejado, e com melhorias no campo nativo representadas pela correção de acidez, adubação e plantio de espécies hibernais, pode-se atingir produções de 1000 kg por ano de carne de qualidade extraordinária em cada hectare, de acordo com pesquisas realizadas pelo Departamento de Plantas Forrageiras e Agrometeorologia da UFRGS. Com a carne valendo atualmente mais de R\$ 2,20 o quilo, isto representa mais de R\$ 2.200,00 de receita bruta por hectare em cada ano, bem mais do que em qualquer outra atividade nesse bioma, incluindo a agricultura e a silvicultura (LANNA, 2007, p.18).

Três notícias do CP tiveram tanto no título quanto no texto o bioma e, quatro delas, apresentaram o bioma apenas no corpo da notícia. Contudo, o mais importante é que essas sete notícias informaram que a implantação da Silvicultura estava ocorrendo no Bioma Pampa e alterando a paisagem.

Quadro 9: Circulação do Bioma Pampa nas sete notícias do CP sobre a Silvicultura

No título e no corpo da notícia 3 notícias ou 42,86%	No corpo da notícia 4 notícias ou 57,14%
23/09/2007 p. 16 Geral Pampa muda suas características originais	23/05/2007 p.9 Geral Sensibilização para a biodiversidade
16/12/2007 Capa Bioma pampa ganha homenagem	26/06/2007 p.14 Rural Estudo defende o zoneamento
18/12/2007 p.16 Geral Data oficial vai marcar e lembrar o Bioma Pampa	05/03/2008 p.20 Geral Brigada investe contra as invasoras
-	13/03/2008 p.18 Rural Fepam concede LP à Aracruz

Fonte: Elaborado pela autora.

O Bioma Pampa circulou nas notícias do Correio do Povo em outros temas também, além do contexto da construção e aprovação do ZAS. Seis notícias veicularam o BP no título e no corpo, e duas, veicularam o BP apenas no corpo da notícia. A partir desse resultado, observou-se que, apesar de as notícias do CP serem resumidas/sintéticas, a abrangência delas alcançou temáticas variadas, como turismo, biodiversidade, cultura, comércio, pecuária.

Quadro 10: Circulação do Bioma Pampa nas notícias do Correio do Povo sobre outros temas

Presente no título e no corpo 6 ou 75% das notícias	Ausente no título e presente no corpo 2 ou 25%
17/08/2007 p. 21 Cidades Seminário debate turismo do pampa e das Missões	11/11/2007 p. 16 Rural Reserva legal pode virar crédito
26/08/2007 p.17 Cidades Um marco à cultura no Pampa	17/12/2007 p. 6 Geral Ambientalista faria 81º aniversário hoje
16/09/2007 p. 16 Rural Bioma Pampa será tema de simpósio	-
08/11/2007 p.20 Rural Criadores de gado avaliam biodiversidade do Pampa	-
26/11/2007 p.21 Cidades Projeto Natal do Pampa mobiliza Alegrete	-
21/04/2008 p. 10 Rural Carne do Pampa conquista mercado	-

Fonte: Elaborado pela autora.

Referente às três notícias assinadas, em duas delas o BP esteve presente no título (QUADRO 11): “Pampa muda suas características originais” por Carina Fernandes (23 set. 2007) e “Carne do Pampa conquista mercado” por Marcela Duarte (21 abr. 2008). E na maior parte que não foi assinada, o BP circulou no título (QUADRO 12).

Quadro 11: Presença do Bioma Pampa no título das notícias assinadas no CP

Notícias	Assinadas	%	Títulos	%	No corpo	%
15	03	20	2	66,67%	1	33,33

Fonte: Elaborado pela autora.

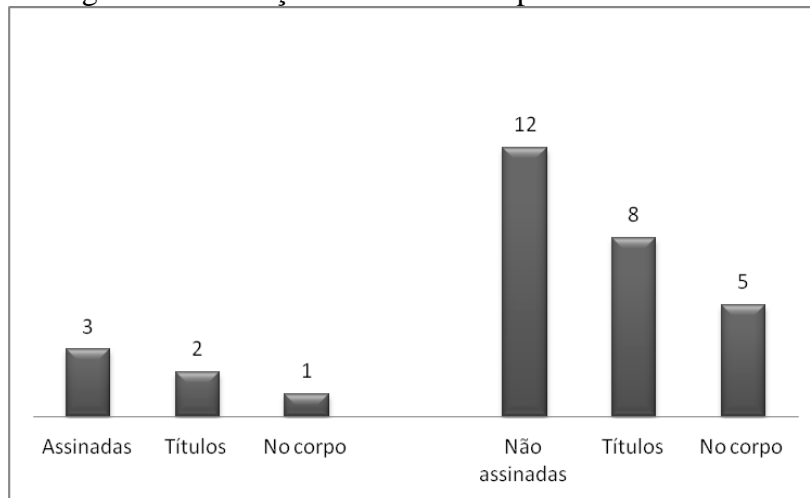
Quadro 12: Presença do Bioma Pampa no título das notícias não assinadas no CP

Notícias	Não assinadas	%	Títulos	%	No corpo	%
15	12	80	8	66,67	5	33,33

Fonte: Elaborado pela autora.

A Figura 7 evidencia que, em relação à circulação do Bioma Pampa, a maior parte das notícias não foi assinada, mas que o bioma apareceu em dez títulos, ou seja, na maior parte das notícias.

Figura 7: Circulação do Bioma Pampa nos títulos do CP



Fonte: Elaborado pela autora.

A notícia “Brigada investe contra as invasoras”, de 05 de março de 2008, de enfoque ecotecnocrático e assinada por Jango Medeiros, se diferencia das outras duas também, por ter demonstrado desconhecimento sobre o pampa e/ou o contexto do período, conforme verifica-se na menção feita sobre o bioma:

As lideranças do movimento alegam que a aquisição das terras por parte da Stora Enso não seria legítima, pois, além de agredir o que chamam de “bioma pampa”, o empreendimento situa-se dentro da faixa de fronteira, o que seria proibido por lei federal. (CP, 05 mar. 2008. p.20).

Em relação às capas do CP, pode-se dizer que o Bioma Pampa circulou em apenas uma edição, cujo tema encontrava-se dentro do contexto de construção e aprovação do ZAS. A capa é a de 16 de dezembro de 2007 (FIGURA 8), onde se situa no quadrante-inferior direito da página, a notícia “Bioma Pampa ganha homenagem”. Trata da solenidade e da importância do Mapeamento da Cobertura Vegetal do BP a ser lançado na ocasião. Inclusive, foi ouvida uma fonte do Ibama/RS, a qual salientou o momento de “discussão do novo modelo econômico para região Sul”.

Figura 8: Capa do Correio do Povo com o Bioma Pampa no corpus



Fonte: CP, 16 dez. 2007. Capa.

O CP publicou informações obtidas através de Marcelo Madeira, analista ambiental da Divisão Técnica do Ibama/RS, sobre a importância do lançamento do Mapeamento da Cobertura Vegetal do Bioma Pampa na edição do dia 17. E, na edição do dia seguinte, publicou a cobertura do evento. Conforme a Secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Maria Cecília Wey de Britto, que esteve presente junto de outras autoridades, o estudo “servirá para apontar áreas de conservação integral e de uso sustentado a serem criadas pelos governos federal e estadual” (CP, 18 dez. 2007, p.16).

Destacam-se outras quatro capas do CP por estarem relacionadas ao contexto de construção e aprovação do ZAS e, portanto, ao Bioma Pampa. Refere-se a duas capas de maio de 2007 (QUADRO 13). A capa do dia cinco, cedeu no quadrante inferior esquerdo, uma notícia na vertical, uma foto boneco da Secretária da Sema, sob o título: Vera Callegaro sai do Meio Ambiente. Esta mudança era inesperada, já que na véspera a mesma garantira que ficaria no cargo, além de se iniciar a especulação sobre quem seria o novo Secretário do Meio Ambiente do RS. No dia 18, um breve texto entre duas das três fotos distribuídas em meia página, na vertical e lado direito, apresentava o “Dia de protestos em Porto Alegre”. A primeira foto mostrava os manifestantes carregando faixas e a legenda era: “Manifestantes pediram mais agilidade no licenciamento para os projetos florestais”. A segunda foto

mostrava veículos no trânsito e a Brigada Militar à cavalo; a legenda era: “Engarrafamentos entre as principais consequências dos protestos”. A terceira e última foto, no quadrante inferior esquerdo da capa, mostrava filas dos manifestantes do MPA em passeata com a legenda: “Movimento dos Pequenos Agricultores fez marcha pelas ruas e avenidas da Capital”.

Quadro 13: Capas com o Bioma Pampa no Correio do Povo

Capas	Presença do BP	%	BP latente	%
5	1	20	4	80

Fonte: Elaborado pela autora.

Em 2008, encontrou-se somente duas capas alusivas ao contexto de pesquisa no CP. A edição de 05 de março trazia, com amplo destaque e centralizada, uma foto através da qual se via uma mulher golpeando uma árvore de eucalipto e a legenda “Violência: Via Campesina destrói eucaliptos e entra em confronto com BM em Rosário do Sul”. E a edição de 10 de abril, dia seguinte à sessão de votação do ZAS, podia-se ler no quadrante inferior esquerdo a chamada “Aprovado Zoneamento da silvicultura gaúcha”.

5.2 Circulação em Zero Hora

Em dez notícias (11,8%) de um total de 85 do jornal Zero Hora, constatou-se a circulação do Bioma Pampa. Em nove delas, o enfoque de sustentabilidade dominante foi o ecotecnocrático (CAPORAL; COSTABEBER, 2000b). A seguir (QUADRO 14) pode-se visualizar a circulação do bioma e os enfoques sobre sustentabilidade.

Quadro 14: Circulação do Bioma Pampa e enfoques de sustentabilidade no ZH

Ecotecnocrático	Ecossocial
9 notícias ou 90%	1 notícia ou 10%
14/05/07 p.16 Economia Stora Enso suspende a compra de terras	18/09/2007 p.36 Geral O trenó dos Pampas
05/08/07 p.7 O Pampa do Silício	-
10/08/07 p.36 Campo e lavoura Hora de poda na Metade Sul	-
30/09/2007 p.40 Geral Pampa de areia	-
13/11/07 p.20 Economia Fepam impedida de dar licenças para a silvicultura	-
02/12/2007 p.10 Reportagem Especial R\$ 12 bi em investimentos	-
15/12/2007 p.48 Geral Decreto de Lula cria o Dia do Bioma Pampa	-
30/03/08, p. 26 Especial A Metade Sul depois da Floresta	-
09/04/08 p.25 Economia Zoneamento menos restritivo	-

Fonte: Elaborado pela autora.

Encontrou-se apenas uma notícia em ZH cujo enfoque se aproxima mais do ecossocial. Trata da cultura do gaúcho e, ainda que a notícia não esteja relacionada à Silvicultura, mostra que os campos estão presentes na vida do sul-rio-grandense e que ele está habituado à lida campeira, seja para o trabalho seja para a diversão (FIGURA 9).

Figura 9: Notícia com Enfoque Ecossocial em Zero Hora



Fonte: ZH, 18 set. 2007. p. 36.

A notícia “O trenó dos Pampas” aborda a prova do couro que diverte os acampados no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho, em Porto Alegre, na semana que antecede 20 de

setembro, data da Revolução Farroupilha e de celebração do orgulho de ser gaúcho. A notícia é curta e descreve como acontece a brincadeira, mostrando uma foto e apresentada em página colorida. Diariamente, duas páginas foram cedidas pelo ZH para abordar curiosidades sob a cartola “Orgulho farroupilha”. Havia também a coluna “Causos do Pampa”, na qual um gaúcho contava uma história extraordinária - a qual não foi analisada, por não se tratar de jornalismo. Nessas duas páginas durante a semana do gaúcho, como é também chamada a semana farroupilha, ficou evidente a relação que Zero Hora faz entre o Pampa e o território, entre o Pampa e a cultura do gaúcho.

Situou-se as outras nove notícias no enfoque de sustentabilidade ecotecnocrático por suas abordagens terem primado o viés econômico. Ainda que, o reconhecimento ao território pampiano tenha se evidenciado na notícia “O Pampa do Silício”, faz-se um paralelo com o famoso vale californiano devido à expectativa de conclusão de uma fábrica de chips (Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada), cuja função é criar o design de semicondutores. A cultura, a identidade aqui não é importante, a própria alusão é feita a um modelo de desenvolvimento vigente em outro país, ou seja, não é original.

O território pampiano fica confirmado também na abordagem da arenização na Fronteira gaúcha, em “Pampa de areia” – ainda que o Pampa tenha circulado apenas no título. Entende-se que, implicitamente, essa notícia estava relacionada ao contexto da construção do ZAS. Pois, um dos argumentos correntes dos professores e pesquisadores de Universidades e de ambientalistas de ONG’s, era justamente a degradação do solo pampiano, devido à erosão e ao seu mau uso, principalmente o uruguaio, após a implantação da Silvicultura. E, a construção do texto passa uma ideia de naturalidade do fato de haver areais no Pampa. Objetivamente, as fontes da notícia vêm dizer que: (1) os areais são resultado de erosão e mudança da natureza; (2) que é possível deixar como está, e (3) que o gaúcho campeiro convive bem e normalmente com os areais. Ainda que, o mau uso do solo tenha sido mencionado na notícia – sem ter sido esclarecido como ocorreu ou qual foi a sua causa- essa informação acabou ofuscada pelos vestígios arqueológicos datados de até 5 mil a.C. Não se trata aqui de criticar a posição dos estudiosos ouvidos pelo jornalista que assina a notícia, Leandro Belles, mas sim, de apontar a falta que fez a prestação desses esclarecimentos na fase em que se encontrava a política sul-rio-grandense.

Quadro 15: Circulação do Bioma Pampa no título das notícias assinadas em ZH

Notícias	Assinadas	%	Títulos	%	No corpo	%
10	5	50%	2	40	3	60

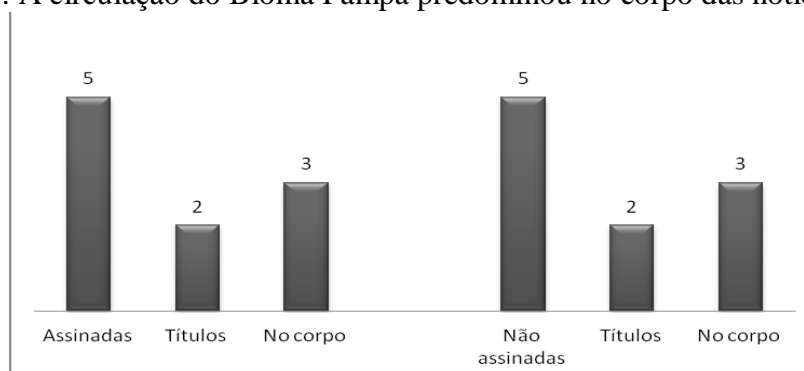
Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 16: Circulação do Bioma Pampa no título das notícias não assinadas em ZH

Notícias	Não assinadas	%	Títulos	%	No corpo	%
10	5	50%	2	40	3	60

Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 10: A circulação do Bioma Pampa predominou no corpo das notícias em ZH



Fonte: Elaborado pela autora.

A circulação do BP predominou no corpo das notícias sobre a Silvicultura, o que reforça a suposição de que o governo e as empresas, junto de seus aliados pela implantação do agronegócio da celulose no Estado, não faziam questão da associação ao bioma. Supõe-se também que havia a consciência de que não associar o Pampa, o mesmo que a identidade do gaúcho, à implantação dos monocultivos arbóreos – ainda que através do eufemismo “florestas plantadas” – resultaria em maiores chances de obter sucesso na empreitada. O Quadro 14 evidencia essa omissão do bioma, visando chamar a menor atenção possível ao único argumento capaz de desencantar o sul-rio-grandense daquela proposta de desenvolvimento social.

Quadro 17: Circulação do Bioma Pampa sobre a Silvicultura no ZH

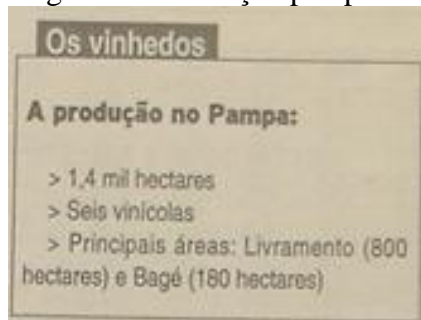
No título e no corpo da notícia 2 ou 28,6%	No corpo da notícia 5 ou 71,4%
30/09/2007 p.40 Geral Pampa de areia	14/05/07 p.16 Economia Stora Enso suspende a compra de terras
15/12/2007 p.48 Geral Decreto de Lula cria o Dia do Bioma Pampa	13/11/07 p.20 Economia Fepam impedida de dar licenças para a silvicultura
-	02/12/2007 p.10 Reportagem Especial R\$ 12 bi em investimentos
-	30/03/08, p. 26 Especial A Metade Sul depois da Floresta
-	09/04/08 p.25 Economia Zoneamento menos restritivo

Fonte: Elaborado pela autora.

A notícia de 15 de dezembro de 2007, “Decreto de Lula cria o Dia do Bioma Pampa”, não faz nenhuma relação com o contexto de construção e aprovação do ZAS. O que é de se surpreender, já que rendeu até três notícias no Correio do Povo⁹⁸ e com inclusão de informações sobre o bioma e a implantação da Silvicultura. Por outro lado, há quatro notícias em que o Pampa circula e se incluem nesse contexto: “R\$ 12 bi em investimentos” (02 dez. 2007) e “A Metade Sul depois da Floresta” (30 mar. 2008), que confirmam a localização no território pampiano; e “Stora Enso suspende a compra de terras” (14 mai. 2007) e “Zoneamento menos restritivo” (09 abr. 2008), tendo sido esta última aquela onde o repórter cita a crítica da fonte aos ditos “florestamentos” ([...] as florestas seriam danosas ao Pampa [...]). Houve duas notícias com uma circulação mínima do Pampa: “Hora de poda na Metade Sul” (10 ago. 2007), onde o BP só é mencionado no quadro ilustrativo (FIGURA 11) e “Fepam impedida de dar licenças para silvicultura” (13 nov. 2007) onde a menção ocorre no quadro explicativo do conteúdo da liminar, “O teor” (FIGURA 12).

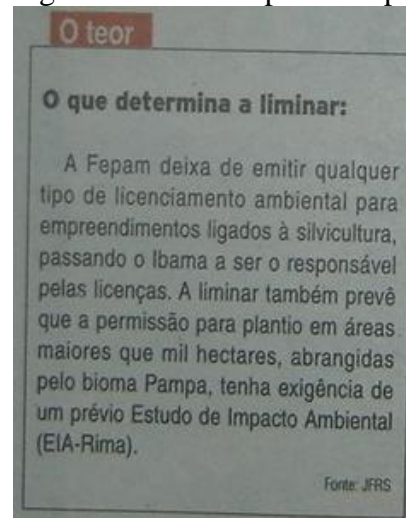
⁹⁸ CP. Bioma Pampa ganha homenagem. 16 dez. 2007. Capa. CP. Ambientalista faria 81°. Aniversário hoje. 17 dez. 2007. p.06. Data oficial vai marcar e lembrar o Bioma Pampa. 18 dez. 2007. p. 16.

Figura 11: Produção pampiana



Fonte: ZH. 10 ago. 2007. p.36.

Figura 12: Liminar pelo Pampa



Fonte: ZH. 13 nov. 2007. p.20.

É pertinente destacar a abertura de “A Metade Sul depois da Floresta” (30 mar. 2008, p. 26), cuja circulação do Pampa revela o desconhecimento da biodiversidade desse bioma. A ideia do autor do texto de que uma transformação no Bioma era necessária fica explícita: “O quanto os investimentos das gigantes da celulose Aracruz, Stora Enso e Votorantim seriam capazes de transformar o **revestimento ondulante e ralo** do pampa gaúcho?”.

O jornal Zero Hora concedeu mais capas (14) do que o CP (cinco) e dentro do contexto de construção e aprovação do ZAS, porém, em apenas uma delas, o BP mereceu circular. Na maioria, a referência ao território foi feita através de “Metade Sul”. Na sequência, viu-se que em maio de 2007, foram oito chamadas de capas, como aquelas com as cartolas “Licenças emperradas” (dia 01); “Pressão por licenças” (dia 02); “Impasse florestal” (dia 14) e outras que obtiveram destaque de meia página, como “Acordo pode dar fim a impasse no plantio de eucaliptos no RS” (dia 04) e “Fepam intensifica a liberação de licenças para o florestamento” (dia 29).

Quadro 18: Capas com circulação do Bioma Pampa no ZH

Capas	Presença do BP	%	BP latente	%
14	1	7,15	13	92,85

Fonte: Elaborado pela autora.

Em 2008, Zero Hora publicou seis chamadas de capas (duas a menos que em 2007). Dessa vez, duas no mês de março (dias 05 e 30) e quatro no mês de abril (dias 11, 12, 15 e 16). Tendo sido constatada a circulação do “Pampa” na capa de 30 de março, onde uma foto grande e centralizada é apresentada com o título “Uma nova paisagem no Pampa” (FIGURA

13). Podem-se ver dois gaúchos cavalgando em um eucaliptal. Na legenda, lê-se que “Cinco anos depois das primeiras mudas de eucaliptos, uma floresta transforma as feições da Metade Sul”. Essa chamada é interessante porque dispõe a ideia das quatro páginas oferecidas para a leitura, uma ideia até então ignorada nas notícias de ZH: essa foi a primeira vez que ZH relacionou a alteração da paisagem do Pampa com a implantação da Silvicultura. Ainda que, a relação tenha sido de que foi feito um bom negócio, o contrário do que o Correio do Povo fez, por exemplo, quando informou a alteração da paisagem pampiana em decorrência da implantação da Silvicultura.

Figura 13: Alteração da paisagem



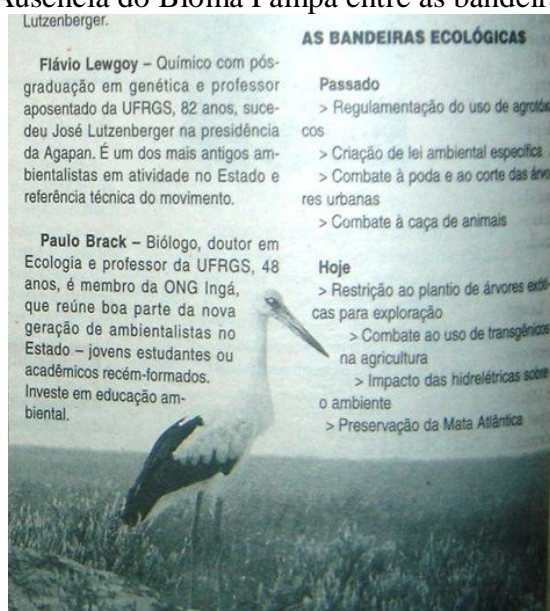
Fonte: ZH, 30 mar. 2008. Capa.

A segunda vez que o jornalismo de Zero Hora relacionou a alteração da paisagem do Pampa com a implantação da Silvicultura, e o mais importante, a primeira vez que se apontou uma crítica a essa alteração, ocorreu na notícia “Zoneamento menos restritivo” (09 abr. 2008). Mais adiante, ao tratar-se das fontes escolhidas e do viés da notícia, vai se aprofundar a sua análise.

Seguindo com a análise das capas de ZH, viu-se que em abril, as chamadas se dividiram entre circular as informações das fontes ambientalistas e a dos investimentos da Aracruz. Sendo que, no dia 11, foi feita uma chamada de contracapa cujo título é “Ambientalistas prometem batalha judicial”. Esta é a última chamada da coluna do quadrante inferior esquerdo.

Encontra-se na p.5, na notícia de 12 de abril de 2008 (FIGURA 14), precisamente no quadro que apresenta as ex-bandeiras e as atuais dos ambientalistas e menciona-se a defesa da Mata Atlântica, um equívoco ou uma omissão. Publicamente, o movimento ambientalista luta também pelo Bioma Pampa, principalmente, no período de implantação da Silvicultura fora divulgado este fato. A discussão no período foi sobre como promover a implantação da Silvicultura sem comprometer as características físicas e biológicas do Bioma Pampa, nem a sua fauna e flora, já ameaçadas até mesmo de extinção, em parte, devido a outros monocultivos como o de grãos, dentre outras formas de exploração também com visão estritamente econômica.

Figura 14: Ausência do Bioma Pampa entre as bandeiras ecológicas



Fonte: ZH, 12 abr. 2008. p.05.

Percebe-se durante a leitura mais de um caso evidente de omissão da circulação do Bioma Pampa. Novos apontamentos serão feitos no capítulo sobre a latência do Bioma Pampa no jornalismo gaúcho. A seguir, o Quadro 16 mostra no total de notícias dos diários o percentual que incluiu a circulação do Bioma Pampa. O percentual que incluiu o BP no corpus foi de 10,2% das notícias, ou o mesmo que 25 das 246 selecionadas.

Quadro 19: Circulação do BP no corpus

Jornal	Total	Bioma Pampa	100%
CP	161	15	9,3
ZH	85	10	11,8
Total	246	25	10,2

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao encerrar esta seção manifesta-se a falta de notícias que abordassem o desenvolvimento de outras culturas e atividades. Por o Bioma Pampa possuir uma rica biodiversidade e possibilidades de geração de trabalho e riqueza, supõe-se que seja passível de geração de um grande número de pautas jornalísticas. Em uma rápida incursão no site da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócio⁹⁹, viu-se que o Governo Estadual fomenta os seguintes setores, excetuando-se os já citados, como a pecuária: a apicultura, a cana-de-açúcar, o pescado, a suinocultura, a avicultura, a floricultura, a horticultura, a erva-mate, o milho, a citricultura. Já a Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo¹⁰⁰, por sua vez, fomenta: a organização, a produção de alimentos e o resgate das culturas indígena e negra; a aquicultura; a pesca; o turismo rural e o artesanato. Com isso, percebe-se que apesar de o Governo Estadual fomentar outras atividades além da Silvicultura foi esta que predominou na divulgação dos jornais.

A invisibilidade das diversas atividades econômicas vigentes no Pampa pelo jornalismo em estudo é um exemplo do que Vandana Shiva (2003, p.23) considera ser a primeira causa de “colapso” dos sistemas locais de saber. Ela explica que:

O saber local resvala pelas rachaduras da fragmentação. [...] [...], o saber científico dominante cria uma monocultura mental ao fazer desaparecer o espaço das alternativas locais, de forma muito semelhante à das monoculturas de variedades de plantas importadas, que leva à substituição e destruição da diversidade local.

De acordo com Shiva (2003, p.23), as comunidades locais encaram as florestas, matas campos, e os seus ecossistemas de origem como fontes de alimentos, remédios, materiais para a construção de suas casas, criação de artesanato. Veem-se como integrantes da natureza e, portanto, integrados àquela paisagem que ajudou a conformar a própria identidade. A sua existência ocorre a partir de uma relação de suficiência, não de dominação/exploração da

⁹⁹ Disponível em: http://www.saa.rs.gov.br/uploads/1298559247Lista_de_Camaras_Setoriais.pdf
Acesso em: 21 jul. 2011.

¹⁰⁰ Disponível em: <http://www.sdr.rs.gov.br/> Acesso em: 21 jul. 2011.

natureza. Este é o valor que atribuem aos seus lugares de origem e não os “serviços ambientais”¹⁰¹ que possam deduzir da relação com os outros seres da natureza.

Por outro lado, a Silvicultura, traz no bojo a própria filosofia, valores, uma visão de mundo diferente dos nascidos no RS, cujo uso de árvores, dentre elas o eucalipto, está associado ao sombreamento de áreas da propriedade (BINKOWSKI, 2009, p.31) e à “secagem” de banhado (BUCKUP, 2006). A mudança de perspectiva para o uso da madeira e obtenção da celulose, ainda que seja tido como um negócio lucrativo pelo mercado mundial, não é apropriado às características naturais do lugar. Ao mudar os hábitos, os costumes, as práticas, mudam-se as referências e, com o passar das gerações, a identidade. Barenho (2008) já retratava as modificações no dia a dia das mulheres, seja proprietárias de terras seja de lotes em assentamentos, após a introdução da Silvicultura nos seus municípios¹⁰².

5.3 Escolha das fontes e o viés da notícia

Constatou-se que o Bioma Pampa foi citado pelas fontes ambientalistas de ONG's, professores e pesquisadores de universidades e técnicos de órgãos ambientais dos governos. Em um único momento, evidencia-se no corpus a inclusão do BP pela diretora-presidente da

¹⁰¹ “[...], a PNSA (Política Nacional de Serviços Ambientais) considera como serviços ambientais os ‘serviços desempenhados pelo meio ambiente que resultam em condições adequadas à sadia qualidade de vida’ (PL n. 5.487/2009, art. 2º, inciso I).” In: ALTMANN, Alexandre. Pagamento por serviços ambientais: aspectos jurídicos para sua aplicação no Brasil. Disponível em: http://www.planetaverde.org/artigos/arq_12_51_43_26_10_10.pdf Acesso em: 24 jul. 2011.

¹⁰² “Também em Rio Grande existem plantios de eucalipto na comunidade da Palma. Uma única família resiste entre os plantios, que circundam os quatro lados de sua propriedade. Inclusive o acesso à propriedade precisou ser negociado com a empresa de celulose e papel. Tal condição tem trazido sérias consequências à família, principalmente para a atividade econômica exercida pela mesma. Sobre a situação dos plantios, as trabalhadoras rurais relataram que há lavoura de eucalipto com apenas 10m de distância dos assentamentos. Uma trabalhadora rural de Santana do Livramento contou que, como mora na fronteira com o Uruguai, lá não há mais limite entre as fronteiras. Os plantios em Rivera e em Livramento não cumprem a distância exigida pela Lei Federal sobre a faixa de fronteira. Neste local não é possível identificar onde é o limite do Brasil e onde é o do Uruguai. Além disso, há muito receio de que os plantios do lado uruguaio e do lado brasileiro circundem totalmente o assentamento onde vivem. Situação semelhante foi relatada pela proprietária de sítio, onde os plantios de eucalipto estão desrespeitando o limite de sua propriedade, pois estavam a menos de 20 metros da divisa. Foi preciso mover ação judicial para que a VCP afastasse os plantios de sua residência, em 100 metros. Ela já ganhou em primeira instância. A empresa está obrigada judicialmente a afastar o plantio e caso não o faça deverá pagar multa diária de R\$ 2 mil, mas a empresa já recorreu da decisão judicial. Também foi relatado que em São José do Norte estão sendo feitas diversas formas de coagir os moradores das áreas rurais, como por exemplo, maciço de eucaliptos feito próximo a pomar de uma família que se recusa a vender a terra, ou ainda, impedindo que famílias acessem a água que passa por terra comprada para os plantios. Igualmente em Encruzilhada do Sul houve assaltos em residências rurais com a chegada dos plantios de eucalipto.” In: BARENHO, Cintia Pereira. **A Função da União européia no desempoderamento das mulheres no Sul através da conversão dos ecossistemas locais em plantações de árvores** – estudo de caso Pampa gaúcho” Disponível em: <<http://www.natbrasil.org.br/Docs/monoculturas/estudo%20de%20caso.pdf>> Acesso em: 06 de setembro de 2010. p.9.

Fepam, Ana Pellini, na página da notícia “Data oficial vai marcar e lembrar o Bioma Pampa” (CP, 18 dez. 2007, p. 16). A nomeação dela foi feita pela Governadora do RS, Yeda Crusius, no intuito de agilizar a liberação do licenciamento ambiental da Silvicultura. Portanto, estando ela contrária à posição dos técnicos da Fepam – os quais participaram da criação da versão original do Zoneamento Ambiental da Silvicultura (ZAS), a mesma que impunha restrições aos plantios arbóreos de exóticas -, obrigou-se a dizer umas palavras na ocasião. Em resposta ao questionamento feito pelo Ibama sobre os licenciamentos concedidos, Pellini manifestou-se, conforme o texto de ZH a seguir: “A Fepam condicionará a licença a que as empresas criem e mantenham áreas do Bioma Pampa,” disse Ana, admitindo, porém, que 97% das áreas com licenças concedidas estão no Bioma Pampa”. Essa foi a única vez, em todo o corpus (incluindo-se ZH) que o Governo Estadual mencionou o referido bioma.

Nas 15 notícias em que o BP circulou, dez tiveram as fontes especificadas, num total de 31 (QUADRO 20). Destas, 29% ou nove entrevistados, eram fontes de notícias sobre outros temas que não a implantação da Silvicultura. Portanto, predominou a circulação do Bioma Pampa no CP através das fontes de outros temas.

Quadro 20: Circulação do BP através das fontes nas 15 notícias do CP

Fontes	31	100%
Outros temas	9	29
ONG's socioambientais dentro/fora do Consema	6	19,5
Não especificadas	5	16
Governo Federal (Ibama, MMA)	4	13
Professores/pesquisadores de universidades	3	10
Governo Estadual (dir. pres. Fepam, Pellini; BM)	2	6,5
Técnicos da Sema/RS (Defap)	1	3
Aliados das empresas da celulose dentro/fora do Consema	1	3

Fonte: Elaborado pela autora.

Para falar sobre “Um marco à cultura no Pampa” (26 ago. 2007, p.17), foram ouvidos o coordenador da Comissão Pró-Memorial, Antonino Dornelles, o representante da Federação Israelita no RJ, Nelson Menda, o prefeito de Alegrete José Rubens Pillar, o ex-prefeito Adão Faraco e o diretor-executivo da Federação Israelita do RS, Albert Poziomyck. A notícia trata da obra que seria construída em homenagem ao político gaúcho Oswaldo Aranha. O Pampa é mencionado duas vezes, sendo que em uma delas a fonte dá a sua representação do lugar:

O projeto lembra a trajetória de um pássaro. “Assim foi a trajetória de Oswaldo Aranha, que saiu das **coxilhas do Pampa** para alçar voo que o levaria ao mais alto posto da diplomacia internacional”, afirmou o coordenador da Comissão Pró-Memorial, Antonino Dornelles.

Na mesma cidade, a notícia sobre o “Projeto Natal do Pampa mobiliza Alegrete” (26 nov. 2007, p.21), embora não tenha sido especificada, supõe-se que a fonte tenha sido ou o Centro Empresarial, o Sindicato dos lojistas ou a própria prefeitura, já que são os promotores do evento. O objetivo do projeto é “fortalecer a identidade do pampa” através da criação de dois espaços natalinos com objetos da região, como capim, feno, costaneira, lã de ovelha, estopa e pinha. Lê-se ainda que “o novo design busca implementar o clima do campo em Alegrete e atrair os turistas”.

Na última notícia classificada como de outro tema, a pecuária, “Carne do Pampa conquista mercado” (21 abr. 2008, p.10), as fontes foram o açougueiro João Luís Teixeira, o presidente da Apropampa, Ronaldo Cantão e o vice-presidente Fernando Aduato. Essa última fonte, participou também da notícia “Reserva Legal pode virar crédito” (11 nov. 2007), ao lado do professor e pesquisador da UFRGS, Carlos Nabinger. Com a diferença, porém, que foi apresentado como vice-presidente da Farsul – entidade aliada das empresas de celulose com representação no Consema - e, a sua fala não evidenciou uma preocupação com a preservação da cultura gaúcha, uma vez que o enfoque da notícia sobre a “única carne do Brasil com identificação geográfica”. Pois, referente ao diferencial da carne pampiana, lê-se que “o sistema de criação dos animais (é) determinado por um conjunto de fatores inerentes à região, como o relevo, o solo e a vegetação. Estes fatores também influenciaram o tamanho das propriedades e a cultura do gaúcho do Pampa”. Segundo o presidente da Apropampa, “Não queremos preservar só o modo de produção da carne, mas todas as características culturais e sociais desta região”. Ele explica ainda, que “a criação é feita no sistema extensivo ou semi-extensivo, ‘Mesmo em poteiros menores, o animal caminha por tudo reconhece as aguadas, as sombras para depois começar a pastar. Isso significa bem-estar e se reverte em diferencial para a carne’”.

As notícias que incluíram o BP e não especificaram as fontes de informação foram: “Seminário debate turismo do pampa e das Missões” (17 ago. 2007), “Bioma Pampa será tema de Simpósio” (16 set. 2007), “Criadores de gado avaliam biodiversidade do Pampa” (08 nov. 2007); “Ambientalista faria 81º. Aniversário hoje” (17 dez. 2007) e “Fepam concede LP à Aracruz” (13 mar. 2008). As três primeiras consistiam na divulgação dos eventos, a quarta na divulgação da celebração do Dia do Bioma Pampa em homenagem a José Lutzenberger

com o lançamento do Mapeamento da Cobertura Vegetal do bioma e, a última, divulgava que a empresa da celulose faria compensações ao Pampa em contrapartida à autorização para expandir a fábrica em Guaíba.

Constatou-se que, as fontes que incluíram o BP nas notícias no contexto de construção e aprovação do ZAS foram os professores/pesquisadores, vinculados ou não à ONGs, dentro/fora do Consema, técnicos da Sema/RS, do Governo Federal (principalmente o Ibama/RS que tinha representação no Consema) e ONG's socioambientais dentro/fora do Consema. O Governo Estadual e os Aliados das empresas da celulose dentro/fora do Consema, que defendiam o modelo de implantação da Silvicultura, tiveram apenas três participações.

Dessas 15 notícias, onze delas trataram da alteração dos ecossistemas pampianos. E, destas onze, sete delas o fizeram através das fontes de informação (QUADRO 18) e, quatro notícias, através da divulgação de eventos, como: “Bioma Pampa será tema de Simpósio” (16 set. 2007), organizado pelo Departamento de Plantas Forrageiras e Agrometeorologia da UFRGS e teria a palestra de Ilsi Boldrini; “Criadores de gado avaliam biodiversidade do Pampa” (08 nov. 2007), promoção da Apropampa e Alianzas Del Pastizal – identificadas com a preservação ambiental; “Ambientalista faria 81º. aniversário hoje” (17 dez. 2007), retomando informações da edição de véspera, de Marcelo Madeira do Ibama, com organização do MMA, UFRGS, Ibama; e “Fepam concede LP à Aracruz” (13 mar. 2008) que anuncia investimentos em unidades de conservação como medida compensatória. A seguir (QUADRO 21) mostram-se exemplos da circulação do bioma pelas fontes.

Quadro 21: Circulação do Bioma Pampa pelas fontes

No Rio Grande do Sul, a preservação da biodiversidade do pampa é um dos temas prioritários, aliada ao zoneamento da silvicultura e à caça predatória ilegal. “O governo do Estado precisa incentivar atividades como a agroecologia e a agricultura familiar, que comprovadamente não provocam alterações na biodiversidade dos ecossistemas,” exemplificou Fernando Costa, estudante de Arquitetura e integrante da entidade Casa Tierra.

Sensibilização para biodiversidade
23 mai. 2007

O biólogo e professor do Departamento de Botânica do Instituto de Biociências da Ufrgs Paulo Brack enfatiza que a situação do Pampa e da Mata Atlântica é de extrema vulnerabilidade pela falta de políticas consistentes de preservação. “Hoje, o Estado não investe suficientemente na proteção. [...]”

Pampa muda suas características originais
23 set. 2007

O chefe da Divisão Técnica do Ibama/RS, Marcelo Madeira, adianta que o trabalho de mapeamento concluiu que restam apenas 41% da área original do bioma, que ocupa 178 mil quilômetros quadrados de extensão, cobrindo 63% do território gaúcho. Esse é um dos seis grandes biomas do Brasil. segundo ele, o resultado do mapeamento é importante, porque está sendo discutido um novo modelo econômico para a região Sul.

Bioma Pampa ganha homenagem
16 dez. 2007

As lideranças do movimento alegam que a aquisição das terras por parte da Stora Enso não seria legítima, pois, além de agredir o que chamam de “bioma pampa”, o empreendimento situa-se dentro da faixa de fronteira, o que seria proibido por lei federal.

“Não somos contra a silvicultura. O que defendemos é que a questão seja tratada de forma menos passional e com mais argumentos técnicos sob o risco de prejudicar o Bioma Pampa,” defende o analista do Ibama, Marcelo Madeira, coordenador do grupo de trabalho. Segundo o documento, somente na porção brasileira do bioma, há 3 mil espécies de plantas vasculares, 385 de aves e 90 de mamíferos. Segundo o grupo, a falta de definição de regras técnicas terá reflexos negativos. “A fauna típica seria atingida com a perda de seu habitat”, alega, apontando ainda preocupação com os recursos hídricos e com o solo.

Estudo defende o Zoneamento
26 jun. 2007

Aníbal Parera, da Fundação Vida Silvestre – Argentina, se declarou preocupado com a modificação da paisagem do Pampa, ocasionada pela agricultura e silvicultura, em seu país, no Uruguai e no Brasil. “Há perda de espécies, de paisagem e de ecossistemas.”

Reserva Legal pode virar crédito
11 nov. 2007

No lançamento do Mapeamento da Cobertura Vegetal do Bioma Pampa, o superintendente regional do Ibama/RS, Fernando Costa Marques, questionou os licenciamentos de zoneamento ambiental realizados pela Fepam. “O Pampa é o único e exclusivo bioma do Rio Grande do Sul e apresenta um dos mais baixos graus de proteção entre os seis biomas terrestres do país, além de estar na zona Sul do Estado, área onde estão sendo dados licenciamentos da Fepam”. [...].

Data oficial vai marcar e lembrar o Bioma Pampa
18 dez.2007

Brigada investe contra as invasoras
05 mar. 2008

Fonte: Elaborado pela autora.

A única notícia, em todo o corpus (incluindo-se as notícias de ZH), que retratou o Bioma Pampa e as ameaças que enfrenta, foi “Pampa muda suas características originais” (23 set. 2007), assinada por Carina Fernandes. O enquadramento escolhido pela jornalista responsável deve ter contribuído para que o leitor pudesse reconhecer que a substituição do

Bioma Pampa estava ocorrendo mais intensamente por meio do agronegócio com a Silvicultura.

Contudo, ouvir um técnico da Sema, dois professores/pesquisadores de universidades, sendo um deles vinculado ao movimento socioambiental e uma ambientalista, leva tempo para produção e reflexão do repórter. Tempo para sair da redação, não só fisicamente, mas sair com a pauta iniciada apenas, sem ter determinado com quem ou como irá acabar. É preciso conter a ansiedade provocada pela pressão das rotinas produtivas e voltar à redação para concluir a notícia só depois de ter incluído o diverso, o dissonante, o diferente. Assumir que os monocultivos arbóreos não são “florestas plantadas” e dizer além de que o bioma está mudando, desaparecendo, sumindo ou sofrendo redução, porque pode passar ao leitor a sensação de que não há como reagir à força dessa correnteza global. Comumente são deixadas de lado nas pautas as consequências imediatas e/ou cumulativas às pessoas e aos seus descendentes devido ao comprometimento dos elos dos ecossistemas, como a água e o ar. Ao comprometer a convivência dos outros seres da natureza, a espécie humana se ameaça. Ameaça-se mais do que deixar de lucrar financeiramente com os bens naturais que poderiam ser explorados, deixando que estrangeiros o façam. Cerceia em um minúsculo tempo histórico as possibilidades de existência geradas, durante milhares de anos, como os bens naturais, as adaptações, os melhoramentos, os conhecimentos até a desintegração e o desaparecimento deles. Que pessoa tem garantida a preservação da sua espécie estando condicionado aos ditames globais do verde do dinheiro e da forma vertical do diálogo numa monocultura globalizada? As consequências do modelo de desenvolvimento econômico são mais profundas e já estão em debate, cabe ao jornalismo ingressar nessa discussão.

Por último, assinala-se na notícia “Brigada investe contra as invasoras” que a fonte Via Campesina não teve cedido o espaço de fala. A sua posição aparece pelo relato do autor do texto. Essa opção do jornalismo pode ser um sintoma da declaração do presidente do Sistema Guarba/CP de que “O agronegócio é nossa bandeira” (CP, 24 jul. 2007, p.14), como consta na página 51 deste trabalho. Assim sendo, a citação da fonte apenas insinua a inclusão dela na notícia, mas não a confirma. Ouvir o “outro lado” implica ceder um espaço para fala com as próprias palavras e, não, meramente, repetir o que a fonte disse. Não obstante o jornal seja uma empresa privada, o foco no equilíbrio da abordagem não pode ser perdido de vista.

Já o Jornal Zero Hora, embora tenha feito menos notícias incluindo o Bioma Pampa (dez) em comparação com o número de notícias do Correio do Povo (15), no percentual, a circulação foi maior (11,76% contra 9,31% do CP). Mas, em apenas duas notícias (“Stora

Enso suspende a compra de terras”, 14 mai. 2007; “Zoneamento menos restritivo”, 09 abr. 2008) das cinco que abordaram o Bioma Pampa no contexto da construção e aprovação do ZAS (outras são: “R\$ 12 bi em investimentos”, 02 dez. 2007; “Zoneamento menos restritivo”, 09 abr. 2008 e “Pampa de areia”, 30 set. 2007) foram incluídas fontes críticas à forma vigente de implantação da Silvicultura. No primeiro caso, de 14 de maio de 2007, p.16, a circulação do BP ocorre através de uma fonte, o procurador do Incra André Duarte, ouvido na segunda parte da matéria, sob o título “Nova empresa garante plantio”. É importante assinalar que o jornalismo imputa à “demora das licenças ambientais”, a fiscalização por parte do Ministério Público, que buscavam junto ao Incra informações sobre as empresas situadas na Faixa de Fronteira. O fato de a Stora Enso ter adquirido as terras por meio da criação de uma empresa brasileira, a Azen Glever, e assim garantir os plantios de eucaliptos, não provocou questionamentos ao jornalismo de Zero Hora. Ao contrário, motivou a crítica à fonte, como se pudesse antecipar a opinião do leitor:

Nem mesmo o procurador do Incra André Duarte esconde seu conceito sobre o plantio de eucalipto:

- O pampa sempre foi pampa. Não havia floresta. A expressão reflorestamento não pode ser aplicada. É correto dizer que é uma empresa de lavoura de eucalipto clonado – diz o procurador. (ZH, 14 mai.2007, p.25).

Na notícia de 09 de abril de 2008, p.25, “Zoneamento menos restritivo”, o repórter se apropria da manifestação da fonte da Agapan, ambientalista da ONG, o contrário do que fez com as outras duas fontes favoráveis ao zoneamento descaracterizado, que eram a presidente da Fepam, Ana Pellini e um diretor da Fiergs.

Do outro lado estão organizações não-governamentais ambientalistas, que querem um zoneamento menos liberal. O argumento é que essas florestas serão **danosas** ao Pampa. Representante da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, Flávio Lewgoy diz que a entidade tem planos de contestar judicialmente a decisão. O contraponto vem da iniciativa privada, que vê no desenvolvimento da cadeia florestal uma saída econômica, especialmente para a Metade Sul. (ZH, 09 abr.2008, p.25).

Ainda sobre a notícia, informa-se que, os membros das ONG’s ambientalistas com representação no Consema, principalmente, explicaram dentro e fora do Conselho que o plantio de árvores clonadas de eucalipto não é floresta. Essa é uma questão conceitual, mas que faz toda a diferença para a identificação e a compreensão das variáveis presentes no período de construção do Zoneamento. Sabe-se que empresas criam nomes fantasias para os seus negócios, mas entre a publicidade e a realidade, o jornalismo responsável é obrigado a

noticiar as informações verídicas, corretas. Finalmente, é pertinente apontar a polarização exposta na matéria, através da expressão, “Do outro lado” (citado acima). O recurso foi empregado após as falas do membro da Federação da Agricultura e da presidente da Fepam, os quais defendiam o zoneamento tal qual o título da notícia.

Na notícia de 02 de dezembro de 2007, intitulada “R\$ 12 bi em investimentos”, a fonte não está especificada, mas supõe-se que as informações provenham das empresas de celulose. Pois, a notícia recapitula o total de investimentos a serem feitos pelas empresas, de US\$ 5,3 bi, e que a concessão de licenças ambientais pela Fepam deverá confirmar os planos das empresas no ano seguinte. Supõe-se também, que esta tenha sido reescrita, ou que teve aproveitadas informações publicadas em notícias anteriores, devido à repetição dos números.

A notícia “Decreto de Lula cria o Dia do Bioma Pampa”, de 15 dez. 2007, se resume a informar o evento comemorativo, mas não menciona o lançamento do Mapeamento da Cobertura Vegetal do Bioma Pampa. O que contrasta com a cobertura do Correio do Povo, já que este jornal não só informou o lançamento do material como também concedeu espaço para o técnico do órgão ambiental do Governo Federal, Ibama/RS, explicar a relevância do mesmo. Em comparação, o CP fez a cobertura do evento e ouviu tanto membros do Governo do Estado favoráveis à Silvicultura quanto aqueles críticos à forma de implantação da mesma.

Por fim, na circulação do BP em Zero Hora, conforme pode ser confirmada no Quadro 21, prevaleceu a presença de fontes que não as oficiais. E, o jornalismo divulgou a alteração da paisagem pampiana, só que com um efeito positivo - dos empregos gerados aos habitantes de localidades após a chegada das empresas de celulose, em “A Metade Sul depois da Floresta” (30 mar. 2008).

Quadro 22: Fontes nas notícias sobre o Bioma Pampa em Zero Hora

Total	34	100%
Habitantes	9	26
Outros temas (tecnologias/informática/internet; tradição; vinicultura)	6	18
Governo Municipal	5	14
Professores/pesquisadores de universidades (2 geografia/1 admin. UFRGS; Universidade da Campanha)	4	12
Aliados das empresas da celulose dentro/fora do Consema (Fiergs 2; Ageflor 1; Farsul 1)	4	12
Não especificadas (números empresas, decreto BP)	2	6
Governo Estadual (Pellini)	1	3
Governo Federal (Incra)	1	3
ONG's socioambientais dentro/fora do Consema (Lewgoy)	1	3
Empresas de celulose (Borges, Stora)	1	3

Fonte: Elaborado pela autora.

Após a observação do Quadro 22, verifica-se uma limitação na exposição das fontes críticas ao modelo da Silvicultura alavancado pelo Governo do RS, mais em ZH do que no CP, já que este concedeu espaço em onze notícias e, aquele apenas em duas notícias. Verificou-se também que as fontes críticas ouvidas eram os técnicos dos órgãos estaduais ou federais, professores e pesquisadores de universidades e ambientalistas membros de ONG's com representação no Consema.

Assim, as fontes, que incluíram o BP nas notícias no contexto de construção e aprovação do ZAS, foram os professores/pesquisadores, vinculados ou não à ONGs, dentro/fora do Consema, técnicos da Sema/RS, do Governo Federal (principalmente o Ibama/RS que tinha representação no Consema) e ONG's socioambientais dentro/fora do Consema. Já o Governo Estadual e os Aliados das empresas da celulose dentro/fora do Consema, que defendiam o modelo de implantação da Silvicultura, tiveram apenas três participações.

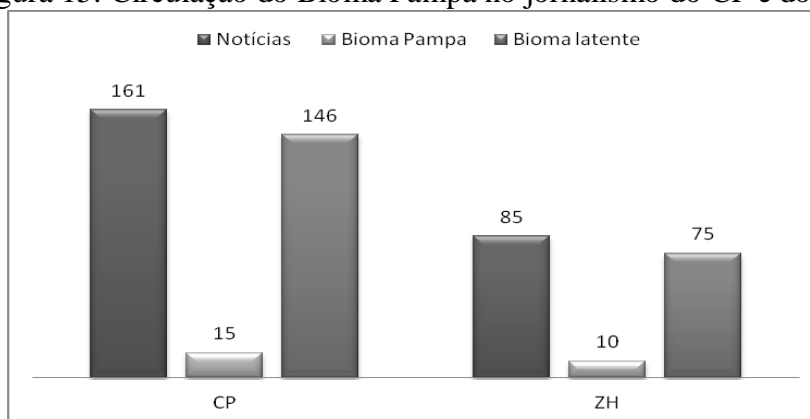
Estes resultados, obtidos a partir da análise feita sobre as notícias encontradas que incluíram o Bioma Pampa, evidenciam que a ameaça de substituição do Bioma Pampa como consequência da implantação da Silvicultura foi subtraída da maior parte das notícias do período abril de 2007 a abril de 2008, nos dois diários. Principalmente, levando-se em conta o tamanho da cobertura do contexto da construção e aprovação do ZAS, que conforme o levantamento somou 161 notícias no caso do CP e 85 no caso de ZH. Avalia-se que a abordagem dos diários centrou-se na geração de empregos e renda para a chamada metade sul no sentido do crescimento econômico, o que não implica diretamente o desenvolvimento social. Apesar de o jornalismo ter à sua disposição fontes conhecedoras do BP (pesquisadores e professores de universidades/técnicos de órgãos dos governos e ambientalistas de ONG's com representação no Consema), optou por não multiplicar as suas informações. Por exemplo, de que a monocultura, por necessitar de grandes extensões de terra para produzir e ser rentável como *commoditie* sufoca a pequena propriedade¹⁰³ e empurra as famílias para a cidade em busca de outro modo de vida. Portanto, a geração de empregos e renda proposta refletia os maiores benefícios à classe social envolvida com o negócio da celulose.

¹⁰³ BARENHO, Cintia Pereira. **A Função da União européia no desempoderamento das mulheres no Sul através da conversão dos ecossistemas locais em plantações de árvores** – estudo de caso Pampa gaúcho. Disponível em: <<http://www.natbrasil.org.br/Docs/monoculturas/estudo%20de%20caso.pdf>> Acesso em: set. 2008.

5.4 A cumplicidade do jornalismo com as fontes

A leitura das notícias sobre a circulação do Bioma Pampa nos diários evidenciou que as fontes do Governo Estadual e das empresas de celulose não relacionavam o bioma às áreas a serem convertidas pelo agronegócio da Silvicultura. Por isso, a Figura 15 mostra como houve essa circulação do Bioma Pampa na maior parte das notícias veiculadas, no período em análise, de forma latente.

Figura 15: Circulação do Bioma Pampa no jornalismo do CP e do ZH



Fonte: Elaborado pela autora.

Na figura apresentada acima se pode ver que no corpus constituído por 246 notícias, em 25 delas o Bioma Pampa circulou. Mas em 221 notícias, a maior parte, o bioma circulou de forma latente.

A definição de “latente” dessa forma de circulação do Bioma Pampa empregada nessa pesquisa se deve à importância da conscientização negada naquele período, de que o lugar onde estavam já ocorrendo as alterações econômicas, no meio urbano e no meio rural, era também no Bioma Pampa. A subtração dessa informação em todas as notícias não consiste num erro, mas em algumas delas acredita-se que sim.

A expressão “latente” segundo o dicionário Houaiss; Villar (2009, p.1159), significa “1 não aparente, não manifesto; oculto, encoberto [...]. 2 que existe em forma adormecida ou reprimida; encoberto, subentendido, disfarçado [...] 3 que está presente, mas invisível e inativo, suscetível, entretanto, de visibilizar-se e ativar-se; potencial [...]”. Com isso, entende-se que mesmo que o Bioma Pampa não tenha tido reconhecimento, nominalmente, circulou nas notícias do corpus.

Quadro 23: Comparação entre a circulação do Bioma Pampa e a circulação latente

Jornal	Total	Bioma Pampa	%	BP latente	%
CP	161	15	9,3	146	90,7
ZH	85	10	11,8	75	88,2
Total	246	25	10,2	221	89,8

Fonte: Elaborado pela autora.

A comparação entre a circulação do Bioma Pampa nos jornais e a circulação latente dele, mostra que o bioma circulou em pouco mais de 10% das notícias dos dois jornais de referência sul-rio-grandense. O que é muito pouco tendo em vista a implantação da Silvicultura ocorrer, entre abril de 2007 e abril de 2008, substituindo as suas características fisionômicas e paisagísticas.

Por se ter percebido a adesão do jornalismo sul-rio-grandense ao jargão das fontes pró-Silvicultura nas notícias informa-se, antes de partir à análise dessa circulação latente em cada um dos dois jornais, que licenciar¹⁰⁴ era a ação da Fepam; muito diferente das expressões mais frequentes indicadas na nossa contagem. No CP, a maior parte delas decorreu do verbo “liberar”, num total de 23 frequências. Em segundo lugar, as expressões mais frequentes decorreram do verbo “conceder”, ao todo 17. Em terceiro lugar, citam-se outras expressões que apareceram nas notícias do CP com menos frequência, mas que também podem indicar a ideia do jornalismo sobre o licenciamento ambiental – já que centrou a sua cobertura no contexto de construção e na aprovação do ZAS: agilizar (através da diretora-presidente da Fepam, Ana Pellini, que assumiu em maio e foi fonte em 17 notícias); fornecer; emitir; dar vazão; desafogar; destravar; pendências; entrave ambiental; demora.

Em ZH, a maior parte das expressões empregadas sobre o licenciamento ambiental também decorria do verbo “liberar” (16). A expressão “impasse florestal” apareceu tanto em cartolas e linhas de apoio quanto no corpo das notícias (14). O “entrave burocrático” ou “no cronograma das empresas”, dentre outros formatos, ocupou o terceiro lugar (11) na frequência das expressões em ZH. As expressões com menos frequência vistas no Correio do Povo, também foram multiplicadas pelo Zero Hora. Por último, destaca-se uma das combinações feitas entre essas expressões, no intuito, supõe-se, de pressionar para a obtenção do licenciamento ambiental esperado pelas empresas de celulose e o Governo do Estado. Trata-se

¹⁰⁴ Licenciar é um [...] procedimento administrativo realizado pelo órgão ambiental competente, que pode ser federal, estadual ou municipal, para licenciar a instalação, ampliação, modificação e operação de atividades e empreendimentos que utilizam recursos naturais, ou que sejam potencialmente poluidores ou que possam causar degradação ambiental. Disponível em: <http://www.fepam.rs.gov.br/perguntas/pergunta_detalhe.asp?categoria=3.Licenciamento> Acesso em: dez.2011.

da notícia de ZH, de 24 de setembro de 2007, p. 36, da qual a linha de apoio ao título situa o leitor para o acontecimento: “Possibilidade de suspensão de investimentos no Estado colabora para **acelerar** o processo de **liberação** das áreas”. Ao final de maio foi publicada uma Portaria simplificando o licenciamento ambiental e nos dias subsequentes, a governadora Yeda Crusius anunciou a criação de uma força-tarefa para trabalhar as ditas “pendências”. Assim, lê-se na notícia que, além de “flexibilizar as liberações”, a “**aceleração na liberação** dos processos não afetou os cuidados com os requisitos para evitar danos ao ambiente”. A fonte foi a diretora-presidente da Fepam, Ana Pellini, que justificou “o retardo na liberação das autorizações” à falta de pessoal, já que “no início de 2007, havia três técnicos para cuidar das questões burocráticas e hoje a Fundação conta com nove”. Na notícia de 30 de março de 2008, o ZH vai comunicar que essa força-tarefa conseguiu “reduzir o número de processos represados de 12 mil para mil”. Essa mesma notícia mereceu outras observações a serem conferidas nas páginas seguintes.

5.4.1 Circulação latente no Correio do Povo

O Correio do Povo optou por localizar os investimentos das empresas da celulose, predominantemente, no Estado e/ou no Rio Grande do Sul. Em segundo lugar, a indicação do território foi feita através dos municípios e, em terceiro lugar, não fez indicação alguma, apesar de fazer referência às licenças ambientais da Fepam ou ao ZAS. A interpretação desse resultado é de que foi feita uma indicação genérica do território. De modo a não relacioná-lo ao Bioma Pampa. O Quadro 23 mostra a variação das expressões. Pode-se adiantar que essas foram feitas tanto pelas fontes, diretamente, quanto feitas no corpo da notícia.

Quadro 24: Circulação latente do Bioma Pampa nas notícias do CP

	Território	146	100%
1	No Estado/ no Rio Grande do Sul	50	34,2
2	Municípios (licenças ou investimentos das empresas)	29	20
3	Não indica território (sobre licenças da Fepam/ZAS)	19	13
4	Outro tema (situação financeira das empresas)	16	11
5	Metade Sul	5	3,5
6	Disputa entre Uruguai e Argentina	5	3,5
7	região Sul	4	2,8
8	No Estado, na Metade Sul	2	1,3
9	Zona Sul, zona Sul, Metade Sul	2	1,3
10	Regiões do RS	2	1,3
11	Fronteira oeste - Livramento e Rosário do Sul	2	1,3
12	No Estado, nos municípios	2	1,3
13	Vale do Rio Pardo	2	1,3
14	No litoral e na Metade Sul	1	0,7
15	Centro-Serra/projeto na Metade Sul	1	0,7
16	Região da Campanha e da Fronteira Oeste	1	0,7
17	Fronteira Oeste	1	0,7
18	Região carbonífera - Butiá, Barra do Ribeiro, São Gabriel, Mostardas, Livramento e Rio Pardo	1	0,7
19	Metade Sul, na fronteira com o Uruguai e regiões das Missões e Campanha	1	0,7

Fonte: Elaborado pela autora.

A seguir (QUADRO 25) é possível conhecer as fontes jornalísticas das notícias na circulação latente do Bioma Pampa.

Quadro 25: Bioma Pampa latente nas notícias do CP

<p>1 Brum apoiou ainda a atitude da governadora Yeda Crucius de viabilizar novo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), na quinta-feira, que prevê regras mais amenas para a plantação de eucaliptos no Rio Grande do Sul.</p> <p>Deputados avaliam pedido de demissão de Vera 05 mai. 2007</p>	<p>2 A Fepam liberou, ontem, seis licenças para o plantio florestal em áreas da Votorantim (Arroio Grande, Herval, Pedras Altas e Candiota), Aracruz (Caçapava do Sul) e Granflor (Pedro Osório).</p> <p>Fepam autoriza mais seis áreas para a Silvicultura 30 mai. 2007</p>
<p>3 O relatório final da Comissão de Representação Externa da Assembleia Legislativa sobre silvicultura será apresentado, na terça-feira, em reunião com as entidades que contribuíram com informações.</p> <p>Grupo apresenta relatório sobre a silvicultura 09 jun. 2007</p>	<p>4 O volume de vendas bateu recorde de 832 mil toneladas, 23% acima do primeiro trimestre do ano. Os preços líquidos de celulose tiveram melhora de 5% se comparados ao segundo trimestre de 2006 e de 2% ante o primeiro de 2007.</p> <p>Aracruz obtém lucro de R\$ 318, 5 milhões 08 jul. 2007</p>
<p>5 Um das manifestações, organizada pela Força Sindical, [...], para pedir mais agilidade no licenciamento ambiental de projetos florestais na Metade Sul do Estado.</p> <p>Dia de protestos em Porto Alegre 18 mai. 2007</p>	<p>6 Montevideu – O Uruguai fechou ontem todas as passagens de fronteira com a Argentina por ordem do presidente Tabaré Vasquez para impedir a entrada de ativistas que planejam protestar contra uma fábrica de celulose.</p> <p>Uruguai fecha passagens com Argentina 26 nov. 2007</p>
<p>7 Agricultores familiares de 27 municípios da região Sul do RS estão sendo beneficiados com assistência técnica, crédito e treinamento através do Programa Florestal desenvolvido pela Emater e Votorantim Celulose e Papel (VCP).</p> <p>Programa Florestal capacita produtores 01 abr. 2007</p>	<p>8 [...], que assinou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em 19 de abril, tornando mais rígidas as regras para o florestamento no Rio Grande do Sul, [...]. [...] reagiram a possibilidade de o Estado perder 4 bilhões de dólares em investimentos na Metade Sul.</p> <p>Vera decide ficar no Meio Ambiente 04 mai. 2007</p>
<p>9 Os prefeitos da Zona Sul do Estado preparam mobilização política para protestar contra o Zoneamento Ambiental da Silvicultura.</p> <p>Zona Sul critica a exclusão de áreas 13 abr. 2008</p>	<p>10 [...] uma regra segura sobre as quais os empreendimentos mais indicados a cada uma das 42 regiões em que foi dividido o Rio Grande do Sul do ponto de vista de desenvolvimento sustentado.</p> <p>Sergs debate risco ambiental 02 abr. 2007</p>
<p>11 Lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Via Campesina destruíram meio hectare de mudas de eucalipto em uma fazenda pertencente à sociedade florestal Stora Enso, na divisa de Livramento e Rosário do Sul.</p> <p>Mudas da Stora Enso também são devastadas 17 out. 2007</p>	<p>12 A Fepam deve liberar [...], 30 licenças prévias para a silvicultura no Estado. [...]. Nos dias 10 e 11, a fundação vistoriou áreas em Bom Jesus, São Francisco de Paula e Jaquirana. Nos dias 17 e 18, foram visitadas áreas em Santa Maria, Rio Pardo, Caçapava do Sul, Santa Margarida do Sul, Cachoeira do Sul, São Sepé e Cacequi.</p> <p>Fepam deverá conceder 30 licenças até o fim do mês 21 abr. 2007</p>

continua

13

A contagem populacional realizada em 2007 pelo IBGE mostrou os índices mais altos de domicílios particulares não-ocupados na **região do Vale do Rio Pardo** em municípios com grande extensão territorial e que se caracterizam pelas médias propriedades.

Insegurança reduz população da área rural
27 jan. 2008

15

[...] nas pequenas propriedades fumicultoras da **região Centro-Serra**. O **Projeto** de Implantação, Ampliação e Reforma de Viveiros Florestais e Fomento do Florestamento e Reflorestamento na **Metade Sul**, [...].

Fumicultores testam plantio de eucalipto
13 ago. 2007

17

O atraso no cronograma de plantio de eucaliptos da Stora Enso na **Fronteira-Oeste** fará com que a implantação industrial da empresa na região ocorra em 2015, e não mais em 2014.

Stora Enso anuncia atraso em projeto
30 nov. 2007

19

Mais de 200 municípios gaúchos têm potencial para fornecer matéria-prima a usinas termoeletricas de biomassa de casca de arroz e de cavaco de madeira. A potencialidade está na **Metade Sul do Estado**, na **fronteira com o Uruguai e regiões das Missões e da Campanha**.

Biomassa se espalha pelo Estado
02 ago. 2007

14

Justen destacou que as divergências não são a respeito do total de hectares cultivados, mas em relação às áreas que apresentam mais restrições, no **Litoral e na Metade Sul**.

Ageflor propõe análise conjunta
04 mai. 2007

16

Nas **regiões da Campanha e Fronteira-Oeste**, será possível realizar o licenciamento único, com a mesma qualidade e cuidados ambientais, porém, sem a demora usual.

Decreto institui Balcão Ambiental
29 set. 2007

18

A demora na liberação das licenças para o plantio de araucárias, pinus e eucaliptos na **região carbonífera do Estado** foi a principal preocupação levantada, ontem, na audiência da comissão especial da Assembleia Legislativa, [...].

Audiência discute a demora de licenças
23 out. 2007

Fonte: Elaborado pela autora.

Uma característica das fontes jornalísticas exposta no Quadro 24 é a não especificação delas. De fato, das 241 fontes ouvidas pelo jornalismo do Correio do Povo no período, 18% delas permaneceu latente (43 notícias) assim como o Bioma Pampa no período. Não que não tenha sido possível supor a origem dessas fontes – por meio da citação de agentes sociais¹⁰⁵ – mas o CP acabou sugerindo que o reconhecimento da fonte seja prescindível no jornalismo. Por outro lado, pode-se interpretar que o próprio Correio do Povo tenha sido a fonte daquelas notícias – tamanha a adesão à proposta de implantação da Silvicultura no Estado, ou cumplicidade mesmo. Entretanto, o conhecimento que o leitor tem da fonte refletirá na credibilidade que vai conceder às informações noticiosas. Segundo Scalzo (2004, p.81) “[...] é

¹⁰⁵ Por exemplo, em “Aracruz e CaixaRS firmam parceria para ofertar verba”, de 08 de março de 2008, p.18, obviamente as fontes provinham da empresa Aracruz e do Banco Federal, porém a notícia apresentou apenas um relato do acontecimento assim como as restantes.

também é dever do jornalista indicar da forma mais clara possível a origem das informações, para que cada leitor avalie sua importância e credibilidade”.

Sobre o conteúdo dessas notícias, verifica-se que variou desde o licenciamento ambiental e as audiências públicas promovidas pela Fepam até as informações financeiras das empresas da celulose. Assim, vê-se no Quadro 25 que por as fontes provenientes do Governo Estadual – como a diretora-presidente da Fepam, Ana Pellini, a mais presente no período (17 notícias) – aparecerem em segundo lugar e, em terceiro, encontrarem-se as fontes provenientes das empresas de celulose, estima-se que a origem das informações da maioria das notícias do CP que não teve as fontes jornalísticas especificadas, foram igualmente, as fontes oficiais, ligadas ao poder político e ao poder econômico.

Quadro 26: Fontes do CP na circulação latente do Bioma Pampa

Fontes	241	100%
Não especificadas	43	18
Governo Estadual	42	17,4
Empresas de celulose	40	17
Aliados das empresas de celulose dentro/fora Consema	35	14,5
ONG's socioambientais dentro/fora do Consema	20	8,3
Políticos (deputados)	15	6,2
Outros temas (vitivinicultura, insegurança em Rio Pardo, filme sobre Lutzenberger)	11	4,5
Técnicos do Governo Estadual (Fepam, FZB)	10	4,1
Governos Municipais	5	2
Governo Federal (MMA, Ibama, Incra)	4	1,6
Disputa AR X UY - Botnia-UY	3	1,2
Habitantes onde empresas de celulose se instalaram – RS	2	0,8
Professores/pesquisadores de universidades (BR)	2	0,8
Ministério Público Estadual	2	0,8
Prof/pesquis da UFRGS, membro de ong ambientalista, fora Consema	2	0,8
Empresas ligadas à Silvicultura	2	0,8
Outros à espera de licenças ambientais	1	0,4
Empresas c/ crescimento atribuído à Silvicultura	1	0,4
Governo Federal (depto Pronaf)	1	0,4

Fonte: Elaborado pela autora.

As fontes oficiais (TRAQUINA, 2008) predominaram na escolha do jornalismo do CP. Do Governo do Estado, Ana Pellini, participou mais das notícias do que o próprio secretário da Sema, Brenner de Moraes, que foi fonte em cinco notícias, assim como a governadora Yeda Crusius. Como Ana Pellini também foi a fonte com maior participação nas notícias de Zero Hora (nove ao todo), ficou sugerida a escolha dela como uma espécie de porta-voz para atender a imprensa.

As empresas de celulose e os aliados delas dentro/fora Consema, por sua vez, também tiveram os seus porta-vozes. No primeiro caso, a Aracruz predominou na seleção das fontes

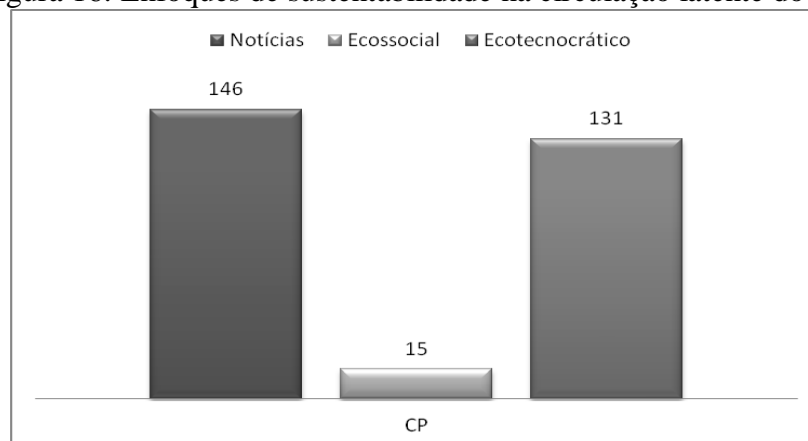
pelo jornalismo do CP, tendo sido o diretor de operações Walter Lídio Nunes aquela mais ouvida. É interessante que o CP variou mais nas fontes da Aracruz em comparação com ZH, já que ouviu, além do presidente da empresa, um diretor e dois gerentes locais. No segundo caso, o porta-voz dos aliados foi o presidente da Associação Gaúcha das Empresas Florestais (Ageflor), Roque Justen, fonte em 12 notícias. Em segundo lugar, encontraram-se três fontes da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul). Essa distância numérica também sugeriu a seleção de Justen, da Ageflor, como um porta-voz para as notícias da Silvicultura no período.

O enfoque de sustentabilidade ecotecnocrático ficou evidente em 131 notícias das 146 que divulgaram o Bioma Pampa de forma latente (FIGURA 16). No período, houve até uma notícia na qual o jornalismo, por meio da fonte, deu ênfase ao uso da tecnologia. “CTNBio libera estudo com eucalipto” trata da possibilidade de plantio de transgênicos para testes:

A decisão foi comemorada pelo setor produtivo gaúcho, onde a silvicultura planeja novos investimentos. O presidente da Farsul, Carlos Sperotto, acredita que toda e qualquer tecnologia deve ser utilizada, “desde que seja consciente, não causando danos ao meio ambiente e às pessoas”. (CP, 22 jun. 2007, p. 18).

A condicionante da frase da fonte (“desde que”) atribui-se a sua presença à adoção por parte das empresas e do Governo do Estado do jargão daqueles preocupados com a substituição do BP, crescente através das notícias no período. Deve-se destacar também que, a legenda da foto (que mostra uma lavoura de árvores) afirma que “medidas visam manter segurança de áreas de florestas”, quando no próprio corpo da notícia, lê-se que a distância imposta da área de testes para a de outras culturas é de 100m de raio e para proteger o meio ambiente, a apicultura e evitar o escape genético.

Figura 16: Enfoques de sustentabilidade na circulação latente do CP



Fonte: Elaborado pela autora.

Já o enfoque ecossocial foi identificado em 15 notícias desse mesmo grupo no Correio do Povo. Como a que permite a manifestação do técnico da Fepam em meio às cobranças e pressões impostas pelas empresas e propagadas pelo jornalismo, em “Servidor defende Fepam”:

“Se é para as empresas pedirem e levarem as licenças automaticamente, não precisamos de um órgão de meio ambiente”, reagiu o presidente da Associação dos Trabalhadores da Fepam, Antenor Pacheco. Lembrou que o zoneamento será debatido, a partir de junho, em audiências públicas no Interior. Empreendedores demonstram descontentamento com a decisão da Fepam de aplicar o critério do zoneamento. Alguns ameaçaram desistir dos investimentos no Estado. Para Pacheco, as queixas podem ser atribuídas à inversão dos procedimentos. “Eles compraram as terras antes da conclusão do estudo. Se as áreas compradas não são as indicadas para o plantio de eucalipto, a culpa não cabe aos técnicos.” (CP, 01 mai. 2007, p.03).

A abordagem sobre a implantação da Silvicultura e o contexto de construção e aprovação do ZAS, logo no primeiro mês do corpus do CP, abril de 2007, manifestava a necessidade de que se oferecessem regras mais claras. Isto porque, o trabalho da Fepam fora interrompido, ou seja, o licenciamento ambiental não estava acontecendo por o ZAS ter sido recebido no Consema e considerado restritivo pelos conselheiros aliados das empresas de celulose. Quando da assinatura do TCA, entre a Sema e o MPE¹⁰⁶, em 2006, para permitir que a partir dos pedidos das empresas da celulose pudesse ser iniciado o licenciamento ambiental através de autorizações provisórias, acreditava-se que o ZAS estivesse concluído e passasse a reger a atividade a partir de 2007. O TCA determinava ainda a realização de audiências públicas e apreciação no Consema. Porém, ao ser recebido pelo Conselho, o ZAS criticado passou a ser negociado entre os conselheiros. Com isso, em abril, as notícias vão pressionar para que a Fepam volte a licenciar a Silvicultura. Os argumentos são: justificar o porquê da não aceitação do ZAS pelas empresas da celulose e as perdas financeiras que o RS sofreria se o ZAS não mudasse conforme as exigências das empresas.

Enquanto a maior preocupação dos técnicos da Sema no que diz respeito à construção do ZAS foi com a sustentabilidade ambiental do Bioma Pampa, em garantir a preservação, o jornalismo destacava o desenvolvimento sustentável da Silvicultura. Como na notícia “MPE

¹⁰⁶“Com vistas a indicar áreas com potencialidades ou restrições à implantação da silvicultura, de forma a orientar o licenciamento ambiental, foi proposto um Zoneamento Ambiental para esta atividade por meio de um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TCA) firmado em 12/05/2006 entre a FEPAM/SEMA e o Ministério Público Estadual.” In: IBAMA/RS. **Parecer da Equipe Técnica do IBAMA** - Grupo de Trabalho do Bioma Pampa - Sobre o Zoneamento Ambiental da Atividade da Silvicultura no Rio Grande do Sul. 2007. 05 p. Disponível em: <http://www.natbrasil.org.br/Docs/monoculturas/parecer_zoneamento_ibama_2007.pdf> Acesso em: dez. 2010.

pode prorrogar zoneamento” de três de abril de 2007. Na edição da véspera, uma notícia já havia mencionado o “desenvolvimento sustentado” da Silvicultura.

A preocupação do setor privado é que as diretrizes sejam bem definidas para garantir a segurança dos empreendimentos florestais no Estado, sejam eles de que porte forem, justificou o presidente da Associação Gaúcha de Empresas Florestais (Ageflor), Roque Justen. “Não queremos que a imprensa marque o resultado deste trabalho. Preocupa, sobretudo, um instrumento de garantia do desenvolvimento sustentável da silvicultura no Rio Grande do Sul,” pondera o dirigente.

A notícia de 12 de abril de 2007 do CP fala que as perdas seriam imediatas caso o licenciamento ambiental da Fepam não fosse retomado.

Investimentos de 4,2 bilhões de dólares [...] correm risco devido à **interrupção**, desde janeiro, das concessões de licença para o plantio na área da silvicultura. Nos empregos, as perdas são imediatas [...]. A **estagnação** do setor da silvicultura gaúcha foi examinada [...] com empresários, parlamentares, representantes da Fepam e da Ageflor. (p.15). (grifo nosso).

“Fepam licencia áreas de silvicultura” é uma das notícias que confirmou a pressão sofrida pelos técnicos da Fundação para mais do que licenciar a Silvicultura, liberar as licenças:

Para o presidente da Associação gaúcha de Empresas Florestais (Ageflor), Roque Justen, o anúncio demonstra que os processos não estavam andando, já que as empresas viveiristas haviam divulgado que teriam de demitir funcionários caso não houvesse uma solução rápida. “O Estado precisa inspirar confiança. Se a Sema realmente começou a agilizar a liberação é um ponto positivo, mas não podemos depender da pressão.” (CP, 13 abr. 2007, p.22).

Além de aderir à pressão do Governo Estadual, das empresas da celulose e dos aliados da Silvicultura sobre os técnicos da Sema, uma estratégia de apoio à Silvicultura utilizada pelo jornalismo de referência sul-rio-grandense foi a mistura dos licenciamentos ambientais para a Silvicultura com os licenciamentos para outros empreendimentos, como para pequenos e médios empreendedores, de outros ramos de negócios. No primeiro mês de análise essa estratégia se destacou. Um prefeito do interior e o presidente Elton Weber da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do RS (QUADRO 27) participaram da cobrança pelo licenciamento ambiental da Fepam.

Quadro 27: Uso de diferentes licenças atrasadas, estratégia de pressão sobre a Fepam

A morosidade da Fepam também para licenciar a área onde será construída a fábrica da Nestlé, em Palmeira das Missões, preocupa a população do Médio Uruguai. Segundo o prefeito, Celso Valduga, as obras já estão com três meses de atraso.

CP, 13 abr. 2007, p.22.

A Fetag defende a adoção de regras claras o mais breve possível, sob pena de atrapalhar o setor. “Temos o caso de um agricultor que levou sete meses para conseguir a licença para montar um aviário. Isso é inviável,” reclama o presidente da federação, Elton Weber.

CP, 20 abr.2007, p.19.

Fonte: Elaborado pela autora.

Viu-se no Correio do Povo com mais ênfase do que em Zero Hora, nove deputados se engajando na pressão pela “liberação” das licenças ambientais para as empresas: “AL (Assembleia Legislativa) quer agilizar licenças da Fepam” (20 abr. 2007, p.19). Berfran Rosado foi o deputado que mais vezes apareceu nas notícias – também de ZH - dizia que “não adianta somente conhecimento técnico, tem que ter equilíbrio” no ZAS. E, em 2009, assumiu como Secretário Estadual do Meio Ambiente. Outro, o deputado Nelson Harter, foi fonte numa notícia sobre a realização das audiências públicas da Fepam, dizendo que no ZAS não houve inclusão social e que por isso o Estado ficaria “relegado à miséria”. Na mesma notícia o professor e engenheiro florestal Luiz Ernesto Elesbão (14 jun. 2007) afirmou que o ZAS da Fepam não considerava o (aspecto/lado) social. A outra fonte encontrada da área acadêmica foi o cientista indiano, Sadanandan Nambiar, na notícia de 18 de março de 2007, que proferiu a palestra promovida pela Stora Enso, “Florestamento para o desenvolvimento econômico e a mitigação da pobreza: uma nova perspectiva”. Ele disse que “No RS, vi (u) milhares de paisagens degradadas. É possível se fazer silvicultura com cuidado ambiental”. Mesmo sem precisão (“milhares”) nem reconhecer as características fisionômicas próprias do Bioma Pampa, o “líder em pesquisas sobre produção sustentável e gerência de florestas plantadas”, conforme consta na notícia, não hesitou em recomendar a Silvicultura como solução econômica para o Rio Grande do Sul.

Após essa exposição, o Quadro 28 mostra o predomínio dessas fontes jornalísticas em notícias situadas em um contexto favorável à proposta de implantação da Silvicultura.

Quadro 28: Notícias em contexto pró-Silvicultura

Fontes	192	100%
Não especificadas (7 Aracruz; 2 Stora, 4 VCP, 2 Botnia)	43	22,5
Governo Estadual	42	22
Empresas de celulose	40	21
Aliados das empresas da celulose dentro/fora Consema	35	18
Políticos (deputados)	15	8
Governos Municipais	5	2,5
Disputa AR X UY - Botnia-UY	3	1,5
Habitantes onde empresas da celulose se instalaram	2	1
Professores/pesquisadores de universidades	2	1
Empresas ligadas à Silvicultura	2	1
Outros à espera de licenças ambientais	1	0,5
Empresa c/ crescimento atribuído à Silvicultura	1	0,5
Governo Federal (Pronaf)	1	0,5

Fonte: Elaborado pela autora.

Além das fontes apresentadas, o quadro acima mostra a presença de governos municipais. Guaíba foi o município que se destacou na inclusão de fontes como prefeito, secretários e habitantes, já que um dos maiores investimentos a ser feito pela Aracruz consistia na ampliação da fábrica de celulose. As duas empresas ligadas à Silvicultura eram aquelas que forneciam as mudas para o plantio e, a empresa com crescimento atribuído à Silvicultura era uma de reciclagem de fibras da produção de papel parceira de indústrias de celulose, que serviu de mote da notícia do Dia do Meio Ambiente, 05 de junho. Além do dono da empresa de reciclagem, a fonte foi o coordenador do Conselho de Meio Ambiente da Fiergs, Torvaldo Marzolla Filho, que disse que “O Rio Grande do Sul é um dos Estados mais avançados no país no cumprimento às exigências ambientais. [...]”. Deve-se assinalar que os ambientalistas somente foram ouvidos no dia seguinte, dia 06, em notícia contando a mobilização da véspera, o Dia do Meio Ambiente. As fontes foram um integrante da Agapan, ONG conselheira no Consema, e o professor da UFRGS Ludwig Backup, que é membro da ONG Igré e apareceu em mais uma notícia do CP. Essas duas fontes abordaram a importância da aplicação do ZAS no licenciamento ambiental e, por isso, situamos o professor/pesquisador como crítico da Silvicultura.

A única fonte do Governo Federal situado em notícia pró-Silvicultura foi o diretor do Departamento de Assistência Técnica Qualificada do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Argileu Silva, ao tratar do Pronaf Eco, que propiciava a agricultura familiar crédito para a adesão à Silvicultura.

Com relação às três fontes encontradas nas notícias sobre a disputa entre o Uruguai e a Argentina devido à operação da indústria de celulose Botnia, ainda que tenham feito relatos

bastante resumidos, foram situadas dentro do contexto pró-Silvicultura por o jornalismo do CP ter dado destaque ao prejuízo financeiro do Uruguai com o fechamento das pontes de acesso à Argentina – impedindo a manifestação dos argentinos contra a Botnia.

A crítica à Fepam feita pelo jornalismo era constante: contra a morosidade do trabalho, à burocracia, à rigidez. Segundo o jornalismo sul-rio-grandense, essa crítica se justificava pela “crise” e pela “polêmica” criadas pelo licenciamento ambiental que, impunha restrições ao plantio de eucaliptos em áreas já adquiridas pelas empresas da celulose. Ao mesmo tempo, as notícias tentavam sensibilizar o leitor da ameaça de perda dos investimentos.

Em maio, os argumentos divulgados pelo jornalismo passaram a ser mais objetivos, como o de que as regras deviam ser mais flexíveis ou de que se amenizassem as normas (04 mai. 2007). E a morosidade da Fepam recebia cada vez maior ênfase (“Yeda aponta morosidade”).

A governadora Yeda Crusius disse ontem que não permitirá que a burocratização na liberação ambiental prejudique investimentos importantes para a economia gaúcha. [...]. ‘A lei ambiental foi criada para ser aplicada e não para barrar empreendimentos’, apontou a governadora.

Ao menos, os técnicos da Fepam continuavam sendo ouvidos, independente de qual escalão do governo viesse a crítica (“Yeda aponta morosidade”, 01 mai. 2007, p.03). Segundo o chefe do Departamento de Qualidade Ambiental da Fepam, Manoel Marcos: “executamos um trabalho restritivo segundo as diretrizes ambientais. Não inviabilizamos investimentos”.

Na realidade, a notícia de 04 de maio de 2007, p, 2, já dava conta de que a crise e/ou a polêmica haviam sido criadas, isto sim, pelas empresas da celulose ao não aceitarem o documento previsto para reger a atividade e ameaçarem romper o compromisso de investir no Estado. O presidente da Ageflor, Roque Justen, propunha que o ZAS fosse “discutido pelo grupo de trabalho nomeado pela Secretária do Meio Ambiente”, concluído em abril. Um grupo constituído por conselheiros no Consema – que votariam, portanto, na proposta – membros do Governo Estadual e de entidades aliadas das empresas da celulose. A notícia “Ageflor propõe análise conjunta” confirma que as empresas não estão satisfeitas não com a falta de terras, mas com os índices de restrição (de uso) estabelecidos pelo ZAS nas áreas já adquiridas pelas empresas.

Justen destacou que as divergências não são a respeito do total de hectares cultivados, mas em relação às áreas que apresentam mais restrições, no Litoral e na Metade Sul. (CP, 04 mai. 2007, p.2).

Noticiar é mais do que comunicar o que a fonte disse, é perguntar, entender o porquê da insistência em plantar nessas áreas específicas – mesmo que o jornalismo esteja de acordo com a proposta e a apoie. O jornalismo acabou divulgando apenas o argumento das empresas de que não compensaria o investimento. A nenhum dos diretores das empresas da celulose, fontes predominantes nas notícias, perguntou-se de que maneira o seu empreendimento modificaria a paisagem gaúcha e se essa modificação repercutiria em algum benefício excetuando-se o monetário – ou não foi divulgada a sua resposta.

Vale lembrar que as ONG's socioambientais com representação no Consema questionaram a formação desse grupo de trabalho por ser de pessoas que participariam depois da votação do documento. O GT foi formado por integrantes das entidades ligadas ao setor da celulose e prefeituras e intentava oferecer uma proposta alternativa ao ZAS. Ainda que tenha sido em pouco espaço, considerou-se a notícia “ONGs questionam Grupo de Trabalho”, de 06 mai. 2007, p.08, como ecossocial.

ONGs em defesa do meio ambiente consideram ingressar com medida no Ministério Público questionando a legalidade do Grupo de Trabalho (GT) formado por entidades do setor da madeira e prefeituras para tratar de uma proposta alternativa ao Zoneamento Ambiental da Silvicultura. O zoneamento lista, por exemplo, em que áreas podem ser cultivadas florestas. O GT não tem participação de ecologistas. A proposta foi divulgada pela presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural e membro do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Edi Fonseca. (CP, de 06 mai. 2007, p.08).

O Quadro 29 mostra fontes críticas ao modelo de Silvicultura. As ONG's socioambientais com integrantes conselheiros ou não do Consema, foram as fontes mais ouvidas pelo jornalismo do CP (20 notícias). Os técnicos da Sema ouvidos, eram quase todos da Fepam e apenas uma fonte da Fundação Zoobotânica – dois órgãos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Os técnicos da Sema não tinham direito ao voto no Consema, portanto, o voto da diretora-presidente Ana Pellini, não correspondia à atuação dos servidores públicos do Estado. O Governo Federal posicionou-se em defesa do Bioma Pampa através do Ibama/RS, do Ministério do Meio Ambiente e do Incra. O Ministério Público Estadual foi fonte através da promotora Ana Marchesan cobrando do Governo Estadual o cumprimento da Portaria 32/2007, que exigia o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) das empresas bem como o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) às áreas superiores a 1.000 hectares, mas não estava sendo cumprido pela Fepam sob direção de Ana Pellini.

Quadro 29: Notícias em contexto de crítica à Silvicultura e em defesa do ZAS

Fontes	38	100%
ONG's socioambientais dentro/fora do Consema	20	53
Técnicos do Governo Estadual (Fepam, FZB)	10	26
Governo Federal (MMA, Ibama, Incra)	4	10,6
Ministério Público Estadual	2	5,2
Prof/pesquis da Ufrgs, membro de ong ambientalista, fora Consema	2	5,2

Fonte: Elaborado pela autora.

Em contraste com a abordagem de maio, a notícia intitulada “Sem-terra marcha contra latifúndio”, publicada em 13 de setembro de 2007, p. 21, evidenciou um enfoque ecossocial por apresentar outras preocupações que não apenas com a economia, sobre pessoas que vieram “Protestar contra o agronegócio e a plantação de eucalipto por empresas de celulose, que deverá ocupar mais de 300 mil ha”. Em comparação, vê-se que a exposição direta de uma fonte nessa notícia torna verossímil o argumento dela. O líder do MST João Amaral, segundo consta, disse que “Só em um milhão de hectares destinados a plantação de pinus e eucaliptos até 2020 poderiam ser assentadas 43 mil famílias, gerando 200 mil empregos”.

Outubro de 2007 praticamente se inicia com uma notícia de enfoque ecossocial: “Produtores ocupam área da Aracruz” (02 out. 2007, p.12) que chama a atenção também por não ter sido empregado no título o verbo “invadir” como fora em outras edições. Segundo a notícia, o protesto foi “contra o plantio de espécies exóticas para abastecer a indústria de celulose e de árvores próximas ao Rio Costa do Sapato”. Os manifestantes entregaram aos vereadores de Canguçu a sugestão de um projeto de lei para proibir o plantio industrial de eucaliptos e a limitação em 15% da área plantada com este tipo de espécie em pequenas propriedades rurais. E, ainda, um abaixo-assinado com mais de três mil assinaturas. Outra constatação é a manifestação direta da fonte, como a do coordenador na “região Sul” do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Avacir Matias: “Um eucalipto pode consumir até 30 litros de água ao dia” e “reflorestamento não é alimento nem gera renda”. Ao que o gerente da Aracruz, Renato Rostirolla, respondeu que “[...] eles não têm embasamento científico sobre o tema”.

A notícia de 02 de outubro acabou aí, mas merecia ter sido acrescentado que há estudos referentes ao consumo de água pelos eucaliptos. Evidenciar o chamado “dois lados” não é o bastante para o jornalismo responsável, pois é preciso esclarecer, compartilhar as informações a que se tem acesso. Como a de que, segundo o professor da UFRGS, Ludwig Backup, um estudo realizado em 1972 (Média Anual de Transpiração no *Eucalyptus rostrata* e suas relações com o meio através do método *cut-leaf*), revelou que:

(1) A taxa de transpiração de *Eucalyptus rostrata* varia de 3 a 21 litros por hora durante o ano, colocando-a entre os vegetais com maior transpiração que se conhecia e (2) partindo-se de uma média de 10 litros por hora e levando-se em conta as dez principais horas do dia, o autor estimou a transpiração em 100 litros por dia de 10 horas. Portanto, haveria uma transpiração, pelos estômas, da ordem de 36.500 litros, em média, por ano. Acrescentando-se e evaporação epidérmica, considerada como sendo de 4 % do total, chegar-se-ia a 36.646 litros eliminados por ano¹⁰⁷.

Com isso, verifica-se que embasamento científico há, o contrário do que disse a fonte ouvida pelo CP, ao pretender contrariar os argumentos do Movimento dos Pequenos Agricultores. E mais, foi também Buckup (2006) quem divulgou o cálculo sobre o consumo de água dos eucaliptos a serem plantados no Bioma Pampa, a partir da “meta anunciada de implantação de 150.000 hectares de florestamentos nos próximos cinco anos, na metade sul do estado do Rio Grande do Sul (Zero Hora, 27 set. 2005), onde 70.000 ha serão destinados ao eucalipto”:

Embora a espécie *Eucalyptus rostrata* não esteja entre as mais utilizadas em projetos florestais - *E. grandis*, *E. citriodora* e *E. saligna* são usados mais frequentemente - o exemplo é certamente representativo para as características eco-fisiológicas das espécies deste gênero *Eucalyptus*, [...]. Portanto, aceitando-se uma densidade média de 1.300 árvores por hectare, teremos 91 milhões de árvores em desenvolvimento durante os próximos sete anos. Conseqüentemente, com base nos dados levantados por Ceroni (op.cit), as plantações levarão para a atmosfera, por ano, 3.321.500.000.000 (3,32 trilhões) de litros de água. Na média plurianual histórica, os índices pluviométricos do pampa gaúcho são estimados em 1.500 mm, por ano. Assim, sobre os 70.000 ha com eucaliptos, cairá uma precipitação pluvial média, anual, de 1,05 trilhões de litros de água. Percebe-se que este valor é pelo menos 3 vezes menor do que a quantidade de água eliminada pelas árvores plantadas e isto em anos de normalidade pluviométrica. Em muitas regiões da campanha os valores normais das chuvas têm médias plurianuais mais baixas (Bagé: 1.414 mm; Livramento: 1404 mm; Dom Pedrito: 1376 mm; Uruguaiana: 1.356 mm e Santa Vitória do Palmar: 1.186 mm). E é neste momento que os cursos d'água e o subsolo acabam por entregar as suas reservas, resultando em progressiva redução da vazão dos ambientes lóticos, frequentemente resultando em completo dessecamento e morte dos rios [...]¹⁰⁸.

Buckup¹⁰⁹ fora entrevistado pelo CP em 06 de junho de 2007, p.16. Ele dizia na notícia “Pedida aplicação de critérios da Fepam” para o licenciamento ambiental, classificada como de enfoque ecossocial – que o “Zoneamento é um fator de harmonia entre a silvicultura e o desenvolvimento sustentável”.

¹⁰⁷ BUCKUP, Ludwig. **A monocultura com eucaliptos e a sustentabilidade**. Mar. 2006. 05f. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/artigos-e-revistas/A_Monocultura_com_Eucaliptos_e_a_Sustentabilidade_.pdf> Acesso em: 28 fev. 2011.

¹⁰⁸ BUCKUP, Ludwig. **A monocultura com eucaliptos e a sustentabilidade**. Mar. 2006. 05f. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/artigos-e-revistas/A_Monocultura_com_Eucaliptos_e_a_Sustentabilidade_.pdf> Acesso em: 28 fev. 2011.

¹⁰⁹ Apresentado equivocadamente como professor de pós-graduação da PUCRS. Nessa instituição foi docente apenas nas décadas de 50 e de 60. Aposentado da UFRGS desde 1998 segue como colaborador convidado.

A pressão exercida era crescente e atingiu a Sema em favor da “liberação” das licenças ambientais, passando o jornalismo, a noticiar o efeito gerado. Em “Vera decide ficar no Meio Ambiente” (04 mai. 2007, p.02) informa-se que fora assinado um documento “que libera os licenciamentos para atividades de silvicultura no Estado”. O jornalismo não informou que à Secretária não cabia apenas “liberar”, como era divulgado comumente. Ao contrário do que foi publicado não foi decisão da Fepam reduzir áreas para o plantio de florestas. Havia um compromisso da Sema com o Ministério Público Estadual, o qual através do TCA¹¹⁰, previa uso do ZAS (ainda que não tivesse sido apreciado pelo Consema). Tanto o CP quanto o ZH vão citar, nos meses seguintes, que a chamada “crise ambiental” foi causada pela assinatura de um TCA de 19 de abril, o qual já estava previsto para ocorrer, mas o então diretor da Fepam, Irineu Schneider, foi responsabilizado por ter feito o acordo com o MPE sem conhecimento do Governo. O que Callegaro fez para “amenizar” a dita “crise” foi assinar, novamente, com o MPE um aditamento ao segundo aditamento do TCA (feito em 03 mai. 2007), estabelecendo regras mais flexíveis. Na prática, impunha para o licenciamento apenas a observação da legislação ambiental vigente e o pedido de EIA-RIMA, e não mais a observância do ZAS. Contudo, a promotora do MPE, Ana Marchesan, afirmava que o ZAS deveria ser utilizado sim na análise do licenciamento ambiental. Segundo o enfoque ecotecnocrático da governadora e propagado pelo jornalismo, “As atividades no meio ambiente ocorrem em duas frentes. ‘A primeira é respeitar a legislação ambiental e todo o regramento exigido. A segunda é agilizar os licenciamentos, sem deixar que a lei trave o desenvolvimento do Estado’, (04 mai. 2007, p.02)”.

A Secretária Vera Callegaro acabou pedindo demissão e a pauta dos dias seguintes foi sobre qual perfil deveria ter o novo Secretário Estadual do Meio Ambiente, além de divulgar a emissão de licenças pela Fepam. Ao mesmo tempo, notícias como “Stora Enso pode adquirir nova área de plantio”, de 14 mai. 2007, p.15, traziam o que se considerou uma adesão do jornalismo à estratégia das empresas de persuasão do seu negócio. Esse exemplo tratava do anúncio da possibilidade de aquisição de novas áreas em São Francisco de Assis pela Stora Enso e a preocupação ambiental da empresa:

¹¹⁰ Segundo o Ibama/RS alterou-se a segunda cláusula incorporando “as considerações do Grupo de Trabalho formado pelo Governo Estadual e entidades empresariais na análise para emissão de licenças ambientais para a silvicultura enquanto o Zoneamento não for aprovado pelo CONSEMA”. In: IBAMA/RS. **Parecer da Equipe Técnica do IBAMA** - Grupo de Trabalho do Bioma Pampa - Sobre o Zoneamento Ambiental da Atividade da Silvicultura no Rio Grande do Sul. 2007. 05 p. Disponível em: <http://www.natbrasil.org.br/Docs/monoculturas/parecer_zoneamento_ibama_2007.pdf> Acesso em: dez. 2010.

[...] representantes da Stora ainda informaram que existem estudos apontando os impactos do plantio de eucaliptos sobre a fauna e a flora locais. As análises serão divulgadas em agosto. A empresa informou que se responsabilizará pelos **cuidados** e pela **preservação ambiental**.

[...] Os integrantes da comitiva puderam tirar dúvidas sobre **custos e benefícios da atividade** e as **consequências para o meio ambiente**. Na fazenda Taquari, a comitiva caminhou na área cultivada há sete meses [...] além do plantio [...] puderam verificar o andamento das pesquisas e os **cuidados ambientais** que têm sido **adotados com o solo e a água**. (grifo nosso).

Tanto a Stora Enso, quanto a Aracruz e a VCP tinham notícias publicadas pelo Correio do Povo informando quantos pedidos de licenciamento ambiental haviam encaminhado à Fepam e, a confirmação do licenciamento, com o número de hectares e a localização das áreas. Em 17 de maio de 2007, p.22, a notícia informa também que, “caso obtenha as concessões ainda em maio a semeadura poderá ocorrer em agosto”. Desta maneira, entende-se que “Stora Enso solicita licenças para plantio”, dentre outras iguais, além de comunicar o passo a passo das empresas, como num diário, participa da estratégia de pressão das empresas sobre a Fepam, sendo, portanto, de enfoque ecotecnocrático.

Em 18 de maio, p. 14, ocorreram dois protestos em Porto Alegre, e os dois foram noticiados. Porém, a ênfase cedida em “Protesto pede zoneamento”, foi para aquele promovido pela Força Sindical, no centro, em “defesa dos novos empreendimentos do setor florestal” e “contra a demora do governo na definição de regras para o zoneamento da silvicultura”. O outro protesto, divulgado em uma notícia curta do CP, foi organizado pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na Zona Norte, pedindo a proibição de grandes plantações de eucaliptos. Os dois acontecimentos receberam espaços diferenciados: aquele pró-silvicultura na capa e no interior do jornal e, o que pedia a proibição dos plantios de eucaliptos apenas na capa. Ainda que sua imagem tenha sido divulgada na capa, a legenda escolhida associa a marcha do MPA aos engarrafamentos ocorridos em Porto Alegre. O que é correto, porém é provável que 4,5 mil manifestantes interferiram na rotina do trânsito mais do que 1,2 mil. Mais certo ainda, é que o trânsito porto-alegrense registra já diversos momentos de pico durante o dia, devendo ser atribuído o excesso no fluxo dos veículos a outras causas que não somente às poucas manifestações públicas que acontecem.

Os manifestantes reclamam que o cenário de incerteza sobre a política ambiental põe em risco a instalação de empresas de florestamento, cujos investimentos chegariam a R\$ 10 bilhões com a geração de 6 mil empregos diretos e 120 mil indiretos. O Movimento Plantando Desenvolvimento Sustentável, responsável pelo ato, é composto pela Famurs, Força Sindical e sindicatos. O coordenador do grupo, Maximiliano Finkler, afirmou que mil vagas foram fechadas e 600 deixaram de ser abertas no setor florestal devido à indefinição sobre o plantio de eucalipto. (CP, 18 mai., p. 14).

Ainda sobre a notícia citada, é necessário alertar que adotar as palavras da fonte nem sempre é cabível, já que não havia “indefinição sobre o plantio de eucalipto” – exceto sobre o ponto de vista daquela fonte. Faltou na notícia situar o contexto da reclamação manifesta, de que a definição dos técnicos do Governo Estadual não fora aceita pelos empresários da celulose. O seu interesse residia no plantio de áreas adquiridas antes do regramento ser concluído, áreas escolhidas a dedo – como diz o gaúcho - pelo seu alto potencial produtivo: água farta e solo de excelente capacidade produtiva.

A notícia de 19 de maio do CP evidencia que o procurador de Justiça Carlos Otaviano Brenner de Moraes assumiu a Sema com o compromisso de “conciliar proteção ambiental com desenvolvimento econômico”. E, Ana Pellini, assumiu a presidência da Fepam, para “ensinar eles a ser ágeis, mas com cuidado ambiental”, sem mudar a estrutura da Fepam, que no período, fora bastante criticada por não conseguir avaliar todos os pedidos de licenciamentos ambientais em função dos poucos técnicos atuando.

Apesar de o novo Secretário da Sema ter adiantado que buscaria “otimizar os recursos”, a nova diretora-presidente da Fepam com a disciplina de professora de Ciências Contábeis que é, Ana Pellini, enfatizou que daria agilidade à emissão de licenças: “Agilização nem sempre indica exame ruim. Ao longo do tempo, por falta de estrutura, não foi possível dar a agilidade que a sociedade esperava”, (CP, 19 mai. 2007, p. 3).

Às fontes caberia o questionamento sobre como pôr em prática essa proposta de mudança sem modificar a estrutura. Considerou-se a publicação dessas notícias de enfoque ecotecnocrático, porque fora divulgado somente aquilo que foi dito pelas fontes. A resposta mais completa ao jornalismo viria na edição de 29 de maio, p. 14, em “Fepam disciplina licenciamentos”, quando foram estabelecidas novas regras para o licenciamento ambiental através da Portaria 32/2007. Publicada na véspera no Diário Oficial, dispensava o uso obrigatório do conteúdo de aditamento ao TCA feito com o MPE em três de maio de 2007¹¹¹.

¹¹¹ Maior “flexibilização”, como dizia o Governo. Segundo o Ibama/RS foi dispensado o licenciamento ambiental prévio e de operação relativo às atividades de silvicultura para áreas de até 40 hectares e estabelecido

Teria sido necessário obter uma justificativa da fonte sobre a mudança das regras do meio do chamado “jogo” pelos membros do Governo do Estado. A preocupação da diretora-presidente da Fepam, desde o início dos trabalhos, sempre esteve voltada às empresas da celulose:

A presidente destacou que a Fepam está apenas tornando mais ágil a análise dos pedidos de licenciamento ambiental para dar maior segurança aos investidores, mas não vai abrir mão da conservação ambiental (CP, 29 mai. 2007, p. 14).

Em 02 de junho, o CP traz uma notícia com a diretora-presidente da Fepam, Ana Pellini, apresentando um “planejamento para zerar os estoques” de licenças ambientais. A notícia mostra o esforço dos técnicos, trabalhando até mesmo no sábado e no domingo, para vencer a meta de licenciamentos. Note-se que a palavra utilizada foi “meta” para um trabalho qualitativo e que implica a realização de vistorias presenciais nas áreas.

A notícia de 20 de junho também traz uma abordagem semelhante, pois informa que na véspera, a governadora Yeda Crusius havia decretado uma força-tarefa para que, dentro de 90 dias, fossem disponibilizados recursos humanos, logísticos, técnicos etc., para a conclusão dos trâmites das licenças ambientais. O que o leitor do CP já sabia, Pellini confirma no dia 24 de junho:

A Fepam tem uma equipe de plantão para avaliar os pedidos de licença de operação (LO) das empresas florestais e liberar imediatamente o que estiver de acordo com a legislação. ‘Essas licenças são prioridade absoluta’, garante a diretora-presidente da Fepam, Ana Pellini. (CP, 24 jun. 2007, p.14).

O procedimento do licenciamento ambiental da Fepam somente foi explicado numa edição de fevereiro de 2008. Enquanto isso, no decorrer de 2007, predominava nos diários os pedidos de licenciamento, de liberação, de emissão, de concessão de licenças. Mas, a notícia “Fepam libera as primeiras LO’s”, na edição de 01 julho de 2007, p. 14, foi a primeira que diferenciou os tipos de licenças, sendo esta, a de operação. Portanto, supõe-se que as licenças reclamadas anteriormente, fossem prévias e de instalação, apesar de, no trecho destacado acima (24 jun. 2007), o jornalismo afirmar que estavam sendo avaliados “[...] os pedidos de licença de operação [...]”. Como explica o Secretário do Meio Ambiente, Brenner de Moraes:

o Relatório Ambiental Simplificado (RAS) para o licenciamento de áreas maiores que 40 hectares e menores que 1.000 hectares, restringindo a exigência de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório (RIMA) às áreas superiores a 1.000 hectares ou que possam causar significativa degradação ambiental, independentemente do tamanho da área a ser ocupada. In: IBAMA/RS. **Parecer da Equipe Técnica do IBAMA** - Grupo de Trabalho do Bioma Pampa - Sobre o Zoneamento Ambiental da Atividade da Silvicultura no Rio Grande do Sul. 2007. 05 p. Disponível em: <http://www.natbrasil.org.br/Docs/monoculturas/parecer_zoneamento_ibama_2007.pdf> Acesso em: dez. 2010.

O sujeito vem à Fepam, se informa dos requisitos básicos para se obter o licenciamento, paga uma taxa no banco, entra com processo, obtém um protocolo e traz um projeto dele,' afirma. A segunda fase compreende as vistorias da Fepam onde há a intenção de plantio, etapa que irá originar a emissão da Licença Prévia para o cultivo. Será um tempo em que o empresário observará as condicionantes ambientais e, em cima disso, fará um projeto mostrando como irá atendê-las. 'Até ai, ele não colocou nenhuma muda na terra', ressalta. Depois a empresa pede nova vistoria e, se atendidas as exigências recebe a Licença de Instalação (LI) e, finalmente, a Licença de Operação (LO).¹¹²

Deve-se lembrar que, a força-tarefa citada na notícia do dia primeiro foi constituída pela Sema para “liberar as primeiras licenças de operação para a silvicultura necessárias para o plantio de florestas no RS” e não para todos os tipos de licenças que aguardavam resposta, conforme o jornalismo noticiou em abril e maio. Caberia ao jornalismo ter questionado também o chamado “comando” da Sema sobre a “agilização” das outras licenças, já que noticiaram e entrevistaram pessoas contando os seus casos. Inclusive, dizer que “a ação envolve técnicos de outras secretarias e o batalhão ambiental da BM”, é pouco para compreender o atendimento de tantos pedidos de licenciamento em tão pouco tempo – ainda mais, sabendo da descrição do processo feita pelo próprio Secretário da Sema. Segundo a diretora-presidente da Fepam:

No início da semana passada, a Stora Enso solicitou LOs. A Aracruz obteve algumas licenças e aguarda por outras, a Granflor já foi atendida e a VCP também espera Los. A liberação desses pedidos, em análise pela Fepam, foram avaliados com base na legislação ambiental, sem as restrições previstas no zoneamento. “Analisamos a fragilidade de cada área para conceder as licenças”, diz Ana. (CP, 01 jul. 2007, p. 14).

Em quatro de julho, na matéria a “Fepam admite retirar restrições exageradas”, p.18, o jornalismo do CP informa que a Fepam “admite retirar restrições **mais** exageradas”. Contudo, a fonte ouvida, Ana Pellini, não explica o que significa “exagero”, para quem e em relação ao quê. As restrições foram estabelecidas por um grupo técnico que trabalhou durante todo o ano de 2006, estudando as informações das 42 unidades de paisagem do RS e das bacias hidrográficas. Dentre os resultados, está o estabelecimento de percentuais de ocupação das áreas. Mas, para Pellini, a delimitação de condicionantes é o bastante para conceder as licenças às empresas. Entretanto, caberia ao jornalismo ter questionado a fonte sobre o critério no qual ela se baseava para fazer tal afirmação: o técnico ou o político. Esta não era a posição

¹¹² CP. Plantio chega a 25 mil hectares. 17 fev. 2008. p. 12.

dos técnicos que construíram o ZAS cuja versão não estava sendo aceita pelas empresas. Este é um dos aspectos que deveria ter sido questionado pelo jornalismo sul-rio-grandense.

Ainda em quatro de julho de 2007, só que na p. 19, notou-se que “impacto” passou a ter a conotação positiva, como os “impactos econômicos”, enquanto que os críticos ao modelo de implantação da Silvicultura se referiam aos impactos ambientais. A seguir, os benefícios advindos da “Aracruz (ao) inicia (r) obras do terminal em janeiro”:

O uso da hidrovia para o transporte de madeira, segundo o diretor, proporcionará redução significativa de emissão de gases poluentes. Na etapa de geração dos comboios, serão gerados 200 empregos diretos. Para a futura operação das embarcações estão previstas 90 vagas. Conforme o prefeito Joni da Rocha serão cedidos à empresa 30 hectares, situados próximo ao antigo lixão. Ele destaca que a construção do terminal portuário causará impacto social e econômico, especialmente na criação de empregos. (CP, 04 jul. 2007, p. 19).

É pertinente que se estabeleça uma relação entre as notícias “Aracruz inicia obras do terminal em janeiro”, de julho de 2007, e “Insegurança reduz população da área rural”, p.14, de 27 de janeiro de 2008, assinada por Otto Tesche. Pois, o perfil descrito do município na segunda notícia não confirma o título: “Nos últimos anos cresceu o número de casas sem moradores fixos nas áreas agrícolas, principalmente em municípios de média propriedade e onde predomina a agricultura mecanizada”. É comum, segue a notícia, os médios e grandes proprietários que têm suas lavouras mecanizadas irem morar na cidade e deixarem apenas o caseiro ou um empregado como responsável. Ainda, segundo o vice-presidente do Sindicato Rural e presidente da Agência de Desenvolvimento de Rio Pardo, Roberto Raupp:

A diferença nos índices de casas sem moradores na região depende basicamente da atividade econômica dos municípios. [...]. [...], o número de domicílios não ocupados é mais acentuado onde existem mais propriedades médias que tem como principais atividades o cultivo de arroz, soja e a pecuária. [...] Uma das características da agricultura moderna é não tomar mais muita mão de obra. (CP, 27 jan. 2008, p. 14).

Dessa leitura é possível inferir que o agronegócio, em contraposição à agricultura familiar, expulsa as famílias do meio rural, seja por exigir pouca mão de obra ou que esta seja capacitada para operar a mecanização, seja por as monoculturas concentrarem riqueza, dificultando o acúmulo de capital por grande parte das famílias que acabam vendendo as suas pequenas propriedades. Se essa é uma característica da agricultura moderna, dita por um representante do agronegócio, cabe relacionar com o modelo de implantação da Silvicultura no Estado, em municípios como Rio Pardo, onde a Aracruz informava através do Correio do

Povo, que faria seus investimentos. Traduz-se: concentraria mais terras, empregaria mão de obra barata, masculina e temporária, assim como alertara Barenho (2008).

Na mesma notícia de janeiro, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo, Aldemir José Menezes dos Santos, apontou o consumo cada vez maior de drogas e o alcoolismo como outras preocupações. Como abordou Porto-Gonçalves (2008), a substituição das práticas tradicionais dos habitantes por outras de uma cultura importada, impôs a adaptação ou a marginalidade do sistema. O que, de forma alguma, consiste numa escolha. O conflito vivenciado pelos trabalhadores rurais decorre desse desenraizamento ou desse desenvolvimento (des-envolvimento consigo mesmo, com a identidade, a própria origem). Essa notícia assinada poderia ter tido um enfoque ecossocial, mas ficou mais próxima de um enfoque ecotecnocrático devido ao tom conformista, pois a “modernização” da agricultura foi apresentada como um benefício. Ao desajustado resta a exclusão social, a resignação, a perda do convívio social, a doença, o vício.

No decorrer da análise, constatou-se que notícias eram publicadas com frequência, enfatizando a geração de empregos e o investimento no lugar. A sequência delas, numa semana, como mostra o Quadro 29, ultrapassa a função do jornalismo de atender ao interesse público. Dentro do contexto de implantação da Silvicultura no Estado, elas serviram mais para persuadir o leitor sobre as vantagens quanto à geração de empregos e renda, conforme as notícias, o sinônimo de desenvolvimento social proposto pelo agronegócio. Essas notícias acabaram propagando informações, ideias, conceitos. Mas, a persuasão compete à Publicidade e à Propaganda. Pensando nisso, recorda-se o conceito de notícia enquanto mercadoria, conforme a definição de Fonseca (2008)¹¹³, e percebe-se que essas notícias desencadeavam uma ou mais operações das três identificadas por Chauí (2006, p.37-38), no intuito de promover a venda de algum produto aos consumidores – no caso do corpus, a implantação da Silvicultura. São elas: “1) explicações simplificadas e elogios exagerados sobre os produtos; 2) *slogans* curtos que possam ser facilmente memorizados; 3) aparente informação e prestação de serviço ao consumidor; [...]”.

¹¹³ Manifestamos o nosso acordo com o conceito de Fonseca (2008), na página 55 deste trabalho.

Quadro 30: Correio do Povo propaga benefícios da implantação da Silvicultura

08 jul. 2007 – CP – p. 09 - Editoria Economia
Aracruz obtém lucro de R\$ 318,5 milhões

11 jul. 2007 – CP - p. 14 - Editoria Rural
Aracruz investirá U\$ 2 bilhões

12 de jul. 2007 – CP – p. 18 - Editoria Rural
Aracruz investe para produzir 1,8 milhão de t

Fonte: Elaborado pela autora.

As informações econômicas sobre a Aracruz, Stora Enso e VCP mostravam empresas bem-sucedidas, insinuando um investimento bom e seguro para o RS com a implantação da Silvicultura. Índices grandiosos e fáceis de serem memorizados, que pareciam ser uma informação de interesse público. Mas que, na realidade, estavam condicionados aos interesses específicos de classe. Como a primeira delas, “Aracruz obtém lucro de R\$ 318,5 milhões”, de oito de julho de 2007, p.09, ao relatar:

O volume de vendas bateu um recorde 832 mil toneladas, 23% acima do primeiro trimestre do ano. Os preços líquidos de celulose tiveram melhora de 5% se comparados ao segundo trimestre de 2006 e de 2% ante o primeiro de 2007.

A leitura do parágrafo, a seguir, interpreta-se, sugere a remissão a outro gênero da comunicação:

A planta de celulose da Aracruz em Guaíba ampliará a produção da empresa no RS das atuais 450 mil para 1,8 milhão de toneladas/ano. A área florestal, que abrange 32 municípios, passará de 110 mil para 250 mil hectares, dos quais 90 mil formarão reserva nativa. Na fase de implantação serão gerados 5,5 mil postos de trabalhos e na operação, 1,2 mil empregos permanentes. As projeções indicam 780 milhões de dólares em geração de divisas para o país, 200 milhões de dólares em tributos e 110 milhões de dólares em riqueza nas localidades. Nunes frisou que a nova fábrica elevará para 2,5 bilhões de dólares o total investido pela Aracruz no Estado. Ele citou estudo da Fundação Getúlio Vargas que aponta impacto de 0,2% na taxa média de aumento anual do PIB gaúcho. (CP, 27 set. 2007, p.14).

O gênero referido é o da Propaganda. Notou-se que a ênfase na geração de empregos e os valores financeiros foram exaltados com frequência pelo CP. E, predominantemente, através das fontes oficiais, como os políticos, os empresários envolvidos e os aliados da Silvicultura. Ainda que mais adiante habitantes de Guaíba também tenham exaltado o empreendimento, o enfoque ecotecnocrático prevaleceu no noticiário do CP. A abordagem sugeriu o que é importante levar-se em conta na tomada de decisões que vão interferir no

presente e no futuro de milhares de pessoas - interferir na qualidade da água que consomem e do ar que respiram, por consequência, na sua saúde, no seu dia-a-dia.

Ponderou-se se essas notícias possuíam características do chamado *publieditorial* ou “anúncios disfarçados de matérias”, segundo Wilson Bueno (2007, p.87). Porém, uma confirmação não seria possível somente a partir da análise das notícias. Entrevistas e análises de outros documentos seriam necessárias – o que ultrapassaria a proposta desta pesquisa. Mas, após o confronto com a assertiva de Marshall (2003, p.164) – de que “em nome dos interesses econômicos, os jornais e os jornalistas acabam promovendo, consciente ou inconscientemente, a manipulação da informação. Logo, os fatos da realidade podem acabar sendo omitidos, mascarados ou deturpados” - e também por se ter verificado a adesão à proposta econômica das empresas de celulose e algumas omissões por parte do jornalismo, constata-se que a opção do jornalismo foi propagar a sua visão de mundo. Entende-se que, mesmo sendo uma empresa privada, os diários analisados têm a premissa de divulgar os dois lados ou quantos lados for possível se arrolar numa notícia. Se for para propagar ideias, filosofias, modos de ver o mundo, que seja plural e não apenas o que se coaduna ao modelo hegemônico vigente. Invoca-se Scalzo (2004, p.81), para definir o papel do jornalismo: “Os jornalistas devem defender o direito à informação e o interesse público (que não pode ser confundido com o interesse *do* público, do governo ou dos governantes)” (grifo da autora).

As estratégias de apoio à implantação da Silvicultura, adotadas pelo jornalismo ultrapassaram o potencial econômico das empresas. Inicialmente, as notícias eram curtas aludindo à disputa entre Uruguai e Argentina (28 ago. 2007, p. 10, “Botnia inaugura amanhã terminal para exportação”; 12 nov. 2007, p.07, “Fábrica de celulose é motivo de protesto”). Já no dia 26 do mesmo mês, na página 10, em “Uruguai fecha passagens de divisa com Argentina” deparou-se com a omissão do nome da Botnia, apesar de já ter sido feita sua divulgação em notícias anteriores: “[...] para impedir entrada de ativistas que planejam protestar contra **uma** fábrica de celulose” (grifo nosso). A explicação sobre a chamada “Guerra da Celulose” só vai ocorrer em 17 de dezembro de 2007, nas páginas centrais da Editoria Economia, na notícia intitulada “Uruguai lamenta prejuízos de US\$ 700 milhões”. O enfoque ecotecnocrático suplantou a preocupação dos argentinos ao se posicionarem contra a fábrica da Botnia por temerem um “apocalipse ambiental e econômico” - único argumento divulgado pelo jornalismo sul-rio-grandense. Já a preocupação do Uruguai e os argumentos a respeito circularam mais fartamente no CP:

Exigem o desmantelamento da fábrica que é **o maior investimento privado da história do Uruguai no total de 1,2 bi de dólares, 9% do PIB uruguiaio**. [...]. A ponte que liga Gualaguaychú (Argentina) a Fray Bentos (Uruguai) está bloqueada há mais de um ano. O governo argentino nunca ordenou a retirada dos piquetes, embora violem o princípio de livre circulação de mercadorias e pessoas do Mercosul. **Os piquetes argentinos provocaram prejuízos de mais de 700 milhões de dólares ao Uruguai no último ano e meio**. (CP, 17 dez. 2007, s/n.). (grifo nosso).

Notou-se que, a cobrança do jornalismo à Argentina devido à violação do princípio de livre circulação, primeiro de mercadorias, e em segundo, de pessoas no Mercosul foi reconhecido. Porém, quanto ao direito do argentino requerer um ambiente saudável por meio de uma atmosfera não poluída, essa cobrança não se registrou. Ao leitor, faltou informar que a rejeição à Botnia, partiu, inicialmente, da própria Fray Bentos, também por uma preocupação ecológica e porque é uma localidade de exploração do turismo ecológico. Porém, o Uruguai mudou de posição a partir de 2006 com o governo de Tabaré Vasquez, ao mesmo tempo em que se iniciou a disputa entre os dois países, que têm acordos de gestão do rio e o compromisso assumido de evitar a sua contaminação. Outro aspecto omitido pelo jornalismo é que o rio Uruguai atravessa o Rio Grande do Sul e a poluição que não distingue fronteiras políticas, era de interesse do Brasil, o qual se manteve alheio à situação, mas merecia ter recebido cobranças. Faltou esclarecer ainda, que o “apocalipse ambiental” (e consequentemente econômico) temido pelos argentinos se referia aos possíveis impactos¹¹⁴ do funcionamento da indústria: emanção de gases tóxicos, odores nauseabundos e chuva ácida.

A notícia de dois de setembro, “Votorantim realiza restauro em prédio”, também consiste numa forma de persuasão das empresas, pois informa a integração de uma delas à comunidade. Vale lembrar, que no período de análise, havia críticas de que as empresas destruíssem o patrimônio histórico cultural dos municípios para implantar os eucaliptais. Com isso, se perderam casarões centenários¹¹⁵.

No dia primeiro de agosto, a notícia “Novo zoneamento aguarda por laudo da FEE” (CP, p.14) se referia ao estudo, ao levantamento a ser feito pela Fundação de Economia e Estatística. A intenção da fonte da notícia, Ana Pellini, é de incluir estas informações na nova proposta de ZAS para passar as regiões de alta restrição para média e, as regiões de média

¹¹⁴ TASQUETTO, Lucas. O Uruguai sob o impacto das *papeleras*: entre dois caminhos opostos de inserção no cenário internacional. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbncvYnNlcnZhdG9yaW9jZGVmFzaWx8Z3g6Mjc1MDEwMzFIZGVmODdiMw>> Acesso em: dez. 2011.

¹¹⁵ BARENHO, Cintia Pereira. O impacto geral das plantações. In: “A Função da União europeia no desempoderamento das mulheres no Sul através da conversão dos ecossistemas locais em plantações de árvores – estudo de caso Pampa gaúcho”. Disponível em: <<http://www.natbrasil.org.br/Docs/monoculturas/estudo%20de%20caso.pdf>> Acesso em: 06 de setembro de 2010. p.07-09.

restrição, para baixa; e assim, entregar ao Consema para apreciação. A expectativa era de que os “dados da FEE deverão confirmar a retirada de parte das restrições”. O trabalho da Fundação consistiu em um estudo sobre o impacto da Silvicultura na geração de emprego e renda per capita. Mas, a justificativa de Ana Pellini, de que o Zoneamento Ambiental da Silvicultura (ZAS), fora feito “às pressas” e que alguns dados estavam “pobres”, principalmente os relacionados às questões sociais, não é verdadeira. O ZAS fora construído para normatizar o uso das áreas do Bioma Pampa e, para isso, foram levadas em conta as características fisionômicas e paisagísticas.

A edição de 28 de setembro trouxe o relato do encontro da Votorantim Celulose e Papel (VCP) com Governo do Estado para “avaliação do andamento do projeto e alinhamento visando melhores resultados”, qual seja a decisão do município de instalação da sua fábrica na Região Sul (Pelotas, Rio Grande, Arroio Grande, Cerrito, Pedro Osório, Capão do Leão). Interessante que, José Luciano Penido, diretor-presidente, disse que a decisão do local de construção da fábrica não seria política, mas sim ambiental (28 set. 2007). Outro aspecto interessante é a insistência do CP, conforme o título “Votorantim não enfrenta entrave ambiental”, em noticiar se o projeto avançava no RS sem restrição de plantio por questões de licenciamento, ao que o presidente assinalou que “o único problema é o mau tempo que prejudica atividades no campo na Região Sul”. A palavra “entrave” era associada ao ambiente pelas fontes e passou a ser associada também pelo jornalismo do CP.

Como que a conta-gotas, o mês de setembro não terminou sem que o jornal entusiasmasse o leitor para a implantação da Silvicultura no RS ao publicar “Aracruz acelera projeto de Guaíba” (27 set. 2007, p.14). Deve-se ressaltar, que apesar de não terem sido trazidas informações novas e destas terem sido referentes a um evento particular da empresa, mereceu espaço principal em página colorida na Editoria de Economia, com foto e a linha de apoio: “Nova fábrica deverá entrar em operação no início de 2010 com investimento de US\$ 2,05 bi”. Coube ao jornalismo divulgar, segundo o dirigente Walter Lídio Nunes, que o plantio de mudas foi normalizado depois da “polêmica em torno do zoneamento que paralisou os trabalhos no primeiro semestre” e que “‘Essa fábrica poderia ser instalada no meio da Alemanha,’ ressaltou, referindo-se aos sistemas de controle e minimização dos impactos ambientais”.

Em outubro, na página 12 da edição do dia 23, o que seria uma medida preventiva do mal-estar da população acaba parecendo mais uma ação de *marketing* verde que as empresas costumam fazer, como alertou Wilson Bueno (2008). “Moradores da zona sul de Porto Alegre

observam mudanças nas duas maiores chaminés da fábrica da Aracruz celulose em Guaíba,” se inicia já imperfeita. Pois, a própria legenda da foto colorida diz: “**Uma** das chaminés parece não emitir fumaça”. Portanto, as mudanças visíveis à distância são em apenas **uma** das duas chaminés que emitem os gases do processo de branqueamento da celulose de eucalipto. A instalação de **um** “filtro de mangas” (destacado na notícia) em **uma** das caldeiras de força “reduziu praticamente a zero a emissão de material particulado (poeira)”.

No dia 18 de outubro de 2007, p.20, a notícia “Justiça proíbe concessão de licenças” traz a promotora do Ministério Público Estadual, Ana Marchesan, justificando que as exigências da própria Portaria 32/2007 do Governo do Estado, não eram cumpridas. “A Fepam precisava ter exigido estudo prévio de impacto ambiental (EIA). Isso tem um trâmite como audiências públicas e participação da comunidade, o que não estava ocorrendo,” argumentava. Essas audiências públicas são aquelas que as empresas deveriam realizar nos municípios de abrangência das áreas adquiridas apresentando os seus projetos de implantação da Silvicultura. A questão da exigência do EIA-Rima se deve à Portaria 32/2007 publicada no Diário Oficial do Estado em 28 de maio. Já que o CP divulgou uma notícia do cumprimento desta exigência (“EIA-Rima para a Silvicultura”, 12 jul. 2007), seria de se esperar que questionasse as empresas e a Sema pela falta de cumprimento do mesmo, bem como quais as consequências desse resultado à biodiversidade, mas a abordagem da notícia foi em verificar com as empresas as possíveis perdas financeiras decorrentes da medida. Da Ageflor, informou-se que após “avaliação dos departamentos jurídico e técnico seria avaliado o quanto as empresas seriam afetadas”; da Votorantim, a assessoria de imprensa informou que o assunto estava no departamento jurídico; já a Stora Enso e a Aracruz não se posicionaram, assim como a presidente da Fepam, Ana Pellini, optou por não se manifestar. A resposta dela somente chegou dois dias depois em “Empresas estão em dia com EIA-Rima” (20 out. 2007, p. 14). Pellini informa que “Aracruz, Stora Enso e VCP entregaram EIA-Rima das próximas áreas a serem reflorestadas. ‘Já estamos analisando o material e marcando as audiências públicas’, revela. A expectativa é que o processo esteja finalizado até o final do ano”. A notícia de enfoque ecotecnocrático pelo posicionamento do veículo de se preocupar mais com a sustentabilidade do plantio de árvores do agronegócio do que com a biodiversidade do território onde construiu sua identidade, encerra com a tranquilização por parte da presidente da Fepam, de que as empresas não foram prejudicadas:

“Iremos recorrer da decisão por uma questão de imagem, pois afirmaram que havia fraude na Fepam”, afirma ela. No entanto, a dirigente admite que a ordem da Justiça não irá interferir no plantio de florestas. “A partir de agora, o clima fica muito seco. Eles voltarão a plantar só em março”. (CP, 20 out. 2007, p. 14).

Em novembro, a decisão de que o “Ibama deve assumir licenciamento” que estava ao cargo da Fepam, motivou o enfoque ecotecnocrático do CP, já na linha de apoio da notícia do dia 13, na p. 16: “Stora Enso deixará de investir R\$ 20 milhões no RS este ano”. A decisão da juíza federal fora tomada a partir de duas ações, uma do MPE e outra de ONG’s socioambientais com representação no Consema. A preocupação do CP se volta ao comprometimento dos investimentos da Silvicultura apesar da justificativa de que o Ibama estaria “afastado das pressões locais para a concessão de licenças”.

O diretor de operações da Aracruz, Walter Lídio Nunes, salientou que a liminar remete os empresários a um clima de insegurança e incerteza com relação aos investimentos no Estado. “Fomos convidados para desenvolver a Metade Sul. É uma surpresa a juíza questionar um estado de direito. Teremos atraso no cronograma,” destaca. (CP, 13 nov. 2007, p.16).

A notícia do dia seguinte (14 nov. 2007, p.16), traz a manifestação do presidente da Associação dos Municípios da Zona Sul, Jorge Cardozo, que “apontou que não há alternativa de emprego na região e que com as indústrias na Metade Sul ‘haveria uma série de outras atividades’”. Junto dessa manifestação enxerga-se uma visão de mundo dependente do empreendedor paternalista, que traz a solução dos problemas de fora. Apesar de ser um prefeito, não conhece as potencialidades do local onde faz a administração pública.

Abaixo da principal notícia da página (14 nov. 2007, p.16), “Ingá exige aplicação do zoneamento no RS” foi situada sob enfoque ecossocial por divulgar a ação movida pelas ONG’s socioambientais com representação no Consema. O conselheiro Vicente Medaglia destacou a expectativa de “que o zoneamento ambiental seja considerado. ‘É uma exigência legal dos compromissos assumidos pelo Brasil em relação à preservação da biodiversidade’, sustentou”. A inclusão das ONG’s socioambientais somente foi vista no CP, e a abordagem sobre o ZAS é fundamental porque havia um regramento complexo sobre as possibilidades do uso e ocupação das áreas no Estado, o qual fora eliminado da pauta desde que se passou a exigir o EIA-Rima das empresas. A Stora Enso, por exemplo, aparece na mesma notícia, informando que observou “‘na íntegra’ (aspas do CP) as normas legais e o acordo com o Ministério Público Estadual para implantar seus plantios no RS”. E ainda, que “concluiu em agosto o EIA-Rima de seu empreendimento e que irá recorrer da sentença”. Mas, antes de

novembro terminar, a “Justiça cassou execução de liminar que restringia poderes do RS para autorizar cultivo de florestas” conforme a linha de apoio da notícia de 29 de novembro de 2007, p.19, “Fepam volta a fazer licenciamento”. A justificativa do Tribunal Regional Federal da 4ª. Região foi tomada a “tempo de não causar prejuízo aos projetos em andamento”, de que “há risco de lesão à ordem pública e à segurança jurídica”.

Interessante que, por duas edições mais (05 dez. 2007, p.16, em “ONG quer esclarecer decisão da Justiça” e 30 dez. 2007, p.10, em “ONG’s esperam posição da Justiça após o recesso”), o CP permitiu a cobrança pelas ONG’s socioambientais quanto ao pedido de aplicação do ZAS, já que a decisão apenas devolvia à Fepam a responsabilidade pelo licenciamento ambiental no Estado. Contudo, não ficou claro se essa resposta foi dada porque, o CP não noticiou mais essa questão.

O alinhamento da agenda do governo ao cronograma das empresas fora informado pelo jornalismo dos diários. A pressão pelo licenciamento ambiental consistia também na urgência da aprovação do ZAS, como noticiado em 30 de março pelo Correio do Povo, em que o Secretário da Sema, Brenner de Moraes, falou sobre a votação nesse mês para iniciar o plantio em abril. Nessa mesma data, fora anunciado o “Licenciamento Ambiental é mais ágil” porque passou a determinar o encaminhamento de uma licença única nos municípios das Regiões da Campanha e Fronteira Oeste. O secretário Brenner de Moraes afirmava que antes eram necessários até três tipos de licenças com processos na Sema e, através do sistema unificado se evitaria a “demora”, que podia variar de seis meses a um ano.

Considerou-se essa notícia de enfoque ecossocial, porque fora aberto espaço às fontes dissonantes das oficiais e, mais, por elas terem apresentado um panorama diferenciado daquele do Governo Estadual, holístico. Da fonte Lúcia Ortiz, da ONG Amigos da Terra Brasil (dentro do Consema), o jornalismo ressaltou que “não existe problema em agilizar os processos desde que haja a manutenção do rigor técnico nas avaliações”. Ela se referia a implantação do ZAS contestado pelos aliados das empresas de celulose conselheiras no Consema e que trabalhavam pela flexibilização dos critérios de uso das áreas já adquiridas pelas empresas e que não fora usado como parâmetro do licenciamento ambiental, desde a Portaria 32/2007 de maio. A notícia ainda enfatiza que para a fonte “o mais importante [...] seria qualificar o licenciamento por meio de medidas como a implantação do zoneamento da silvicultura, um dos pontos mais polêmicos”. Do InGá (ONG também presente no Consema) falou o professor/pesquisador da Biologia da UFRGS, Paulo Brack. Para ele, “o ponto de vista econômico na liberação dos empreendimentos ambientais representa retrocesso de 30

anos em relação aos procedimentos na área ambiental”. Ele “avalia” na notícia que, “O balcão ambiental segue uma lógica antiga de primeiro licenciar o empreendimento e depois tomar providências sobre a conservação ambiental”. Justamente no Rio Grande do Sul onde foi construído o primeiro Código Estadual de Meio Ambiente (2000).

A questão da unificação do licenciamento, ao menos nos municípios daquela região, é que ocultava o fato de haver poucos técnicos para realizar a fiscalização. O presidente da Associação dos Servidores da Fepam, Antenor Pacheco, disse que a ideia de unificar era boa, mas ainda pequena diante deste e de outros problemas enfrentados pela Fundação.

Mesmo após a votação do ZAS, no dia nove de abril de 2008, é possível perceber a confirmação de que o ZAS atendia as expectativas das empresas e do Governo: a notícia do dia 11 informou que o “Zoneamento apressa plantio de florestas” (CP, p.18). Destaca-se também, que a VCP diz que o ZAS aprovado traz “regras coerentes com nosso trabalho”, o chamado “regulamento claro”.

Ao justificar a retirada dos percentuais de ocupação das Unidades de Paisagem Natural (UPN’s) por bacias hidrográficas, na notícia de 13 de abril, Ana Pellini afirma que “não havia base científica para os percentuais”. E que regras aprovadas não vão atrasar os projetos já em andamento. Na mesma notícia, o conselheiro pela ONG Ingá, Paulo Brack, lembra que a discussão no Consema, nas reuniões, era sobre alterações dos percentuais, e não a retirada deles. O que acabou ocorrendo na reunião do dia 18¹¹⁶. Faltou à notícia do CP expor que os conselheiros haviam saído por a reunião ter sido suspensa, devido à liminar da Justiça através da ONG socioambiental conselheira Agapan e que os conselheiros que aprovaram o ZAS passaram a tarde e parte da noite aguardando a cassação da mesma pelo procurador Brenner, o então presidente do Consema, além de ser Secretário da Sema¹¹⁷.

Por fim, assinala-se ainda um erro verificado no CP e apontam-se algumas omissões. O erro em questão ocorreu na identificação de uma fonte. A informação é de que o diretor-presidente da Fepam, Antenor Ferrari, encaminhou um pedido de prorrogação do prazo para entrega do ZAS ao Consema. E, antes de se ler a sua justificativa na notícia, lê-se a visão de Roque Justen, dirigente da Ageflor, sobre a necessidade que o setor privado tem de garantir o desenvolvimento sustentável da Silvicultura. No último parágrafo, aparece a explicação sobre o porquê do pedido de prorrogação do prazo, mas quem explica é nomeado, equivocadamente, como Justen (FIGURA 17). “MPE pode prorrogar zoneamento”.

¹¹⁶ Página 33 deste trabalho.

¹¹⁷ Relato dos fatos nas páginas 33 e 34 deste trabalho.

Figura 17: Fonte trocada



Fonte: CP. 03 abr. 2007. p.14.

Com relação às omissões, uma se encontra na notícia “Lutzenberger em documentário” de 20 de maio de 2007, p.16, ao retratar quem foi o “pioneiro da ecologia” – segundo consta no intertítulo da matéria -, porque não relacionou o Bioma Pampa entre as suas lutas. Considerou-se que essa eventual falha consiste numa omissão, já que a trajetória do ambientalista inclui a defesa do Bioma Pampa. Foi ele mesmo, um dos primeiros a constatar que à pecuária, cabia o reconhecimento pela relativa preservação das características do bioma. Inclusive, o mesmo Correio do Povo iria finalmente relacionar o Pampa ao ecologista na edição de 17 de dezembro de 2007, na notícia “Ambientalista faria 81º aniversário hoje”: “Lutzenberger foi o primeiro a chamar a atenção para o tipo exclusivo da vegetação do Pampa gaúcho”, (CP. 17 dez. 2007. p.06).

Já em 25 de julho de 2007, p. 10, a matéria “Índios ocupam áreas de empresa no ES” evidencia a oposição entre o conteúdo do título e o do corpo da notícia. A primeira linha repete o que o título anuncia, mas a frase seguinte já toma outro rumo, ao afirmar que “Outra área florestal da empresa [...] também foi retomada por quilombolas.” Assim, pensa-se que essa frase leva a crer que a primeira área – a do título – fora retomada pelos indígenas. E, de fato, na sequência, afirma-se que a Funai já reconheceu o território como indígena. A fonte da informação segundo consta foi o cacique guarani e a Aracruz não foi ouvida. A empresa de celulose não foi ouvida, mas o jornalismo fez a vez de fonte da notícia e afirmou que as áreas ocupadas pertenciam à empresa. Essa notícia encontra-se na Editoria Nacional/Internacional, no pé da página esquerda, no canto esquerdo, com a cartola Brasil. Essa apresentação sugeriu que foi encontrado o lugar mais discreto possível para publicar a notícia sem chamar a atenção. Pois, se o título contemplasse o reconhecimento da ocupação pela empresa de

celulose de uma área indígena e/ou a notícia se situasse mais acima da página, ou ainda, se possuísse mais linhas, é de se supor que o jornalismo sofreria consequências através, principalmente, da própria Aracruz, empresa mais frequente nos jornais dentre as três.

Reparou-se que as notícias sobre as audiências públicas promovidas pela Fepam – de apresentação da proposta do modelo de Silvicultura pelo Governo Estadual e de apresentação dos projetos propostos pelas empresas da celulose nos municípios envolvidos diretamente – os habitantes do território não foram ouvidos. As fontes das notícias foram as oficiais: integrantes do governo, integrantes de ONG's e outras não especificadas. Na foto e na legenda, o único público das audiências que apareceu, pedia a liberação dos plantios em favor da geração de empregos.

5.4.2 Circulação latente do Bioma Pampa em Zero Hora

Das 85 notícias selecionadas do jornal Zero Hora, 75 ou em 88,23% delas o Bioma Pampa circulou de forma latente. Nessas notícias, o predomínio foi 100% do enfoque de sustentabilidade ecotecnocrático (CAPORAL; COSTABEBER, 2000). O território pampiano foi indicado na maioria das vezes, genericamente, “no Estado e/ou no Rio Grande do Sul” (QUADRO 31). Na segunda posição, a indicação foi através da citação dos municípios para onde iam as licenças ambientais e/ou os investimentos da Silvicultura, principalmente, Guaíba. Na terceira posição, situou-se as notícias sobre a disputa entre o Uruguai e a Argentina, a favor e contrária, respectivamente, à instalação da fábrica de celulose Botnia. A indicação do Pampa enquanto Metade Sul ocorreu em seis notícias. Reparou-se que três notícias ou 4% da circulação latente do Bioma Pampa referenciou o Uruguai como um exemplo de desenvolvimento.

Quadro 31: Circulação latente do Bioma Pampa nas notícias do ZH

	Território	75	100%
1	No Estado e/ou no Rio Grande do Sul	20	26,5
2	Municípios/ licenças ou investimentos empresas, plantio, fábrica/ Rio Pardo, Guaíba, São José do Norte, Triunfo/ Pelotas, Capão do Leão, Cerrito, Pedro Osório e Arroio Grande/ São José do Norte	11	14,6
3	Disputa Uruguai e Argentina	7	9,3
4	Metade Sul	6	8
5	Faixa de Fronteira/ Lavras do Sul/ Rosário do Sul, ocupação/ região da fronteira	6	8
6	Não indica território (Licenças Fepam, ZAS, investimentos)	4	5,3
7	Desenvolvimento no Uruguai	3	4
8	Zona Sul (Pelotas)	3	4
9	Território gaúcho	2	3
10	Sul do País (compra de terras por estrangeiros, preço da terra em alta)	2	3
11	zona de fronteira e Guaíba	1	1,3
12	Zona Sul - Arroio Grande, Capão do Leão, Cerrito, Pelotas, Pedro Osório e Rio Grande (VCP)/ Aracruz (Guaíba) Fronteira Oeste (Stora Enso)	1	1,3
13	Barra do Ribeiro (Invasão Via Campesina)	1	1,3
14	Região Sul	1	1,3
15	Região Metropolitana e zona sul do Estado - São José do Norte	1	1,3
16	Metade Sul e Fronteira Oeste	1	1,3
17	Regiões empobrecidas - Metade Sul e Fronteira Oeste	1	1,3
18	Fronteira Oeste – São Gabriel e São Vicente do Sul	1	1,3
19	região da fronteira – Maçambará, Itaqui, Unistalda, São Francisco de Assis, Cacequi, Rosário do Sul, Alegrete e Manoel Viana	1	1,3
20	No centro do Estado (Guaíba, São Gabriel e São Vicente do Sul)	1	1,3
21	bacias hidrográficas do Baixo Jacuí, dos rios Vacacaí e Vacacaí Mirim, do rio Santa Maria e do rio Camaquã/ Cita os municípios em quadro ¹¹⁸	1	1,3

Fonte: Elaborado pela autora.

Pela ordem das 21 classificações encontradas nas 75 edições (QUADRO 31), apresentam-se, na sequência, trechos das notícias visando exemplificar o território delas. Assim, será possível conferir no Quadro 32, a circulação latente do Bioma Pampa no jornalismo de Zero Hora no período analisado. Adianta-se que, a confusão por parte do jornalismo quanto à localização dos investimentos ficou evidente ao situar, por exemplo, no centro do Estado e na Fronteira Oeste os municípios de São Gabriel e São Vicente do Sul. A segunda indicação do lugar teria sido mais precisa.

¹¹⁸ Derflin (Stora Enso): Bacias do rio Ibicuí e do rio Santa Maria (110 mil ha), Rosário do Sul, Alegrete, Itaqui, São Borja, Manoel Viana, Maçambará, Unistalda, Cacequi, São Vicente do Sul e São Gabriel. Aracruz: Bacia do Baixo Jacuí (40 mil ha), Arroio dos Ratos, Butiá, Barão do Triunfo, Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul, Candelária, Charqueadas, Dom Feliciano, Eldorado do Sul, Encruzilhada do Sul, General Câmara, Mariana Pimentel, Minas do Leão, Pantano Grande, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santana da Boa Vista, São Jerônimo, Sertão Santana, Triunfo e Vale Verde; Bacia dos rios Vacacaí e Vacacaí Mirim (30 mil ha), Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul, Formigueiro, Lavras do Sul, Santa Margarida do Sul, São Gabriel, São Sepé e Vila Nova do Sul; bacia do rio Santa Maria (10 mil ha), Lavras do Sul e São Gabriel; Bacia do rio Camaquã (20 mil ha), Amaral Ferrador, Arambaré, Barão do Triunfo, Barra do Ribeiro, Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul, Camaquã, Canguçu, Cerro Grande, Chuvisca, Cristal, Dom Feliciano, Encruzilhada do Sul, Lavras do Sul, Santana da Boa Vista, São Gabriel, São Jerônimo, São Lourenço do Sul, São Sepé, Sentinela do Sul, Tapes e Vilanova do Sul. In: ZH. Menos um empecilho para as florestadoras. 26. abr. 2008. p. 30.

Quadro 32: Bioma Pampa latente nas notícias do ZH

<p>1 A decisão da Fepam garante a retomada do plantio enquanto seguem as discussões sobre o zoneamento ambiental, documento que definirá as regras para a silvicultura no Estado.</p>	<p>2 Considerada decisiva para a ampliação das operações da Aracruz no Estado, foi assinada pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) a licença prévia para a expansão da fábrica localizada em Guaíba.</p>	<p>3 De um lado, o governo uruguaio defende a operação da indústria na cidade de Fray Bentos, um incremento de peso à economia do país. Do outro lado do rio, os argentinos dizem que o empreendimento irá poluir a região.</p>
<p>Corrida contra o tempo 14 abr. 2007</p>	<p>Fepam libera nova fábrica da Aracruz em Guaíba - 13 mar. 2008</p>	<p>Fábrica reacende crise e ofusca cúpula no Chile - 10 nov. 2007</p>
<p>4 Nos últimos três anos, a Votorantim Celulose e Papel (VCP) investiu na compra de 90 mil hectares na Metade Sul, e já cultivou 33 mil deles com eucaliptos.</p>	<p>5 A 80 quilômetros do Uruguai e contando com terras propícias para instalação de indústrias ligadas à mineração e ao florestamento, Lavras do Sul, no sul do Estado, espera ter seu perfil econômico modificado quando sair da faixa de fronteira.</p>	<p>6 A Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) recorrerá contra a suspensão dos licenciamentos para a silvicultura decorrente da ação ajuizada pelo Ministério Público Estadual.</p>
<p>Vaivém no preço da terra na Metade Sul - 11 jun. 2007</p>	<p>Redução da fronteira é aprovada 22 fev. 2008</p>	<p>Fepam recorrerá contra vetos -18 out. 2007</p>
<p>7 As papeleiras são as duas empresas de celulose que estão se instalando no Uruguai. Juntas, a finlandesa Botnia e a espanhola Ence devem investir US\$ 1,8 bilhão – mais de 10% do PIB no país.</p>	<p>8 A Votorantim Celulose e Papel (VCP retomará o estudo de impacto ambiental (EIA) a fim de obter licença prévia para a fábrica que pretende construir na Zona Sul, com investimento de US\$ 2 bilhões.</p>	<p>9 O secretário do Meio Ambiente, Carlos Otaviano Brenner de Moraes, e a diretora-presidente da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), Ana Pellini, prometeram dar prioridade à análise de licenças que representam investimentos no território gaúcho.</p>
<p>Por um lugar ao sol 27 mai. 2007</p>	<p>VCP acelera implantação de fábrica na Zona Sul - 11 abr. 08</p>	<p>Parceiros contra a morosidade 19 mai. 2007</p>
<p>10 Nos últimos 12 meses, as maiores elevações ocorreram nas regiões Norte (26,9%), Centro-Oeste (23,6%), Nordeste (21,3%), Sul (16,3%) e Sudeste (11,4%).</p>	<p>11 A sueco-finlandesa Stora Enso, com 9 mil hectares plantados e enrolada na burocracia exigida para a compra de terras em zona de fronteira, não precisou data para anunciar a unidade.</p>	<p>12 Disputam o empreendimento os municípios de Arroio Grande, Capão do Leão, Cerrito, Pelotas, Pedro Osório e Rio Grande.</p>
<p>Preço da terra em alta no país 18 mar. 2008</p>	<p>Aracruz confirma nova fábrica 15 abr. 2008</p>	<p>VCP acelera implantação de fábrica na Zona Sul 11 abr. 2008</p>
<p>13 A organização tem integrantes indiciadas pela participação na invasão e na destruição do viveiro de mudas da Aracruz, em Barra do Ribeiro.</p>	<p>14 Empresas de florestamento compraram áreas, principalmente na Região Sul, e temem que o novo zoneamento ambiental, ainda em discussão, libere para o plantio apenas áreas reduzidas.</p>	<p>15 Além da mão-de-obra, 70% a ser contratada na Região Metropolitana, [...]. [...], de 500 trabalhadores em São José do Norte, na zona sul do Estado, [...].</p>
<p>Repasse de verbas a manifestantes revolta ruralistas - 23 jan. 2008</p>	<p>Ambiente terá sexto titular desde 2003 - 01 mai. 2007</p>	<p>Fornecedores locais terão preferência - 16 abr. 2008</p>

continua

<p>16 Os recursos serão aplicados em duas frentes: a primeira é por meio do plantio de madeira na Metade Sul e na Fronteira Oeste. A outra é pela possível instalação de fábricas de celulose.</p> <p style="text-align: right;">Onde o RS pode apostar suas fichas - 10 fev. 2008</p>	<p>17 As restrições atingem aproximadamente 50% do território do Estado. Entre as regiões mais afetadas estão algumas empobrecidas, como a Metade Sul e a Fronteira Oeste.</p> <p style="text-align: right;">Novo ânimo para reduzir a Faixa de fronteira - 30 jan. 2008</p>	<p>18 A Stora Enso convida as comunidades de São Gabriel e São Vicente do Sul para conhecer mais sobre o empreendimento florestal que está sendo desenvolvido na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.</p> <p style="text-align: right;">Stora Enso apresenta projeto na Fronteira - 26 nov. 2007</p>
<p>19 Mapa “Os municípios - As áreas onde a Stora Enso já comprou terras Maçambará, Unistalda, Itaqui, Manoel Viana, Alegrete, Rosário do Sul, Cacequi, São Francisco de Assis</p> <p style="text-align: right;">Stora Enso suspende a compra de terras - 14 mai. 2007</p>	<p>20 As raízes de uma extensa floresta de eucaliptos estão plantadas em 7,9 mil hectares em sete municípios no centro do Estado.</p> <p style="text-align: right;">Quase 8 mil hectares de eucalipto plantados - 03 dez. 2007</p>	<p>21 A Aracruz recebeu licença prévia para plantio em quatro blocos: nas bacias hidrográficas do Baixo Jacuí, dos rios Vacacaí e Vacacaí Mirim, do rio Santa Maria e do rio Camaquã. As áreas somam 100 mil hectares.</p> <p style="text-align: right;">Menos um empecilho para as florestadoras - 26 abr. 2008</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

A abordagem de ZH se iniciou em abril de 2007, um pouco mais exigente do que a do CP que pedia regras mais claras. A notícia do dia 14 pedia a liberação das licenças e informava que devido à falta delas as três empresas de celulose atuantes no Rio Grande do Sul estavam com o cronograma em atraso. O que implicaria a demissão de funcionários e a perda das mudas de árvores. O retrato caótico da Fepam devido à falta de resposta a 12 mil pedidos de licenças ambientais se dividiu em duas notícias, sendo a principal delas, assinada pelo jornalista investigativo Carlos Wagner (dia 16). Já na notícia de página inteira de 26 de abril (“Aracruz ameaça desistir de nova fábrica no RS”), o leitor é informado da tônica que regerá a construção e a aprovação do ZAS, através das palavras do diretor de operações da Aracruz, Walter Lídio Nunes, durante um evento de divulgação de um estudo sobre “o alto índice de geração de empregos e renda pela Aracruz e seus fornecedores”.

Se não é possível (*a fábrica*), não vamos fazer. Só queremos ser informados. O empreendedor está acostumado ao fato de que, quando uma negociação é fechada aqui em cima (*cúpula do governo*) seja coerente até embaixo (*órgãos públicos ambientais*). Recebi ontem (*terça-feira*) a informação de que a questão estava resolvida. Hoje (*ontem*) de manhã a prática não é nada do que havia sido informado. Isso tem se repetido. Acho que a Aracruz tem o direito de saber quais são as regras do Estado – afirmou Nunes. (ZH, 26 abr. 2007, p. 22).

A manifestação de Nunes se devia a redução de áreas que tiveram o licenciamento ambiental considerando-se o ZAS, visto como restritivo pelas empresas, e por isso se

encontrava em discussão/negociação de percentuais de ocupação nas unidades de paisagem do RS, nas Câmaras Técnicas do Consema. A fonte afirma que a Aracruz fez uma “negociação fechada” com a governadora e que esperava “coerência até embaixo”. Porém, não é a governadora quem licencia, mas sim os técnicos, biólogos, geógrafos, engenheiros florestais, ou seja, não era uma decisão apenas política, mas, fundamentalmente, técnica. À medida que a leitura das notícias dos diários avançava, era possível confirmar que a construção e aprovação do ZAS eram consideradas como uma formalidade pelas empresas da celulose e o Governo Estadual, que já haviam se comprometido entre si. Só não contavam com a resistência dos técnicos da Sema – Fepam, FZB e Defap, autores do ZAS.

Segundo o presidente da Aracruz, Carlos Aguiar, na mesma notícia, “na ponta do lápis, o projeto é inviável se o plantio for muito abaixo de 50% da área total. Se essa for a regra, vamos plantar onde a **exigência** seja **menor**.” E ainda, condicionou a instalação da fábrica à emissão da licença até dezembro de 2007 e o licenciamento para o plantio de 25 mil ha, no primeiro semestre do mesmo ano. E assim, tornou-se público o intento da Aracruz em obter o maior ganho financeiro possível em detrimento dos aspectos ambientais. No dia seguinte, se tornaria pública a tomada de posição do Governo do Estado e a do jornalismo sul-rio-grandense.

Ao optar pela polarização como enquadramento, o jornalismo gerou o efeito da fragmentação da realidade, ou o mesmo que uma limitação do ângulo de visão. Aquilo que Rodrigues¹¹⁹ chamou de meta-acontecimento devido à visibilidade e à notabilidade dadas a determinados aspectos. Em 27 de abril de 2007, p.40, a notícia “Licenciamento vira centro de polêmica ambiental”, já traz na cartola que “Ávidos por crescimento econômico, governos federal e estadual desagradam ecologistas ao pressionar órgãos por rapidez na liberação de projetos”. Nessa notícia e durante a semana, viu-se um: “embate entre crescimento e preservação ambiental”, “conflito que opõem ambientalistas e setor produtivo”, “alas ambientalista e desenvolvimentista do governo”, “cabo de guerra entre preservação ambiental e crescimento econômico”. Todas, manifestações reducionistas do acontecimento por parte de ZH. Os técnicos não foram ouvidos, apenas o governo – lado do crescimento econômico - teve destaque. Edi Fonseca, presidente da Agapan, vislumbrou a intenção dos governos de flexibilizar a legislação ambiental – o que acabou se confirmando através das alterações propostas ao Código Florestal, com o argumento de que estando ultrapassado, o zelo ao ambiente natural ficou obsoleto. Já Marina Silva, ministra do Meio Ambiente, disse que “não

¹¹⁹ RODRIGUES, Adriano Duarte. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa, Veja, 1993. p.29.

tem como aliar desenvolvimento a conservação”. Ela se referia ao modelo proposto de desenvolvimento, que era de impactar no ambiente o que julgassem necessário para viabilizar o crescimento econômico. De fato, Ana Pellini afirmaria que “A sociedade **quer pagar um custo ambiental para se desenvolver**” (09 jun. 2007, p. 27). Na mesma notícia e em outra do dia 05 de maio de 2007, p. 6, a diretora-presidente da Fepam e o diretor da VCP, José Maria Mendes, respectivamente, classificaram como ideológica a posição dos defensores do meio ambiente e do BP, e como técnica aquela do Governo e das empresas.

Ainda na notícia de 27 de abril de 2007, a geração de empregos foi colocada como se tivesse uma linha direta com o crescimento, como se a conservação ambiental não gerasse empregos. As áreas de conservação também geram empregos, também o ecoturismo e atividades esportivas, as ciências, as pesquisas deveriam se voltar mais para a busca do conhecimento do que há nestas áreas, conversando com as populações locais, para identificar plantas comestíveis e medicinais. A geração de empregos não é uma garantia das grandes indústrias, mas a visão de mundo dominante valoriza o grande empreendedor, o que vem de fora, o colonizador. E, menospreza o indígena, o mestiço, o próprio brasileiro, o povo habitante do território.

No dia três de maio, p. 42, em notícia assinada, o ZH insiste na polarização “[...] polêmica ambiental entre ecologistas e investidores” em “Indefinição na pasta do meio ambiente”. O quadro “Tire suas dúvidas” pretende esclarecer o leitor sobre “Qual impacto produzido por plantações de eucalipto?”, mas a resposta simplifica, entre os dois lados, a questão:

Há um debate entre **defensores** e **inimigos** do plantio de árvores em larga escala. Os temores dos ecologistas incluem o consumo de água do eucalipto, que pode diminuir os recursos hídricos disponíveis, e o desaparecimento de espécies nativas devido à monocultura exótica. Os defensores afirmam que o consumo de água da floresta plantada não difere muito da floresta natural e lembram que o impacto econômico positivo nas comunidades é um fator que precisa ser considerado.

As plantações de árvores não são florestas, logo o seu consumo de água não pode ser comparado ao de uma floresta nativa (a outra poderia ser recuperada, por exemplo). Ainda que se compare, o consumo hídrico de nativas é conforme a realidade do ecossistema ou do conjunto deles, no caso, o bioma: como o índice de precipitação pluviométrica. Dizer que não difere muito é o mesmo que desconsiderar um aspecto fundamental para o cultivo de uma lavoura, a oferta de água.

O jornalismo de Zero Hora ouviu 183 fontes no período de construção e aprovação do ZAS, sendo a maioria delas oficiais (TRAQUINA, 2008), os políticos e/ou aqueles ligados ao poder econômico como as empresas de celulose e os seus aliados dentro ou fora do Consema. Do governo, a mais participante nas notícias foi a diretora-presidente da Fepam, Ana Pellini. Das empresas, a fonte mais presente foi o diretor de operações da Aracruz, Walter Lídio Nunes. As fontes não especificadas se encontravam em notícias sobre as três empresas de celulose. É interessante que o jornal uruguaio El País também foi fonte, quando da divulgação de um documento sobre a capacidade de não poluição da fábrica da Botnia no rio Uruguai, fronteira com Argentina.

Quadro 33: Fontes de ZH na circulação latente do Bioma Pampa

Fontes	183	100%
Governo Estadual	49	27
Empresas de celulose	37	20
ONG's socioambientais dentro/fora do Consema	16	9
Aliados das empresas de celulose dentro/fora Consema	12	6,5
Técnicos do Governo Estadual (Fepam, FEE, FZB)	11	6
Habitantes onde empresas de celulose se instalaram – UY e RS	10	5,5
Não especificadas (Aracruz; Botnia; Stora; Uruguai; VCP)	7	4
Professores/pesquisadores de universidades (BR e UY)	5	3
Governo uruguaio favorável a Botnia-UY	5	3
Argentina contrária à Botnia (3 ongs e 2 gov)	5	3
Outros à espera de licenças ambientais	4	2
Políticos (dep./sen.)	4	2
Empresas c/ crescimento atribuído à Silvicultura	4	2
Governo Federal (MMA, Ibama, MDA)	3	1,5
Governos Municipais	3	1,5
Empresas ligadas à Silvicultura	3	1,5
Ministério Público Estadual	2	1
Prof/pesquis da UFRGS, membro de ong ambientalista, fora Consema	1	0,5
Governo Federal (Casa Civil)	1	0,5
Imprensa (Jornal El País – UY)	1	0,5

Fonte: Elaborado pela autora.

As fontes que participaram de notícias favoráveis ao agronegócio da celulose em fase de implantação do RS, foram 145 em um contexto - de cada notícia - como pró-Silvicultura. Houve fontes – como professores/pesquisadores de universidades – que foram ouvidas e não se posicionaram favoravelmente em relação à proposta econômica, mas a sua participação no contexto da notícia, acabou reforçando a abordagem de ZH. Um exemplo está em “Por um lugar ao sol”, de 27 de maio de 2007, p. 20, assinada por Sebastião Ribeiro:

[...] Conteve gastos públicos (presidente Tabaré Vasquez) e manteve o país aberto a investimentos estrangeiros.

– Hoje, tem muita gente que votou no Tabaré decepcionada. Mas a conjuntura econômica é adversa. Uma das iniciativas para tentar reverter isso são os investimentos das papeleiras – comenta o economista Alfredo Meneghetti, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

As papeleiras são as duas empresas de celulose que estão se instalando no Uruguai. Juntas, a finlandesa Botnia e a espanhola Ence devem investir US\$ 1,8 bilhão – mais de 10% do PIB no país.

A notícia do dia seguinte “O oásis zonamerica”, o enviado especial a Montevideu, Sebastião Ribeiro, associa mais uma vez a modernização às fábricas de celulose, Ence e Botnia. “[...]. O governo uruguaio não economiza incentivos para trazer multinacionais nessas áreas”, afirma, ao contrário do Brasil, onde a lei restringe a propriedade privada para estrangeiros na Faixa de Fronteira.

O Uruguai foi citado como modelo de desenvolvimento, de decisão econômica acertada, ainda em 05 de novembro de 2007, p.16, na notícia publicada sob o título “Virada uruguaia ganha impulso” cuja foto aérea de fábrica da Botnia, aparece com a legenda: “Instalação da indústria de celulose finlandesa Botnia, às margens do rio Uruguai, muda a economia da região de Fray Bentos”. Faltou ao jornalismo ter noticiado o desacordo entre os dois países pampianos, os argumentos dos argentinos. Em 30 de agosto de 2007, de Ariel Palacios, de Buenos Aires, “Tensão às margens do Uruguai”, p. 34, enfatiza o maior investimento privado ocorrido no país e não proporciona o mesmo espaço de argumentação aos manifestantes que temiam a poluição que não conhece fronteiras, e chegaria inegavelmente até a outra margem do Rio Uruguai.

A mínima preocupação ambiental se evidencia na notícia de 04 de janeiro de 2008, p. 38, através de informações de “Um estudo científico (que) ameaça deixar sem argumentos os ambientalistas argentinos que desde 2005 protestam contra a construção de **uma** fábrica de celulose no Uruguai, na fronteira entre os dois países”.

Do ponto de vista biológico e toxicológico, o estado do Rio Uruguai é “razoavelmente bom”, segundo os relatórios publicados pelo jornal, e não existem “efeitos alarmantes”, conforme o subdiretor do Instituto de Geocronologia e Geologia isotrópica, Héctor Ostera, um dos integrantes do grupo de pesquisa. O especialista destacou ainda que, “sob determinadas circunstâncias”, foram detectados alguns componentes que antes não existiam no ar, em torno da planta de celulose. (ZH, 04 jan. 2008. p. 38).

A leitura do trecho recortado da notícia afirma que o estado do rio Uruguai é “razoavelmente bom”, ou seja, que não é tão bom quanto poderia ser nem é normal. O fato de não existirem “efeitos alarmantes” significa que efeitos foram constatados, mas que estes não

seriam divulgados ou ainda não significavam motivo de preocupação. Finalmente, faltou esclarecer quais circunstâncias possibilitaram a detecção de alguns componentes que antes não existiam em torno da fábrica, e ainda quais seriam estes. Informação incompleta, conhecimento incompleto. E não por falta de espaço, já que o avanço econômico vivenciado no Uruguai a partir da instalação da fábrica da Botnia, segundo ZH, foi divulgado em 10 edições. Mesmo que a maioria das notícias tenha sido curta, apenas sinalizando a disputa entre os dois países, todas salientaram o “maior investimento privado da história do país”. A comparação entre o Uruguai e o RS é pertinente na economia, mas principalmente no território. No período de análise, o *hermano* país completava 20 anos de experiência com as plantações arbóreas em grande escala e eram disponibilizadas “evidências científicas e não científicas sobre o tema”¹²⁰.

No Quadro 34, aparecem as fontes oficiais, como as do Governo Estadual que tiveram o privilégio da divulgação em ZH no período. Entre elas, encontravam-se a direção da Fepam (no início Irineu Schneider, depois Ana Pellini), a Governadora Yeda Crucius, Secretários Estaduais da Comunicação, do Desenvolvimento e da Fazenda – além dos secretários do Meio Ambiente - e comandantes da Brigada Militar, predominantemente.

As fontes ligadas às empresas de celulose também podem ser vistas como oficiais, já que provêm do poder econômico do qual o poder político do Estado era parceiro. A Aracruz foi a empresa mais ouvida com 21 fontes, sendo o diretor de operações Walter Lídio Nunes, a fonte mais ouvida pelo ZH (13 notícias) dentro do período de análise. Foi ouvido também o presidente Carlos Aguiar (três notícias), um funcionário da Aracruz, e houve atribuição à Aracruz, exclusivamente, em mais três notícias. A Stora Enso foi fonte em sete notícias e o diretor florestal da empresa para a América Latina, João Fernando Borges foi fonte em mais três notícias. A VCP foi fonte em apenas uma notícia, mas o diretor florestal da empresa José Maria Arruda Mendes Filho foi fonte em três e José Luciano Penido, diretor presidente da VCP, em uma notícia. Por último, houve uma fonte oculta nesse grupo, chamada apenas de “um empresário”, a que não se sabe se estava ligada a alguma dessas empresas.

¹²⁰ ARRARTE, Carlos Peres. **Plantaciones Forestales e Impactos sobre El Ciclo Del Agua**. Un análisis a partir Del desarrollo de las plantaciones forestales em Uruguay. Grupo Guayubira. Montevideo, Uruguay: marzo de 2007.

Quadro 34: Fontes em contexto da notícia pró-Silvicultura

Fontes	145	100%
Governo Estadual	49	33,7
Empresas de celulose	37	25,5
Aliados das empresas da celulose dentro/fora Consema	12	8
Habitantes onde empresas da celulose se instalaram	10	7
Não especificadas (2 Aracruz; 1 Stora, 1 VCP, 3 Botnia)	7	5
Professores/pesquisadores de universidades	5	3,5
Governo uruguaio favorável à Botnia	5	3,5
Outros à espera de licenças ambientais	4	2,8
Políticos	4	2,8
Empresas c/ crescimento atribuído à Silvicultura	4	2,8
Governos Municipais	3	2
Empresas ligadas à silvicultura	3	2
Governo Federal (Casa Civil)	1	0,7
Jornal El País – UY	1	0,7

Fonte: Elaborado pela autora.

Os habitantes onde as empresas da celulose se instalaram aparecem em quarto lugar nesse rol, o que consiste numa forma de inclusão social já que as principais fontes foram as oficiais. Entretanto, todas elas exaltaram a implantação da Silvicultura, o que significa que não houve opinião dissonante, apesar da extensão das notícias sugerir que se tratasse de uma reportagem. Dentre os habitantes de Guaíba, por exemplo, uma mulher foi incluída no corpo de uma notícia e três homens incluídos em um quadro na mesma página: um empresário, um pedreiro e um prestador de serviços para a Aracruz. Com isso, tem-se uma aparente polifonia (BENETTI, 2010), já que várias fontes são ouvidas, mas confirmam o mote da notícia. Em “Vaivém no preço da terra na Metade Sul” (11 jun. 2007, p. 24), de Eduardo Cecconi e Rodrigo Santos, por exemplo, o jornalismo afirma que o preço da terra se mantém devido valorização de culturas como arroz e soja, já que empresas da celulose reduziram as aquisições, pelo “conflito com áreas do governo estadual a respeito do licenciamento ambiental”. Além dos dois corretores de imóveis citados, chamou atenção as outras duas fontes: o pecuarista Antonio Borges e o empresário Paulo Ávila. Após o intertítulo “Quem vendeu mostra contentamento”, lemos que Borges vendeu 1.570 hectares à VCP em 2006, cujo “terreno” pertencia à família há 40 anos.

Na hora de negociar [...] pesou a baixa rentabilidade tanto no plantio de soja quanto na criação de gado e a proximidade com um assentamento na região. Com a oferta, saldou dívidas acumuladas pelos negócios e adquiriu outras áreas menores em Arroio Grande. Agora se dedica à pecuária e ao cultivo de arroz.

- Acho que foi um bom negócio para mim e para a região, que vai ter um desenvolvimento maior - diz.

A propriedade de 15,7 Km² ou mais da metade da área de Esteio (27,6 Km²), município da região metropolitana de Porto Alegre, tinha baixa rentabilidade segundo o proprietário – ou era improdutivo, já que ele demonstrou o receio de descoberta com a vizinhança de assentados e, acreditava em “um desenvolvimento maior” pessoal e para a comunidade. Assim, entende-se que a ideia de desenvolvimento da fonte e divulgada pelo jornalismo, é a da necessidade da ocupação material do território – como através dos maciços de eucaliptos– como se deixar o campo livre significasse atraso. Um estudo de representações sociais em Pillar (2009), já havia destacado a predileção humana por áreas de florestas, ainda mais com o jornalismo não explicando as diferenças entre florestas e monocultivos arbóreos.

Ávila, por sua vez, vendeu 243 hectares em Rio Grande à mesma empresa. Segundo informou, “outras áreas vizinhas à minha estavam sendo compradas, e decidi até meio por necessidade, mas com certeza foi um bom negócio”. O primeiro argumento do ex-proprietário expõe a realidade do momento da chegada das empresas da celulose ao Pampa. O objetivo era plantar um milhão de hectares de Silvicultura e, mesmo que tenha sido constatado pelo estudo citado acima que as empresas se remetiam às áreas como “disponíveis”, havia habitantes, animais, enfim, os ecossistemas pampianos. Só não havia o vazio. O argumento da governadora – de desenvolver a empobrecida Metade Sul - reforçou esse estigma, pois onde há pobreza, há deficiências. Ainda que estas não fossem relativas ao ambiente, mas sim ao aspecto social. De modo que, pode sim ter havido o convencimento de proprietários de terras e até pressão para que vendessem suas extensas fazendas, como já identificado no estudo de Barenho (2008).

Entre as fontes aliadas das empresas dentro ou fora do Consema, com mais frequência, a Associação Gaúcha de Empresas Florestais (Ageflor) e o presidente Roque Justen, em segundo lugar, com presença em três notícias cada, estavam a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul) e dois de seus representantes e a Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa) com dois representantes. Por último, o membro da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), o membro da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) e o membro da Força Sindical.

No Quadro 34 verificou-se a presença de fontes não especificadas. Nessas notícias abordaram-se os investimentos das três empresas da celulose e o sucesso financeiro vivenciado no período. Verificou-se, também, que os habitantes onde as empresas se instalaram, eram dois uruguaiois, dois pelotenses, dois riograndinos e quatro guaiabenses. E que todos eles expressaram a sua satisfação com a chegada do agronegócio da celulose devido ao

seu sucesso financeiro ou à expectativa de que este se refletisse em suas vidas e na economia dos seus municípios de origem.

Maio foi o mês que teve mais chamadas de capa no ZH (14) e o mês em que se destacou a investigação jornalística sobre os atos do governo. Nesse mês, apareceram fontes ocultas, não nominadas, mas ligadas ao Governo Estadual. Essa opção pode dever-se à intenção de antecipar o nome e o perfil ideal de secretário do Meio Ambiente para o Estado. Na matéria publicada sob o título “Brenner assumirá ambiente” (2 mai. 2007, p. 14), consta no corpo da notícia que ele é uma “ponte entre o Piratini e o Ministério Público [...] peça chave na solução do impasse sobre o licenciamento ambiental para investimentos em papel e celulose”. O próprio Brenner de Moraes disse que “seria um desafio interessante o MP colaborar nesta tarefa tão importante ao Estado”. Em “Indefinição no Meio Ambiente” (07 mai. 2007, p.6), de Marciele Brum e Sandra Denardim, “uma fonte do Piratini, disse que Breda (secretário interino) é técnico e político, mas Brenner tem mais expressão”. Constatou-se que a expressão foi o valor determinante na decisão do Governo Estadual ao dar posse à Brenner no Meio Ambiente. Este valor verificou-se que, na prática, consistia em um maior poder de persuasão. Pois, ao menos em duas ocasiões, a Sema conseguiu reverter decisões da Justiça – por meio do procurador-secretário - como era do interesse do Governo do Estado: em novembro, quando da devolução à Fepam da responsabilidade pelo licenciamento ambiental e, em abril de 2008, quando da cassação da liminar da Agapan obtida na manhã do dia 9, que suspendia a votação no Consema do Zoneamento Ambiental da Silvicultura, permitindo a votação na mesma noite.

A própria mudança na Sema e na Fepam foi planejada para propiciar a liberação das licenças ambientais (“Parceiros contra a morosidade”, 19 mai. 2007, p. 28). Nessa mesma notícia, o presidente da Associação dos Trabalhadores da Fepam Antenor Pacheco, criticou a postura da nova diretora-presidente, Ana Pellini, de estabelecer meta “para realizar exames na brevidade de tempo que o assunto requer”. Ainda que ela mesma tenha enfatizado que a meta não seria sobre as licenças concedidas, como disse Pacheco: “Nosso trabalho é licenciar bem, não o máximo possível. Isso representará a precarização do trabalho”. Deve-se lembrar de que, o jornalismo de ZH já havia mostrado as dificuldades pelas quais passava o órgão da Sema, em abril, devido desmantelamento da equipe de técnicos.

Segundo ZH, os recém-empossados “prometem dar prioridade à análise de licenças que representam investimento no território gaúcho”, no primeiro parágrafo da notícia de 19 de maio de 2007, p. 28. No segundo parágrafo, uma das primeiras ações, conforme o novo

secretário da Sema, “será a formação de equipes para avaliar projetos prioritários e encaminhar a decisão sobre os pedidos de licenciamento”. Porém, os ditos “[...] licenciamentos que dizem respeito a interesses de vulto [...]” sobrepunham a maioria (estimativa de 90%) dos processos encaminhados e pendentes há meses ou anos, mais de 12 mil, segundo notícia também de ZH, só que de 16 de abril, p.24, “Fepam Um órgão emperrado”. E assim, as ações do Governo continuaram tratando apenas do licenciamento para a Silvicultura e o jornalismo deixou de cobrar a “liberação” das licenças de outros empreendedores que também geram trabalho e renda.

Notícia que descreve a forma peculiar de liberação do licenciamento ambiental da Fepam às empresas da celulose é “Fepam libera novas áreas para plantio” (01 jun. 2007, p.18). A referência do jornalismo aos “pedidos para lavouras de árvores” pode ter induzido o leitor a supor que seria um absurdo alguém considerar impróprio o plantio, assim como nas cidades, plantar uma árvore é mote de campanhas educativas e de preservação. A presidente da Fepam, Ana Pellini, informava que “até às 20h da véspera tinham liberado 29 pedidos e até o final da noite mais dez licenças seriam analisadas e aprovadas”. Faltou ao jornalismo sul-rio-grandense questionar como ela tinha certeza se os técnicos ainda trabalhavam em cima dos pedidos. A aparência da notícia era de prestação de contas, de uma transparência sobre os procedimentos do trabalho da Fepam. Conforme explicou, a “agilização do processo foi possível com a divisão em duas pilhas: 31 as **mais polêmicas** e 86 as **menos polêmicas**”. Sendo que ao leitor, acabou-lhe subtraída a compreensão dos verdadeiros critérios para a dita liberação das áreas. Segundo se acompanhou, as áreas tidas como polêmicas eram aquelas também chamadas de mais restritivas, ou seja, de maior vulnerabilidade do ambiente, devido à ilimitada exploração antrópica – agricultura, mineração, etc. “Até hoje, o **grupo das pouco polêmicas** deverá ser **liquidado**”, palavra que se usa quando há um excesso de coisas as quais desejamos/precisamos nos desfazer. “A tendência, ela ainda diz, é que os polêmicos também sejam liberados, mas com condicionantes”, visão ecotecnocrática de que para tudo há um remédio. Remediar uma situação é possível, já a solução não pode ser garantida.

Em “Situação econômica determinará plantio”, notícia divulgada no ZH, em 16 de julho, p. 15, confirma-se a decisão do Governo do Estado de licenciar o ambiente com um parâmetro não ambiental. A notícia assinada, não mostra o questionamento do jornalismo sobre essa postura:

Segundo Ana Pellini, diretora-presidente da Fepam, os dados da FEE são fundamentais para complementar o zoneamento. Dessa forma, o documento contemplará três aspectos:

- A região pode até ser mais frágil ambientalmente, mas também com carência socioeconômica. Assim, para o licenciamento, vamos contar com as diretrizes ecológicas, o mapeamento e a projeção de impacto socioeconômico do investimento. (ZH, 16 jul. 2007, p. 15).

O aspecto da concentração de áreas - de terra, de riqueza - ficou evidenciado em diversas notícias. Em “Fepam vai liberar 15 mil hectares” (28 jul. 2007, p. 29), fica exposto que “A maior parte das áreas pertence a quatro empresas – sendo três de celulose”. Na linha de apoio ao título, lê-se que “Áreas que vão receber mudas se concentram na Metade Sul”.

Em “Ambiente terá sexto titular desde 2003” (01 mai. 2007, p. 06), apesar de ser mostrado um mapa do Estado com as respectivas unidades de paisagem, o Pampa não foi citado. No corpo da notícia, lia-se que “empresas de florestamento compraram áreas principalmente na região sul e temem que o novo zoneamento ambiental, ainda em discussão, libere para o plantio apenas áreas reduzidas”. Segundo a Ageflor, ainda na mesma notícia, é gerado um emprego a cada 14 hectares de lavoura arbórea.

Em 2008, já havia 500 mil ha com plantações de árvores. “Técnicos da Fepam admitem negociar o zoneamento” (03 mai. 2007, p. 43), assinada por Marcelo Gonzatto, sugere que aos técnicos da Fepam coubesse “tentar virar o jogo hoje em favor do polêmico zoneamento”, refletindo um descompromisso do jornalismo com a construção do normatizador da Silvicultura. A notícia poderia ter sido classificada como ecossocial pela inclusão do dissonante ao noticiário - o presidente da Associação dos Servidores da Fepam, Antenor Pacheco e também da promotora de Justiça Ana Marchesan - não fosse a ênfase ao risco para os investimentos de oito bilhões de reais e o título da notícia. Segundo Pacheco, o estudo (ZAS) deixa nove milhões de hectares disponíveis ao plantio, o que é muito mais do que o necessário, argumenta. Ele explica que o rigor do regramento deve-se ao medo de responsabilidade por crime ambiental. Por último, ele afirma que não há atrasos no licenciamento dos projetos florestais e que o passivo refere-se a outras áreas. Uma oportunidade perdida pelo jornalismo de dar continuidade à pauta iniciada pelo jornalista investigativo Carlos Wagner, em abril, situando o leitor.

Mais um aspecto do jornalismo de ZH que chamou a atenção foi o desabono aos movimentos socioambientais, por meio da criminalização das suas ações como a ocupação traduzida como invasão, e o efeito do protesto nas ruas ou da manifestação ser o tumulto e a confusão ou o congestionamento do trânsito. Dessa maneira, contribuiu com a manutenção do perfil rural do Pampa – de grandes extensões de terras subprodutivas que, se devesse passar a

ser produtivas, que fosse através do agronegócio da celulose, ou seja, mudança de nome do proprietário e de cultura, apenas. Mantendo, portanto, o *status quo* de exclusão social.

Em 23 jan. 2008, p.33, “Entidade indiciada por invadir viveiro recebe verba pública”, de Leandro Belles, Passo Fundo, Casa ZH, informa que o “Repasse de verbas a manifestantes revolta ruralistas”. Trata-se da destinação pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário de R\$ 492 mil a Associação das Mulheres Camponesas, que tem integrantes indiciadas pela invasão ao viveiro da Aracruz em Barra do Ribeiro, em 2006. A notícia também lembra o prejuízo causado pela “invasão”, de R\$ 6,7 milhões, devido à destruição de 50 mil mudas de nativas e um milhão de eucaliptos. Um quadro explicativo, usado para complementar a notícia, relembra como foi a ação, recupera os indiciados, dentre outras informações. Para o vice-presidente da Farsul, Gedeão Pereira, “lamentavelmente essas pessoas capitaneadas pelo MST dominam o Incra e o MDA. Essa é uma forma de o governo distribuir dinheiro público irresponsavelmente para movimentos que se dizem sociais [...]”. Em segundo lugar, aparece a explicação da Assessoria do Ministério por meio de uma nota: “o convênio foi assinado para divulgar práticas de manejo sustentável e agroecológico entre o maior número de agricultores familiares e assentados. O dinheiro serviria para produzir material gráfico e audiovisual”. De modo que a revolta dos ruralistas, conforme consta não se confirma com a explicação do Ministério do Desenvolvimento Agrário. A Aracruz e a Associação das Mulheres Camponesas foram procuradas segundo a notícia, mas a primeira não quis se manifestar e a segunda não foi encontrada. Mesmo assim, essa notícia ficou incompleta, já que o “terceiro lado”, o das acusadas, não foi ouvido pelo jornalismo.

“Tumulto marca invasão de áreas de eucalipto” (05 mar. 2008, p.27), de Ronam Dannenberg, Rosário do Sul, mostrou o quadro com “outras ocupações”, em 2006 e 2007, e foto de mulheres e policiais frente a frente. Uma foto preenchendo quase metade da capa sob o título “Invasoras com face oculta” sugere o delito e o caráter das manifestantes, o de bandidas por usarem o acessório que estereotipa os criminosos. O tom da notícia fica evidente também através dos termos escolhidos: “Sob **confusão** e **tumulto**, um grupo de mulheres [...]”; “Depois de **destruírem** eucaliptos da empresa [...]”; “O **tumulto** gerou um **ferido** entre os militares”; “A **confusão** não foi primeira do dia” e “**Encapuzadas**, as mulheres chegaram em 28 ônibus”. A justificativa dada pelo jornalismo na notícia foi de que “O protesto era contra o plantio de eucalipto, considerado ilegal pelo grupo por estar na faixa de fronteira”. Porém, o protesto chamava a atenção para esta realidade; o plantio da Stora Enso em faixa de fronteira é ilegal no Brasil, ou seja, não se tratava do ponto de vista do movimento

socioambiental. Com esse texto, pode-se inferir que o jornalismo de ZH não considera ilegal o plantio de eucalipto em faixa de fronteira por estrangeiros. E, apoia o modelo de desenvolvimento da Silvicultura, o que é seu direito, mas o seu dever seria informar corretamente ao leitor.

Em 07 de março de 2008, p.44, “Mulheres comandam protestos”, repete-se o prejuízo da Stora Enso, assim como se viu nos dias subsequentes: dia nove, prejuízo de R\$ 30 mil da Stora Enso; e dia dez, protesto de produtores rurais da Farsul em defesa da Fazenda Tarumã, com o Coronel Mendes da BM - única fonte - dizendo que “isso mostra que o Estado não tolera mais vandalismo”.

Ainda na notícia citada, foi ouvido “um dos líderes do movimento” (Via Campesina) que informou que o movimento está diminuindo, tem poucas pessoas então “pulverizaram” e não fizeram ocupação grande em fazenda, como justificativa aos protestos feitos na cidade, em agência bancária, na Polícia Federal e na Fundação Gaúcha do Trabalho. Porém, essa informação contrasta com a notícia do dia 05 de maio do Correio do Povo, segundo a qual as manifestantes chegaram em 28 ônibus, eram cerca de mil mulheres e 200 crianças.

Em ambos os diários, rendeu a manifestação da Associação Brasileira de Celulose e Papel, Bracelpa, por meio de notícias assinadas (tendo a repórter do ZH viajado a SP a convite da Bracelpa), em defesa do direito de propriedade no Brasil. Referente à fala da presidente, Elizabeth Carvalhaes, duas frases, em especial, merecem reflexão. A primeira, que a Bracelpa suspeita que as ONG’s que causam “estresse” como consta na notícia (especificamente citados MST, quilombolas e indígenas), tenham “ligações com empresas estrangeiras interessadas em reduzir a competitividade do Brasil, que tem hoje um dos menores custos de produção de celulose do mundo” (ZH, 12 dez. 2007, p.28). A segunda, de que “os escandinavos deixaram de investir em seus países para investir no Brasil. Então, é nosso papel assegurar esses projetos, disse Elizabeth”.

Nessas duas frases, a Bracelpa confirma que o custo de produção de celulose no Brasil (ou na América Latina, já que as atividades das empresas estão em territórios sobre o Aquífero Guarani), é menor. Como já alertavam os ambientalistas no Consema e fora dele através das entrevistas concedidas aos jornalistas, o interesse pelo Pampa se justificava exatamente pela sua riqueza natural (solo, temperatura, água), “grandes extensões de terras e a falta de propostas alternativas econômicas para a região por parte do governo” (CARRION, 2011). Pois, a preferência do governo gaúcho residia no agronegócio da celulose. Sobre o indicativo de ter sido uma decisão generosa dos escandinavos para com o Brasil em

detrimento da economia do seu próprio País, percebe-se que o argumento não coincide com a realidade. O Brasil é o país com mais rápido crescimento de eucaliptos, produtividade alta e custos em declínio. Lembrando Gomis (2004), se a fonte deseja que alguns fatos sejam conhecidos, o jornalismo necessitaria conhecer todos os outros.

O predomínio de apenas um ângulo nas notícias, além de revelar o enfoque ecotecnocrático, revelou também o lado onde se situou ZH – que não fora tão explícito quanto o CP ao afirmar que “o agronegócio é nossa bandeira [...]” (CP, 24 jul.2007, p.14). “Pressão por menos rigidez da Fepam”, de Rodrigo Santos, Pelotas (12 jun. 2007, p. 22), além de apresentar uma foto mostrando uma faixa carregada por pessoas abordando as florestas plantadas com a legenda: “Interesse pela audiência já foi manifestado horas antes do início do debate” apresenta a predileção de ZH pelo agronegócio da celulose globalizado devido ao relato feito pelo repórter. Tratava-se da primeira audiência realizada na véspera: “[...] revelou a pressão popular por menor rigidez do órgão para a emissão de licenças [...] Faixas e cartazes demonstravam posição favorável ao florestamento”. A notícia deu visibilidade aos investimentos das três grandes companhias de celulose – Votorantim, Aracruz e Stora Enso -, de US\$ 4 bi até 2015, à manifestação favorável da “plateia” ao anúncio das autoridades de geração de emprego e renda na Zona Sul, e a manifestação desfavorável dos mesmos, através de vaia, para os “defensores da proposta da Fepam” (o ZAS).

Essa identificação da linha editorial do jornalismo de ZH com o agronegócio globalizado da celulose ajuda a entender o grande número de notícias veiculadas com características da propaganda ou do publieditorial, remetendo à análise feita com o CP sobre a mesma questão. Em “Economia aquecida desafia a Aracruz”, de 27 set. 2007, p. 22, para dizer que há dificuldades em adquirir os equipamentos necessários cedeu-se mais espaço a geração de empregos pela empresa (FIGURA 18).

Figura 18: Diferentes maneiras de mostrar os benefícios da Silvicultura

Empregos		
Hoje	2.850	As obras empregarão mais 5,5 mil trabalhadores, e cerca de US\$ 300 milhões podem ser investidos em prestadores de serviços locais
A partir da conclusão do projeto (previsão 2010)	4.050	

Fonte: ZH, 27 set. 2007, p. 22.

No dia seguinte (28 set. 2007, p. 38), é a vez de demonstrar o interesse da VCP em “participar de projetos de parceria público-privada para melhorar a infraestrutura na Metade Sul”. Também um quadro mostra aspectos dos projetos Losango (RS) e o de Mato Grosso do Sul. O presidente Penido “destacou ainda que dos 92 mil hectares de terra que a VCP já tem no Estado, 52 mil correspondem a áreas de preservação, e 40 mil a áreas plantadas com eucalipto, matéria-prima para a celulose”.

Em “Liminar pode atrasar projeto” (27 nov. 2007, p.32), pela terceira vez é dada a ênfase à intenção das empresas de “contratar fornecedores gaúchos”, sendo que a notícia tratava do impedimento da Fepam de licenciar devido não cumprimento da Portaria do Governo do Estado que exigia EIA-Rima. E, por isso, o diretor de operações da Aracruz, Walter Lídio Nunes, dizia “É preciso resolver essa questão. É difícil apresentar um projeto sem saber se haverá madeira” – referindo-se aos acionistas da empresa que, em dezembro, deveriam dizer “sim” ou “não” ao projeto de plantio e instalação de fábrica no Rio Grande do Sul.

“A notícia (que) deixa de apresentar informações e passa a oferecer persuasão”, segundo Marshall (2003), porque perdeu o “compromisso com o interesse público” e passou “a defender o interesse privado”, se mostra em “Depois da crise, Aracruz renova compromisso”, de 12 de julho de 2007, p. 26, na qual informa que a Aracruz foi ao gabinete da Governadora para renovar o “compromisso de investimento de US\$ 2 bilhões na metade sul do RS” e recapitula as mudanças no governo para viabilizar o negócio (como a troca nas direções da Sema e da Fepam). O que até esta parte já evidencia que a empresa tem algum poder/respaldo. O jornalismo destaca que, segundo o diretor de operações Walter Lídio Nunes, “a empresa tem condições de cumprir as exigências”. Ele afirma também que, “Se eu aprovei uma fábrica no meio da Alemanha, que é o país mais restritivo (*em legislação ambiental*), acho que tenho tecnologia suficiente para conseguir o licenciamento aqui. [...]” O destaque no texto é de ZH. Assim, além de visitar a Governadora – o principal poder do Estado, de aprovar fábrica na Alemanha, a Aracruz “aproveitou para **cobrar** do governo a realização de obras em estradas e hidrovias [...]”, o que segundo o próprio diretor, vai “propiciar que outros empreendedores venham [...]”. Por fim, o jornalismo destacou que, “Até agora, a Aracruz já investiu US\$ 700 milhões no projeto”. Sem repetir a reflexão realizada com o CP, interpretou-se que a mensagem passada ao leitor é de que a Aracruz viabiliza o progresso do RS, ou seja, o jornalismo propagou a visão de mundo com a qual comungava.

A crítica aos movimentos socioambientais era mais contundente contra a Via Campesina e o MST, mas era possível constatar nas notícias de ZH, o desacordo com as ações das ONG's socioambientais com representação no Consema. Essa crítica pode ser vista como uma estratégia de desqualificação dos argumentos, de modo a anular a presença do contraditório e assim abrir espaço/visibilidade para o que é de interesse da linha editorial do veículo. Em 11 de abril de 2008, p.42, “Ambientalistas prometem agir contra zoneamento”, de Marcelo Gonzatto, afirma que (1) “o resultado selou a mais recente **derrota** em uma série de **reveses sofrida** pelos **ambientalistas** desde o ano passado”; (2) “Desde que empresas ameaçaram cancelar investimentos previstos **ambientalistas só perderam terreno**”; (3) o quadro “O que os **ambientalistas** defendiam e foi **eliminado**”; (4) “Dois pontos que os **militantes** consideravam cruciais, **acabaram ignorados**”. Mesmo se tratando de uma notícia dando espaço ao “outro lado”, uma foto grande de um eucaliptal ilustrou a página e, como fontes, foram ouvidos Flávio Lewgoy, conselheiro no Consema pela Agapan com direito a uma frase “não vamos ficar de braços cruzados”, uma fonte oculta - ambientalista ouvida por ZH, Marcelo Duarte, membro da FZB no Consema e, surpreendentemente, Ivo Lessa da Farsul, entidade não alinhada ao voto dos ambientalistas no Consema.

O quadro com a composição do Consema evidencia a disparidade de voto, o desequilíbrio na ocupação das vagas para conselheiros, por predominarem membros do Governo do Estado. O que, ao menos, possibilita a compreensão de que os favoráveis ao ZAS original ocupavam apenas seis¹²¹ das 29 cadeiras do Conselho.

Das fontes ouvidas pelo jornalismo de ZH que podem ser identificadas como em defesa do meio ambiente (QUADRO 35), a presença de ONG's socioambientais dentro/fora do Consema se destacou entre as outras. Verificou-se que essas fontes obtiveram mais espaço do que os Aliados das empresas da celulose dentro/fora Consema (11, no QUADRO 34). Ressalta-se também que, não obstante a fonte que se sobressaiu no grupo de fontes do Governo Estadual, Ana Pellini (diretora-presidente da Fepam), os técnicos do Governo Estadual (Fepam, FEE, FZB) ocuparam a segunda posição no rol de fontes ouvidas em defesa do meio ambiente, das características do Bioma Pampa. É interessante denotar que, as fontes do Governo Federal encontradas nesse rol, eram funcionários do Ministério de Meio

¹²¹ ONG's Ingá, Agapan, Amigos da Terra, FZB e Ibama. Os outros conselheiros eram representantes das secretarias do Meio Ambiente, da Saúde, da Agricultura, de Infraestrutura e Logística, de Educação, da Cultura, de Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais, de Obras Públicas, de Planejamento, da Segurança, ONG Amigos da Floresta, instituições universitárias públicas e privadas, Sindiágua, Fetag, Fiergs, Farsul, Sociedade de Engenharia do RS, Famurs, Centro de Biotecnologia do Estado, Comitês de Bacias Hidrográficas e Fepam. O voto desta última era feito pela diretora-presidente, Ana Pellini.

Ambiente, do Ibama e do Ministério de Desenvolvimento Agrário. Já a fonte do Governo Federal (QUADRO 33), era a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Roussef – um cargo político, hoje presidente do País.

Quadro 35: Fontes em contexto da notícia em defesa do meio ambiente

Total	38	100%
ONG's socioambientais dentro/fora do Consema	16	42
Técnicos do Governo Estadual (Fepam, FEE, FZB)	11	29
Argentina contrária à Botnia	5	13
Governo Federal (MMA, Ibama, MDA)	3	8
Ministério Público Estadual	2	5
Prof./pesquis. UFRGS, membro de ONG ambientalista, fora Consema	1	3

Fonte: Elaborado pela autora.

O jornalismo de Zero Hora insinuou mostrar “os dois lados” da notícia, como em “Esforço para destravar licenciamentos” (29 mai. 2007, p.18), ao tratar da publicação de nova portaria e do anúncio de criação de uma força-tarefa. A portaria determinava que, para o licenciamento ambiental fosse empregada a legislação vigente e o pedido de EIA-Rima – este fora acertado com o MPE. A fonte oficial, diretora-presidente da Fepam, Ana Pellini, garantia que “Todos os pedidos serão (seriam) analisados com critérios ecológicos rígidos”. E, a presidente da Agapan (ONG ambientalista com representação no Consema), Edi Xavier, ainda que em separado do corpo da notícia em um quadro “Crítica de ambientalistas”, argumentava que até à apreciação do ZAS pelo Consema, o licenciamento deveria ser suspenso. Edi também contestou a legalidade do grupo de trabalho constituído pela então secretária do Meio Ambiente, Vera Callegaro, por a avaliação do projeto do ZAS ter sido feita por integrantes do próprio Consema, os mesmos que participariam da votação. Contudo, a opção pelas fontes oficiais, incluiu na notícia o assessor da Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais e da Caixa RS, Doadi Brena, dizendo que o ZAS não seria utilizado pelos técnicos da Fepam para o licenciamento ambiental.

Descreve-se mais um pouco da notícia para reparar como ela termina: diz que foi resgatada uma determinação passada de que uma área de até 40 hectares de “florestas” não precisava de licenciamento; que áreas entre 40 e mil hectares teriam exigido um relatório ambiental simplificado; e, por fim, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) somente seria exigido em áreas superiores a mil hectares. Com isso, a medida agradou a entidade empresarial, conforme o jornalismo explicou em relação à Ageflor, porque:

Em razão da demora na liberação de licenciamentos e do impasse sobre o uso do estudo de zoneamento ambiental para a silvicultura, algumas empresas estavam perdendo mudas encomendadas e parte da janela considerada ideal para o plantio das áreas, que vai de março a outubro no Rio Grande do Sul.

A notícia não foi encerrada sem destacar a “intenção” de plantio da Stora Enso e da Aracruz, ao todo 250 mil hectares, e o investimento de US\$ 2,56 bi juntas até 2015. A insistência no noticiário do dia a dia das empresas – a espera pelo licenciamento ambiental – os prejuízos e os investimentos que fariam indica uma prática da persuasão pela repetição.

Outro momento interessante, porque demonstra a condução do tema pelas fontes, foi o da suspensão por 19 dias, da competência pelo licenciamento ambiental pela Fepam. Uma liminar, de nove de novembro, transferiu ao Ibama essa responsabilidade – sob a justificativa de que a instância federal sofria menos pressão dos interessados. A devolução à Fepam da responsabilidade pelo licenciamento ambiental, pelo TRF da 4ª. região, fez valer a justificativa do Governo Estadual “[...] de que a medida causaria grave lesão à ordem e à economia públicas, por trazer perdas de investimentos” (ZH, 29 nov.2007, p.26). Enquanto o Secretário do Meio Ambiente, Brenner de Moraes, se resumiu a dizer que “a decisão restaurou a completa soberania do RS na questão ambiental” (CP, 29 nov.2007, p.19), a notícia de ZH, compartilhou a ideia da diretora-presidente da Fepam:

Ela [Pellini] compara a disputa entre as papeleiras e as ONG’s ambientalistas a um Gre-Nal. A silvicultura, diz a presidente, é uma cultura como outra qualquer, como a soja e o arroz. Cabe à Fepam estabelecer limites para o bom funcionamento com respeito ao ambiente. Se não for possível, é preciso fixar compensações:
- Não se trata de quem vai vencer, temos de buscar o consenso para avançar. As empresas precisam sentir segurança para continuar investindo. [...]. (ZH, 29 nov.2007, p.26).

A referência ao “jogo” já havia sido feita, primeiro pelo jornalismo (O que está em jogo, 04 mai. 2007; “Técnicos da Fepam admitem negociar o zoneamento”, 03 mai. 2007, p. 43), e pela Governadora do RS (“O jogo de xadrez requer tempo”, disse ela em resposta ao jornalismo sobre quem assumiria a Sema em 07 de mai. 2007). Mesmo assim, caberia ao jornalismo o questionamento à fonte sobre a simplificação do contexto retratado. Mesmo no futebol considera-se ilícito compensar um erro cometido, como quando o árbitro tenta se redimir por ter marcado equivocadamente um *penalty* ao time A, marcando mais adiante um *penalty* irregular para o time B. Da mesma maneira, caberia o questionamento à fonte se a compensação ambiental pode reverter os danos, prejuízos sofridos pela fauna, cursos d’água, solos, habitantes, o território como um todo, enfim. Empresas privadas zelam pelo seu

patrimônio; já o Governo do Estado, zela pelos interesses de todo o Rio Grande do Sul cabendo a inclusão desses aspectos para a decisão.

O jornalismo de ZH, no período, optou por não enfatizar os argumentos científicos que levaram ao estabelecimento dos percentuais de áreas destinados à Silvicultura, por exemplo, tendo sido ouvido em apenas uma notícia a fonte “Prof./pesquis. UFRGS, membro de ONG ambientalista, fora Consema”. Trata-se do professor da UFRGS Ludwig Buckup que, inclusive, divulgou estudos no período, utilizados nesse trabalho. A notícia que mais realçou as características do bioma e as consequências possíveis, a partir da implantação das lavouras arbóreas acabou destacando o empenho das empresas da celulose para a sua atenuação:

[...] os principais entraves, estaria a substituição da vegetação natural – campos e arbustos – por plantações florestais estranhas à região.
- A introdução de outro tipo de planta pode levar ao desaparecimento de espécies como lagartos e até arbustos – comenta o ambientalista Guilherme Rocha.
De acordo com as empresas, o impacto sobre o ambiente pode ser atenuado com a delimitação de corredores ecológicos e o respeito às áreas de preservação permanente. As papelarias declaram que, no plantio, cerca de 50% do terreno é sempre preservado, mantendo parte da vegetação original. (ZH, 03 dez. 2007. p. 27).

No dia 16 de abril de 2008, o jornalismo de ZH também festejava o “novo ciclo de desenvolvimento” que iniciar-se-ia em Guaíba com o anúncio da ampliação da fábrica de celulose da Aracruz e o treinamento de 10 mil pessoas em 24 municípios pela empresa (p.22, por Lucia Ritzel). Contudo, interessa aqui, especialmente, “Festa popular e fogos para a nova fábrica”, p. 23, de Sebastião Ribeiro. Ele conheceu o inspetor de equipamentos desativados José Tadeu Allama, funcionário da Aracruz que, em 1971 ajudou a montar a fábrica, cujo histórico, a notícia recupera: Borregaard, Riocell, Klabin Riocell, e desde 2003, Aracruz¹²². Após o intertítulo “Mais tecnologia para reduzir o odor eliminado pelas chaminés”, lê-se:

O cheiro que sai das chaminés da empresa não o incomoda. Pelo contrário:
- Isto cheira a dólar, a emprego, a trabalho e a crescimento. Construí meu patrimônio com esta empresa.
O odor já foi mais intenso e costumava atingir toda região metropolitana. E ainda é um dos fatores de algumas reclamações.
Mas o diretor de operações da Aracruz, Walter Lídio Nunes, garante que, com o investimento “o cheiro vai desaparecer”. Serão instaladas tecnologias de captação de gases mais modernas na nova planta e na antiga. A comunidade, porém, se mostra mais confiante e atenta à geração de empregos.

¹²² Atualmente, a fábrica se chama Celulose Riograndense, como uma demonstração de sensibilidade aos valores locais, e é parte do grupo CMPC. Devido perdas no mercado financeiro em 2008, a Aracruz foi adquirida pela VCP, originando a Fibria. Porém, pelo grande endividamento, a Fibria vendeu a fábrica para o grupo chileno em dezembro de 2009. O diretor-presidente é Walter Lídio Nunes (antes diretor de operações da Aracruz). Disponível em: <<http://www.jornalja.com.br/2010/02/05/chilenos-prometem-transparencia-e-respeito-a-licenca-social/>> Acesso em: dez. 2011.

De fato, o odor das chaminés enviou de volta à Noruega, em 1975, os pioneiros na instalação da indústria de celulose em Guaíba. Lustosa e Benites (2008, p.11) contam que o gás sulfídrico, mercaptanos e dióxido de enxofre exalados diariamente causavam tonturas, irritação nas mucosas, náuseas e vômitos nos porto-alegrenses. Os autores chamam a atenção para a poluição das águas do Guaíba, da Lagoa dos Patos, e a derrubada de matas nativas para o plantio de eucalipto, sua matéria-prima. Eles contam que os protestos mobilizaram a população, a imprensa e entidades. Houve ação criminal e CPI da Borregaard na Assembleia Legislativa, que colheu depoimentos até sobre a venda de produtos subfaturados à Noruega – uma suspeita ao menos desconfortável àqueles que defendem o crescimento econômico do Brasil em primeiro lugar. A indústria só continuou no país, porque o governo militar assumiu o controle, passando a chamar-se Riocell, e em 1978 foi estatizada. Deve-se dizer, ainda, que a busca pela diminuição dos impactos ao ambiente (estuários, mata nativa, saúde da população), só começou na década de 80. Foi Lutzenberger, o mais conhecido ambientalista gaúcho, que tentou ajudar a indústria a reverter os malefícios a partir de 1988.

A lembrança dessa história permite refletir sobre a passividade do jornalismo ao não questionar as fontes, principalmente, sobre a valorização do aspecto financeiro sobre a saúde, a vida de diversas espécies expostas à contaminação crescente a ser herdada por gerações e, a promessa de esconder os agentes causadores do mal-estar - o contrário de buscarem-se tecnologias que modifiquem a produção. Independente de concordar com a fonte, o jornalismo não poderia perder de vista a complexidade do real. Por fim, dizer que a atenção da comunidade se reduz a oportunidade de empregos simplifica um contexto social, constituído de sonhos tão diversos quanto à origem deles.

A votação do ZAS pelo Consema se aproximava, e em “Fepam libera nova fábrica da Aracruz em Guaíba”, 13 de março de 2008, p.24, se anunciava na linha de apoio que a “Empresa aguarda zoneamento florestal para anunciar início da construção”. A informação era da licença prévia da Fepam para instalação da fábrica, e aproveitava para informar ou persuadir que, a novidade “permite que a companhia, líder mundial na produção de celulose branqueada de eucalipto, acelere o projeto, que em valores atualizados [...] supera os US\$ 2,8 bi, 1250 vagas diretas (250 indústria resto floresta) total 4,1 mil postos da companhia”. O diretor de operações da Aracruz, Walter Lídio Nunes, adiantou a “expectativa de obter nas próximas semanas também a licença florestal pendente porque aguarda a conclusão do novo zoneamento florestal para o Estado, estudo que apontará áreas para silvicultura”, “Queremos um documento de qualidade legal e ambiental”. Contudo, o aceite dos acionistas da Aracruz

ao projeto no RS somente foi concedido em abril, como se viu na notícia do dia 15, p.18, sobre a assinatura do compromisso entre a empresa e o Governo do Estado. Lucia Ritzel contou que “o zoneamento ambiental foi aprovado em sessão marcada por discussões entre ambientalistas e membros do Consema”, sendo que, todos os presentes à sessão de votação integravam o Conselho (conforme descrito em notícia anterior, de Gonzatto). E ressalta que o futuro complexo, com direito a um mapa ilustrativo, teria quatro terminais fluviais, produziria 1,3 milhão de ton/ano de celulose branqueada além das 500 que já produzia através da antiga Riocell, adquirida pela Klabin, 2003. Um quadro evidenciava “os planos da Aracruz” de gerar “empregos diretos na obra 5,5 mil na operação mais de 1,2 mil diretos e 11,8 mil indiretos”.

6 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO BIOMA PAMPA

No intuito de conhecer as representações sociais do BP divulgadas no período, de modo a propiciar um diálogo com o jornalismo vigente, passa-se à identificação e análise dos sentidos presentes nas notícias. Acredita-se que, o deslindar da sua construção, a partir da descrição da sequência, possibilitará se perceber a necessidade de mudança, sim, mas nas representações sociais vigentes do Bioma Pampa. Assim como já se destacou nesse trabalho, Moscovici (2007) encara a comunicação “como função de um novo regime de pensamento”. Traduz-se esse novo regime como inclusivo, complexo, plural, atento ao local, às origens, às necessidades dos habitantes com respeito aos seus saberes. Pretende-se contribuir para a alteração e aperfeiçoamento dessa prática social re-unindo, enfatiza-se, os ambientes fragmentados devolvendo ao cidadão gaúcho o direito de vivenciar a tradição e cultivar o passado, enquanto avança na geração de formas de sustento próprias, tanto no campo quanto na cidade.

Neste capítulo, passa-se a responder ao objetivo geral do trabalho, de compreender como foram construídas as representações sociais sobre o Bioma Pampa nas notícias produzidas pelo jornalismo de referência do Rio Grande do Sul no período de construção e aprovação do Zoneamento Ambiental da Silvicultura, entre abril de 2007 e abril de 2008, e responder aos três objetivos específicos: (1) constatar como foi caracterizado o Bioma Pampa através das notícias publicadas no período sobre o bioma e o Zoneamento Ambiental da Silvicultura; (2) identificar as fontes de informações utilizadas nas notícias e (3) definir as representações sociais sobre o Bioma Pampa.

O período de construção e aprovação do ZAS caracterizou-se pela pressão exercida pelo Governo do Estado e empresas do agronegócio da celulose também através do jornalismo sul-rio-grandense de referência – jornais Correio do Povo e Zero Hora. Essa pressão era dirigida aos técnicos da Fepam/Sema/RS responsáveis pelo licenciamento ambiental e ao público/leitor dos jornais preocupados com o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul, precisamente, a metade do Estado estigmatizada como “empobrecida”. Dos técnicos, dependiam da legalidade para efetivar e/ou ampliar os investimentos na área da Silvicultura – monocultivos arbóreos e instalação de fábricas de celulose – acertado entre os poderes político e econômico.

Dando início a composição das três dimensões das representações sociais (SÁ, 1998), apresenta-se informações divulgadas sobre o Bioma Pampa. Ao todo, 25 notícias do corpus

(246) tiveram incluído o bioma, e na maior parte delas, o mote foi a implantação da Silvicultura no Estado. A exposição destas informações permite atender ao primeiro objetivo dessa pesquisa que é constatar como foi caracterizado o Bioma Pampa através das notícias publicadas no período sobre o bioma e o Zoneamento Ambiental da Silvicultura.

O Bioma Pampa é sinônimo de cultura e de identidade do sul-rio-grandense, mais conhecido como gaúcho. No CP, o comércio (Natal do Pampa) e o “turismo do pampa” apareceram apropriados das características do Bioma - os campos com sua vegetação composta por arbustos e coxilhas, a diversidade das plantas forrageiras, o capim, o feno, a costaneira, a lã de ovelha, a estopa e a pinha, a carne do Pampa/ única carne do Brasil com identificação geográfica – e fazem o seu uso para prover o sustento. O reconhecimento do valor do território também foi difundido através do “Dia do Bioma Pampa” e da informação de que possui “[...] áreas de conservação integral e de uso sustentado a serem criadas pelos governos [...]”. Assim, a caracterização do bioma pelo jornalismo do CP alertou para a perda da biodiversidade e das características do lugar de origem do gaúcho, mas não se estabeleceu que a ameaça à biodiversidade, ao território como um todo, redundava numa ameaça à cultura do gaúcho. O ideal do gaúcho campeiro, que conduz o rebanho e aprecia a vasta paisagem pampiana na lida ou nos passeios montado em seu cavalo crioulo chegou a ser substituído por ZH em três notícias (“Novo Pampa”; “Pampa de areia” e “Uma nova paisagem no Pampa”). Atribui-se a aceitação da mudança das características originais do Pampa à associação as “florestas plantadas”, ou seja, uma mudança tida como sinônimo de desenvolvimento e de conservação ambiental e até de mitigação dos gases de efeito estufa, por as árvores armazenarem carbono. Recorde-se que o estudo de representações sociais divulgado por Pillar (2009) já dava conta da simpatia por áreas de florestas pela população. Recorde-se, ainda, que a ação de “plantar” é vista no Estado como sinônimo de progresso e de desenvolvimento econômico – a metade norte do RS, por exemplo, tem o seu desenvolvimento econômico atrelado ao plantio de grãos, como soja, milho e trigo, as *commodities* agrícolas.

O ZH proporcionou uma circulação ao Pampa limitada às festividades incluídas na semana farroupilha, isto é, ao pampa enquanto território das atividades do gaúcho tradicionalista, não do gaúcho urbano. O ZH também associou o Pampa a algo estranho, por exemplo, “o pampa do silício”, cuja característica e fator de progresso/desenvolvimento social e econômico é importada – o modelo norte-americano alusivo ao vale californiano. Outro modo de produção importado foi o de vinhedos no Pampa. Além dessa transformação econômica, o ZH divulgou um Pampa em transformação também natural, o “Pampa de areia”,

sendo este um solo degradado, erodido, que sofreu com o mau uso. Porém, a conclusão na notícia, é de que esse fato está dentro da normalidade, não interfere na rotina do campo nem resulta de uma causa determinada (em aberto o “mau uso” do solo, podendo ter sido devido à agricultura, à Silvicultura, etc.). De fato, chamou a atenção à abordagem de ZH a biodiversidade do BP enquanto obstáculo ao desenvolvimento ([...] principais entraves, [...] substituição da vegetação natural – campos e arbustos – [...]); “[...] desaparecimento de espécies de lagartos e até de arbustos [...]”). O ZH mostrou “um novo pampa” que surgiria com os investimentos por meio da celulose, que devia mudar (“O quanto os investimentos das gigantes da celulose Aracruz, Stora Enso e Votorantim seriam capazes de transformar o revestimento ondulante e ralo do pampa gaúcho?”), e depois mostrou a mudança (“A Metade Sul depois da floresta” e “Uma nova paisagem no Pampa”, “[...] uma floresta transforma as feições da Metade Sul”).

A insistência dos diários em apresentar o Pampa fragmentado, a partir do recorte das regiões que o compõe pode ter servido de estratégia de redução da gravidade dos impactos decorrentes do agronegócio da Silvicultura. Pois, o ZAS apresentava uma visão integral, de um território complexo e vivo, cuja existência própria não dependia do projeto de desenvolvimento econômico proposto. A alusão ao território de forma generalizada, indicando apenas o Estado ou o RS, ou de forma fragmentada - Metade Sul, região sul, fronteira oeste, região da campanha, região carbonífera – pode ter sugerido a ideia de diluição dos impactos, ainda mais que os empreendedores da celulose prometiam preservar metade das áreas adquiridas para os plantios.

A posição do jornalismo em relação ao bioma se evidenciou com a circulação latente do Bioma Pampa predominante no corpus (90%) sob o enfoque de sustentabilidade de Caporal e Costabeber (2000b), ecotecnocrático; ou seja, de uma visão de mundo que prima pelo desenvolvimento econômico alicerçado na crença da capacidade da ciência, pesquisa e tecnologia de resolver os impactos decorrentes. A fonte mais ouvida pelos diários, a diretora-presidente da Fepam, Ana Pellini, afirmava em relação ao ZAS que “ele é 100% ecológico. Temos de transformar o zoneamento em ecológico, econômico e social” (ZH, 1 jun. 2007). Ao passo que as fontes oficiais dominaram o fornecimento de informações, a exclusão dos habitantes, principalmente, onde a Silvicultura estava sendo implantada foi marcante nas notícias, por exemplo, sobre as audiências públicas nos municípios – tanto aquelas promovidas pela Fepam quanto as promovidas pelas empresas.

Sob o enfoque ecotecnocrático, o jornalismo tratou das vantagens do investimento da Silvicultura através da geração de empregos e dos benefícios à economia local como a capacitação técnica ofertada e a oportunidade de diversificar as culturas na propriedade. E, até mesmo, através do empenho na possibilidade de Redução da Faixa de Fronteira para desenvolver municípios nela situados. A aposta do Uruguai sobre a Botnia teve destaque do jornalismo como um modelo a ser seguido. O sucesso financeiro das empresas de celulose foi muito festejado pelo jornalismo, que divulgou desde resultados obtidos individualmente quanto os do setor da celulose no Brasil. Tamanha cumplicidade aos seus propósitos se confirmou com o aceite de viagem a São Paulo para ouvir dois representantes da Bracelpa (ZH, 12 dez. 2007, p.28). O CP não deixou claro se foi convidado também pela Aracruz e a VCP, mas a notícia expõe que a repórter esteve na véspera em São Paulo (CP, 12 dez. 2007, p.18). Dois jornais de uma das cinco principais capitais brasileiras, tidos como referência aos outros concorrentes bem como aos dos municípios do interior, deslocando duas repórteres importantes para ouvir (e multiplicar) declarações de cunho elitizante e preconceituoso (contra os movimentos sociais) significa, no mínimo, um desperdício de recursos humanos em detrimento de uma redação sobrecarregada com meta de pautas a serem cumpridas diariamente. Quem conhece a complexidade que é a construção de uma notícia – ainda que na atualidade as exigências com a diversidade de fontes seja menor – compreenderia que não é um critério quantitativo que vai propiciar uma prática coerente com os preceitos do jornalismo. Pois, as pautas chegam à redação, os jornalistas pouco ou raras vezes conseguem ir ao encontro delas. Com isso, a investigação e a pesquisa jornalísticas acabam por ser deixadas de lado. Resta ao jornalista servir à reprodução do modelo hegemônico de desigualdades sociais seja aquela vivenciada dentro da redação, enquanto profissional, seja aquela vivenciada em sociedade, enquanto cidadão. Urge em ambos os ambientes a compreensão de que estão interligados e esse empoderamento do jornalista poderia modificar essa realidade injusta.

Interessante que, ao mesmo tempo em que havia a cobertura otimista com relação à certeza do sucesso a ser obtido, o jornalismo mostrou a adesão ao projeto da celulose para o Estado por meio da cobrança das licenças ambientais juntamente a uma crítica endereçada ao Zoneamento Ambiental da Silvicultura, documento regrador da atividade, que estava em construção no período. Essa crítica era de que o ZAS impedia o licenciamento ambiental pela Fepam e, por consequência, o investimento das empresas. A extensão da crítica alcançou os pontos de vista contrários à monocultura de eucaliptos (movimentos e ONG's

socioambientais) bem como a sua proposta de desenvolvimento econômico e social. Considera-se a inclusão dessas fontes muito semelhante à verificada por Allain et al (2009), pois ao incluir o MST e a Via Campesina nas notícias, por exemplo, mostrou-se a criminalização das suas ações e a negação da sua crítica¹²³. De qualquer maneira, como destacaram os autores, “[...], esse conteúdo evidenciou a importância de um grupo propor uma representação social alternativa para se tornar ativo, para se fazer ouvir [...]” (ALLAIN et al, 2009, p. 28).

O enfoque ecossocial esteve mais presente no Correio do Povo nas notícias em que permitiram a expressão do dissonante, da manifestação de fontes preocupadas com a preservação da biodiversidade do Bioma Pampa. Viu-se que predominou a circulação do Bioma Pampa no CP através das fontes de outros temas e que das 15 notícias, onze delas trataram da alteração dos ecossistemas pampianos. Já o ZH proporcionou uma circulação maior do que o CP do bioma (11,8% contra 9,3% do CP), com o predomínio da temática da implantação da Silvicultura – além de apresentar a alteração do bioma como cabível.

O jornalismo de referência sul-rio-grandense, por adesão às representações sociais do Bioma Pampa ofertadas pelas fontes contatadas, cedeu um maior espaço àquelas oficiais e as empenhadas na implantação da Silvicultura no Estado. Essa escolha pode ter se refletido no predomínio das editoriais Economia e Política, segundo a origem das fontes, para a abordagem do jornalismo. Uma medida da qual decorreu, por sua vez, o domínio da representação (SÁ, 1998) nos aspectos de desenvolvimento econômico do território pampiano.

A atitude (SÁ, 1998), terceira dimensão das representações sociais manifesta pelo jornalismo, foi a de ancorar basicamente, em dois sistemas de comunicação denominados por Moscovici (1978): propagação e difusão. O primeiro sistema, a propagação, prevaleceu como ancoragem do jornalismo sul-rio-grandense de referência: 110 notícias do CP e 71 de ZH. Este jornalismo evidenciou o Estado à espera das empresas de celulose para se desenvolver e dependente delas também para atrair outras atividades.

O Bioma Pampa, de maneira latente, foi apresentado como um território empobrecido, com carência socioeconômica e necessidade de melhorar a infraestrutura, sem alternativa de emprego, com necessidade de diversificação na produção, já que uma parte das propriedades, de média e grande extensão, tinha como principais atividades o cultivo de arroz, de soja e a pecuária, e outra parte não tão bem sucedida estava exposta à desapropriação. Assim, a

¹²³ “As lideranças do movimento alegam que a aquisição das terras por parte da Stora Enso não seria legítima, pois, além de agredir o que chamam de “bioma pampa”, o empreendimento situa-se dentro da faixa de fronteira, o que seria proibido por lei federal”. (CP, 05 mar. 2008. p.20).

propagação dessas dificuldades visava subsidiar a aceitação dos leitores para aderirem também ao projeto de implantação da celulose implicando a aprovação do ZAS sem as principais restrições aos plantios de árvores exóticas clonadas no Bioma Pampa e a “aceleração da liberação” das licenças ambientais da Fepam.

Reparou-se ainda que, dentro dessa ancoragem, ficou nítida no jornalismo do CP em 27 notícias e do ZH em nove notícias, a presença de palavras que sugeriam o intento de persuadir o leitor – sendo a persuasão uma característica do gênero propaganda. Por exemplo, percebeu-se o uso de informações sobre o sucesso financeiro das empresas e o progresso do setor da celulose no país (“aumento do faturamento da cadeia produtiva de base florestal de R\$ 3,5 bi para R\$ 8 bi anuais”) “além do aquecimento da demanda do mercado externo”, como forma de persuadir o leitor a aderir ao projeto de implantação da Silvicultura no Estado. Esse intento de persuasão se manifestava nas notícias recheadas de números de investimentos na casa dos bilhões de dólares¹²⁴ em detrimento de informações jornalísticas.

A divulgação somente do investimento da Aracruz entre a fábrica em Guaíba e os plantios arbóreos variou entre US\$ 1,5 bi; US\$ 2 bi; US\$ 2,05 bi e US\$ 2,55 bi; e o investimento total a ser feito pelas três empresas da celulose variou entre R\$ 4,2 bi a R\$ 10 bi e US\$ 4,2 bi e US\$ 6 bi. Inclusive, deve-se assinalar a sobreposição da Aracruz sobre as outras duas empresas através da maior visibilidade concedida mais no CP. Por exemplo, o diretor financeiro, Isac Zagury afirmou: “estamos consolidando um histórico de transparência, credibilidade e consistência, que constituem um diferencial da empresa hoje claramente percebido pelo mercado financeiro mundial” (CP, 31 mai. 2007, p.13).

A “filosofia da empresa de priorizar produtores locais” para aquisição de equipamentos à futura fábrica em Guaíba pela Aracruz foi destaque do jornalismo do CP, apesar da condicionante no final da frase do diretor de operações, Walter Lídio Nunes: “Vamos procurar comprar até parafusos produzidos no Estado, se os preços forem competitivos”. O poder financeiro da VCP também mereceu destaque no CP e em dois dias seguidos: Grupo “Votorantim comprou a líder mundial no manuseio e distribuição de produtos florestais” (17 jan. 2008, p.9) e “Votorantim Celulose lucra R\$ 838 milhões em 2007” (18 jan. 2008, p.11).

Uma forma encontrada de propagar o agronegócio globalizado da celulose embutida nas notícias do jornalismo de referência sul-rio-grandense evidenciou-se também por meio da incorporação de conceitos como preservação, cuidado ambiental, proteção ao meio ambiente,

¹²⁴ “[...] investimentos chegariam a R\$ 10 bi com a geração de 6 mil empregos diretos e 120 mil indiretos”. In: CP. Protesto pede zoneamento. 18 mai. 2007 CP p. 14.

tanto pelas fontes quanto pelo jornalismo. Constatou-se o crescente uso desse artifício no período (Aracruz em 26 abr. 2007: “vamos plantar onde a exigência seja menor”; VCP em 28 set. 2007 *versus* “Pesará na escolha (construção de fábrica) aspectos ambientais. Não é decisão política.”).

Já o sistema de comunicação chamado “difusão” foi identificado em 51 notícias do CP e em 16 do ZH. Esse sistema caracterizado pela transmissão das informações teve um tom conformista e resignador, pois o jornalismo não procurou autoridades para fazer as cobranças, não fez reportagem nem aprofundou ou provocou questionamentos às fontes oficiais. Por exemplo, ao retratar a mudança do perfil socioeconômico de municípios pampianos (“Insegurança reduz população da área rural”, p.14, de 27 de janeiro de 2008, assinada por Otto Tesche), objetificou o território como de municípios de média propriedade com agricultura mecanizada, ou seja, menos trabalhadores/habitantes no campo. O jornalismo sequer mencionou o êxodo rural que já foi tido como um problema social. E, atribuiu o esvaziamento populacional no Pampa gaúcho aos assaltos, apesar da descrição da notícia da mudança do perfil da agricultura moderna nas propriedades.

Uma análise incluindo-se a soma das duas formas de circulação do Bioma Pampa nos dois jornais indica que o ZH propagou mais (81%) a implantação da Silvicultura do que o CP (68,5%), e o CP difundiu (31,5%) mais do que o ZH (19%) essa implantação. Uma análise conjunta, por sua vez, resulta na constatação de que o jornalismo de referência sul-rio-grandense se apoiou no sistema de comunicação “propagação” (73%) para construir as notícias publicadas no período.

Quadro 36: Construção das notícias sob os sistemas de Comunicação

	CP	%	ZH	%	Total	%
Propagação	110	68,5	69	81	179	73
Difusão	51	31,5	16	19	67	27
Total	161	100	85	100	246	100

Fonte: Elaborado pela autora.

Pode-se apresentar ainda uma análise individual de cada jornal, confrontando os percentuais acima descritos. Assim, o sistema de comunicação sobre o qual o Correio do Povo apoiou a construção das notícias sobre o bioma foi a propagação (53%) bem como se apoiou nesse sistema para a construção das notícias nas quais a circulação do bioma foi de forma latente (70%).

Quadro 37: Construção das notícias sob os sistemas de Comunicação no CP

	BP	%	BP latente	%	Total	%
Propagação	8	53	102	70	110	68,5
Difusão	7	47	44	30	51	31,5
Total	15	100	146	100	161	100

Fonte: Elaborado pela autora.

O Zero Hora também se apoiou sobre o sistema propagação (60%) para circular o Bioma Pampa nas notícias, conforme o Quadro 38, a seguir:

Quadro 38: Construção das notícias sob os sistemas de Comunicação no ZH

	BP	%	BP latente	%	Total	%
Propagação	6	60	63	84	69	81
Difusão	4	40	12	16	16	19
Total	10	100	75	100	85	100

Fonte: Elaborado pela autora.

Igualmente ao CP, o ZH optou pela propagação (84%) para construir as notícias com a circulação latente do bioma.

A partir daqui, pode-se descortinar as representações sociais do Bioma Pampa no período analisado. A primeira representação classificou-se como conhecida¹²⁵ por mostrar o Bioma Pampa enquanto lugar/território de cultura e identidade do gaúcho, de história e de entretenimento, de culto ao passado mais do que de vivência no presente. Essa representação social é comum no Estado e foi repercutida nos dois jornais. Já as outras duas representações sociais do BP que circularam no jornalismo são dependentes do contexto de construção e aprovação do ZAS.

O Correio do Povo acrescentou à representação conhecida, através do sistema de comunicação chamado difusão (MOSCOVICI, 1978), a perda da biodiversidade em decorrência dos maus usos dos bens do bioma, como através da Silvicultura. Não obstante as fontes jornalísticas tenham questionado o modelo de desenvolvimento em implantação, o jornalismo apenas repassou as inquietações, não provocou o debate nem cobrou respostas dos governos. Muito menos cedeu espaço aos habitantes do território, o gaúcho, para que dessem a sua versão da realidade pampiana, independentemente da pressão econômica que era vigente. Simultaneamente, o CP acrescentou uma representação de um bioma dependente de uma alteração a ser feita com “cuidados ambientais” e considerando mais os supostos

¹²⁵ Sem entrar no mérito da questão por ir além do tema da pesquisa, as representações que pertencem a um grupo e têm durabilidade podem ser culturais. Ou também podem ser coletivas (Durkheim). In: WACHELKE, João Fernando Rech. **O vácuo no contexto das representações sociais: uma hipótese explicativa para a representação social da loucura.** *Estud. psicol. (Natal)* [online]. 2005, vol.10, n.2, pp. 313-320. ISSN 1413-294X. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v10n2/a19v10n2.pdf>> Acesso em: dez. 2011.

benefícios econômicos, assim como constatou Allain et al (2009) em seu estudo sobre as representações de transgênicos nos jornais brasileiros. Com isso, o CP contribuiu para a manutenção da hegemonia social no Pampa – de concentração de terras, de poder político e econômico.

O Zero Hora acrescentou à representação conhecida, através do sistema de comunicação chamado propagação (MOSCOVICI, 1978) a imprescindível substituição do Pampa pelas alternativas econômicas externas ao bioma. Ao mesmo tempo em que reconheceu o bioma enquanto origem do gaúcho representou-o como obstáculo, empecilho ao desenvolvimento econômico e social coadunando-se a uma ótica estrangeira. Concomitantemente, o ZH representou e materializou um “novo pampa” com a paisagem do gaúcho modificada pelos eucaliptais, como se fosse algo positivo mais do que economicamente, de aproveitamento do espaço físico.

A retomada dos três sistemas determinados por Moscovici (1978) em seu primeiro trabalho – difusão, propagação e propaganda - permite lembrar que o CP, logo no início do corpus, já havia tornado pública a sua posição em acordo com as fontes as quais privilegiou nas notícias (ao dizer que não abririam mão do agronegócio). O que confirma a ideia de Fonseca (2008) de que conforme o modelo econômico hegemônico se configura uma concepção de jornalismo. E o oposto também é verdadeiro porque o jornalismo contribuiu para a perpetuação do modelo que era vigente. Já o ZH não tornou público o seu posicionamento, mas o jornalismo manifestou por meio das notícias uma ancoragem, ainda mais forte do que o concorrente, através do sistema de comunicação “propagação”.

Com relação à autoria dessas representações sociais, atribui-se ao jornalismo – através das notícias – o sujeito da pesquisa. Não obstante Sá (1998) tenha explicado que este sujeito não pode ser rigorosamente definido, buscou-se constatar a autoria das notícias, se assinadas ou não.

Do total de notícias com circulação latente do bioma (221), 43 foram assinadas e em 60% delas a indicação do território foi feita no corpo da notícia. Constatou-se que, 100% das notícias assinadas do CP indicaram o território (ou não) no corpo da notícia e que 52,7% das notícias assinadas do ZH fizeram o mesmo.

Quadro 39: Circulação latente do Bioma Pampa no corpo das notícias assinadas

	Total	Assinadas	Títulos	%	No corpo ou território não identificado	%
CP	146	07	0	-	7	100
ZH	75	36	17	47,3	19	52,7
Total	221	43	17	39,5	26	60,5

Fonte: Elaborado pela autora.

O CP teve apenas sete notícias assinadas¹²⁶ no rol de notícias com circulação latente do BP, tendo sido três delas pelo mesmo repórter. Em nenhuma delas constatou-se a circulação latente do Bioma Pampa no título. Já a circulação latente do BP em Zero Hora nos títulos (17 notícias) incluiu em ordem de maior frequência: não indicação do território; Uruguai; municípios; Estado ou RS; Fronteira; Metade Sul e Zona Sul. Em ZH, 36 notícias foram assinadas dentro da circulação latente do BP, sendo que um mesmo repórter assinou seis delas, outro assinou cinco; outro repórter, quatro; outro ainda, três notícias; três repórteres assinaram duas notícias cada e 12 repórteres assinaram uma notícia cada.

No caso das notícias não assinadas, viu-se que o percentual de indicação ou não do território no corpo das notícias dos jornais foi maior ainda: 84% no CP e 77% no ZH. Assim, verificou-se que mais de 82% das notícias não assinadas mencionaram ou não o território no corpo. A circulação latente do BP no Correio do Povo por meio dos títulos (22) foi por ordem de frequência: Municípios, Estado ou RS, Uruguai, Zona Sul e Metade Sul. Do Zero Hora, percebeu-se que foi muito semelhante esta circulação (nove notícias): Estado ou RS; Uruguai; Fronteira; Guaíba; “24 cidades”.

Quadro 40: Circulação latente do Bioma Pampa no corpo das notícias não assinadas

	Total	Não assinadas	Títulos	%	No corpo ou território não identificado	%
CP	146	139	22	16	117	84
ZH	75	39	9	23	30	77
Total	221	178	31	17,5	147	82,5

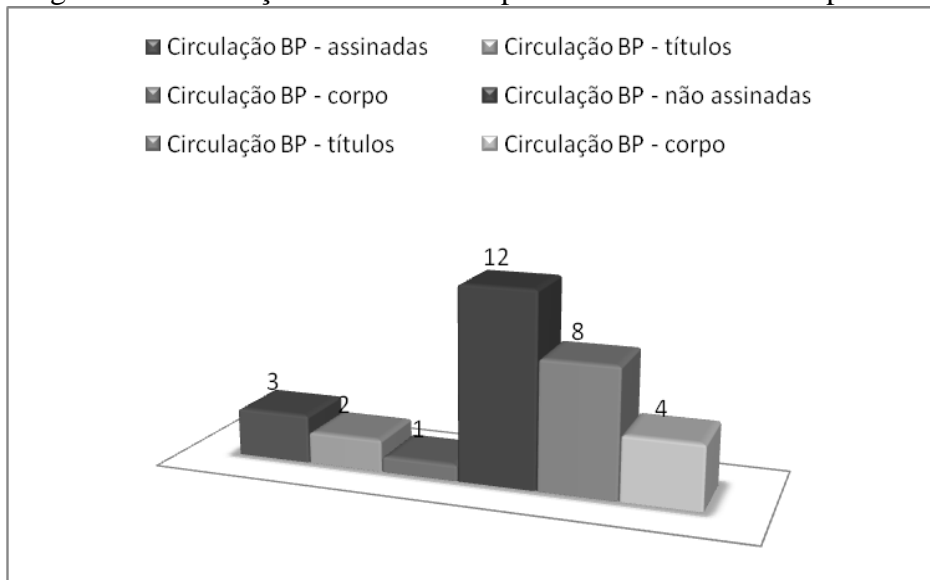
Fonte: Elaborado pela autora.

À guisa de conclusão sobre a autoria das notícias do sujeito dessa pesquisa, o jornalismo de referência sul-rio-grandense, comparou-se estes resultados àqueles do capítulo 5, referente à circulação do Bioma Pampa. Assim, no CP, 80% da circulação do BP foram nas notícias não assinadas, e em mais de 66% das notícias, a circulação foi nos títulos. Nas

¹²⁶ São elas: Empresas protegem o ambiente – 05/06/2007 – p.7; Produtor pede ajuste no zoneamento - 24/06/2007 – p.14; Bracelpa defende propriedade – 12/12/2007 – p.18; País lidera em celulose de eucalipto – 31/12/2007 e 01/01/2008 – p.10; Insegurança reduz população da área rural – 27/01/2008 – p.14; Zoneamento deve sair até março – 17/02/2008 – p.12; Zoneamento poderá receber índices – 13/04/2008 – p.10.

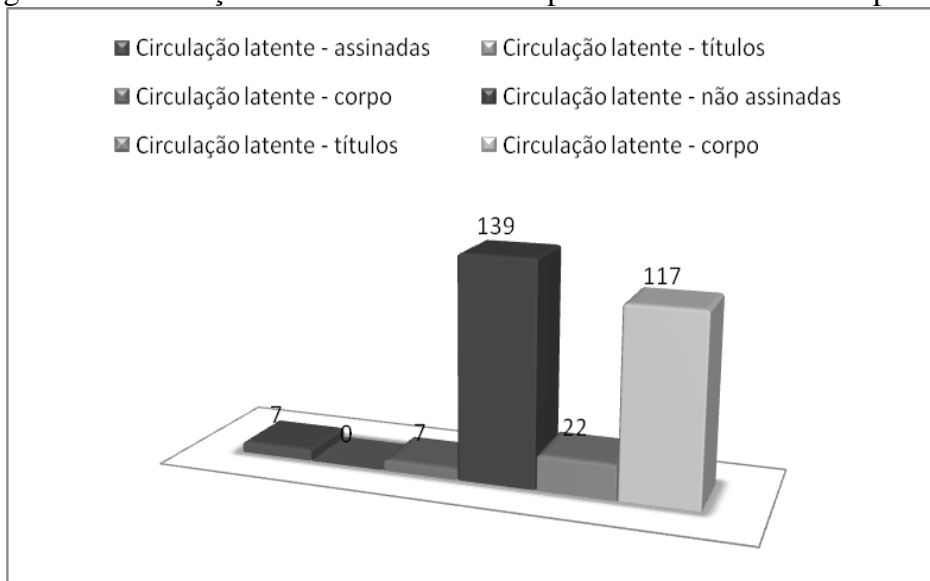
notícias assinadas, a circulação do BP também predominou nos títulos e em mais de 66% (FIGURA 19). Já de forma latente, o BP circulou 100% no corpo das notícias assinadas e em 84% do corpo das notícias não assinadas (FIGURA 20).

Figura 19: Circulação do Bioma Pampa nas notícias do CP no período



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 20: Circulação latente do Bioma Pampa nas notícias do CP no período

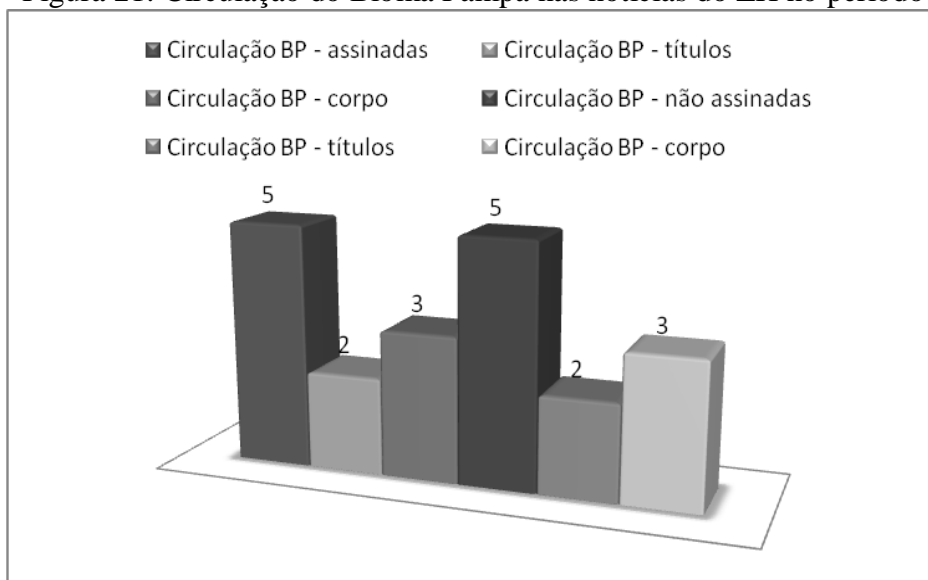


Fonte: Elaborado pela autora.

Com relação ao Zero Hora, tanto nas notícias assinadas quanto nas não assinadas, o BP circulou em 60% no corpo das notícias (FIGURA 21). Já a circulação latente do bioma,

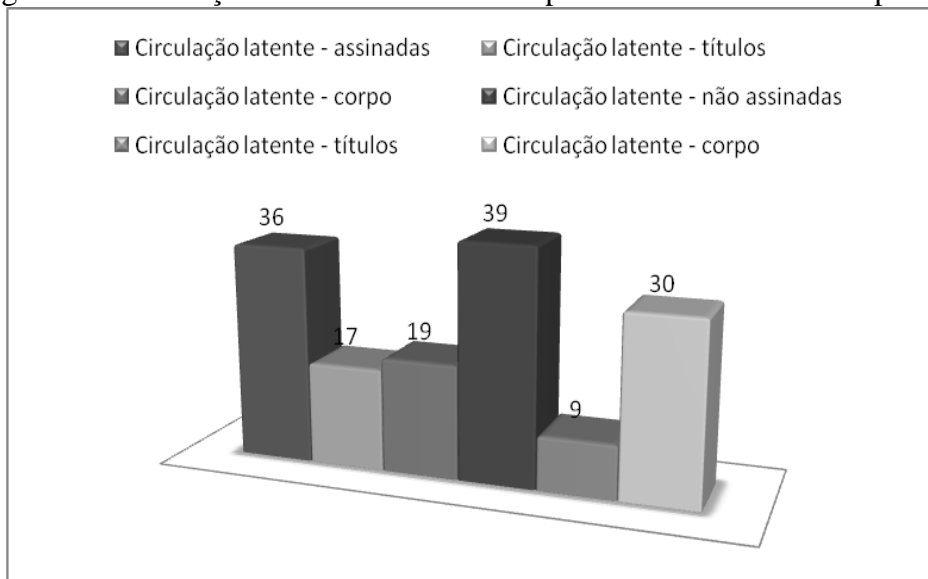
nas notícias assinadas foi maior, de 50% no corpo e, nas notícias não assinadas, a circulação latente foi de 77% no corpo (FIGURA 22). Com isso, vê-se no ZH, o predomínio da circulação do BP no corpo das notícias.

Figura 21: Circulação do Bioma Pampa nas notícias do ZH no período



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 22: Circulação latente do Bioma Pampa nas notícias do ZH no período



Fonte: Elaborado pela autora.

Em comum, verificou-se que o jornalismo de referência sul-rio-grandense proporcionou ao BP, no período, uma circulação em notícias não assinadas. No Correio do

Povo, a circulação do BP predominou nos títulos. Já de forma latente, a circulação predominou no corpo das notícias. Quanto ao Zero hora, houve equilíbrio no número de notícias assinadas e não assinadas. Mas a maior circulação do BP nas notícias ocorreu no corpo delas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escritura deste trabalho possibilitou a fundamentação que se procurava a partir da identificação com a visão de mundo empenhada em apoiar e compartilhar práticas sustentáveis de conviver em sociedade e de contribuir para a transição dessa economia do crescimento infinito para uma economia justa e solidária. Assim, considera-se que esta realização propiciou maior aproximação entre dois seres, a cidadã-jornalista e a jornalista-cidadã, bem como Moscovici (2007) afirmou a importância do restabelecimento da unidade entre a sociedade e a natureza.

Compreender a contribuição do jornalismo para a construção do real foi o exercício de quase um ano por meio da análise das notícias do Correio do Povo e do Zero Hora no período selecionado. Em comum, identificou-se o domínio da dimensão econômica sobre o território em relação a dita necessidade de desenvolvimento. Por isso, o bioma foi apresentado pelo jornalismo como um lugar para a exploração de recursos a serem fornecidos à sociedade, e não enquanto território de riquezas e bens naturais que é. Entretanto, a caracterização do bioma pelo jornalismo de referência sul-rio-grandense foi inclusiva no sentido da biodiversidade somente no Correio do Povo. Pois, diferentemente do ZH, que apresentou a biodiversidade pampiana como um obstáculo ao desenvolvimento, o CP difundiu a perda desta como consequência dos usos pelo agronegócio e da falta de políticas públicas de preservação.

Constatou-se que o enfoque de sustentabilidade de mais de 80% das notícias analisadas foi o ecotecnocrático, também por enxergar o uso das tecnologias como o principal fator responsável pela geração de empregos e oportunidades de desenvolvimento. É essa mesma visão ecotecnocrática que insiste em chamar de florestamento e de reflorestamento a plantação arbórea, porque assim, a sua atividade passa a ser também de conservação ambiental. O Zoneamento Ambiental da Silvicultura, por sua vez, documento regrador da atividade e feito a partir de uma imersão sobre o Bioma Pampa, foi duramente criticado pelas fontes predominantes das notícias que tiveram os seus argumentos multiplicados pelo jornalismo: restritivo, entrave burocrático, empecilho, que inviabiliza investimentos.

Não obstante a investigação tenha se iniciado com a constatação da mínima e, por vezes, equivocada circulação do Bioma Pampa, surpreendeu o registro da frequência em apenas 10% das notícias do período. Ainda que tenha circulado de forma latente, interpreta-se que este resultado evidencia a exclusão do território (e tudo o mais que o constitui – flora,

fauna, habitantes, etc.) em um momento de imprescindível participação na construção e aprovação do Zoneamento Ambiental da Silvicultura.

A identificação das fontes – predominantemente, do poder político e econômico - e da comunhão do jornalismo com a sua visão de mundo por meio da adesão à proposta de substituição do Bioma Pampa pela implantação da Silvicultura, evidenciou também que o jornalismo já o substituíra nas notícias. Pois, as fontes que incluíram o bioma nas notícias no contexto de construção e aprovação do ZAS, foram muito menos ouvidas: os professores/pesquisadores, vinculados ou não à ONG's, dentro ou fora do Consema, técnicos da Sema/RS, do Governo Federal (principalmente o Ibama/RS que tinha representação no Consema) e ONG's socioambientais dentro ou fora do Consema. Enquanto que, o próprio Governo do Estado – fonte mais ouvida - incluiu o bioma em uma única notícia dentre as 246 analisadas, através da diretora-presidente da Fepam, Ana Pellini. Tendo sido ela também, a fonte mais ouvida pelo jornalismo de referência no período (CP, 18 dez. 2007, p. 16).

A emersão das informações com a técnica da Análise de Conteúdo viabilizou a aplicação do método da Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 1978). Assim como Ordaz e Vala (1997), a ancoragem das representações foi feita com base nos sistemas de comunicação propagação, predominantemente, e difusão. A primeira representação classificou-se como conhecida por mostrar o Bioma Pampa enquanto território da cultura e identidade do gaúcho, de história e de entretenimento, de culto ao passado mais do que de vivência no presente. Já as outras duas representações sociais do BP que circularam no jornalismo são dependentes do contexto de construção e aprovação do ZAS.

O Correio do Povo acrescentou à representação social conhecida, através do sistema de comunicação chamado difusão (MOSCOVICI, 1978) a perda da biodiversidade em decorrência dos maus usos dos bens do bioma, como através da Silvicultura. Não obstante as fontes jornalísticas tenham questionado o modelo de desenvolvimento em implantação, o jornalismo apenas repassou as inquietações, pois não cobrou respostas dos governos nem das empresas. Muito menos cedeu espaço aos habitantes do território para que dessem a sua versão da realidade pampiana, independentemente da pressão econômica que vigia. Simultaneamente, o CP propagou uma representação de um bioma dependente de uma alteração a ser feita com “cuidados ambientais” e considerando mais os supostos benefícios econômicos. Com isso, o CP contribuiu para a manutenção da hegemonia social no Pampa – de concentração de terras, de poder político e econômico.

O Zero Hora acrescentou à representação social conhecida, através do sistema de comunicação chamado propagação (MOSCOVICI, 1978), a imprescindível substituição do Pampa pelas alternativas econômicas externas ao bioma. Ao mesmo tempo em que reconheceu o bioma enquanto origem do gaúcho representou-o como obstáculo, empecilho ao desenvolvimento econômico e social coadunando-se a uma ótica estrangeira. Concomitantemente, o ZH representou, materializou – enfatiza-se - um “novo pampa” com a paisagem do gaúcho modificada pelos eucaliptais, como se fosse algo positivo mais do que economicamente, de aproveitamento do espaço físico.

É pertinente destacar, que se constatou, a adoção pelo jornalismo da representação social proveniente do Governo do Estado, tendo sido esta verificada a partir do estudo de representações sociais no qual o jornalismo serviu como fonte de informações (GUADAGNIN et alii apud PILLAR, 2009). Viu-se que, principalmente o Zero Hora, desconsiderou a existência do Bioma Pampa e promoveu a ocupação do espaço físico, por considerá-lo um “revestimento ondulante e ralo”, enquanto desenvolver-se-ia a região através dos empregos fosse nas plantações ou nas fábricas, ou ainda nas atividades que surgiriam graças a implantação do agronegócio globalizado da celulose no Rio Grande do Sul. Tamanha aposta do jornalismo de ZH permitiu a improvável associação do gaúcho à lavoura de árvores, ao expor dois homens com a vestimenta típica do gaúcho cavalgando pelo ex-campo e/ou paisagem extinta (sem o gado ou rebanho para conduzir, do qual provem o principal item da sua alimentação – a carne), nem sequer o pasto para o companheiro, o cavalo crioulo (ZH, 30 mar. 2008. Capa.).

Ainda concernente ao estudo citado acima, verificou-se a adoção pelo jornalismo sul-rio-grandense de referência, da representação social proveniente do setor florestal, de Silvicultura enquanto florestamento e reflorestamento, ou seja, uma atividade ecológica por excelência, já que consiste no plantio de árvores. Sendo assim, acredita-se que esta pesquisa possa trazer complementos às representações sociais já identificadas, já que foram pensadas a partir do setor da comunicação social, o jornalismo.

Em resposta ao objetivo geral desta pesquisa - compreender como foram construídas as representações sociais sobre o Bioma Pampa nas notícias produzidas pelo jornalismo de referência do Rio Grande do Sul no período de construção e aprovação do Zoneamento Ambiental da Silvicultura, entre abril de 2007 e abril de 2008 - concluiu-se que, a partir do enfoque ecotecnocrático de sustentabilidade, visão fragmentada e não sistêmica de mundo, o jornalismo ancorou as representações sociais na propagação e na difusão do desenvolvimento

econômico-financeiro do agronegócio globalizado das empresas da celulose e aliados, como os governos apoiadores do modelo em implantação. Concluiu-se também, que a objetificação ocorreu através da publicação ora fragmentada ora generalizada do território, e com o predomínio da circulação latente do bioma nas notícias.

As representações sociais sobre o Bioma Pampa que circularam nos jornais, constatou-se, resultaram da junção de componentes culturais aos econômico-sociais. Os componentes culturais são: primeiro, a exaltação do gaúcho, o personagem campeiro, vivente dos rodeios e churrascadas, festeiro e prosador, cuja origem se distancia do gaúcho urbano, leia-se, consiste na ideia do que foi o gaúcho segundo o tradicionalismo, mas é mais um tipo humano em extinção; segundo, em manter o limitado uso do território, ignorando o potencial biodiverso existente, como se viu no capítulo descritivo sobre o Bioma Pampa. A regra do colonizador de dominar para desenvolver, de sufocamento das práticas dos habitantes por meio da introdução de cultivos e hábitos próprios sem considerar os impactos locais, ainda vige no Estado.

Já o componente econômico-social se impõe globalmente e, exacerba-se neste território onde se sente uma ânsia pelo progresso material na crença de alcançar uma vida de qualidade. Acredita-se que esta junção dos componentes das representações tenha motivado os construtores de notícias gaúchos a propagarem a sua visão de mundo, de manutenção do *status quo* no território, ou seja, da concentração de terras e de bens naturais, a verdadeira riqueza nas mãos dos poderes político e econômico.

Ainda que nesta pesquisa tenha-se optado por não entrevistar repórteres, editores, chefes de redação, enfim, aqueles que compuseram o sujeito das representações pesquisadas, entende-se que os resultados atendem aos objetivos direcionados à análise do produto deste sujeito. Neste ponto, evidencia-se a contribuição à Teoria das Representações Sociais, ao apresentar quais representações sociais suas contribuíram para a circulação do bioma. Confia-se que os resultados possam acrescentar à qualificação do jornalismo com vistas ao atendimento do interesse público.

Espera-se que os resultados desta pesquisa possam motivar os leitores a necessária adesão prática às premissas do Jornalismo Ambiental – inclusivo, integral, complexo. O primeiro passo do jornalista empoderado poderia ser ampliar o ângulo de visão alinhado àquele da empresa onde atua, ao incluir fontes plurais em suas pautas bem como ao tomar conhecimento das suas publicações, como aquelas citadas no segundo capítulo. A internet facilitou o acesso àquelas informações, como através dos livros e documentos que podem ser lidos *on line* ou salvos no próprio computador e tudo gratuitamente. Ao ampliar a

compreensão sobre o tema, o jornalismo estimula a busca pelo conhecimento e compartilha com os leitores o pluralismo das visões de mundo – com as suas infinitas alternativas de geração de trabalho e sustento. Essa mudança pode fundamentar os cidadãos que, empoderados, serão capazes de agir na transformação da realidade de degradação ambiental e de menosprezo da ética. O reconhecimento da complexidade no mundo e da interdependência entre todos os seres admite a inclusão do diverso, e na prática, a ampliação das relações de cooperação e diminuição daquelas de competição – visando reduzir as distâncias entre as classes mais abastadas e as menos favorecidas da pirâmide social.

Assim como em outras pesquisas, nesta também se confirma a importância dos movimentos socioambientais para a inclusão de aspectos subtraídos da pauta política, econômica e, especificamente, do jornalismo de referência. O papel social desta mobilização cidadã contribui para a redução da dificuldade de acesso à informação e à comunicação vivenciada por grande parte dos brasileiros, conforme ficou demonstrado também no segundo capítulo deste trabalho. Deve-se destacar ainda sobre o referido capítulo, o papel de multiplicador do potencial da biodiversidade pampiana para a sustentabilidade em diversos aspectos, muito além do econômico, com inclusão do saber local e em benefício também dos habitantes.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Próximos governantes terão de enfrentar problemas ambientais brasileiros. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/home/-/journal_content/56/19523/1069724> Acesso em: 21 nov. 2010.

AGÊNCIA BRASIL. No total, a Mata Atlântica já perdeu 75,88% de sua área original. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-Ambiente;jsessionid=CCE9CD9883387394D0613C090FF8-D365?p_p_id=56&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-1&p_p_col_count=1&_56_groupId=19523&_56_articleId=1113192> Acesso em: 03 dez. 2010.

ALLAIN, Juliana Mezzomo; NASCIMENTO-SCHULZE, Clélia Maria and CAMARGO, Brígido Vizeu. **As representações sociais de transgênicos nos jornais brasileiros.** *Estud. psicol. (Natal)*[online]. 2009, vol.14, n.1, pp. 21-30. ISSN 1413-294X.

ALTMANN, Alexandre. Pagamento por serviços ambientais: aspectos jurídicos para sua aplicação no Brasil. Disponível em: <http://www.planetaverde.org/artigos/arq_12_51_43_26_10_10.pdf> Acesso em: 24 jul. 2011.

ALVES, Mauren. Projetos da Aracruz Celulose modificarão o pampa gaúcho? In: **Revista do Instituto Humanista Unisinos – IHU-On Line.** Edição 247, p.22-24, São Leopoldo, 10 dez. 2007. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1556&secao=247> Acesso em: 18 jul. 2011.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à Educação. *Em Aberto*, Brasília MEC-INEP, ano 14, nº 61, jan/mar. 1994, p. 60 a 78. Republicação da Universidade Metodista de SP. Disponível em: <<http://www.metodista.br/ppc/multiplas-leituras/multiplas-leituras-01/representacoes-sociais-aspectos-teoricos-e-aplicacoes-a-educacao>> Acesso em: nov.2011.

APEDEMA. Diagnóstico e demandas socioambientais de entidades ambientalistas gaúchas para o Secretário de Estado de Meio Ambiente Sr. Berfran Rosado. Porto Alegre, 17 mar. 2009. Disponível em: <http://www.natbrasil.org.br/noticias/noticias_2009/apedema.html> Acesso em: jun. 2011.

ARRARTE, Carlos Peres. **Plantaciones Forestales e Impactos sobre El Ciclo Del Agua.** Un análisis a partir Del desarrollo de las plantaciones forestales em Uruguay. Grupo Guayubira. Montevideo, Uruguay: marzo de 2007.

ARRUDA, Angela. Despertando do pesadelo: a interpretação. In: MOREIRA, Antonia Silva Paredes (org.). **Perspectivas Teórico-Metodológicas em representações sociais.** João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 2005. p. 229-258.

BACCHETTA, Víctor (org). **Ciudadanía Planetaria.** Temas y desafíos del periodismo ambiental. Federación Internacional de Periodistas Ambientales/Fundación Friedrich Ebert. Uruguay: 2000. 221p.

_____. **El fraude de La celulosa.** Montevideo, UY: Doble Editoras, set. 2008. 224p.

_____. Desafíos para uma izquierda en crisis. In: **Semanario VOCES.** Año VII. n.300. p. 13. Montevideo, Uruguay, 16 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.voces.com.uy/articulos-1/desafiosparaunaizquierdaencrisisfuerzasproductivasmedioambienteyluchadeclassesporvictorlbacchetta>> Acesso em: 19 jul. 2011.

BAHIA, Carolina. Stora Enso suspende a compra de terras. **Zero Hora**. Brasília, DF: 14 mai. 2007. p.16.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Edição revista e actualizada. Portugal: Edições 70, Lda. Março de 2009. 281 p.

BARENHO, Cintia Pereira. **A Função da União europeia no desempoderamento das mulheres no Sul através da conversão dos ecossistemas locais em plantações de árvores – estudo de caso Pampa gaúcho** Disponível em: <<http://www.natbrasil.org.br/Docs/monoculturas/estudo%20de%20caso.pdf>> Acesso em: 06 de setembro de 2010.

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

BINKOWSKI, Patrícia. **Conflitos ambientais e significados sociais em torno da expansão da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” do Rio Grande do Sul**. 2009. 212f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Curso de Pós-Graduação em Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BOLDRINI, Ilsi. Biodiversidade nos campos sulinos. 2006. 15f. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/0000735900386f6ec7413>> Acesso em: out. 2010

BRACK, Paulo. O pampa gaúcho é alvo de biopirataria, denuncia ambientalista Paulo Brack. In: **Revista do Instituto Humanista Unisinos – IHU-On Line**. Edição 247, p. 13-17. São Leopoldo, 10 dez. 2007. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1558&secao=247>. Acesso em: 19 jul. 2011.

BRACK, Paulo. Os grandes projetos de silvicultura e o choque de indigestão na área ambiental do estado do RS. In: TEIXEIRA FILHO, Althen (Org.) **Eucaliptais – Qual Rio Grande do Sul desejamos?** Pelotas, 2008. p. 261-284. Disponível em: <<http://www.natbrasil.org.br/Docs/monoculturas/eucaliptais.pdf>> Acesso em: 06 set. 2010.

BUCKUP, Ludwig. **A monocultura com eucaliptos e a sustentabilidade**. Mar. 2006. 05f. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/artigos-e-revistas/A_Monocultura_com_Eucaliptos_e_a_Sustentabilidade_.pdf> Acesso em: 28 fev. 2011.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente – Teoria e Prática**. São Paulo: Majoara Editorial, 2007. 199p.

_____, Wilson da Costa. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. In: GIRARDI, Ilza; SCHWAAB, Reges (org). **Jornalismo Ambiental – Desafios e Reflexões**. Porto Alegre: Editora Dom Quixote, 2008. p.105-118.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e sustentabilidade. Base conceptual para uma nova Extensão Rural. In: WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY, 10., Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: IRSA, 2000b. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/13.pdf>> Acesso em: 23 out. 2011.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1982. 447p.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. 1ª. reimpressão: maio de 2007. 142p.

CHOMENKO, Luiza. Pampa: um bioma em risco de extinção. In: **Revista do Instituto Humanista Unisinos** – IHU-On Line. Edição 247, p.04-07, São Leopoldo, 10 dez. 2007. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1556&secao=247> Acesso em: 18 jul. 2011.

CORREIO DO POVO. Reflorestamento ganha espaço. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 13 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/Default.aspx?Ano=115&Numero=317&Caderno=0&Noticia=181885>> Acesso em: 15 ago. 2010.

DUVEEN, Gerard. Introdução – O poder das idéias. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p.07-28.

ECOAGÊNCIA SOLIDÁRIA DE NOTÍCIAS AMBIENTAIS. EcoAgência. Disponível em: <<http://www.ecoagencia.com.br/?open=aeoagencia>> Acesso em: dez. 2011.

ECOAGÊNCIA. Audiências públicas da silvicultura terminam sob protestos e denúncias das ONGs. **EcoAgência**. Porto Alegre, 20 jun. 2007. Disponível em: <<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id===AUUJkcUdFdXJFbZpXTWJVU>> Acesso em: 20 jul. 2011.

ECODEBATE. Por uma Declaração Universal dos Direitos da Natureza - Reflexões para a ação. Artigo de Alberto Acosta. Porto Alegre, 31 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2011/03/31/por-uma-declaracao-universal-dos-direitos-da-natureza-reflexoes-para-a-acao-artigo-de-alberto-acosta/>> Acesso em 24 out. 2011.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL E ASSOCIAÇÃO SULINA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL. EMATER-ASCAR RS. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/area/profruta.php>> e em <<http://www.emater.tche.br/site/area/agro.php>> Acessos em: 21 jul. 2011.

FARR, Robert M. Representações Sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs). **Textos em representações Sociais**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 44-45.

FIBRIA. Estrutura acionária. Disponível em: <<http://fibria.infoinvest.com.br/static/ptb/estrutura-acionaria.asp?idioma=ptb>> Acesso em: fev. 2012.

FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira. **Indústria de Notícias**: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 310p.

FUNDAÇÃO GAIA. O Rincão Gaia. Disponível em: <<http://www.fgaia.org.br/rincao.html>> Acesso em: dez.2011.

GALEANO, Eduardo. A caminho de uma sociedade da incomunicação? In: MORAES, Dênis de (org.). Traduções de Carlos Frederico Moura e Silva, Maria Inês Coimbra Guedes, Lucio Pimentel. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p.149-154.

GELÓS, Hernán Sorhuet. Periodismo Ambiental: eje comunicacional del siglo XXI. In: GIRARDI, Ilza; SCHWAAB, Reges (org). **Jornalismo Ambiental** – Desafios e Reflexões. Porto Alegre: Editora Dom Quixote, 2008. p.67-74.

GENRO, Raíssa de Deus. **Lavoura de florestas: A percepção dos leitores de Zero Hora sobre o monocultivo de árvores exóticas para celulose no Estado do Rio Grande do Sul**. 2009. 76f. Monografia (Graduação em Comunicação Social - Habilitação Jornalismo). Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide** - para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre, Tchê, 1987. 230p.

GIRARDI, Ilza; SCHWAAB, Reges (org). **Jornalismo Ambiental** – Desafios e Reflexões. Porto Alegre: Editora Dom Quixote, 2008. 480p.

GIRARDI, Ilza; MASSIERER, Carine, SCHWAAB, Reges. Pensando o Jornalismo Ambiental na ótica da Sustentabilidade. **UNirevista** - Vol. 1, nº 3. Jul. 2006. 12p.

GOMIS, Lorenzo. **Os interessados produzem e fornecem os fatos**. Tradução de Camille Reis revisada por Eduardo Meditsch. Estudos em Jornalismo e Mídia, Vol. I Nº 1 - 1º Semestre de 2004. p.102-117.

GUADAGNIN, Demétrio Luis et alii. Árvores e arbustos exóticos invasores no Pampa: questões ecológicas, culturais e socioeconômicas de um desafio crescente. In: PILLAR, Valério De Patta. **Campos Sulinos** - conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: MMA, 2009. p.300-316 Disponível em: <http://ecoqua.ecologia.ufrgs.br/arquivos/Livros/CamposSulinos.pdf> Acesso em: 06 set. 2010.

GUARESCHI, Pedrinho (org). **Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 380p.

GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs). **Textos em Representações Sociais**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 324p.

HANNIGAN, John. **Sociologia Ambiental** – A formação de uma perspectiva social. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de Conteúdo em Jornalismo. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Márcia (orgs). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 123-142.

HERZLICH, C. La representación social. In: MOSCOVICI, S. (comp.). **Introducción a La psicología social**. Barcelona: Planeta, 1975. p.389-418.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IBAMA/RS. **Parecer da Equipe Técnica do IBAMA** - Grupo de Trabalho do Bioma Pampa - Sobre o Zoneamento Ambiental da Atividade da Silvicultura no Rio Grande do Sul". 2007. 05 páginas. Disponível em: http://www.natbrasil.org.br/Docs/monoculturas/parecer_zoneamento_ibama_2007.pdf Acesso em: dez. 2010.

IBGE. Mapa de Biomas do Brasil. 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=169> Acesso em: 06 set. 2010.

IBGE. Dados do Censo 2010 publicados no Diário Oficial da União do dia 04/11/2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=43> Acesso em: nov. 2011.

INCRA. Pampa é tema de capacitação promovida pelo Incra/RS. Porto Alegre, 26 de Agosto de 2008. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?view=article&catid=1%3Aultimas&id=10595%3A0&format=pdf&option=com_content&Itemid=278> Acesso em: agosto de 2009.

JORNAL JÁ. Chilenos que compraram fábrica de Guaíba prometem transparência e respeito à “licença social”. 05 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.jornalja.com.br/2010/02/05/chilenos-prometem-transparencia-e-respeito-a-licenca-social/>> Acesso em: dez. 2011.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs). **Textos em Representações Sociais**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 63-85.

KINUPP, Valdely Ferreira; AMARO, Francisco Stefani; BARROS, Ingrid B. I. de. Anredera cordifolia (Basellaceae), uma hortaliça potencial em desuso no Brasil. Disponível em: <http://www.abhorticultura.com.br/biblioteca/arquivos/Download/Biblioteca/44_030.pdf> Acesso em: out. 2011.

KOVACH; Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**. Tradução de Wladir Dupont. 2ª. edição. São Paulo: Geração Editorial, 2004. 302p.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Petrópolis, Vozes, 1979. 118p.

LAGO, Cláudia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Claudia Lago, Marcia Benetti (orgs.). 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 286p.

LANNA, Antonio Eduardo. O bioma pampa em risco? A plantação de pinus e eucalipto. In: **Revista do Instituto Humanista Unisinos** – IHU-On Line. Edição 247, p.17-22, São Leopoldo, 10 dez. 2007. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1559&secao=247>. Acesso em: 19 jul. 2011.

LEFF, Enrique. **Racionalidad Ambiental**. La reapropiación social de la naturaleza. 1ª. ed. México, DF: Siglo Veintiuno Editores, 2004. 533p.

LONDRES, Flavia. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida**. – Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011. 190 p.

LUSTOSA, Caio; BENITES, Eva. **Luta ambiental e cidadania: da Borregaard a outros episódios**. Porto Alegre: Editora Dacasa/ Palmarinca, 2008. 217p.

MARKOVÁ, Ivana. **Dialogicidade e representações sociais: dinâmicas da mente**. Tradução de Helio Magri Filho. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. 309p.

MARQUES, Ana Alice Biedzicki de, et al. **Lista das espécies da fauna ameaçadas de extinção no Rio Grande do Sul**. Decreto nº 41.672. 11 jun. 2002. Porto Alegre: FZB/MCTPUCRS/ PANGEA, 2002. 52p. Disponível em: <http://www.fzb.rs.gov.br/downloads/fauna_ameacada.pdf> Acesso em: 03 dez. 2010.

MEDISCTH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** Universidade Federal de Santa Catarina, set. 1997. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.html>> Acesso em: 06 set. de 2010.

MENIN, Maria Suzana De Stefano; SHIMIZU, Alessandra de Moraes (Orgs.). **Experiência e Representação Social: questões teóricas e metodológicas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. 319p.

MENIN, Maria Suzana De Stefano; SHIMIZU, Alessandra de. Educação e Representação social: tendências de pesquisas na área período de 2000 a 2003. In: MENIN, Maria Suzana De Stefano; SHIMIZU, Alessandra de Moraes (Orgs.). **Experiência e Representação Social: questões teóricas e metodológicas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 93-130.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL DO BRASIL. Faixa de fronteira. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/faixa/abrangencia.asp?area=spr_frenteira> Acesso em: 06 set. 2010.

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL/RS. "Termo de Ajustamento de Conduta - MPE x FEPAM/RS, a respeito dos licenciamentos ambientais da silvicultura". 2006. 05 páginas. Disponível em: <http://pt.calameo.com/read/000073590b1adebd6c3ef>> Acesso em: out. 2010.

MIGUEL, Katarini Giroldo. **Os paradigmas da imprensa na cobertura das políticas ambientais**. Bauru-SP, 2009. 260p. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Área de Concentração em Comunicação Midiática, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", UNESP, Campus de Bauru – SP. Disponível em: <http://www.faac.unesp.br/posgraduacao/Pos_Comunicacao/pdfs/katarini_miguel.pdf> Acesso em: out. 2010.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Serviço Florestal Brasileiro. Sistema Nacional de Informações Florestais. Definição de Floresta. Disponível em: <http://www.florestal.gov.br/snif/recursos-florestais/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&catid=14&id=158> Acesso em: Nov. 2011.

MORAES, Dênis de (org.). Traduções de Carlos Frederico Moura e Silva, Maria Inês Coimbra Guedes, Lucio Pimentel. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. 246p.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p.7-32, 1999. Disponível em: <http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html> Acesso em: 21 jun. 2011.

MORIGI, Valdir José. Teoria social e comunicação: representações sociais, produção de sentidos e construção dos imaginários midiáticos. **e-compós**. Ed. 1, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/9/10>> Acesso em: 20 jan. 2011.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Tradução Dulce Matos. Lisboa: Instituto Piaget. 4ª. Edição. 2003. 177p.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 350p.

_____. A comunicação pelo meio (teoria complexa da comunicação). Tradução de Juremir Machado da Silva. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, nº 20, abril de 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/famecos/article/viewFile/335/266>> Acesso em: 30 jul. 2010.

MOSCOVICI, Serge. **Natureza: para pensar a ecologia**. Tradução de Marie Louise T. de Beyssac e Regina Mathieu; coord. Edição brasileira de Maria D'Ávila e Tania Maciel. Rio de Janeiro: Mauad X: Instituto Gaia, 2007.

_____. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 404p.

_____. **A Representação Social da Psicanálise**. Tradução de Álvaro Cabral, da segunda edição francesa, publicada em 1976 pela Presses Universitaires de France, Paris, França, na série Bibliotheque de Psychanalyse. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978. 291p.

NENÊ, Ulisses. Presidenta da Fepam admite que pressionou pela aceleração dos licenciamentos das papeleiras. **EcoAgência**. Porto Alegre, 08 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id===AUUF0dWtWOXJFbZpXTWJVU>> Acesso em: mar. 2011.

NÚÑEZ, Raquel. Ser Humano – Natureza. In: BACCHETTA, Victor (Org.). **Ciudadanía Planetaria**. Temas y desafíos del periodismo ambiental. Federación Internacional de Periodistas Ambientales/Fundación Friedrich Ebert. Uruguay: 2000. p. 24-30.

OLIVEIRA JUNIOR, Adilson Pereira de. **Impactos da Monocultura de Eucalipto na Territorialidade Tupinikim e Guarani no Espírito Santo (Brasil)**. 15p.

ORDAZ, Olga; VALA, Jorge. Objectivação e ancoragem das representações sociais do suicídio na imprensa escrita. **Análise Social**, vol. XXXII (143-144), 1997 (4.º-5.º), 847-874.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN. Evaluación de los recursos forestales mundiales 2010 Informe principal ESTUDIO FAO: MONTES 163. Roma, 2010. ISSN 1020-4628. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/013/i1757s/i1757s.pdf>> Acesso em: out. 2011. p.217-218.

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Legislação. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4340.htm> Acesso em: dez. 2011.

PICOLI, Luciana; VILLANOVA, Carla. **O Pampa em disputa**. A biodiversidade ameaçada pela expansão das monoculturas de árvores. Publicação do Núcleo Amigos da Terra/Brasil e Federação Internacional dos Amigos da Terra, Julho de 2007. 64p. Disponível em: <http://www.natbrasil.org.br/Docs/monoculturas/cartilha_pampa_emdisputa.pdf> Acesso em: 21 nov. 2010.

PILLAR, V. et al. **Workshop Estado atual e desafios para a conservação dos campos**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 24 p. 2006. Disponível em: <<http://ecoqua.ecologia.ufrgs.br>> Acesso em: 20 mai. 2010.

PILLAR, Valério De Patta. **Campos Sulinos** - conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: MMA, 2009. 403 p. Disponível em: <<http://ecoqua.ecologia.ufrgs.br/arquivos/Livros/CamposSulinos.pdf>> Acesso em: 06 set. 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 461p.

PROJETO RADAMBRASIL (Radar na Amazônia). Mapa dos ecossistemas de campos no Sul do Brasil. In: PILLAR, V. et al. **Workshop Estado atual e desafios para a conservação dos campos**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 24 p. 2006. Disponível em: <<http://ecoqua.ecologia.ufrgs.br>> Acesso em: 20 mai. 2010.

RAMOS, Fabiana Pinheiro; NOVO, Helerina Aparecida. Mídia, violência e alteridade: um estudo de caso. Estudos de Psicologia 2003, 8(3), 491-497. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n3/19971.pdf>> Acesso em: out. 2011.

REDES-AT. Nuevos alertas por impactos de monocultivos de árboles sobre fuentes de agua. Uruguay, 13 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.redes.org.uy/2010/03/13/nuevas-alertas-por-impactos-de-monocultivos-de-arboles-sobre-fuentes-de-agua/#more-2020>> Acesso em: 06 set. 2010.

REVISTA DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS – IHU On Line. **Pampa: um bioma em risco de extinção**. Edição 247. p.04-07. São Leopoldo, 10 dez. 2007. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1556&secao=247> Acesso em: 19 jul. 2011.

REVISTA DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS – IHU On Line. **O pampa gaúcho é alvo de biopirataria, denuncia ambientalista Paulo Brack**. Edição 247. p.13-17. São Leopoldo, 10 dez. 2007. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1558&secao=247>. Acesso em: 19 jul. 2011.

REVISTA DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS – IHU On Line. **O bioma pampa em risco?** A plantação de pinus e eucalipto - entrevista com Antônio Eduardo Lanna. Edição 247. p.17-22. São Leopoldo, 10 dez. 2007. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1559&secao=247>. Acesso em: 19 jul. 2011.

REVISTA DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS – IHU On Line. **Projetos da Aracruz Celulose modificarão o pampa gaúcho?** Entrevista com Mauren Alves. Edição 247. p.22-24. São Leopoldo, 10 dez. 2007. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1559&secao=247> Acesso em: 19 jul. 2011.

RIBEIRO, Natasha; SITO, Almeida A.; GUEDES, Bernard S.; STAISS, Cristian. **Manual de Silvicultura Tropical**. Depto. De Engenharia Florestal da Universidade Eduardo Mondlane com apoio da FAO, Projecto GCP/Moz/056/Net. Maputo, 2002. p.4-5. Disponível em: <http://www.faeu-em.com/news/manual-de-silvicultura-tropical/> Acesso em: out. 2011.

RICHARDSON, Roberto. **Pesquisa Social**. Métodos e Técnicas. SP: Atlas, 1999. p. 243.

RODRIGO ALSINA, Miquel. **A Construção da Notícia**. Tradução de Jacob A. Peirce. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 351p.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. Organização de Nelson Traquina. **Revista de Comunicação e Linguagens**. Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens (CECL), Vol.8, out. de 1988. p.27-33.

ROUQUETTE, Michel-Louis. Representações e práticas sociais: alguns elementos teóricos. In: MOREIRA, Antonia Silva Paredes (org); Denize Cristina de Oliveira (org). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2.ed. Goiânia: AB, 2000. p.39-46.

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. 110 p.

SAMTEN, Lama Padma. Relações positivas equilibram o ambiente. **Bodisatva**. Revista de pensamento budista. Edição 16. Janeiro de 2008. p. 07 a 11.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e pesquisa: projetos para mestrado e doutorado**. São Paulo: Hacker Editores, 2001. 216p.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice – O social e o político na Pós-modernidade**. 3ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de Revista**. 2ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2004. 112p.

SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - SEMA. Zoneamento Ambiental da Silvicultura. Estrutura, Metodologia e Resultados. Volume I. Março de 2010. 131p. Disponível em: <http://www.fepam.rs.gov.br/biblioteca/silvicultura/V1_ZAS%20APROVADO%20CONSOLIDADO%20CORRIGIDO%20V-18-05-2010.pdf> Acesso em: 20 jul. 2011.

SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - SEMA. Zoneamento Ambiental para Atividade de Silvicultura. Volume I. Janeiro de 2007. 78p.

SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – SEMA. **Portaria SEMA Nº 006, de 21 de fevereiro de 2007**. Disponível em: <http://www.sema.rs.gov.br/upload/Portaria%206_2007_Cria%20e%20nomeia%20GT_Analise%201%20BA%20vers%20C3%A3o_Diretrizes%20Ativ%20Silvic%20RS%20por%20Unid%20Paisagem.pdf> Acesso em: out.2011.

SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO - SAA. Lista de Câmaras Setoriais. Disponível em: <http://www.saa.rs.gov.br/uploads/1298559247Lista_de_Camaras_Setoriais.pdf> Acesso em: 21 jul. 2011.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO - SDR. Programas e Projetos. Disponível em: <<http://www.sdr.rs.gov.br/>> Acesso em: 21 jul. 2011.

SEMANARIO VOCES. **Desafios para uma izquierda en crisis**. Año VII. n.300. p. 13. Montevideo, Uruguay, 16 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.voces.com.uy/articulos-1/desafiosparaunaizquierdaencrisisfuerzasproductivasmedioambienteyluchadeclassesporvictorlbacchett>> Acesso em: 19 jul. 2011.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente**. Perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003. 240p.

SILVA, Juremir Machado da. Em busca da complexidade esquecida. In: **Ensaio de Complexidade**. Coordenação de Gustavo de Castro. Porto alegre: Sulina, 2002. 3ª edição. p. 93-102.

SILVA, Luis Martins da. Imprensa, discurso, interatividade. In: MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell (org). **O jornal da forma ao sentido**. Tradução Sergio Grossi Porto. Brasília: Paralelo, 1997. p. 253-271.

SOS MATA ATLÂNTICA. Bioma Mata Atlântica. Disponível em: <<http://www.sosmatatlantica.org.br/index.php?section=info&action=mata>> Acesso em: 21 nov. 2010.

SOUZA FILHO, Edson Alves. Análise de Representações Sociais. In: SPINK, Mary Jane (org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.109-145.

TASQUETTO, Lucas. **O Uruguai sob o impacto das papeleras**: entre dois caminhos opostos de inserção no cenário internacional. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbXxvYnNlcnZhdG9yaW9jZGVicmFzaWx8Z3g6Mjc1MDEwMzFIZGVmODdiMw>> Acesso em: dez. 2011.

TEIXEIRA FILHO, Althen (Org.) **Eucaliptais** – Qual Rio Grande do Sul desejamos? Pelotas, RS: 2008. Disponível em < <http://www.natbrasil.org.br/Docs/monoculturas/eucaliptais.pdf>> Acesso em 06 set. 2010.

TEIXEIRA FILHO, Althen (Org). **Lavouras de Destruição: a (im)posição do consenso**. Pelotas, RS: 2009. Disponível em: <<http://www.semapi.com.br/semapi2005/site/livro/cd%20rom/sumario.htm>> Acesso em: 30 jul. 2010.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Vol.II. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis; Insular, 2ª. ed., 2008. 216p.

_____. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa, Veja, 1993. p.167-176.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS. "Porque respeitar o Zoneamento". Parecer técnico dos professores da UFRGS sobre a primeira versão do Zoneamento Ambiental da Atividade da Silvicultura no Rio Grande do Sul. 2007. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/00007359042aed06fde72>> Acesso em: out. 2010.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. **Pensamento sistêmico**: o novo paradigma da ciência. Campinas, SP: Papirus, 2002. 8ª edição. 2009. 272p.

VAZ, Lúcio. Mais de 4 milhões de hectares estão sob comando de estrangeiros. **Correio Braziliense**. Brasília, DF: 09 jun. 2010. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2010/06/09/interna_brasil,196796/index.shtml> Acesso em: 30 jun. 2011.

VIZEO PEREIRA JUNIOR, Alfredo Eurico. Jornalismo e representações sociais: algumas considerações. **Revista Famecos**. Vol. 1, No. 30. 2006. Disponível em: <<http://200.144.189.42/ojs/index.php/famecos/article/viewArticle/488>> Acesso em: 20 jan. 2011.

WAGNER, Wolfgang. Descrição, explicação e método na pesquisa das Representações Sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs). **Textos em Representações Sociais**. 3ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p.149-186.

WAHREN, Juan. **Movimientos sociales y disputas por el territorio y los recursos naturales**: La Unión de Trabajadores Desocupados de Gral. Mosconi en Argentina y la Asamblea del Pueblo

Guaraní de Tarija en Bolivia (1995-2010). 370f. Tesis para optar por el título de Doctor en Ciencias Sociales. Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2011.

WACHELKE, João Fernando Rech. **O vácuo no contexto das representações sociais: uma hipótese explicativa para a representação social da loucura.** *Estud. psicol. (Natal)* [online]. 2005, vol.10, n.2, pp. 313-320. ISSN 1413-294X. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v10n2/a19v10n2.pdf>> Acesso em: dez. 2011.

WRM. Desmascarando alguns engodos sobre os monocultivos de árvores. Caderno 28 da WRM, jul. 2009. Disponível em: <http://www.wrm.org.uy/publicaciones/Desmascarando_engodos.pdf> Acesso em: 15 ago. 2010.

ZAMBERLAN, Liége. **Comunicação e Meio Ambiente na Mídia Impressa: Poder, Cultura e Ideosfera: Um Diálogo Complexo.** 209 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

ZAMIN, Ângela. Meios-fonte nas páginas de internacional de *O Estado de S. Paulo*. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 22, p. 250-261, dez. 2011. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/download/7049/6071>> Acesso em: dez. 2011.

ZARTH, Paulo Afonso; GERHADT, Marcos. Uma história ambiental do Pampa do Rio Grande do Sul. In: TEIXEIRA FILHO, Althen (org.). **Lavouras de Destruição: a (im)posição do consenso.** Pelotas, RS: 2009. p.249-295.

ZH. Aracruz ameaça desistir de nova fábrica no RS. **Zero Hora**, Porto Alegre, 26 abr. 2007. p.22.

ZH. Menos um empecilho para as florestadoras. **Zero Hora**. Porto Alegre, 26 abr. 2008. p. 30.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Notícias publicadas no Correio do Povo

	Notícia (aquelas sublinhadas e com a numeração da primeira coluna em negrito o BP circulou)	Categoria Análise de Conteúdo	Sistema de Comunicação (Moscovici, 1978)
1	Programa florestal capacita produtores – 01/04/2007 – p.12 – Editoria Rural	Ecotecnocrática	Propagação
2	Sergs debate risco ambiental – 02/04/2007 – p.12-13 – Editoria Economia	Ecotecnocrática	Propagação
3	MPE pode prorrogar zoneamento - 03/04/2007 – p.14 – Editoria Rural	Ecotecnocrática	Propagação
4	Erechim disponibiliza mudas - 09/04/2007 – p.12 – Editoria Rural	Ecotecnocrática	Propagação
5	Lucro da Aracruz Celulose baixa para R\$ 278 milhões - 10/04/2007 – p.10 – Editoria Economia	Ecotecnocrática	Propagação
6	Investimentos ameaçados no RS - 12/04/2007 – p.15 – Editoria Rural	Ecotecnocrática	Propagação
7	Fepam licencia áreas de silvicultura - 13/04/2007 – p.22 – Editoria Rural	Ecotecnocrática	Propagação
8	Pobreza mata até 30 mil a cada dia - 18/04/2007 – p.3 – Editoria Geral	Ecotecnocrática	Propagação
9	AL quer agilizar licenças da Fepam - 20/04/2007 – p.19 – Editoria Rural	Ecotecnocrática	Propagação
10	Fepam deverá conceder 30 licenças até o fim do mês – 21/04/2007 – p.12 – Editoria Rural	Ecotecnocrática	Difusão
11	Aracruz revisa investimentos - 26/04/2007 – Editoria Economia	Ecotecnocrática	Propagação
12	Deputados contra zoneamento - 01/05/2007 – p.3 – Editoria Rural	Ecotecnocrática	Propagação
13	Servidor defende Fepam - 01/05/2007 – p.3 – Editoria Rural	Ecossocial	Difusão
14	Yeda aponta morosidade - 01/05/2007 – p.3 – Editoria Rural	Ecotecnocrática	Propagação
15	Vera decide ficar no Meio Ambiente - 04/05/2007 – p.2 – Editoria Política	Ecotecnocrática	Propagação
16	Yeda: confio no trabalho dela - 04/05/2007 – p.2 – Editoria Política	Ecotecnocrática	Propagação
17	Schneider decide deixar Fepam - 04/05/2007 – p.6 – Editoria Geral	Ecotecnocrática	Difusão
18	Técnicos justificam zoneamento - 04/05/2007 – p.6 – Editoria Geral	Ecossocial	Propagação
19	Ageflor propõe análise conjunta - 04/05/2007 – p.6 – Editoria Geral	Ecotecnocrática	Propagação
20	V era Callegaro sai do Meio Ambiente - 05/05/2007 – Capa -	Ecotecnocrática	Difusão
21	Deputados avaliam pedido de demissão de Vera - 05/05/2007 – p.2 – Editoria Política	Ecotecnocrática	Propagação
22	ONGs questionam Grupo de Trabalho - 06/05/2007 – p.8 – Editoria Geral –	Ecossocial	Difusão
23	Yeda negocia indicações para Obras e Ambiente - 07/05/2007 – p.2 – Editoria Política	Ecotecnocrática	Difusão
24	Fetag dá início ao Grito da Terra - 08/05/2007 – p.22 – Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Difusão
25	MST destrói mudas plantadas com VCP - 10/05/2007 – p.28 – Editoria Geral -	Ecotecnocrática	Propagação
26	Fepam inicia emissão de licenças para a silvicultura - 11/05/2007 – p.22 – Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Difusão
27	Fepam concede licenças com TAC - 12/05/2007 – p.20 – Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Propagação
28	Stora Enso pode adquirir nova área de plantio - 14/05/2007 – p.15 - Editoria Economia	Ecotecnocrática	Propagação
29	Fepam entrega relatório à AL - 15/05/2007 – p.15 – Editoria Rural	Ecotecnocrática	Propagação

30	Stora Enso solicita licenças para plantio - 17/05/2007 – p.22 – Editoria Rural	Ecotecnocrática	Propagação
31	Dia de protestos em Porto Alegre - 18/05/2007 – Capa	Ecotecnocrática	Propagação
32	Protesto pede zoneamento - 18/05/2007 – p.14 – Editoria Rural	Ecotecnocrática	Propagação
33	Assumem os dois novos secretários - 19/05/2007 – p.3 – Editoria Geral	Ecotecnocrática	Propagação
34	Pellini entra na Fepam e promete agilidade - 19/05/2007 – p.3 – Editoria Geral	Ecotecnocrática	Propagação
35	Comissão da Assembleia ouve MPE e Brigada Militar - 21/05/2007 – p.14 – Editoria Rural	Ecotecnocrática	Difusão
36	Lutzenberger em documentário - 20 mai. 2007 – CP - p.16 – Editoria Variedades -	Ecotecnocrática	Difusão
37	<u>Sensibilização para biodiversidade - 23/05/2007 – p.9 – Editoria Geral</u>	Ecossocial	Propagação
38	Liberação de licenças pode se tornar mais ágil - 28/05/2007 – p.14 – Editoria Rural	Ecotecnocrática	Propagação
39	Fepam disciplina licenciamentos - 29/05/2007 – p.14 – Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Propagação
40	Fepam autoriza mais seis áreas para a silvicultura - 30/05/2007 – p.14 – Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Propagação
41	Aracruz festeja em Nova Iorque - 31/05/2007 – p.13 – Editoria Economia –	Ecotecnocrática	Propagação
42	Fepam adia meta para licenças – 02/06/2007 – p.14 – Editoria Rural –	Ecotecnocrática	Propagação
43	Empresas protegem o ambiente – 05/06/2007 – p.7 – Editoria Geral -	Ecotecnocrática	Propagação
44	Pedida aplicação de critérios da Fepam - 06/06/2007 – p.16 – Editoria Geral -	Ecossocial	Propagação
45	Grupo apresenta relatório sobre a silvicultura - 09/06/2007 – p.16 – Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Difusão
46	Fepam dá início às audiências públicas - 11/06/2007 – p.14 – Editoria Rural -	Ecossocial	Difusão
47	Protesto em audiência pública - 12/06/2007 – p.14 – Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Difusão
48	Zoneamento deve sair ainda em 2007 - 13/06/2007 – p.15 – Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Propagação
49	Zoneamento provoca polêmica - 14/06/2007 – p.16 – Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Propagação
50	Santa Maria avalia silvicultura - 15/06/2007 – p.14 – Editoria Rural	Ecotecnocrática	Difusão
51	Caxias do Sul avalia hoje zoneamento da silvicultura - 19/06/2007 – p.12 – Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Difusão
52	Sema terá força-tarefa para agilizar licenças da Fepam – 20/06/2007 – p.14 – Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Difusão
53	Silvicultura provoca debate em Caxias - 20/06/2007 – p.14 – Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Difusão
54	CTNBio libera estudo com eucalipto - 22/06/2007 – p.18 – Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Propagação
55	Produtor pede ajuste no zoneamento - 24/06/2007 – p.14 – Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Propagação
56	Plantio de eucalipto deve começar em agosto - 24/06/2007 - p.14 – Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Propagação
57	<u>Estudo defende o zoneamento - 26/06/2007 – p.14 – Editoria Rural -</u>	Ecossocial	Propagação
58	Pronaf ganha novos limites em 2007 - 28/06/2007 – p.21 – Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Difusão
59	Fepam libera as primeiras LOs – 01/07/2007 – p.14 - Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Propagação
60	Fepam admite retirar restrições exageradas – 04/07/2007- p.18 –	Ecotecnocrática	Propagação

	Editoria Rural -		
61	Aracruz inicia obras do terminal em janeiro – 04/07/2007 – p. 19 - Editoria Cidades -	Ecotecnocrática	Propagação
62	Aracruz obtém lucro de R\$ 318,5 milhões – 08/07/2007- p.09 – Editoria Economia –	Ecotecnocrática	Propagação
63	Aracruz investirá US\$ 2 bilhões – 11/07/2007 – p. 14– Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Propagação
64	Aracruz investe para produzir 1,8 milhão de t - 12/07/2007 - p. 18 – Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Propagação
65	Eia-Rima para a silvicultura - 12/07/2007 - p. 18 – Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Difusão
66	Índios ocupam áreas de empresa no ES – 25/07/2007 – p.10 - Editoria Nacional/Internacional	Ecotecnocrática	Difusão
67	Novo zoneamento aguarda por laudo da FEE – 01/08/2007 – p. 14 - Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Propagação
68	Biomassa se espalha pelo Estado - 02/08/2007 – p. 11 – Editoria Economia -	Ecotecnocrática	Propagação
69	Setor de celulose deve faturar R\$ 8 bi anuais – 08/08/2007 – p.12 – Editoria Economia –	Ecotecnocrática	Propagação
70	Fumicultores testam plantio de eucalipto – 13/08/2007 – p. 14 - Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Propagação
71	<u>Seminário debate turismo do pampa e das Missões – 17/08/2007 – p.21 – Editoria Cidades -</u>	Ecossocial	Difusão
72	<u>Um marco à cultura no Pampa – 26/08/2007 – p.17 – Editoria Cidades –</u>	Ecossocial	Difusão
73	Botnia inaugura amanhã terminal para exportação – 28/08/2007 – p. 10 - Editoria Economia -	Ecotecnocrática	Difusão
74	Votorantim vistoria restauro de prédio – 02/09/2007 –p.18 - Editoria Cidades –	Ecotecnocrática	Propagação
75	ONG's levam licenciamento à Justiça – 06/09/2007 – p. 16 - Editoria Rural -	Ecossocial	Difusão
76	Sem-terra marcha contra latifúndio - 13/09/2007 – p. 21 - Editoria Geral –	Ecossocial	Difusão
77	<u>Bioma Pampa será tema de simpósio – 16/09/2007 – p.16 – Editoria Rural -</u>	Ecossocial	Difusão
78	<u>Pampa muda suas características originais – 23/09/2007 – p.16 - Editoria Geral</u>	Ecossocial	Propagação
79	Aracruz acelera projeto de Guaíba – 27/09/2007 – p.14- Editoria Economia –	Ecotecnocrática	Propagação
80	Votorantim não enfrenta entrave ambiental – 28/09/2007 – não tem número de página porque são as centrais da edição – Editoria Economia -	Ecotecnocrática	Propagação
81	Decreto institui Balcão Ambiental – 29/09/2007 – p.15 – Editoria Cidades -	Ecotecnocrática	Propagação
82	Produtores ocupam área da Aracruz – 02/10/2007 – p.12 - Editoria Rural -	Ecossocial	Propagação
83	Audiências públicas irão debater o florestamento – 04/10/2007 – p.16– Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Difusão
84	Comissão de Agricultura avalia legislação ambiental – 09/10/2007 – CP – p.12- Editoria Rural –	Ecotecnocrática	Difusão
85	Votorantim investe R\$ 25,7 bilhões até 2012 – 11/10/2007 – não tem número de página porque são as centrais da edição - Editoria Economia -	Ecotecnocrática	Propagação
86	RS tem R\$ 4,4 bi da Votorantim - 12/10/2007 – não tem número de página porque são as centrais da edição – Editoria Economia	Ecotecnocrática	Propagação
87	Mudas da Stora Enso também são devastadas – 17/10/2007 – p.20 - Editoria Geral -	Ecotecnocrática	Propagação
88	Justiça proíbe concessão de licenças - 18/10/2007 – p.20 - Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Difusão

89	Aracruz debate projeto de expansão com o público – 18/10/2007 – p.21 – Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Propagação
90	Empresas estão em dia com EIA-Rima – 20/10/2007 – p.14 - Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Propagação
91	Aracruz utiliza novo filtro em Guaíba – 23/10/2007 – p.12 – Editoria Geral	Ecotecnocrática	Propagação
92	Audiência discute a demora de licenças – 23/10/2007 – p.14 - Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Propagação
93	Vinicultura cria raiz na Metade Sul – 28/10/2007 – p.12 – Editorial Rural -	Ecotecnocrática	Difusão
94	Aracruz mostra plano de expansão – 06/11/2007 – não tem número de página porque são as centrais da edição - Editoria Economia –	Ecotecnocrática	Propagação
95	<u>Criadores de gado avaliam biodiversidade do Pampa – 08/11/2007 – p.20 – Editoria Rural</u>	Ecossocial	Difusão
96	<u>Reserva legal pode virar crédito – 11/11/2007 – p. 16 - Editoria Rural -</u>	Ecotecnocrática	Propagação
97	Fábrica de celulose é motivo de protesto - 12/11/2007 – p. 07 - Editoria Nacional/Internacional	Ecotecnocrática	Propagação
98	Ibama deve assumir licenciamento - 13/11/2007 – p.16 - Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Propagação
99	Processos podem voltar à estaca zero – 14/11/2007 – p.16 - Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Propagação
100	Ingá exige aplicação do zoneamento no RS - 14/11/2007 – p.16 - Editoria Rural -	Ecossocial	Propagação
101	Empresas começam a ser notificadas de liminar - 15/11/2007 – p.12 - Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Difusão
102	Licenciamento ambiental será debatido na capital – 20/11/2007 – p.18- Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Difusão
103	Ibama recorrerá de decisão da Justiça – 23/11/2007 – p.19 - Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Difusão
104	Stora Enso realiza fórum para apresentar EIA-Rima – 23/11/2007 – p.19 - Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Propagação
105	Palestra debate cultivo de floresta e manejo em Bagé – 25/11/2007 – p.12 - Editoria Rural	Ecotecnocrática	Propagação
106	Uruguai fecha passagens de divisa com Argentina – 26/11/2007 – p.10 – Editoria Internacional	Ecotecnocrática	Difusão
107	<u>Projeto de Natal do Pampa mobiliza Alegrete - 26 nov. 2007 – CP - p.21 - Editoria Cidades –</u>	Ecossocial	Propagação
108	Liberados dois acessos entre Uruguai e Argentina – 27/11/2007 – p.09 - Editoria Nacional/Internacional	Ecotecnocrática	Propagação
109	Fepam volta a fazer licenciamento – 29/11/2007 – p.19 - Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Propagação
110	ONG's e MPF preparam recurso de ação – 30/11/2007 – p.19 – Editoria Rural	Ecossocial	Difusão
111	Stora Enso anuncia atraso em projeto – 30/11/2007 – p. 19 - Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Propagação
112	ONG quer esclarecer decisão da Justiça – 05/12/2007 – p.16 - Editoria Rural –	Ecossocial	Difusão
113	Prêmio destaca ambiente – 09/12/2007 – p. 14 – Editoria Geral	Ecotecnocrática	Propagação
114	Bracelpa defende propriedade – 12/12/2007 – p.18 - Editoria Rural	Ecotecnocrática	Propagação
115	Audiência discute impacto da silvicultura em Alegrete – 14/12/2007 – p.18 - Editoria Rural	Ecotecnocrática	Propagação
116	Audiência pública reúne produtores em São Gabriel - 15/12/2007 – p.20 - Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Difusão
117	<u>Bioma Pampa ganha homenagem – 16/12/2007 – Capa –</u>	Ecossocial	Difusão
118	<u>Ambientalista faria 81°. Aniversário hoje – 17/12/2007 – p.06 – Editoria Geral –</u>	Ecossocial	Difusão

119	Uruguai lamenta prejuízos de US\$ 700 milhões - 17/12/2007 – não tem número de página porque são as centrais da edição - Editoria Economia -	Ecotecnocrática	Propagação
120	<u>Data oficial vai marcar e lembrar o Bioma Pampa – 18/12/2007 – p. 16 – Editoria Geral –</u>	Ecossocial	Propagação
121	Camaquã discute plantio de florestas pela Aracruz – 20/12/2007 – p.31- Editoria Rural	Ecotecnocrática	Propagação
122	ONGs esperam posição da Justiça após o recesso – 30/12/2007 – p.10 - Editoria Rural	Ecossocial	Difusão
123	País lidera em celulose de eucalipto – 31/12/2007 e 01/01/2008 – p.10 - Editoria Rural –	Ecotecnocrática	Propagação
124	Planta da VCP opera em 2011 - 31/12/2007 e 01/01/2008 – p.10 - Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Propagação
125	Fepam elabora conclusão sobre audiências públicas – 06/01/2008 – p. 10 - Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Difusão
126	Grupo Votorantim adquire empresa belga Westerlund – 17/01/2008 – p.09 - Editoria Economia -	Ecotecnocrática	Propagação
127	Votorantim Celulose lucra R\$ 838 milhões em 2007 – 18/01/2008 – p.11 - Editoria Economia -	Ecotecnocrática	Propagação
128	Votorantim prevê alta na venda de celulose em 2008 - 21/01/2008 – p.12 - Editoria Rural	Ecotecnocrática	Propagação
129	Insegurança reduz população da área rural – 27/01/2008 – p.14 – Editoria Cidades -	Ecotecnocrática	Difusão
130	Zoneamento deve sair até março – 17/02/2008 – Editoria Rural – p.12-	Ecotecnocrática	Propagação
131	Empresas projetam expansão - 17/02/2008 – Editoria Rural – p.12 -	Ecotecnocrática	Propagação
132	“Correio Rural” debate a expansão da silvicultura – 22/02/2008 – p.27 - Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Difusão
133	“Correio Rural” debate reflexos da silvicultura – 24/02/2008 – p.12 - Editoria Rural -	Ecossocial	Propagação
134	Votorantim ratifica interesse no Estado - 01/03/2008 – p. 10 - Editoria Economia	Ecotecnocrática	Propagação
135	<u>Brigada investe contra as invasoras - 05/03/2008 – p.20 - Editoria Geral –</u>	Ecotecnocrática	Propagação
136	Troféu Ana Terra é concedido a 25 mulheres - 06/03/2008 – p. 06 – Editoria Geral	Ecotecnocrática	Propagação
137	MST bloqueia 8 trechos de rodovias – 06/03/2008 – p. 10 - Editoria Geral -	Ecotecnocrática	Propagação
138	Stora Enso calcula perda de R\$ 30 mil – 06/03/2008 – p.10 - Editoria Geral –	Ecotecnocrática	Propagação
139	Militante presa tem o alvará de soltura - 06/03/2008 – p.10 - Editoria Geral –	Ecotecnocrática	Difusão
140	Aracruz e CaixaRS firmam parceria para ofertar verba – 08/03/2008 - p.10 - Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Propagação
141	Desertificação preocupa, diz dirigente do MMA – 10/03/2007 – p.07 - Editoria Geral -	Ecossocial	Difusão
142	<u>Fepam concede LP à Aracruz – 13/03/2008 – p.18 - Editoria Rural</u>	Ecotecnocrática	Propagação
143	Ruralistas planejam contratação de milícia – 23/03/2007 – p.15 – Editoria Cidades -	Ecotecnocrática	Difusão
144	Tarde de Campo avalia o florestamento no Estado – 26/03/2008 - CP - p.18 - Editoria Rural	Ecotecnocrática	Propagação
145	Votação de Zoneamento da silvicultura será em abril – 30/03/2008 – p.12 - Editoria Rural	Ecotecnocrática	Propagação
146	Licenciamento Ambiental é mais ágil - 30/03/08 – CP - p.13 - Editoria Geral	Ecossocial	Propagação
147	Votação do zoneamento é adiada para quarta-feira – 05/04/2008 – p.12 - Editoria Rural	Ecotecnocrática	Difusão

148	Aracruz lucra R\$ 168 milhões – 08/04/2008 – não tem número de página porque são as centrais da edição - Editoria Economia	Ecotecnocrática	Propagação
149	Zoneamento da silvicultura aprovado – 10/04/2008 – p. 18 - Editoria Rural	Ecotecnocrática	Propagação
150	Zoneamento apressa plantio de florestas – 11/04/2008 – p.18 - Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Propagação
151	Zoneamento poderá receber índices – 13/04/2008 – p.10 - Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Propagação
152	Zona Sul critica a exclusão de áreas - 13/04/2008 – p.10 - Editoria Rural	Ecotecnocrática	Propagação
153	Silvicultura vai gerar renda - 13/04/2008 – p. 10 - Editoria Rural	Ecotecnocrática	Propagação
154	Aracruz deve investir US\$ 3 bi no RS - 15/04/2008 – p.16 - Editoria Rural	Ecotecnocrática	Propagação
155	Celulose pode alavancar exportação - 15/04/2008 – p. 12 - Editoria Economia	Ecotecnocrática	Propagação
156	Aracruz abre 7 mil vagas em Guaíba - 16/04/2008 – p.16 - Editoria Rural	Ecotecnocrática	Propagação
157	Fepam concede LP a 100 mil ha - 16/04/2008 – p.16 - Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Difusão
158	Show comemora investimento - 16/04/2008 – p.16 - Editoria Rural -	Ecotecnocrática	Propagação
159	RS disputa indústria de papel - 17/04/2008 – p.19 - Editoria Rural	Ecotecnocrática	Propagação
160	<u>Carne do Pampa conquista mercado – 21/04/2008 – p. 10 - Editoria Rural</u>	Ecossocial	Difusão
161	Fepam emite cinco licenças a florestas – 26/04/2008 – p.14 – Editoria Rural	Ecotecnocrática	Difusão

APÊNDICE B - Notícias publicadas em Zero Hora

	Notícia (aquelas sublinhadas e com a numeração da primeira coluna em negrito o BP circulou)	Categoria Análise de Conteúdo	Sistema de Comunicação (Moscovici, 1978)
1	Corrida contra o tempo - 14/04/2007 – pág. 24 – Editoria Economia – Cartola Florestamento	Ecotecnocrática	Propagação
2	Um órgão emperrado - 16/04/2007 - p. 24 – Editoria Geral – Cartola Fepam	Ecotecnocrática	Propagação
3	Na fila há quatro meses - 16/04/2007 - p. 25 – Editoria Geral	Ecotecnocrática	Propagação
4	Aracruz ameaça desistir de nova fábrica no RS - 26/04/2007 – p. 22 – Editoria Economia – Cartola Indústria	Ecotecnocrática	Propagação
5	Licenciamento vira centro de polêmica ambiental - 27/04/2007 – p. 40 – Editoria Geral – Cartola Desenvolvimento	Ecotecnocrática	Propagação
6	Yeda pode trocar cúpula ambiental do governo - 30/04/2007 – p. 30 – Editoria Geral – Cartola Serviço Público	Ecotecnocrática	Propagação
7	Ambiente terá 6º. titular desde 2003 - 01/05/2007 – p. 06 – Editoria Política – Cartola Governo do Estado	Ecotecnocrática	Propagação
8	Brenner assumirá Ambiente – 02/05/2007 – p. 14 – Editoria Política – Cartola Governo do Estado	Ecotecnocrática	Propagação
9	Indefinição na pasta do Meio Ambiente – 03/05/2007 – p. 42 – Editoria Geral – Cartola Governo do Estado	Ecotecnocrática	Difusão
10	Técnicos da Fepam admitem negociar o zoneamento – 03/05/2007- p.43 - Editoria Geral – Cartola não apresenta	Ecotecnocrática	Propagação
11	Acordo abre caminho para liberar plantio – 04/05/2007 – p.04 e 05 – Editoria Reportagem Especial – Cartola Impasse Florestal	Ecotecnocrática	Propagação
12	Vera deixa pasta do Meio Ambiente – 05/05/2007 – p. 06-08 – Editoria Política – Cartola Governo do Estado	Ecotecnocrática	Propagação
13	Uma demissão de efeito retardado – 06/05/2007 – p. 13 – Editoria Política – Cartola Governo do Estado	Ecotecnocrática	Difusão
14	Indefinição no Meio Ambiente – 07/05/2007 – p. 06 – Editoria Política – Cartola Governo do Estado	Ecotecnocrática	Difusão
15	Fepam retoma licenciamentos – 11/05/2007 – p. 41 – Editoria Economia – Cartola Impasse florestal	Ecotecnocrática	Difusão
16	<u>Stora Enso suspende a compra de terras – 14/05/2007 – p. 16 – Editoria Economia – Cartola Impasse florestal</u>	Ecotecnocrática	Propagação
17	Parceiros contra a morosidade - 19/05/2007 – p. 28 – Editoria Geral – Cartola Ambiente -	Ecotecnocrática	Propagação
18	Por um lugar ao sol - 27/05/2007 – p. 20 – Editoria Economia	Ecotecnocrática	Propagação
19	O oásis Zonamerica - 28/05/2007 – p. 14 – Editoria Economia	Ecotecnocrática	Propagação
20	Esforço para destravar licenciamentos - 29/05/2007 – p.18 – Editoria Economia – Cartola Impasse florestal	Ecotecnocrática	Propagação
21	Fepam libera novas áreas para plantio - 01/06/2007 – p. 28 – Editoria Economia – Cartola Impasse florestal	Ecotecnocrática	Propagação
22	Audiência pública discute zoneamento – 09/06/2007 – p. 27 – Editoria Economia – Cartola Florestamento	Ecotecnocrática	Propagação
23	Vaivém no preço da terra na Metade Sul – 11/06/2007 – p. 24 – Editoria Economia – Cartola Imóveis Rurais	Ecotecnocrática	Propagação
24	Pressão por menos rigidez da Fepam - 12/06/2007 – p. 22 – Editoria Economia – Cartola Florestamento	Ecotecnocrática	Propagação
25	Depois da crise, Aracruz renova compromisso - 12/07/2007 – p. 26 - Editoria Economia – Cartola Florestamento	Ecotecnocrática	Propagação
26	Construção do terminal mexe com São José do Norte - 12/07/2007 – p. 26 - Editoria Economia – Cartola Florestamento	Ecotecnocrática	Propagação
27	Situação econômica determinará plantio - 16/07/2007 – p.15 – Editoria Economia – Cartola Florestamento	Ecotecnocrática	Propagação
28	Hidrovias transportam madeira e celulose – 16/07/2007 – p.15 - Editoria Economia – Cartola não apresenta	Ecotecnocrática	Propagação

29	Fepam vai liberar 15 mil hectares - 28/07/2007 – p. 29 – Editoria Economia – Cartola Florestamento	Ecotecnocrática	Propagação
30	<u>Pampa do Silício – 05/08/2007 – p.27 - Editoria Economia – Cartola não apresenta</u>	Ecotecnocrática	Difusão
31	<u>Hora de poda na Metade Sul – 10/08/2007 - p. 36 Editoria Campo e Lavoura – Cartola Vitivinicultura</u>	Ecotecnocrática	Difusão
32	Tensão às margens do Uruguai - 30/08/2007 – p. 34 – Editoria Mundo – Cartola América Latina	Ecotecnocrática	Propagação
33	<u>O trenó dos Pampas - 18/09/2007 – p.36 – Editoria Geral – Cartola A atração</u>	Ecossocial	Difusão
34	Fepam autoriza 40 mil hectares para florestamento - 24/09/2007 – p. 36 – Editoria Geral – Cartola Ambiente	Ecotecnocrática	Propagação
35	Economia aquecida desafia a Aracruz – 27/09/2007 – p. 22 – Editoria Economia – Cartola Florestamento	Ecotecnocrática	Propagação
36	VCP aumenta produção prevista para o Estado – 28/09/2007 – p. 39 – Editoria Economia – Cartola Celulose	Ecotecnocrática	Propagação
37	<u>Pampa de areia - 30/09/2007 – p. 40 – Editoria Geral – Cartola Fronteira</u>	Ecotecnocrática	Propagação
38	Lucro da Aracruz cai 5,8% no trimestre - 10/10/2007 – Editoria Economia	Ecotecnocrática	Propagação
39	Fepam recorrerá contra vetos - 18/10/2007 – p. 28 – Editoria Economia – Cartola Florestamento	Ecotecnocrática	Difusão
40	Uruguai adia abertura de indústria polêmica - 02/11/2007 – p.29 – Editoria Mundo	Ecotecnocrática	Difusão
41	Virada uruguaia ganha impulso - 05/11/2007 – p.16 – Editoria Economia – Cartola Mercosul	Ecotecnocrática	Propagação
42	Fábrica reacende crise e ofusca cúpula no Chile – 10/11/2007 – p.32 - Editoria Mundo – Cartola Cone Sul	Ecotecnocrática	Difusão
43	<u>Fepam impedida de dar licenças para silvicultura - 13/11/2007 – p.20 – Editoria Economia – Cartola Indústria</u>	Ecotecnocrática	Propagação
44	Liminar reaviva polêmica - 14/11/2007 – p. 22 – Editoria Economia – Cartola Florestamento em xequê	Ecotecnocrática	Propagação
45	Yeda diz que medida é absurda e critica “intervenção” federal 14/11/2007 - p. 22 – Editoria Economia	Ecotecnocrática	Propagação
46	Encalhe complica crise Argentina-Uruguai – 22/11/2007 – p. 48 – Editoria Mundo	Ecotecnocrática	Difusão
47	Stora Enso apresenta projeto na fronteira – 26/11/2007 – p. 25 – Editoria Economia – Cartola Notas	Ecotecnocrática	Propagação
48	Liminar pode atrasar projeto - 27/11/2007 – p. 32 – Editoria Economia – Cartola Florestamento	Ecotecnocrática	Propagação
49	Estado analisa concessão de Estaleiro - 27/11/2007 – p. 32 – Editoria Economia – Cartola não apresenta	Ecotecnocrática	Propagação
50	Uruguai reabre duas pontes na fronteira – 27/11/2007 – p.36 – Editoria Mundo – Cartola Pelo Mundo	Ecotecnocrática	Difusão
51	Justiça devolve licenciamento para Fepam - 29/11/2007 – p.26 – Editoria Economia – Cartola Florestamento	Ecotecnocrática	Propagação
52	<u>R\$ 12 bi em investimentos - 02/12/2007 – p. 10 – Editoria Reportagem Especial – Cartola O Rio Grande acima da crise – Nota/Curta: Celulose – O novo pampa</u>	Ecotecnocrática	Propagação
53	Quase 8 mil hectares de eucalipto plantados - 03/12/2007 – p. 27 – Editoria Economia – Cartola Florestamento	Ecotecnocrática	Propagação
54	Florestadoras pedem limites na interferência - 12/12/2007 – p. 28 – Editoria Economia – Cartola Investimentos	Ecotecnocrática	Propagação
55	Votorantim define fábrica até junho - 12/12/2007 – p. 28 – Editoria Economia – Cartola não apresenta	Ecotecnocrática	Propagação
56	<u>Decreto de Lula cria o Dia do Bioma Pampa - 15/12/2007 p.48 – Editoria Geral – Cartola Ambiente</u>	Ecotecnocrática	Difusão
57	Estudo diz que fábrica polêmica não é poluente – 04/01/2008 – p.38 – Editoria Mundo – Cartola Cone Sul	Ecotecnocrática	Propagação

58	Aracruz vai investir US\$ 3,5 bilhões em projetos de expansão - 12/01/2008 – p.15 – Editoria Economia – Cartola Empresas	Ecotecnocrática	Propagação
59	Lucro da VCP é de R\$ 838 milhões - 18/01/2008 – p.26 – Editoria Economia – Cartola Empresas	Ecotecnocrática	Propagação
60	Repasse de verbas a manifestantes revolta ruralistas - p. 33 - 23/01/2008 – Editoria Geral – Cartola Questão Agrária	Ecotecnocrática	Propagação
61	Novo ânimo para reduzir a faixa de fronteira - 30/01/2008 – p.18 – Editoria Economia – Cartola Desenvolvimento	Ecotecnocrática	Propagação
62	Onde o RS pode apostar suas fichas - 10/02/2008 – p.6-7 – Editoria Política – Cartola O futuro do Estado	Ecotecnocrática	Propagação
63	Redução da fronteira é aprovada - 22/02/2008 – p.41 – Editoria Geral – Cartola Senado	Ecotecnocrática	Propagação
64	Tumulto marca invasão de área de eucaliptos - 05/03/2008 – p.27 – Editoria Geral - Cartola Questão Agrária	Ecotecnocrática	Propagação
65	MST bloqueia oito rodovias gaúchas - 06/03/2008 – p.36 – Editoria Geral – Cartola Questão Agrária	Ecotecnocrática	Propagação
66	Mulheres comandam protestos - 07/03/2008 – p.44 – Editoria Geral – Cartola Questão Agrária	Ecotecnocrática	Propagação
67	Policiais depõem em inquérito após invasão - 08/03/2008 – p.37 – Editoria Geral – Cartola Questão Agrária	Ecotecnocrática	Propagação
68	Abraço de paz a fazenda invadida – 10/03/2008 - p.29 - Editoria Geral - Cartola Rosário do Sul	Ecotecnocrática	Propagação
69	Fepam libera nova fábrica da Aracruz em Guaíba – 13/03/2008 – p.24 – Editoria Economia – Cartola Celulose	Ecotecnocrática	Propagação
70	Preço da terra em alta – 18/03/2008 - p.22 - Editoria Campo e Lavoura – Cartola Agronegócio	Ecotecnocrática	Difusão
71	<u>A Metade Sul depois da floresta – 30/03/2008 – p.26-28 – Editoria Especial</u>	Ecotecnocrática	Propagação
72	<u>Zoneamento menos restritivo - 09/04/2008 – p.25 – Editoria Economia – Cartola Florestamento</u>	Ecotecnocrática	Propagação
73	Ambientalistas prometem agir contra zoneamento - 11/04/2008 – p.42 – Editoria Geral – Cartola Ambiente	Ecotecnocrática	Propagação
74	VCP acelera implantação de fábrica na Zona Sul – 11/04/2008 - p.43 - Editoria Geral	Ecotecnocrática	Propagação
75	A nova cara do ambientalismo - 12/04/2008 – p.4-5 – Editoria Reportagem Especial – Cartola Ecologia	Ecotecnocrática	Propagação
76	Aracruz confirma nova fábrica - 15/04/2008 – p.18 – Editoria Economia – Cartola Projeto sai do papel	Ecotecnocrática	Propagação
77	Guaíba comemora aumento de receita – 15/04/2008 - p.18 - Editoria Economia – Cartola não apresenta	Ecotecnocrática	Propagação
78	Aracruz treinará 10 mil pessoas - 16/04/2008 – p.22 – Editoria Economia – Cartola Novo ciclo de desenvolvimento	Ecotecnocrática	Propagação
79	Grupo tem crescimento de 12% ao ano - 16/04/2008 – p.22 – Editoria Economia – Cartola Novo ciclo de desenvolvimento	Ecotecnocrática	Propagação
80	Fornecedores locais terão preferência - 16/04/2008 – p.22 – Editoria Economia – Cartola Novo ciclo de desenvolvimento	Ecotecnocrática	Propagação
81	Festa popular e fogos para a nova fábrica – 16/04/2008 - p.23 - Editoria Economia – Cartola não apresenta	Ecotecnocrática	Propagação
82	Treinamento será oferecido em 24 municípios - 16/04/2008 - p.23 - Editoria Economia – Cartola não apresenta	Ecotecnocrática	Propagação
83	Menos um empecilho para as florestadoras - 26/04/2008 – p.30 – Editoria Economia – Cartola Silvicultura	Ecotecnocrática	Propagação
84	Megaprotesto na ponte - 28/04/2008 – p.22 - Editoria Mundo - Cartola Pelo Mundo	Ecotecnocrática	Difusão
85	Estado poderá receber novo investimento – 29/04/2008 – p.26 – Editoria Economia – Cartola Empresas	Ecotecnocrática	Difusão